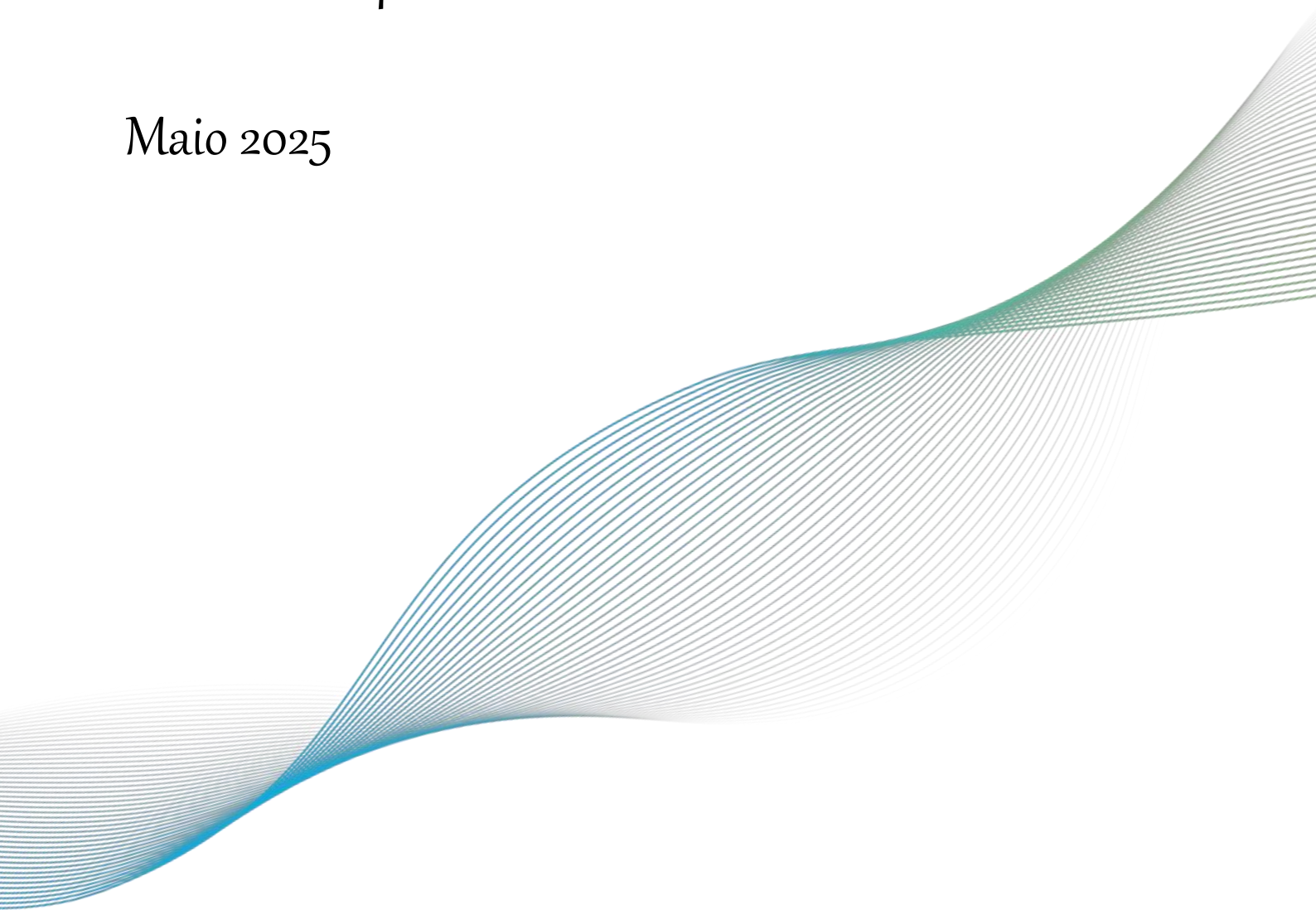


Diagnóstico Social

do Município de Fronteira

Maio 2025



Ficha Técnica

Título: Diagnóstico Social do Município de Fronteira, maio 2025

Editor: Projeto Radar Social

Autores: Marta Pestana, Teresa Pimentel

Revisão: Célia Ferreira

Edição: Câmara Municipal de Fronteira, Maio 2025

Projeto Radar Social

Morada: Largo Heróis da Pátria, Apartado n.º 7
7460-108 Fronteira

E-mail: radar.social@cm-fronteira.pt

Telefone: 245 604 307

Câmara Municipal de Fronteira

Morada: Praça do Município

7460-110 Fronteira

E-mail: municipio@cm-fronteira.pt

Telefone: 245 600 070

CAPÍTULO I: Enquadramento e metodologia	7
CAPÍTULO II: Rede Social	11
Conselho Local de Ação Social – CLAS Fronteira	14
Radar Social	16
CAPÍTULO III: Sumário Executivo	19
Território e Demografia	20
Agregados familiares e habitação	21
Economia e empregabilidade	22
Vulnerabilidades e proteção social	23
Educação e escolarização da população	24
Equipamentos e Infraestruturas Sociais e Associativas	25
Auscultação aos Parceiros da Rede Social	27
Análise SWOT	30
CAPÍTULO IV: Anexos	46
Anexo I: Território e Demografia	47
Distribuição da população no território	49
A Estrutura da população	53
Natalidade, Mortalidade e Migrações	58
Migrações	63
Projeções da população	65
Acessibilidades e transportes	73
Anexo II: Agregados familiares e Habitação	82
Anexo III: Economia e empregabilidade	91
Estrutura económica e empresarial	92
Características da população empregada	104
Empregabilidade	107
Anexo IV: Vulnerabilidades e proteção social	112
Vulnerabilidades	113
Proteção Social	116
Anexo V: Educação e escolarização da população	131
Escolaridade da População residente	132
Caracterização da população escolar	136
População docente	142
Desempenho escolar	143
Análise das dinâmicas educativas do Concelho e do Agrupamento	149
Anexo VI: Equipamentos e infraestruturas sociais e associativas	155
Equipamentos e Infraestruturas Sociais	156
Equipamentos e Infraestruturas Associativas e Desportivas	170
Equipamentos e Infraestruturas de Segurança	178
Equipamentos e Infraestruturas Culturais	178
Anexo VII: Auscultação aos Parceiros da Rede Social	182
Apresentação dos resultados	183
<i>Santa Casa da Misericórdia de Fronteira</i>	183
<i>Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide</i>	185
<i>Junta de Freguesia de Fronteira</i>	186
<i>Junta de Freguesia de São Saturnino</i>	187
<i>Junta de Freguesia de Cabeço de Vide</i>	188
<i>Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fronteira</i>	189
<i>GNR - Guarda Nacional Republicana</i>	190
<i>Agrupamento de Escolas de Fronteira</i>	192
<i>Atlético Clube Fronteirense</i>	193
<i>CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens)</i>	193

Índice de Tabelas

Tabela 1 . <i>Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos ao Território e Demografia</i>	31
Tabela 2 . <i>Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos aos Agregados familiares e Habitação</i>	33
Tabela 3 . <i>Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos à Economia e empregabilidade</i>	34
Tabela 4 . <i>Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos às Vulnerabilidades e proteção social</i>	36
Tabela 5 . <i>Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos à Educação e escolarização da população</i> ...	37
Tabela 6 . <i>Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos aos Equipamentos e Infraestruturas Sociais e Associativas</i>	39
Tabela 7 . <i>Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos à Auscultação aos Parceiros da Rede Social</i>	41
Tabela 8 . <i>Proporção no Município e densidade populacional (habitantes por Km²) das freguesias do município de Fronteira, 2001, 2011 e 2021</i>	52
Tabela 9 . <i>Relação de Masculinidade e Índices de Estrutura nas freguesias de Fronteira, 2011 e 2021</i>	58
Tabela 10 . <i>Migrações no Alto Alentejo e na Fronteira, 2001, 2011 e 2021</i>	64
Tabela 11 . <i>Tabela-resumo dos principais resultados da Projeção da População no cenário sem migrações, 2030, 2035</i>	72
Tabela 12 . <i>Tabela-resumo dos principais resultados da Projeção da População no cenário moderado, 2030, 2035</i>	72
Tabela 13 . <i>Tabela-resumo dos principais resultados da Projeção da População no cenário otimista, 2030, 2035</i>	73
Tabela 14 . <i>Tabela-resumo dos principais resultados da Projeção da População no cenário pessimista, 2030, 2035</i>	73
Tabela 15 . <i>Habitações sociais arrendadas, por tipologia</i>	89
Tabela 16 . <i>Evolução das Exportações e Importações nos concelhos do Alto Alentejo (em Milhares €) e taxa de variação 2019-2024</i>	95
Tabela 17 . <i>Evolução do VAB nos concelhos da região do Alto Alentejo (em milhares €) e taxa de variação, 2017-2023</i>	97
Tabela 18 . <i>Evolução do VAB na região do Alto Alentejo, por atividade económica (em milhares €) e taxa de variação 2017-2023</i>	98
Tabela 19 . <i>Evolução do VAB no concelho de Fronteira, por atividade económica (em milhares €) e taxa de variação 2017-2023</i>	98
Tabela 20 . <i>Evolução do Volume de negócios nos concelhos da região do Alto Alentejo (em milhares €) e taxa de variação 2017-2023</i>	99
Tabela 21 . <i>Evolução do Volume de negócios no Alto Alentejo, por atividade económica (em milhares €) e taxa de variação 2017-2023</i>	100
Tabela 22 . <i>Evolução do Volume de negócios no concelho de Fronteira, por atividade económica (em milhares €) e taxa de variação 2017-2023</i>	101
Tabela 23 . <i>Evolução do total de empresas nos concelhos da região do Alto Alentejo (unidade) e taxa de variação 2018-2023</i>	102
Tabela 24 . <i>Total de empresas por dimensão, nos concelhos da região do Alto Alentejo, 2023</i>	103
Tabela 25 . <i>Pessoal ao serviço nas empresas do concelho de Fronteira e da região do Alto Alentejo, por setor de atividade, 2023</i>	105
Tabela 26 . <i>Trabalhadores por conta de outrem por nível de escolaridade nos concelhos da região do Alto Alentejo (indivíduo), 2023</i>	106
Tabela 27 . <i>Evolução da população desempregada, nos concelhos da região do Alto Alentejo (unidade) e taxa de variação 2017-2023</i>	107
Tabela 28 . <i>Rendimento Bruto declarado por habitante, nos concelhos da região do Alto Alentejo (€) e taxa de variação, 2017-2022</i>	109
Tabela 29 . <i>Ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem, total e por setor de atividade económica nos concelhos da região do Alto Alentejo (unidade € - média), 2023</i>	111
Tabela 30 . <i>Beneficiárias/os de licença parental inicial, da segurança social, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023</i>	116
Tabela 31 . <i>Beneficiárias/os do abono de família para crianças e jovens da segurança social, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023</i>	118
Tabela 32 . <i>Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023</i>	120
Tabela 33 . <i>Beneficiárias/os de subsídios de doença da segurança social, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023</i>	123
Tabela 34 . <i>Pensionistas da segurança social, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023</i>	125
Tabela 35 . <i>Beneficiárias/os do rendimento social de inserção da segurança social, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023</i>	128
Tabela 36 . <i>Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2019-2023</i>	129
Tabela 37 . <i>Nível de escolaridade da população residente no concelho de Fronteira, toda a região do Alto Alentejo e Portugal, censos 2011 e 2021</i>	134
Tabela 38 . <i>Taxa de analfabetismo da população residente no concelho de Fronteira, região do Alto Alentejo e Portugal, Censos 2011 e 2021</i>	136
Tabela 39 . <i>Fronteira – Evolução do número de alunos, por ciclo de ensino</i>	138
Tabela 40 . <i>População discente por ciclo de ensino, no Agrupamento de Escolas de Fronteira, nos concelhos do Alto Alentejo e em Portugal, ano letivo 2022/2023</i>	138
Tabela 41 . <i>Alunos no Ensino Básico e Secundário, por subsistema de ensino e ciclo de ensino, no agrupamento de escolas de Fronteira, nos concelhos do Alto Alentejo e a nível nacional, ano letivo 2022/2023</i>	139
Tabela 42 . <i>Número de alunos e turmas no Ensino Básico, por subsistema de ensino, no Agrupamento de Escolas de Fronteira</i>	142

Tabela 43 . Número de docentes por ciclo/nível de ensino nas redes públicas e provadas do concelho de Fronteira, no ano letivo 2021/2022	143
Tabela 44 . Média das classificações internas do 1º ciclo, no concelho de Fronteira e na região do Alto Alentejo	144
Tabela 45 . Taxas de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, com comparação à média nacional	145
Tabela 46 . Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022	145
Tabela 47 . Média das classificações internas do 2º ciclo, no concelho de Fronteira e na região do Alto Alentejo	146
Tabela 48 . Taxas de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, com comparação à média nacional	146
Tabela 49 . Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022	146
Tabela 50 . Média das classificações internas do 2º ciclo, no concelho de Fronteira e na região do Alto Alentejo	147
Tabela 51 . Taxas de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, com comparação à média nacional	147
Tabela 52 . Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022	148
Tabela 53 . Taxa de retenção e desistência no ensino básico e secundário, por ciclo de estudos, 2011, 2021	148
Tabela 54 . Número de Equipamentos Sociais e de Respostas Sociais no concelho de Fronteira e na região do Alto Alentejo, em 2023	156

Índice de Figuras

Figura 1 . Esquema de documentos orientadores da Rede Social	8
Figura 2 . Localização de Fronteira na NUT e subdivisão por freguesias	49
Figura 3 . Variação populacional no concelho de Fronteira, 2011, 2021	50
Figura 4 . População residente nos municípios da NUT III Alto Alentejo, 2021	50
Figura 5 . Densidade populacional (habitantes por Km²) dos municípios da NUT III Alto Alentejo, 2021	51
Figura 6 . População residente nas freguesias do concelho de Fronteira e variação populacional, 2021-2011	52
Figura 7 . Distribuição da população de Fronteira por grandes grupos etários, censos 1991, 2001, 2011 e 2021	53
Figura 8 . Relação de Masculinidade e Índices de Estrutura em Fronteira, 1991, 2001, 2011 e 2021	54
Figura 9 . Índice de envelhecimento, Continente, Alentejo, Alto Alentejo e municípios do Alto Alentejo, 2021	55
Figura 10 . Pirâmides etárias, Fronteira, 2011 e 2021	56
Figura 11 . Distribuição da população das freguesias de Fronteira por grandes grupos etários, censos 2011, 2021	57
Figura 12 . Nados-vivos e óbitos, Fronteira, censos 1996 e 2023	59
Figura 13 . Taxas de Crescimento Natural (TCN), Migratório (TCM) e Efetivo (TCE), Fronteira, 1992-2023	59
Figura 14 . Taxa de Fecundidade por grupo etário da mãe, Fronteira, 1995, 2001, 2011 e 2021	60
Figura 15 . Índice Sintético de Fecundidade, Fronteira, 1995-2021 e projeção 2022-2035 por cenário	60
Figura 16 . Taxa de Fecundidade por grupo etário da mãe em 2011 e 2021 e projeção 2030 e 2035, por cenário de evolução, Fronteira	61
Figura 17 . Relação de Masculinidade à nascença em Fronteira, médias móveis 1996-2021 e projeção 2022-2035 por cenário	62
Figura 18 . Esperança média de vida (EMV) em Fronteira, 1999-2021 e projeção 2022-2035 por cenário	63
Figura 19 . Evolução do Saldo Migratório em Fronteira 1992-2021 e projeções 2022-2035 por cenário	64
Figura 20 . Distribuição da população de Fronteira por sexo, 2021	65
Figura 21 . Distribuição da população de Fronteira por sexo, Projeção no cenário sem migrações, 2035	66
Figura 22 . Distribuição da população de Fronteira por sexo, Projeção no cenário moderado, 2035	66
Figura 23 . Distribuição da população de Fronteira por sexo, Projeção no cenário otimista, 2035	66
Figura 24 . Distribuição da população de Fronteira por sexo, Projeção no cenário pessimista, 2035	66
Figura 25 . Distribuição da população de Fronteira por grandes grupos etários, 2021, 2025, 2030 e 2035, cenário sem migrações	67
Figura 26 . Distribuição da população de Fronteira por grandes grupos etários, 2021, 2025, 2030 e 2035, cenário moderado	67
Figura 27 . Distribuição da população de Fronteira por grandes grupos etários, 2021, 2025, 2030 e 2035, cenário otimista	67
Figura 28 . Distribuição da população de Fronteira por grandes grupos etários, 2021, 2025, 2030 e 2035, cenário pessimista	67
Figura 29 . Nados-vivos, por cenário prospetivo, Fronteira, 2021-2035	68
Figura 30 . Óbitos, por cenário prospetivo, Fronteira, 2021-2035	68
Figura 31 . Índice de Envelhecimento, por cenário prospetivo, Fronteira, 2021-2035	69
Figura 32 . Índice de Longevidade, por cenário prospetivo, Fronteira, 2021-2035	69
Figura 33 . Pirâmide etária de Fronteira em 2021 e 2035, cenário sem migrações	70
Figura 34 . Pirâmide etária de Fronteira em 2021 e 2035, cenário moderado	70
Figura 35 . Pirâmide etária de Fronteira em 2021 e 2035, cenário otimista	71
Figura 36 . Pirâmide etária de Fronteira em 2021 e 2035, cenário pessimista	71
Figura 37 . Mapa da rede viária que serve o município de Fronteira	74
Figura 38 . Mapa da rede que serve o município de Fronteira, Transportes do Alto Alentejo	78
Figura 39 . Mapa da rede que serve o município de Fronteira, CP – Comboios de Portugal	79
Figura 40 . Linha do Leste, que serve o município de Fronteira, CP – Comboios de Portugal	79
Figura 41 . Mapa da rede que serve o município de Fronteira, Rede Expressos	80
Figura 42 . Locais e horários dos transportes escolares, ano letivo 2024/2025	81
Figura 43 . Agregados domésticos por dimensão, 2021	84

Figura 44 . Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação, 2021 (% do total)	85
Figura 45 . Edifícios por época de construção e freguesia	86
Figura 46 . Edifícios por estado de conservação, 2021, Fronteira	87
Figura 47 . Edifícios por estado de conservação, 2021, Continente	87
Figura 48 . Edifícios por estado de conservação, 2021, Alto Alentejo	87
Figura 49 . Contratos de compra e venda de prédios em Fronteira, por tipo de prédio, Anual	88
Figura 50 . Fogos de habitação social nos concelhos do Alto Alentejo, 2015	89
Figura 51 . Evolução do PIB e do VAB no Alto Alentejo, a preços correntes, 2018 a 2023, em €	92
Figura 52 . Indicador poder de compra per Capita por município, 2021	93
Figura 53 . Indicador poder de compra per Capita por município, na região Alentejo, 2021	94
Figura 54 . Evolução do indicador poder de compra per capita no concelho de Fronteira e na região Alto Alentejo, bianual 2011-2021	94
Figura 55 . Balança comercial no Alto Alentejo e em Fronteira (Exportações - Importações, em Milhares €), 2019-2024	96
Figura 56 . Total de empresas por atividade económica, no concelho de Fronteira, 2023 (unidade)	104
Figura 57 . Desemprego registado nos centros de emprego por grupo etário, Portugal (anel exterior), Alto Alentejo (anel intermédio) e Fronteira (anel interior), 2023	108
Figura 58 . Sujeitos Passivos de IRS, por escalões de rendimento bruto declarado, Alto Alentejo e Fronteira, 2022	110
Figura 59 . Diferença nos ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, total e por setor de atividade económica nos concelhos da região do Alto Alentejo (unidade € - média), 2023	111
Figura 60 . Taxa de privação material e social severa (%), Portugal e Alentejo, 2018 - 2024	115
Figura 61 . Beneficiárias/os de licença parental inicial, da segurança social, Portugal ²⁷ (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017-2023	117
Figura 62 . Beneficiárias/os de licença parental inicial, por sexo, Portugal ²⁷ , Alto Alentejo e Fronteira, 2023	117
Figura 63 . Beneficiárias/os do abono de família para crianças e jovens da segurança social, Portugal ²⁸ (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017-2023	119
Figura 64 . Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social, Portugal ²⁹ (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017-2023	120
Figura 65 . Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social ²⁹ , por sexo, Portugal, Alto Alentejo e Fronteira, 2023	121
Figura 66 . Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social ²⁹ , por grupo etário, Portugal, Alto Alentejo e Fronteira, 2023	121
Figura 67 . Valor médio do subsídio de desemprego da segurança social ²⁹ , nos concelhos da região do Alto Alentejo (€), 2023	122
Figura 68 . Beneficiárias/os de subsídios de doença da segurança social ³¹ , Portugal (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017-2023	123
Figura 69 . Beneficiárias/os de subsídios de doença da segurança social ³¹ , por sexo, Portugal, Alto Alentejo e Fronteira, 2023	124
Figura 70 . Pensionistas da segurança social ³⁵ , Portugal (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017- 2023	125
Figura 71 . Pensionistas da segurança social ³⁵ , por tipo de pensão, Portugal, Alto Alentejo e Fronteira, 2023	126
Figura 72 . Valor médio das pensões da segurança social, por tipo de pensão, nos concelhos da região do Alto Alentejo (€), 2023	126
Figura 73 . Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social, Portugal ³⁶ (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017-2023	128
Figura 74 . Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social, Portugal ³⁷ (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2019-2023	130
Figura 75 . Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social, por grupo etário, Portugal ³⁷ , Alto Alentejo e Fronteira, 2023	130
Figura 76 . Nível de escolaridade completa dos residentes no concelho de Fronteira	132
Figura 77 . Nível de escolaridade da população residente em Fronteira, por sexo, censos 2021 (%)	133
Figura 78 . População residente com o ensino superior completo, por áreas de estudo no concelho de Fronteira, 2011 e 2021 (Nº)	135
Figura 79 . Alunos matriculados por ciclo de ensino no concelho de Fronteira, 2001, 2011 e 2021 (N.º)	137
Figura 80 . Alunos matriculados (por sexo) nos ensinos pré-escolar, básico e secundário, no concelho de Fronteira, 2021 (%)	140
Figura 81 . Alunos beneficiários de ASE, por ciclo de escolaridade, ano letivo 2021/2022 (%)	140
Figura 82 . Escolaridade média (n.º de anos completos) dos encarregados de educação do concelho de Fronteira, ano letivo 2021/2022	141
Figura 83 . Georreferenciação dos estabelecimentos escolares do concelho de Fronteira (redes pública e privada)	150

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO E METODOLOGIA

O programa da **Rede Social**¹, implementado no concelho de **Fronteira** desde 2004, tem impulsionado o trabalho de parceria alargada, uma vez que conta com atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, com o objetivo comum de contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social, e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local.

Para que exista um planeamento adequado das respostas e uma mobilização eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, torna-se necessário partir de um diagnóstico social atual para, com base nele, elaborar planos de desenvolvimento social a médio prazo e planos de ação anuais.

Com o arranque do projeto Radar Social em **Fronteira**, cuja primeira fase se dedica à atualização dos documentos de planeamento estratégico, foi possível consolidar o conhecimento da Carta Social 2023 e das primeiras versões de atualização mais recentes do Diagnóstico Social 2024 e do Plano de Desenvolvimento Social 2024, num novo documento de diagnóstico social do concelho, que serviu de base de conhecimento para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social para o horizonte 2025 – 2028. Foi também possível desafiar o Conselho Local de Ação Social (CLAS) a construir, pela primeira vez em conjunto, um Plano de Ação para 2025/2026, que engloba o contributo de cada parceiro, na sua área de atuação, para o desenvolvimento social do concelho. O Plano de Ação tem o período de vigência de um ano, pressupondo que deve ser monitorizado e revisto a cada ano de execução. Por fim, no ano de final do período em que vigorará o Plano de Desenvolvimento Social (2028), deverá ser feita a avaliação final, que servirá de alicerce à atualização do diagnóstico e elaboração de um novo plano de desenvolvimento para o triénio seguinte. Este trabalho cíclico é esquematizado na *Figura 1*.

Figura 1. Esquema de documentos orientadores da Rede Social



¹ Criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro.

O presente documento dá corpo ao Diagnóstico Social do Município de Fronteira (maio 2025). Nesse sentido, começa por enquadrar o programa **Rede Social**, abordando o conceito e os principais objetivos do programa, a composição do CLAS de **Fronteira** e o conceito e os principais objetivos do projeto Radar Social.

De forma a apresentar de forma clara e sucinta as principais características, oportunidades e desafios do concelho, que serviram de base ao processo de tomada de decisão e planeamento, incluiu-se um sumário executivo do diagnóstico social. Este capítulo sumariza a informação mais relevante da análise levada a cabo nos anexos e destaca as principais conclusões a que foi possível chegar.

É a partir da análise SWOT, que sustenta o sumário executivo, que foi então definido o Plano de Desenvolvimento Social de **Fronteira**, tornando aquele documento capaz de integrar os diversos domínios que caracterizam o território concelhio, potenciando a gestão eficiente e eficaz dos recursos municipais e de articulação da **Rede Social**.

Todos os planos estratégicos precisam, para ter sucesso, de ser elaborados a partir da concertação das opiniões e sugestões dos vários atores das comunidades locais. Tal necessidade torna-se ainda mais importante quando se trata de definir um plano estratégico municipal para a ação social do concelho, área em que escolas, associações, instituições com ou sem fins lucrativos, empresas, autarquia, juntas de freguesia, entre outros, têm um papel a desempenhar.

Assim, entendeu-se reformular os eixos de intervenção identificados no Plano de Desenvolvimento de 2024, estabelecendo também novas prioridades de ação, objetivos e metas.

Com base no diagnóstico social do concelho, lançou-se um processo de procura das perceções dos atores locais, em duas vertentes principais:

Num primeiro momento, aproveitando para recolher informação durante uma reunião realizada no âmbito do projeto CISA, a 28 de Março do presente ano, na sessão de *Estudo para a Inovação Social e Empreendedorismo de Impacto no Alto Alentejo, dinamizada pela CIMAA*;

Dinamizando entrevistas individuais semi dirigidas com os parceiros da **Rede Social**, cujos contributos estão mais proeminentemente refletidos no anexo dedicado à auscultação dos parceiros da **Rede Social** (Anexo VII), onde se encontra a análise de conteúdo destas entrevistas.

Os resultados das perceções dos atores locais são pontualmente referidos para reforçar alguns dos resultados obtidos nas análises, de carácter estatístico, dos restantes anexos e foram também tidos em conta na conceção do Plano de Desenvolvimento Social e do Plano de Ação, enquanto documento que reflete os seus contributos.

No final do presente documento, são apresentados os anexos. Cada um dedica-se a um tema e serve de suporte às conclusões e caracterização feita no sumário executivo. Neles pode encontrar-se uma análise detalhada da informação, em duas grandes vertentes: interna (do concelho e entre freguesias) e externa (no contexto da região Alto Alentejo e a nível nacional).

Ao longo de todo o documento e sempre que possível, é tido em consideração uma série de dados de, pelo menos, seis anos consecutivos, dando ênfase à evolução no tempo, bem como à

caracterização no último ano, com dados disponíveis face ao ano inicial da série, com recurso a taxas de variação.

A disponibilização desta análise de indicadores quantitativos e qualitativos é fundamental para garantir a fundamentação das informações, conclusões e caracterização apresentadas, de forma a garantir uma interpretação rigorosa e idónea das informações que foi possível recolher, a partir de fontes fidedignas.

No caso da caracterização do território e da demografia da população, recorreu-se à base de dados censitários de 1991, 2001, 2011 e 2021 e às Estimativas da População² publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE) para o período 1992-2023.

Para os restantes indicadores, recorreu-se a informação retirada da base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), do PORTDATA, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), do site da Câmara Municipal de **Fronteira**, assim como a dados cedidos pela Câmara Municipal (Carta Social 2023, Diagnóstico Social 2024 e Plano de Desenvolvimento Social 2024, entre outros), do site da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e dos sites e páginas oficiais nas redes sociais dos parceiros da **Rede Social**.

Sempre que surgiram questões adicionais, para as quais não foi possível encontrar informação divulgada ao público, foram contactados os parceiros locais, quer durante as entrevistas, quer em outros momentos de contacto. Os parceiros mostraram-se sempre disponíveis e participativos.

² Os censos da população são questionários aplicados a nível nacional, e de 10 em 10 anos, com o objetivo de quantificar a população da forma mais rigorosa possível. As estimativas da população são elaboradas pelo INE com base nos últimos dados censitários disponíveis e que, ponderando a influência de diversos indicadores sociais, económicos, políticos, ambientais, etc., na dinâmica da população, pretendem estimar que população existe em determinado território num dado ano intercensitário.

CAPÍTULO II

REDE SOCIAL

A **Rede Social** impulsionou um trabalho de parceria alargada, incidindo na planificação estratégica da intervenção social local e abarcando atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção. Visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local, este trabalho de parceria tem vindo a ser alvo de uma enriquecedora atualização também na perspetiva da promoção da igualdade de género.

Por diferentes razões, a pobreza e a exclusão social atingem em particular grupos de população mais vulneráveis, destacando-se as pessoas idosas, as pessoas com deficiências e os imigrantes, havendo necessidade de ter em especial atenção as estratégias de intervenção para estes grupos-alvo.

Para fazer face a estes fenómenos e problemas que atingem transversalmente a sociedade portuguesa, é fundamental que, quer no planeamento social de carácter local, quer na rentabilização dos recursos concelhios, estejam sempre presentes as medidas e ações definidas nos diferentes documentos de planeamento.

A **Rede Social** pretende constituir um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, atuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre os parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos endógenos e exógenos ao território.

Apresenta-se como o fórum que congrega as diferentes parcerias e políticas sociais, que visam a promoção do desenvolvimento social local, e desenvolve um processo de planeamento estratégico de base concelhia.

Assume-se, assim, como um modelo de organização e de trabalho em parceria que traz uma maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos e das famílias. A **Rede Social** estruturada ao nível local, permitirá dar um salto qualitativo na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais.

Conceito, princípios e Objetivos

A **Rede Social** é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que tem por objetivos:

- Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- Promover o desenvolvimento social integrado;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI);

- Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

A **Rede Social** assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.

As ações desenvolvidas no âmbito da **Rede Social**, bem como o funcionamento de todos os seus órgãos, orientam-se pelos princípios da subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género.

Princípio da Subsidiariedade

No quadro do funcionamento da **Rede Social**, as decisões são tomadas ao nível mais próximo das populações e, só depois de explorados todos os recursos e competências locais, se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução de problemas.

Princípio da Integração

A intervenção social e o incremento de projetos locais de desenvolvimento integrado fazem-se através da congregação dos recursos da comunidade.

Princípio da Articulação

Na implementação da **Rede Social** procede-se à articulação da ação dos diferentes agentes com atividade na área territorial respetiva, através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades.

Princípio da Participação

No quadro da **Rede Social**, a participação deve abranger os atores sociais e as populações, em particular as mais desfavorecidas, e estender-se a todas as ações desenvolvidas.

Princípio da Inovação

Na implementação da **Rede Social** privilegia-se a mudança de atitudes e de culturas institucionais e a aquisição de novos saberes, inovando os processos de trabalho, as suas práticas e os modelos de intervenção face às novas problemáticas e alterações sociais.

Princípio da Igualdade de Género

No quadro da **Rede Social**, o planeamento e a intervenção integram a dimensão de género, quer nas medidas e ações, quer na avaliação do impacto.

As medidas necessárias à prossecução dos objetivos e das ações de intervenção, no âmbito da **Rede Social**, são assumidas localmente pelos Conselhos Locais de Ação Social.

Conselho Local de Ação Social – CLAS Fronteira

O Conselho Local de Ação Social de **Fronteira** é um órgão local de concertação e congregação de esforços, funcionando como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas, visando a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social pela promoção do desenvolvimento social local.

É constituído por entidades públicas e/ou privadas, com ou sem fins lucrativos, com intervenção direta ou indireta na área social e a que a ele adiram de livre vontade.

Baseia-se num trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica, e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.

Tem como Principais Objetivos:

- Combater a pobreza e a exclusão sociais;
- Promover o desenvolvimento social integrado através da implementação do planeamento integrado e sistemático, que potencie sinergias, competências e recursos;
- Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI);
- Garantir a integração dos objetivos da promoção para a igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos ao nível local;
- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

Composição do CLAS de **Fronteira**:

Agrupamento de Escolas Básicas e Jardins-de-infância do Concelho de **Fronteira**;

Associação de Desenvolvimento Integrado Terras do Condestável (ADI-TC);

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fronteira;

Atlético Clube Fronteirense;

Câmara Municipal de Fronteira;
Centro de Emprego de Portalegre;
Centro de Formação Profissional de Portalegre;
Centro de Saúde de Fronteira;
Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Portalegre;
Comissão de Melhoramentos de Vale de Maceiras;
Destacamento Territorial da GNR do Concelho de Fronteira;
Externato Rainha Santa;
Freguesia de Cabeço de Vide;
Freguesia de Fronteira;
Freguesia de São Saturnino;
Grupo Desportivo e Comunitário de Vale de Maceiras;
Grupo Desportivo Vidense;
Santa Casa de Misericórdia de Cabeço de Vide;
Santa Casa de Misericórdia de Fronteira;
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);
Equipa Local de Intervenção Precoce;
Outros parceiros que manifestem vontade em aderir ou que venham a ser constituídos.

Composição do Núcleo Executivo:

Um representante da Câmara Municipal de Fronteira;
Um representante do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Portalegre;
Um representante das entidades sem fins lucrativos eleito entre os parceiros deste grupo;
Um representante na área da saúde;
Um representante na área da educação.

Radar Social

O Projeto Radar Social (PRS) é um projeto de (re)conhecimento de pessoas, famílias e grupos, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social e/ou risco de exclusão social, e referência para uma intervenção, em articulação com as entidades da **Rede Social** do concelho.

Financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Radar Social contará com um sistema integrado de georreferenciação, através de uma plataforma digital disponibilizada pelo Instituto de Segurança Social, I.P., que pretende melhorar a capacidade dos territórios para ativar respostas e otimizar recursos, com o objetivo de trazer uma maior eficácia à ação das entidades locais.

Objetivos:

- (Re)conhecer e sinalizar a pessoa, família e/ou grupo, de acordo com a sua situação sociofamiliar, registando no sistema integrado de georreferenciação do projeto;
- Ativar a rede de recursos da **Rede Social** local, sempre que, da sinalização e avaliação das vulnerabilidades identificadas, resultar uma necessidade de intervenção social;
- Privilegiar a valorização de competências e potencialidades das pessoas, famílias e/ou grupos, com vista à sua autonomização.
- Contribuir para o desenvolvimento e dinamismo da **Rede Social** local.

A quem se destina o Radar Social?

A todas as pessoas, famílias e grupos, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, incluindo aqueles que se apresentem em risco de pobreza, exclusão social e/ou discriminação.

No concelho de **Fronteira**, quem são os principais destinatários?

A população com 65 ou mais anos (Idosos/Seniores), com o potencial de beneficiar até 957 habitantes³.

Quem pode sinalizar?

O próprio, familiares, amigos, vizinhos, Instituições públicas e privadas, entidades policiais, estabelecimentos de saúde, Juntas de Freguesia.

³ Número de habitantes com 65 ou mais anos, em Fronteira, à data dos censos de 2021.

Quem faz o seguimento das sinalizações?

A equipa técnica do projeto.

No Município de **Fronteira**, a equipa é composta por duas técnicas em regime de exclusividade, sem prejuízo da necessária articulação com os demais profissionais e entidades: Marta Pestana, da área de Psicologia, e Teresa Duarte, da área de Sociologia.

Como é que a equipa técnica se deve enquadrar na rede já existente?

As equipas do Radar Social desenvolvem a sua atividade na **Rede Social** e nas suas estruturas operacionais, enquanto recursos humanos permanentes para mobilização da Rede, em grande proximidade e articulação com as instituições que compõem a rede de parcerias locais, em particular mas não exclusivamente, com os membros do CLAS.

Quais são as fases previstas do projeto?

A primeira fase destina-se a atualizar os instrumentos de planeamento da **Rede Social** - Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e Plano de Ação, onde devem estar incluídas as atividades que irão desenvolver no âmbito do Programa Radar Social, devidamente discriminadas, com metas e respetivos indicadores. Dessa atualização deve ainda resultar o mapeamento dos recursos, regionais e locais, em estreita articulação com as cartas sociais municipais, de forma a garantir maior eficácia das respostas e melhor coordenação das intervenções ao nível dos concelhos e das freguesias.

Na segunda fase, pretende-se implementar um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal que identifique, pessoas, famílias e/ou grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza exclusão social. Este sistema deve ser operacionalizado em articulação com a rede de parcerias locais, recolhendo as devidas autorizações que cumpram o RGPD e para eventual disponibilização dos dados pessoais para as Entidades Parceiras.

Será também implementado, nesta fase, o plano de ação elaborado na primeira fase, no que diz respeito ao seu primeiro ano de vigência e na medida das ações da responsabilidade da equipa Radar Social ou de ações que, embora sendo de outros parceiros, possam beneficiar do apoio desta equipa.

Porque é que o Município de **Fronteira** apresentou uma candidatura a este projeto piloto?

As famílias constituem uma parte integrante da rede de proteção social sendo o primeiro nível de suporte e de apoio para seus membros. O papel da família na prestação de apoio social é bastante abrangente.

O concelho de **Fronteira**, à semelhança de outros concelhos do Distrito de Portalegre, tem assistido a mudanças significativas nas estruturas familiares ao longo das últimas décadas. As causas para tais alterações são múltiplas e incluem fenómenos como o envelhecimento da

população, os processos de urbanização, as mudanças na dinâmica do trabalho ou as alterações na formação dos relacionamentos. No concelho de **Fronteira** é possível verificar um elevado número de famílias unipessoais, correspondendo a 27,0% do total de famílias.

As alterações na dimensão das famílias indicam uma mudança na dinâmica familiar e na composição global das famílias na região e no concelho. As implicações sociais desta tendência não devem ser subestimadas. Famílias mais pequenas podem significar menos apoio para familiares idosos, por exemplo.

Esta é uma situação que pode traduzir-se numa maior vulnerabilidade dos idosos na medida em que pode resultar numa maior dificuldade financeira, falta de apoio social, declínio da saúde mental, maiores dificuldades com as tarefas do dia-a-dia e uma maior exposição a fraudes, por exemplo. Decorre destas tendências a necessidade de uma atenção particular para o desenvolvimento de políticas locais de apoio e de suporte dirigidas a idosos que residem sozinhos (ou em casal) e que incidam sobre as diferentes dimensões do problema.

Assim, atentos à questão do envelhecimento demográfico e através de um trabalho em rede, pretende-se com este projeto a promoção do bem-estar das pessoas idosas do concelho de **Fronteira**, mitigando a problemática do isolamento social, reforçando a rede de suporte e apoio social e promovendo a inovação de práticas de bem-estar e qualidade de vida.

CAPÍTULO III

SUMÁRIO EXECUTIVO

Território e Demografia

Este ponto centra-se na análise de elementos estruturantes do território municipal respeitantes às componentes físico-espacial e demográfica e às acessibilidades e transportes.

Fronteira caracteriza-se pelas **condições favoráveis a uma boa qualidade de vida**, apresentando **boas acessibilidades e transportes para os concelhos vizinhos** e uma **tendência de aumento dos migrantes**, apesar da perda e do envelhecimento populacional.

Fronteira dispõe de acessos rodoviários em bom estado e de uma oferta razoável de transportes públicos para fora do município, com ligações a outras zonas do país. Pelo contrário, a oferta de transportes públicos é fraca dentro do concelho. Segundo o PROT, é um dos Centros Urbanos Complementares do Alentejo.

O cenário demográfico é animador, com o aumento dos migrantes, particularmente daqueles provenientes de outros municípios, colocando a taxa de crescimento migratório em valores positivos desde 2020. Apesar de não ser dos concelhos mais envelhecidos da região, apresenta um aumento do índice de longevidade, traduzindo uma necessidade de implementação de políticas de apoio nas idades mais avançadas e mantém uma tendência de duplo envelhecimento da população.

O concelho apresenta uma tendência de decréscimo da população residente e da densidade populacional, com maior impacto negativo nas freguesias menos povoadas. A dispersão territorial da população, por seu lado, obriga a respostas diversificadas e adaptadas para combater o isolamento e a fraca oferta de transportes públicos, leva à dependência do transporte próprio ou de apoio para transporte. Tendo o transporte próprio como principal meio de locomoção (aliado a outros fatores), não é difícil perceber o aumento da proporção de população empregada e estudante que trabalha ou estuda fora do concelho e a tendência de agravamento negativo do saldo entre as pessoas que entram e saem do concelho para trabalhar ou estudar.

Nesta dimensão, identificaram-se como ameaças principais a prospetiva de perda de população até 2035 em todos os cenários (com exceção do otimista), a baixa densidade populacional no contexto da região, a atratividade dos três municípios com mais população da região (Portalegre, Elvas e Ponte de Sôr), o aumento do número de dependentes (jovens e idosos) face à população ativa e a perda de alunos para os concelhos vizinhos (particularmente Estremoz, Sousel e Alter do Chão).

Em termos de oportunidades, destaca-se a possibilidade de apostar na atratividade do concelho enquanto promotor da qualidade de vida e com proximidade a diversos pólos e boas acessibilidades aos concelhos vizinhos, levando assim à fixação da população em idades ativa e escolar. Poder-se-ia promover, ainda, o envelhecimento com qualidade de vida e envolvimento na comunidade, como forma de preparar o concelho para o aumento prospetivado do índice de longevidade. É importante considerar formas de promoção da rede de transportes coletivos (e dos

apoios disponíveis para a sua utilização) e do corredor IC3 - saída Alter do Chão - Estremoz como potenciador do concelho como local de passagem e visita e de Vale de Maceiras como local a visitar, a partir do acesso ao IP2.

Agregados familiares e habitação

Este ponto engloba a estrutura dos agregados familiares e a habitação, incluindo a habitação social, no concelho de **Fronteira**.

Fronteira caracteriza-se pela **tendência de redução do número de agregados familiares**, sendo que, **mais de 1/5 dos agregados domésticos eram pessoas a viver sozinhas/isoladas**. O **preço reduzido da habitação** pode ser um fator potenciador, mas é preciso aumentar a atualmente **fraca dinâmica na recuperação, ampliação e reconstrução do edificado existente e na construção nova**.

O estado de conservação dos edifícios em **Fronteira** é melhor do que a média nacional e o preço médio por m² das habitações era o quarto mais baixo do Alto Alentejo, existindo procura de habitação por via da aquisição, mais focada em moradias com um pouco de terreno ou quintas. Apesar de não terem sido registados nos censos em **Fronteira**, alojamentos que não satisfazem inteiramente as condições do alojamento familiar clássico, pelo tipo e precariedade da construção, foram constituídas duas Áreas de Regeneração Urbana (ARU) no concelho, com vista à regeneração dos centros históricos, com edificado mais antigo.

A par da redução da população residente, também se verifica uma redução do número de agregados familiares e do número médio de ocupantes por alojamento familiar, sendo que, mais de 1/5 dos agregados domésticos eram pessoas a viver sozinhas/isoladas.

Verifica-se, também, uma fraca dinâmica na recuperação, ampliação e reconstrução no concelho, com percentagens significativas de edifícios a precisar de pequenas, médias ou grandes reparações. Os mercados da construção e imobiliário apresentam-se pouco dinâmicos, verificando-se um reduzido número de construções nova (considerando até um período dos últimos 20 anos) e uma redução no número de contratos de compra e venda. A habitação social, apesar de existente, encontra-se ocupada.

Nesta dimensão, identificaram-se como ameaças principais a atratividade exercida pelos quatro municípios com maior proporção de alojamento familiares de residência habitual da região (Portalegre, Elvas, Campo Maior e Ponte de Sôr), por oposição à baixa atratividade do concelho para residência habitual, particularmente para população jovem, devido à malha urbana maioritariamente mais irregular e mais antiga, sem opções ao nível de novas construções, como em outros concelhos da região, e com baixa dinâmica na recuperação, ampliação e reconstrução do edificado já existente (a par de outros fatores, referidos na análise de outras dimensões).

Em termos de oportunidades, destaca-se a possibilidade de criar novos incentivos para a reparação de edifícios com fim à habitação própria permanente ou à abertura de negócios, para a construção nova, independentemente da finalidade e para a ocupação de alojamento vagos e disponíveis para venda ou arrendamento. Seria benéfico considerar a divulgação regular de informação relativa aos benefícios fiscais aplicáveis a edifícios nas ARU e da oportunidade de adquirir habitação em **Fronteira**, a um preço médio mais reduzido.

Economia e empregabilidade

Este ponto integra a estrutura económica e empresarial do concelho de **Fronteira**, incluindo as atividades económicas e a empregabilidade da população residente.

Fronteira caracteriza-se por **indicadores socioeconómicos menos favoráveis** num contexto de crescimento da dinâmica económica regional, embora apresente **crescimento em algumas atividades económicas**.

Na estrutura económica e empresarial, verificou-se um ligeiro crescimento do número de empresas com sede no concelho, com as empresas de **Fronteira** a acompanhar a tendência de crescimento do VAB da região. As atividades ligadas aos transportes e armazenagem são as mais representadas no concelho em termos de volume de VAB (e estão em crescimento), seguidas da agricultura, produção animal, (...) e do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...). Pelo contrário, existe uma fraca contribuição para o VAB concelhio das atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, e das atividades da área da educação, revelando um fraco investimento privado nestas áreas. A balança comercial de **Fronteira** encontra-se deficitária e o volume de negócios é dos menos elevados da região, em contra ciclo com esta. Apesar do ligeiro aumento, também o poder de compra *per capita* em **Fronteira** se encontra abaixo do regional e nacional.

O emprego é, geralmente, pouco qualificado e os rendimentos são mais baixos do que a média da região, contribuindo para que o poder de compra se encontre abaixo do regional e nacional, num concelho em que 10% dos sujeitos passivos de IRS já auferiam rendimentos equivalentes a situações de vulnerabilidade financeira. Pela positiva, os ganhos médios superiores no setor da agricultura, produção animal, (...) em **Fronteira**, que são os terceiros mais elevados da região, embora com elevada disparidade entre sexos.

A maioria do pessoal ao serviço das empresas trabalhava nos setores da agricultura, produção animal, (...), nos transportes e armazenagem e no comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...).

Apesar do decréscimo no número de desempregados no concelho, é mais difícil encontrar emprego acima dos 55 anos de idade em **Fronteira** do que, em geral, na região ou a nível nacional.

Relativamente a esta dimensão, as ameaças prendem-se com o crescimento da economia de outros concelhos, tornando atrativa a fixação de novas empresas e crescimento das existentes, particularmente em concelhos como o Crato, Gavião e Elvas, que duplicaram ou quase duplicaram o VAB neste período, tendo o Crato quase triplicado também o volume de negócios. Também a atratividade exercida por médias e grandes empresas e/ou por empresas especializadas em setores que exigem maiores qualificações, sediadas noutros concelhos da região (potencialmente representando um maior rendimento e poder de compra). Por fim, o aumento da disparidade de rendimentos entre o concelho e a média da região e entre esta e o total nacional.

Como oportunidades, destaca-se a possibilidade de definição de estratégias de captação de investimento em áreas associadas à agricultura, produção animal, (...), ao comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...) e à construção, nomeadamente no setor dos transportes e armazenagem, bem como da eletricidade, gás, vapor, (...), de consultoria, científicas, técnicas e similares e das atividades administrativas e dos serviços de apoio. Também o desenvolvimento do setor do Turismo, tirando proveito dos recursos naturais e patrimoniais, requalificando o setor da restauração e das infraestruturas de alojamento. Poder-se-á, ainda, delinear estratégias para aumentar o nível médio de qualificação no concelho, de forma a progressivamente aumentar o rendimento bruto declarado e o poder de compra da população, nomeadamente através da captação de investimento na área da educação e da promoção de parcerias na **Rede Social**, especialmente dirigidas à conclusão do ensino secundário e à formação ao longo da vida.

Vulnerabilidades e proteção social

Este ponto integra a estrutura económica e empresarial do concelho de **Fronteira**, incluindo as atividades económicas, a estratificação da população residente e a empregabilidade.

Fronteira caracteriza-se pela **tendência de aumento da dependência de medidas de proteção social**, com **exceção daquelas destinadas ao apoio no desemprego e ao RSI**. Existe uma **dualidade nas pensões**: na velhice são das mais elevadas da região, mas na invalidez e sobrevivência são das mais baixas.

No concelho de **Fronteira** verifica-se uma tendência de aumento da dependência de medidas de proteção social, com aumento do número de beneficiários de abono de família, do subsídio de doença, da prestação social para a inclusão e dos pensionistas, potencialmente revelando uma das populações mais vulnerável. Em tendência inversa, é possível observar uma diminuição do número de beneficiários do subsídio de desemprego e do RSI, estando os beneficiários concentrados nas faixas etárias mais jovens e mais velhas (até aos 29 anos e acima dos 50 anos). Verifica-se ainda uma redução do número de beneficiários de licença parental inicial, refletindo a redução do número de nascimentos no concelho. Destacam-se também os beneficiários da prestação social para a inclusão, pois tinham maioritariamente entre 30 e 49 anos e, os restantes,

55 ou mais anos, podendo o apoio estritamente financeiro não ser suficiente para colmatar as suas vulnerabilidades.

Ao nível dos pensionistas, as pensões de velhice são das mais elevadas da região, mas as pensões de invalidez e sobrevivência são das mais baixas.

Nesta dimensão, identificaram-se como ameaças principais a preponderância no concelho de situações de vulnerabilidade, seja devido à prevalência de incapacidades, seja pela incidência de alguns itens de privação material e social. Acresce que, do conjunto de pessoas com incapacidade que residem em alojamentos coletivos, os alojamentos no âmbito do apoio social são o tipo de alojamento mais frequente.

Como oportunidades, destaca-se a possibilidade de estruturação e articulação das medidas de apoio local e regional já existentes, de forma a manter o Alentejo com a 2ª menor taxa de privação material e social severa, de criação de novas medidas de apoio (e alargamento de medidas já existentes) para apoio local dirigido a situações de vulnerabilidade para as quais não exista ainda resposta estruturada e de criação de mecanismos de divulgação regular das medidas de proteção social disponibilizadas à população, de forma a evitar a ausência de ação social por desconhecimento.

Educação e escolarização da população

Este ponto engloba as taxas de escolarização e analfabetismo, as características da população discente e docente, a oferta educativa e formativa, formal e não formal, e as parcerias para a educação.

Fronteira caracteriza-se pela **melhoria ao nível da qualificação académica da população residente**, por um **corpo docente, na sua maioria, com um vínculo contratual estável** e por uma **boa oferta formativa não formal**, apesar do corpo docente se encontrar envelhecido.

Fronteira dispõe de um número de escolas adaptado face ao número de alunos no concelho, que tem registado uma diminuição ao longo dos anos. O Município disponibiliza transporte gratuito aos alunos, dentro e fora do concelho, como promoção do acesso fácil à educação. A oferta não formal é vasta e com parceiros externos e internos. Identificou-se uma melhoria ao nível da qualificação académica da população residente, pelo aumento do número de residentes com o ensino secundário e ensino superior completo e redução significativa de indivíduos sem qualquer tipo de escolaridade, apesar de a taxa de analfabetismo ser, ainda, muito acentuada no concelho, o que poderá levar ao aumento da disparidade de rendimentos entre o concelho e a região e, particularmente, relativamente a concelhos da região. Também se salienta que a nova geração de encarregados de educação está mais escolarizada do que as anteriores.

Ao nível do corpo docente, a maioria tem um vínculo contratual estável, contudo está bastante envelhecido, com mais de metade dos docentes com idades acima dos 51 anos. Por outro lado, um terço do corpo docente tem um vínculo contratual instável, o que levanta grande preocupação tendo em conta o nível de envelhecimento do corpo docente, que poderá levar a uma grande saída de profissionais nos próximos anos, levando a uma grande rotatividade de docentes no Agrupamento.

O Agrupamento de Escolas de Fronteira não tem resposta ao nível do ensino secundário, o que leva a que os alunos saiam do concelho para terminar a escolaridade obrigatória, podendo levar ao aumento da migração para outros concelhos. Também não tem oferta de educação musical desde o pré-escolar. Mais de metade dos alunos do concelho beneficiam de ASE (Ação Social Escolar), o que indicia níveis de carência nos alunos do concelho.

Como oportunidades, destacam-se: a importância de delinear estratégias para aumentar o nível médio de qualificação no concelho, através de parcerias e/ou através da proposta de abertura de turmas dirigidas a adultos; melhorar a oferta de ensino musical desde o pré-escolar, promovendo o desenvolvimento cognitivo que esta disciplina confere; a definição de estratégias de captação de investimento na área da educação, especialmente dirigidos ao acompanhamento ao estudo (ex. Centro de explicações); e o Rejuvenescimento da população docente, criando condições de atratividade para receber os docentes colocados no concelho.

Equipamentos e Infraestruturas Sociais e Associativas

Este ponto apresenta os equipamentos e infraestruturas sociais e associativas do concelho e outras presentes na região e que representam uma resposta especializada.

Fronteira caracteriza-se por uma **boa diversidade de equipamentos e infraestruturas, havendo espaço à melhoria e dinamização** dos espaços existentes e **criação de novos espaços**.

Ao nível dos *equipamentos e infraestruturas sociais*, o conjunto de respostas do SAAS é bastante completo e inclui programas que dão resposta às diversas fases da vida da população residente, ainda que seja notória a dificuldade em dar respostas para situações concretas, não só no concelho, mas a nível nacional. A articulação entre os parceiros sociais é informal ao nível da sinalização e acompanhamento de situações de vulnerabilidade. No entanto, verifica-se uma falta de respostas para situações concretas, não só no concelho, mas a nível nacional, o que leva à prevalência de situações de vulnerabilidade e exclusão social, sem que seja possível atuar rapidamente. O número muito reduzido de vagas nas ERPI's, com maior pressão na de Fronteira e as condições da estrutura do Centro de Dia de Fronteira ser bastante antiga e com poucas condições, também é um motivo de preocupação.

Um ponto que configura uma ameaça nas ERPI's é o custo elevado destas residências, por comparação aos valores das pensões, que leva muitos idosos a ficarem sozinhos em casa, sem assistência, até mais tarde, por dificuldade em pagar os valores pedidos, o que leva ao ingresso cada vez mais tardio de idosos nas instituições, já muito dependentes de terceiros e/ou em fase de desenvolvimento de demências.

Como oportunidades, destacam-se: estabelecer parcerias com empresas e instituições privadas que possam complementar os apoios já disponíveis no concelho; disponibilizar, através de parcerias, mais formação formal, particularmente na área das demências, para profissionais das SCM; complementar a atuação no terreno, face à sinalização de situações de vulnerabilidade, com um modelo ou manual de atuação, incluindo o circuito de informação e entidades a contactar, de forma a formalizar o trabalho desenvolvido e clarificar metodologias de atuação; e a reavaliação das condições para atribuição do Cartão do Idoso, de forma a atualizar os critérios às novas realidades.

Ao nível dos *equipamentos e infraestruturas associativas e desportivas*, existe uma boa resposta ao nível de equipamentos, infraestruturas e modalidades desportivas, muitos beneficiando de transportes gratuitos. A divulgação tardia ou deficitária de algumas atividades, pode contribuir para alguma falta de adesão. Como oportunidade, e como complemento da oferta desportiva, sugere-se a abertura de um ginásio municipal, à semelhança do que já existe em concelhos vizinhos.

Ao nível dos *equipamentos e infraestruturas de saúde*, existe um bom serviço de enfermagem no concelho, no entanto, há falta de médicos de família no concelho. A disponibilização gratuita de transporte de doentes não urgentes para acesso a consultas hospitalares é um ponto a destacar como positivo, apesar de o número de bombeiros ter reduzido significativamente nos últimos anos, o que poderá dificultar as respostas de emergência por falta de profissionais e/ou equipamentos (ex. veículos de emergência). Como oportunidades, destacam-se a melhoria e/ou divulgar apoios dirigidos a atrair médicos para o concelho, e a dinamização de ações de recolha de fundos e apoios para a aquisição de veículos para os Bombeiros Voluntários de Fronteira.

Ao nível dos *equipamentos e infraestruturas de segurança*, existem dois Postos Territoriais, o de Fronteira e o de Cabeço de Vide. O número de operacionais está ajustado à realidade do concelho. A criação recente do GPAC, para atendimento de proximidade. Como ameaça, salientamos o decréscimo de população residente, que poderá despoletar processos de redução de operacionais.

Ao nível dos *equipamentos e infraestruturas culturais*, é de salientar a boa qualidade geral das instalações e equipamentos e a dinamização de atividades dirigidas aos públicos-alvo, ainda que com pouca divulgação de algumas atividades, o que poderá levar a uma fraca adesão às mesmas, por desconhecimento da sua realização. Como oportunidades, destacamos a promoção de sessões de cinema regulares no concelho, com a cobrança de um valor simbólico pelos bilhetes, e a criação de uma agenda cultural ou newsletter mensal, com as atividades previstas no concelho, públicas e privadas.

Auscultação aos Parceiros da Rede Social

Este ponto apresenta os contributos recolhidos junto dos parceiros da **Rede Social** de **Fronteira**, que representam respostas especializadas nos domínios social, educativo, cultural, desportivo e de segurança.

Fronteira caracteriza-se por uma **articulação sólida entre as entidades locais**, marcada por um **forte sentido de proximidade, dinamismo comunitário e preocupação constante em dar respostas ajustadas às necessidades da população**.

Nas *Santas Casas da Misericórdia* de Fronteira e de Cabeço de Vide, existe o número adequado de funcionários em todas as valências, contudo, salienta-se a dificuldade na contratação de pessoas com formação específica na área da geriatria e/ou ação médica. Há, ainda, a necessidade de psicólogo, psicomotricista, fisioterapeuta, entre outros profissionais especializados. A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) de Cabeço de Vide tem instalações relativamente recentes e em bom estado, já a de Fronteira, tem instalações mais antigas e a precisar de obras de requalificação em todos os edifícios das diferentes valências. Existe uma grande preocupação com a alimentação em ambas as ERPI's, no entanto, em Fronteira, não há resposta de animação sócio-cultural por tempo indeterminado. Na ERPI de Cabeço de Vide existe uma sala de Snoezelen, que permite resposta especializada para crianças com características especiais e idosos. A SCM de Fronteira tem, ainda, uma loja social, que recebe roupa, calçado, mobiliário e electrodomésticos, dando resposta a um maior número de pessoas e/ou famílias carenciadas.

Ambas as ERPI's encontram-se com a sua capacidade máxima praticamente completa, o que poderá dificultar as respostas a dar à população idosa que necessite desta resposta, levando a um adiamento na entrada nestas instituições. É de notar, ainda, o aumento dos casos de demência sentido por ambas as SCM, que torna a intervenção mais difícil juntos dos utentes.

Nas *Juntas de Freguesia* de Fronteira, Cabeço de Vide e São Saturnino, salienta-se o grande foco de todas as Juntas no apoio à população e na manutenção da relação de proximidade com todos os seus fregueses e a boa coordenação de todas as Juntas com os diversos parceiros da **Rede Social**. Em Cabeço de Vide não há registo das situações de vulnerabilidade sinalizadas e acompanhadas.

Todas as Juntas de Freguesia dinamizam diversas atividades ao longo do ano, por sua iniciativa ou em parceria, dinamizadas de acordo com as necessidades e características da população. Existe disponibilização de transporte gratuito, quer em Cabeço de Vide, quer em São Saturnino e, em Fronteira, existe, ainda, a Academia Sénior, que permite uma maior ocupação da população idosa residente na freguesia. Em São Saturnino, a população da freguesia é muito envelhecida e carece de resposta de ERPI na localidade, que ainda não existe.

No geral, em todas as freguesias, reportam dificuldade de resposta ao envelhecimento da população, que leva a situações de isolamento e vulnerabilidade.

Como oportunidade, destaca-se a criação de um registo de todas as situações de vulnerabilidade sinalizadas e acompanhadas em todas as Juntas de Freguesia.

Na *Associação Humanitários de Bombeiros Voluntários de Fronteira*, existe uma boa sinalização e encaminhamento de situações de vulnerabilidade e/ou exclusão social, sempre que com elas se deparam, bem como uma boa resposta às necessidades da comunidade. Neste momento, o número de operacionais é reduzido, uma vez que há cada vez menos pessoas a querer integrar a profissão, assim como o de viaturas, que têm um elevado custo de aquisição. As instalações foram alvo de obras em 2019, o que permitiu melhorar o espaço de trabalho e a qualidade na resposta às solicitações da população. Serão formados mais 6 profissionais em INEM e têm um protocolo com Agrupamento de Escolas de Fronteira para integração e capacitação de jovens com dificuldades de aprendizagem e/ou desinteresse na escola.

Situações de isolamento e solidão em idosos levam a algumas chamadas para os bombeiros, com pedidos de auxílio que, na verdade, são apenas chamadas de atenção, o que leva à mobilização de operacionais que, depois de feita a avaliação da pessoa, se conclui ser desnecessária.

Como oportunidades, destacam-se: a promoção de parcerias com outras entidades para a aquisição de novas viaturas de combate e/ou de suporte de vida; a divulgação de linhas telefónicas de apoio idosos, a fim de mitigar o número de chamadas que acabam por se revelar desnecessárias; e a promoção de atividades de convívio regular dirigidas à população idosa.

A *Guarda Nacional Republicana (GNR)* de Fronteira articula com o Núcleo de Programas Especiais da GNR de Portalegre (e a Escola Segura), que confere uma resposta mais completa à população idosa, dinamizando com esta (e individualmente) diversas ações de sensibilização junto da população. As instalações estão em bom estado, tendo sido alvo de obras de requalificação recentemente.

Apesar de ser um concelho ainda muito seguro, o aumento da imigração no concelho tem levado a um aumento da criminalidade e de problemas sociais, em geral. Faltam respostas sociais (ao nível local/regional/nacional) para situações de vulnerabilidade nos idosos e nos casos de violência doméstica, bem como para o aumento de problemas mentais no concelho, que não têm resposta na rede de saúde pública.

Como oportunidades, destacam-se a criação de uma base de dados partilhada com o programa Escola Segura da GNR, sobre o tipo de apoios e número de pessoas abrangidas pelos mesmos, e ações de sensibilização junto das comunidades imigrantes, no sentido da promoção da sua integração na comunidade local, integração de regras e costumes e diminuição da criminalidade.

O *Agrupamento de Escolas de Fronteira* faz uma boa articulação com a **Rede Social** do concelho. Foi, recentemente, alvo de obras de requalificação recentes, que melhoraram as condições do exterior da escola, apesar de serem ainda necessárias melhorias ao nível da climatização, essencialmente para superação do tempo quente. É um agrupamento bastante Agrupamento

bastante ativo ao nível de atividades extra-curriculares, sendo a Biblioteca Escolar a grande promotora da maioria das atividades. Salienta-se a mais valia da dinamização da escola de música e de outras atividades extra-curriculares, merecedoras de prémios em competições fora do concelho (ex. Tiro ao arco). A ausência do nível de Ensino Secundário leva à desmobilização de alunos para concelhos vizinhos, nomeadamente, Estremoz, Sousel e Alter-do-Chão, e a baixa natalidade no concelho poderá levar a que haja cada vez menos alunos para frequentar as escolas do concelho. O corpo docente neste Agrupamento está bastante envelhecido e desgastado, o que poderá levar à falta de docentes num futuro próximo.

Como oportunidades, destacam-se obras de melhoria da climatização para tempo quente, especialmente em espaços que sejam mais usados durante os meses de maior calor, e a criação de uma escola de música, desde o pré-escolar.

O *Atlético Clube Fronteirense* tem boas instalações desportivas, quer em número, quer em qualidade das infraestruturas, com grande foco na formação de jovens atletas. A utilização dos equipamentos e frequência nas atividades é feita de forma gratuita o que, muitas vezes, leva a falta de compromisso por parte de pais e atletas. Tem uma participação ativa em competições em diversas modalidades, a nível regional e nacional, e recebem equipas em estágio, quer de futebol, quer de andebol. A divulgação das atividades é boa e feita, de forma um pouco dispersa, nas redes sociais de cada modalidade do clube desportivo. A falta de voluntários para integrar o clube é visto como uma ameaça ao associativismo.

Como oportunidades, destaca-se a implementação de um valor mensal simbólico para a utilização dos equipamentos e infraestruturas, bem como para a frequência nas diferentes modalidades, como forma de ajudar o clube a promover o compromisso dos atletas e dos pais, e manter as atividades, equipamentos e infraestruturas.

A *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)* tem uma boa articulação com os diversos parceiros da **Rede Social**, o que facilita as respostas a dar em casos urgente, contudo, falta formalizar o circuito de informação e entidades a contactar, de forma a formalizar o trabalho desenvolvido e clarificar metodologias de atuação. Tem um grande preocupação para responder às situações de forma adequada e justa, sendo o trabalho a desenvolver ao nível da proteção das crianças e jovens em risco o de maior preocupação para a comissão. Dinamiza diversas ações de sensibilização e iniciativas ao longo do tempo, na área da prevenção dos maus-tratos e na área da educação emocional e parental.

Como oportunidades, destacam-se: agir diretamente sobre a prevenção das situações de maus-tratos; e complementar a atuação no terreno face à sinalização de situações de vulnerabilidade, com um modelo ou manual de atuação, incluindo o circuito de informação e entidades a contactar, de forma a formalizar o trabalho desenvolvido e clarificar metodologias de atuação.

Análise SWOT

A análise SWOT foi a ferramenta estratégica adotada para ajudar a identificar os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças do concelho de **Fronteira**. Entendem-se por pontos fortes as forças do concelho, os recursos e capacidades que lhe oferecem uma vantagem competitiva. Os pontos fracos, pelo contrário, traduzem fraquezas, permitindo reconhecer as áreas que precisam de melhoria ou que podem ser prejudiciais. As oportunidades promovem a avaliação das tendências do mercado e das condições externas que podem ser aproveitadas. Por fim, as ameaças levam a considerar os fatores externos que podem impactar negativamente o concelho. Essa análise fornece uma visão clara do cenário atual e auxilia na formulação de estratégias eficazes.

Tabela 1. Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos ao Território e Demografia

1. Território e Demografia				
Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Contexto Territorial	Fronteira é um dos Centros Urbanos Complementares do Alentejo, segundo o PROT.	Dispersão territorial da população, obrigando a respostas diversificadas e adaptadas para combater o isolamento.	Aposta na atratividade do concelho enquanto promotor da qualidade de vida, com proximidades a diversos pólos e boas acessibilidades aos concelhos vizinhos.	Atratividade dos três municípios com mais população da região (Portalegre, Elvas e Ponte de Sôr).
Acessibilidades e transportes	Acessos rodoviários em bom estado e oferta razoável de transportes públicos para fora do município, com ligações a outras zonas do país.	Oferta de transportes públicos fraca dentro do concelho. Dispersão territorial da população, sem transportes públicos disponíveis, levando à dependência do transporte próprio ou de apoio para transporte. Aumento da proporção de população empregada e estudante que trabalha ou estuda fora do concelho. Tendência de agravamento negativo do saldo entre as pessoas que entram e saem do concelho para trabalhar ou estudar.	Promoção da rede de transportes coletivos e dos apoios disponíveis para a sua utilização. Promoção do corredor IC3 - saída Alter do Chão - Estremoz como potenciador do concelho como local de passagem e visita. Potenciar Vale de Maceiras como local a visitar, a partir do acesso ao IP2.	Perda de alunos para os concelhos vizinhos (particularmente Estremoz, Sousel e Alter do Chão).

1. Território e Demografia

Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Caracterização demográfica	Taxa de crescimento migratório positiva desde 2020. Aumento dos migrantes provenientes de outros municípios. O concelho não está entre os mais envelhecidos da região. Aumento do índice de longevidade.	Tendência de decréscimo da população residente e da densidade populacional, com maior impacto negativo nas freguesias menos povoadas. Tendência de duplo envelhecimento da população.	Atração e fixação de população, vinda de grandes centros urbanos e de outros municípios em geral, principalmente em idades ativa e escolar. Promoção do envelhecimento com qualidade de vida e envolvimento na comunidade, como forma de preparar o concelho para o aumento prospetivado do índice de longevidade.	Prospetiva de perda de população até 2035 em todos os cenários, com exceção do otimista. Aumento do número de dependentes (jovens e idosos) face à população ativa. Densidade populacional baixa no contexto da região.

Tabela 2. Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos aos Agregados familiares e Habitação

2. Agregados familiares e Habitação				
Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Agregados familiares	Não foram registados nos censos em Fronteira, alojamentos que não satisfazem inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção.	Redução do número de agregados familiares e do número médio de ocupantes por alojamento familiar. Mais de 1/5 dos agregados domésticos eram pessoas a viver sozinhas/isoladas.	Promoção da ocupação de alojamento vago e disponíveis para venda ou arrendamento.	Baixa atratividade do concelho para residência habitual, quando comparado com a região do Alto Alentejo e o conjunto do Alentejo.
Habitação	Estado de conservação dos edifícios em Fronteira melhor do que a média nacional. Preço médio por m ² das habitações em Fronteira era o quarto mais baixo do Alto Alentejo. Existe procura para aquisição, mais focada em moradias com um pouco de terreno ou quintas. Foram constituídas duas Áreas de Regeneração Urbana (ARU) no concelho.	Fraca dinâmica na recuperação, ampliação e reconstrução no concelho. Quase 10% dos edifícios precisa de médias ou grandes reparações e cerca de 17% precisa de pequenas reparações. Reduzido número de construção nova (com menos de 20 anos) no concelho. Redução do número de contratos de compra e venda. A habitação social, apesar de existente, encontra-se ocupada.	Incentivo à reparação de edifícios com fim à habitação própria permanente ou à abertura de negócios. Divulgação regular de informação relativa aos benefícios fiscais aplicáveis a edifícios nas ARU. Incentivo às novas construções, independentemente da finalidade. Divulgação da oportunidade de adquirir habitação em Fronteira, a um preço médio mais reduzido.	Atratividade dos quatro municípios com maior proporção de alojamento familiares de residência habitual da região (Portalegre, Elvas, Campo Maior e Ponte de Sôr). Baixa atratividade da habitação para população jovem, devido à malha urbana maioritariamente mais irregular e mais antiga, sem opções ao nível de novas construções, como em outros concelhos da região.

Tabela 3. Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos à Economia e empregabilidade

3. Economia e empregabilidade				
Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Estrutura económica e empresarial	As empresas de Fronteira acompanharam a tendência de crescimento do VAB da região e colocaram o concelho a meio da tabela da região. As atividades de <i>transportes e armazenagem</i> são as mais representadas no concelho em termos de volume de VAB (e em crescimento), seguidas da <i>agricultura, produção animal, (...) e do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)</i>. Crescimento ligeiro do número de empresas com sede no concelho.	Poder de compra <i>per capita</i> em Fronteira abaixo do regional e nacional, apesar do ligeiro aumento. Balança comercial deficitária e volume de negócios dos menos elevados, em contra ciclo com a região. Fraca contribuição para o VAB concelhio das <i>atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas e a educação</i>, revelando um fraco investimento privado nestas áreas.	Definição de estratégias de captação de investimento em áreas <u>associadas à agricultura, produção animal, (...), ao comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)</u> e à <i>construção</i>, nomeadamente no setor dos <i>transportes e armazenagem</i>, bem como da <i>eletricidade, gás, vapor, (...), de consultoria, científicas, técnicas e similares e das atividades administrativas e dos serviços de apoio</i>. Desenvolvimento do setor do Turismo tirando proveito dos recursos naturais e patrimoniais, requalificando o setor da restauração e das infraestruturas de alojamento. Definição de estratégias de captação de investimento na área da <i>educação</i>, especialmente dirigidos à conclusão do ensino secundário e à formação ao longo da vida.	Crescimento da economia de outros concelhos, tornando atrativa a fixação de novas empresas e crescimento das existentes, particularmente em concelhos como o Crato, Gavião e Elvas, que duplicaram ou quase duplicaram o VAB neste período, tendo o Crato quase triplicado também o volume de negócios. Atratividade exercida por médias e grandes empresas e/ou por empresas especializadas em setores que exigem maiores qualificações, sediadas noutros concelhos da região (potencialmente representando um maior rendimento e poder de compra).

3. Economia e empregabilidade

Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Características da população empregada	A maioria do pessoal ao serviço das empresas em Fronteira trabalhava nos setores da <i>agricultura, produção animal, (...), nos transportes e armazenagem e no comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)</i> .	Fronteira regista a menor proporção de TCO com, pelo menos, o ensino secundário completo da região.	Articulação de estratégias (entre os parceiros da Rede Social e as empresas) para a promoção da conclusão do ensino secundário e formação ao longo da vida para os trabalhadores residentes no concelho.	Atratividade exercida pelos maiores concelhos da região na captação e fixação de trabalhadores com o ensino secundário completo e com ensino superior.
Empregabilidade	Decréscimo do número de desempregados. Os ganhos médios superiores no setor da <i>agricultura, produção animal, (...)</i> em Fronteira, são os terceiros mais elevados da região, embora com elevada disparidade entre sexos.	É mais difícil encontrar emprego acima dos 55 anos de idade em Fronteira do que, em geral, na região ou a nível nacional. Os rendimentos são tendencialmente mais baixos no concelho de Fronteira, do que na região, e o aumento não foi proporcional equiparado ao aumento médio na região e a nível nacional. 10% dos sujeitos passivos de IRS auferiam rendimentos equivalentes a situações de vulnerabilidade financeira.	Delinear estratégias para aumentar o nível médio de qualificação no concelho, de forma a progressivamente aumentar o rendimento bruto declarado e o poder de compra da população.	Aumento da disparidade de rendimentos entre o concelho e a média da região e entre esta e o total nacional.

Tabela 4. Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos às Vulnerabilidades e proteção social

4. Vulnerabilidades e Proteção Social				
Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Vulnerabilidades e Proteção Social	Tendência de diminuição do número de beneficiários do subsídio de desemprego e do RSI. Pensões de velhice das mais elevadas da região.	Aumento da dependência de medidas de proteção social, com aumento do nº de beneficiários de abono de família, do subsídio de doença, da prestação social para a inclusão e dos pensionistas. Redução do nº de beneficiários de licença parental inicial. Beneficiários do subsídio de desemprego concentrados nas faixas etárias mais jovens e mais velhas (até aos 29 anos e acima dos 50 anos). Os beneficiários da prestação social para a inclusão tinham maioritariamente entre 30 e 49 anos e, os restantes, 55 ou mais anos, podendo o apoio estritamente financeiro não ser suficiente para colmatar as suas vulnerabilidades. Pensões de invalidez e sobrevivência das mais baixas da região.	Estruturação e articulação das medidas de apoio local e regional já existentes, de forma a manter o Alentejo com a 2ª menor taxa de privação material e social severa. Criação de novas medidas de apoio e alargamento de medidas já existente para apoio local dirigido a situações de vulnerabilidade para as quais não exista ainda resposta estruturada. Criação de mecanismos de divulgação regular das medidas de proteção social disponibilizadas à população, de forma a evitar a ausência de ação social por desconhecimento.	A região do Alto Alentejo tem proporções tendencialmente superiores às nacionais no que diz respeito à população em situação de vulnerabilidade, seja devido à prevalência de incapacidades, seja pela incidência de alguns itens de privação material e social. Do conjunto de pessoas com incapacidade que residem em alojamentos coletivos, os alojamentos no âmbito do apoio social são o tipo de alojamento mais frequente.

Tabela 5. Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos à Educação e escolarização da população

5. Educação e escolarização da população				
Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Escolaridade da População residente	Melhoria da qualificação académica da população residente, pelo aumento do nº de residentes com o ensino secundário e ensino superior completo e redução significativa de indivíduos sem qualquer tipo de escolaridade.	Taxa de analfabetismo ainda é muito acentuada no concelho.	Delinear estratégias para aumentar o nível médio de qualificação no concelho, através de parcerias e/ou através da proposta de abertura de turmas dirigidas a adultos.	Aumento da disparidade de rendimentos entre o concelho e a região e, particularmente, relativamente a concelhos da região.
Caracterização da população escolar	Número de escolas no concelho supre as necessidades, relativamente ao número existente de alunos. Disponibilização, por parte do Município, de transporte gratuito aos alunos, dentro e fora do concelho, como promoção do acesso fácil à educação. Oferta não formal vasta e parcerias. Nova geração de encarregados de educação mais escolarizada.	Diminuição do nº de alunos no concelho. Ausência de oferta ao nível do ensino secundário no concelho. Falta oferta de educação musical desde o pré-escolar (no caso do Agrupamento de Escolas de Fronteira). Mais de metade dos alunos do concelho beneficiam de ASE (Ação Social Escolar).	Melhorar a oferta de ensino musical desde o pré-escolar, promovendo o desenvolvimento cognitivo que esta disciplina confere. Definição de estratégias de captação de investimento na área da <i>educação</i> , especialmente dirigidos ao acompanhamento ao estudo (ex. Centro de explicações).	A ausência de ensino secundário no concelho, faz com que os alunos saiam do concelho para terminar a escolaridade obrigatória, podendo levar ao aumento da migração para outros concelhos.

5. Educação e escolarização da população

Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
População docente	Maior parte (dois terços) dos docentes tem um vínculo contratual estável.	Corpo docente envelhecido, com mais de metade dos docentes com idades acima dos 51 anos. Cerca de um terço da população docente tem um vínculo contratual instável, o que levanta grande preocupação tendo em conta que a população docente está envelhecida.	Rejuvenescimento da população docente, sendo necessário criar condições de atratividade para receber os docentes colocados no concelho.	A existência de um corpo docente envelhecido poderá levar a uma grande saída de profissionais nos próximos anos, levando a uma grande rotatividade de docentes no Agrupamento.
Desempenho escolar	Classificações internas do 1º ciclo são superiores à média regional. Melhoria na taxa de retenção e desistência no concelho, nos 3 ciclos de ensino.	Aumento da taxa de retenção e desistência no 1º ciclo.		

Tabela 6. Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos aos Equipamentos e Infraestruturas Sociais e Associativas

6. Equipamentos e Infraestruturas Sociais e Associativas				
Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Sociais	O conjunto de respostas do SAAS é bastante completo, incluindo programas que dão resposta às diversas fases da vida da população residente. Articulação informal entre os parceiros sociais na sinalização e acompanhamento de situações de vulnerabilidade.	Falta de respostas para situações concretas, não só no concelho, mas a nível nacional. Falta de vagas nas ERPI's, com maior pressão na de Fronteira. Condições da estrutura do Centro de Dia é bastante antiga e com poucas condições.	Estabelecer parcerias com empresas e instituições privadas que possam complementar os apoios já disponíveis no concelho. Reavaliação das condições para atribuição do Cartão do Idoso, de forma a atualizar os critérios às novas realidades. Disponibilizar, através de parcerias, mais formação formal, particularmente na área das demências, para profissionais das SCM. Complementar a atuação no terreno face à sinalização de situações de vulnerabilidade, com um modelo ou manual de atuação, incluindo o circuito de informação e entidades a contactar, de forma a formalizar o trabalho desenvolvido e clarificar metodologias de atuação.	Prevalência de situações de vulnerabilidade e exclusão social, sem que seja possível atuar rapidamente. Custos elevados das respostas de ERPI, por comparação aos valores das pensões, que leva muitos idosos a ficarem sozinhos em casa, sem assistência, até mais tarde, por dificuldade em pagar os valores pedidos. Ingresso de idosos nas instituições cada vez mais tardia, leva a que estejam já muito dependentes de terceiros e/ou em fase de desenvolvimento de demências.

6. Equipamentos e Infraestruturas Sociais e Associativas

Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Associativas e Desportistas	Boa resposta ao nível de equipamentos, infraestruturas e modalidades desportivas, disponibilizados à população do concelho. Transporte gratuito, para públicos específicos, cedido pela Câmara Municipal para as piscinas descobertas nos meses do verão.		Criação de um Ginásio Municipal.	Fraca adesão às atividades, devido à divulgação tardia ou deficitária.
Saúde	Disponibilização, por parte dos bombeiros, de transporte gratuito, para públicos específicos, para consultas em hospitais do distrito de Portalegre e Évora. Bom serviço de enfermagem.	Falta de médicos de família (neste momento há apenas 1 médico). Número reduzido de Bombeiros.	Melhorar e/ou divulgar apoios dirigidos a atrair médicos para o concelho. Dinamização de ações de recolha de fundos e apoios para a aquisição de veículos para os Bombeiros Voluntários de Fronteira.	Perda de profissionais de saúde qualificados com dificuldade de reposição. Dificuldade em assegurar respostas de emergência por falta de profissionais e/ou equipamentos (ex. veículos de emergência).
Segurança	Existência de dois Postos Territoriais, o de Fronteira e o de Cabeço de Vide. Número ajustado de operacionais. Criação do GPAC, para atendimento de proximidade.			Decréscimo de população residente pode despoletar processos de redução de operacionais.
Culturais	Qualidade geral das instalações e equipamentos. Dinamização de atividades dirigidas aos públicos-alvo.	Divulgação pouco alargada de algumas atividades.	Promover sessões de cinema regulares no concelho. Criação de uma agenda cultural ou newsletter mensal, com as atividades previstas no concelho, públicas e privadas.	Fraca adesão às atividades, devido à divulgação tardia ou deficitária.

Tabela 7. Análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relativos à Auscultação aos Parceiros da Rede Social

7. Auscultação aos Parceiros da Rede Social				
Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Santa Casa da Misericórdia de Fronteira Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide	A ERPI de Cabeço de Vide tem instalações relativamente recentes (10 anos) e estão em bom estado, suprimindo as necessidades de utentes e funcionários. Número de funcionários adequado em todas as valências. Alimentação dos utentes é cuidada e a qualidade foi mantida ao longo do tempo. As lojas sociais, que ajudam a encontrar respostas para um maior número de pessoas em caso de vulnerabilidade. A sala de Snoezelen da SCMCV, que permite resposta especializada para crianças com características especiais e idosos.	No caso da SCMF, as instalações, quer da ERPI, quer do Centro de Dia/Convívio, quer da Creche estão a precisar de grandes obras de requalificação. Ausência de respostas (ainda que temporária) ao nível da animação sócio-cultural na SCMF. Dificuldade na contratação de pessoas com formação específica na área da geriatria e/ou ação médica.	Obras de melhoria dos espaços. Promoção formação na área das demências, para um maior apoio aos utentes que padecem desta patologia. Promover a contratação de novo/a animador/a sócio-cultural para a SCMF, de forma a promover a manutenção da saúde física e cognitiva dos utentes.	As ERPI em ambas as localidades encontram-se com a sua capacidade máxima praticamente completa, o que poderá dificultar as respostas a dar à população idosa que necessite desta resposta. Aumento dos casos de demência sentido por ambas as SCM, que torna a intervenção mais difícil juntos dos utentes. Dificuldade na contratação de novos funcionários. Necessidade de psicólogo, psicomotricista, fisioterapeuta, entre outros profissionais especializados.
Juntas de Freguesia de Fronteira, Cabeço de Vide e São Saturnino	Grande foco de todas as juntas no apoio à população e na manutenção da relação de proximidade com todos os seus fregueses.	No caso da JF de Cabeço de Vide, a ausência de registos sobre as situações de vulnerabilidade sinalizadas e acompanhadas.	Criar um registo de todas as situações de vulnerabilidade sinalizadas e acompanhadas em todas as Juntas de Freguesia.	No caso da JF de Cabeço de Vide, a situação financeira impede a dinamização de atividades.

7. Auscultação aos Parceiros da Rede Social

Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Juntas de Freguesia de Fronteira, Cabeço de Vide e São Saturnino	As JF dinamizam diversas atividades ao longo do ano, por sua iniciativa ou em parceria. Atividades são dinamizadas de acordo com as necessidades e características da população. Academia Sénior na JF de Fronteira, que permite uma maior ocupação da população idosa residente na freguesia. Boa coordenação, em todas as Juntas, com os diversos parceiros da Rede Social. Disponibilização de transporte gratuito, quer em Cabeço de Vide, quer em São Saturnino.	No caso da JF de São Saturnino, a população da freguesia é muito envelhecida e carece de resposta de ERPI na localidade.		Dificuldade de resposta, em todas as freguesias, ao envelhecimento da população, que leva a situações de isolamento e vulnerabilidade.
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fronteira	Boa sinalização e encaminhamento de situações de vulnerabilidade e/ou exclusão social, sempre que com elas se deparam. Boa resposta às necessidades da comunidade. As instalações foram alvo de obras em 2019, o que permitiu melhorar o espaço de trabalho e a qualidade na resposta às solicitações da população.	Número reduzido de recursos humanos (face ao passado), tendo, neste momento, apenas 18 bombeiros profissionais e 15 bombeiros voluntários. Número reduzido de viaturas, devido ao elevado valor de aquisição das mesmas.	Promoção de parcerias com outras entidades para a aquisição de novas viaturas de combate e/ou de suporte de vida. Divulgação de linhas de apoio (ex. SOSolidão, SOS Pessoa Idosa), a fim de mitigar o número de chamadas que acabam por se revelar desnecessárias.	Custo elevado das viaturas dificulta o investimento em novas viaturas de combate a incêndios e de suporte de vida. Cada vez menos pessoas pretendem integrar a profissão, o que poderá ser uma ameaça ao nível da contratação de recursos humanos.

7. Auscultação aos Parceiros da Rede Social

Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fronteira	Formação de mais 6 profissionais em INEM. Protocolo com o Agrupamento de Escolas de Fronteira para integração e capacitação de jovens com dificuldades de aprendizagem e/ou desinteresse na escola.		Promover atividades de convívio regular dirigidas à população idosa.	Situações de isolamento e solidão em idosos levam a algumas chamadas para os bombeiros, com pedidos de auxílio que, na verdade, são apenas chamadas de atenção, o que leva à mobilização de operacionais que depois se conclui ser desnecessária.
Guarda Nacional Republicana (GNR)	Boas instalações, alvo de obras de requalificação recentes. A dinamização de diversas ações de sensibilização junto da população. Articulação com o Núcleo de Programas Especiais da GNR de Portalegre, que confere uma resposta mais completa à população idosa.		Criar base de dados partilhada com o programa Escola Segura da GNR, sobre o tipo de apoios e número de pessoas abrangidas pelos mesmos. Ações de sensibilização junto das comunidades imigrantes, no sentido da sua integração na comunidade local, integração de regras e costumes e diminuição da criminalidade.	Aumento da imigração no concelho, que tem levado ao aumento de criminalidade e de problemas sociais. Falta de respostas sociais (ao nível local/regional/nacional) para situações de vulnerabilidade nos idosos e nos casos de violência doméstica. Aumento de problemas mentais no concelho, que não têm resposta na rede de saúde pública.

7. Auscultação aos Parceiros da Rede Social

Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Agrupamento de Escolas de Fronteira	Boa articulação com a Rede Social do concelho. Agrupamento bastante ativo ao nível de atividades extra-curriculares. Obras de requalificação recentes, que melhoraram as condições do exterior da escola, promovendo espaços de convívio abrigados e dois parques infantis para as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo. Biblioteca Escolar bastante ativa, promovendo diversos clubes de leitura e escrita, e workshops e oficinas.	Ausência de escola de música. Ausência de aulas de tiro-ao-arco, que, no passado, deu títulos à escola em competições. Climatização no tempo quente é deficitária e necessita de intervenção. Ausência do nível de Ensino Secundário, o que leva à desmobilização de alunos para concelhos vizinhos, nomeadamente, Estremoz, Sousel e Alter-do-Chão.	Criação de uma escola de música, desde o pré-escolar. Melhoria da climatização para tempo quente, especialmente em espaços que sejam mais usados durante os meses quentes.	Baixa natalidade no concelho poderá levar a que haja cada vez menos alunos para frequentar as escolas do concelho. População docente bastante envelhecida e desgastada, o que poderá levar à falta de docentes num futuro próximo.
Atlético Clube Fronteirense	Grande foco na formação de jovens atletas. Boas instalações desportivas, quer em número, quer em qualidade das infraestruturas. Participação em competições a nível nacional. Receção de equipas em estágio, quer de futebol, quer de andebol. Boa divulgação das atividades nas redes sociais de cada modalidade do clube desportivo.	Gratuidade dos equipamentos e atividades para a população. Comunicação das atividades dispersa pelas redes sociais de cada modalidade.	A implementação de um valor mensal simbólico para a utilização dos equipamentos e infraestruturas, bem como para a frequência nas diferentes modalidades, como forma de ajudar o clube a promover o compromisso dos atletas e dos pais, e manter as atividades, equipamentos e infraestruturas.	A utilização dos equipamentos desportivos e a frequência nas diversas modalidades do clube é feita de forma gratuita para os utilizadores e participantes, o que, muitas vezes, leva a falta de compromisso por parte de pais e atletas. Associativismo ser cada vez mais difícil de manter por falta de voluntários.

7. Auscultação aos Parceiros da Rede Social

Dimensões	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Boa articulação com os diversos parceiros da Rede Social, que facilita as respostas a dar em casos urgentes. Grande preocupação para responder às situações de forma adequada e justa. Diversas ações de sensibilização e iniciativas, na área da prevenção dos maus-tratos e na área da educação emocional e parental.	Apesar da atuação no terreno, face à sinalização de situações de vulnerabilidade, funcionar bem, falta formalizar o circuito de informação e entidades a contactar, de forma a formalizar o trabalho desenvolvido e clarificar metodologias de atuação.	Desenvolvimento de mais trabalho ao nível da prevenção das situações de maus-tratos. Complementar a atuação no terreno face à sinalização de situações de vulnerabilidade, com um modelo ou manual de atuação, incluindo o circuito de informação e entidades a contactar, de forma a formalizar o trabalho desenvolvido e clarificar metodologias de atuação.	O trabalho a desenvolver ao nível da proteção das crianças e jovens em risco.

CAPÍTULO IV

ANEXOS

ANEXO I

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA

O conhecimento da demografia de uma população, em termos restritos, do volume, estrutura e distribuição no território, permite identificar e quantificar diferentes grupos populacionais e elaborar políticas informadas acerca dos problemas assinalados em determinado grupo, de um território específico.

É por este motivo que analisamos as dinâmicas demográficas municipais através do estudo do estado da população (ou variáveis macrodemográficas) no que toca ao seu volume, estrutura e distribuição no território, sempre tendo em conta a sua inserção na região a que pertence.

Apostou-se numa lógica comparada de apresentação de informação, pelo que, para além dos dados relativos a **Fronteira**, se apresentam, quando relevante, as características dos restantes concelhos da NUT III Alto Alentejo.

Para a caracterização do território, recorreu-se a informação retirada da base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), do PORDATA, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e do site da Câmara Municipal de Fronteira, assim como a dados cedidos pela Câmara Municipal (Carta Social 2023, Diagnóstico Social 2024 e Plano de Desenvolvimento Social 2024) e disponíveis para consulta pública no site da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA).

Para a caracterização demográfica recorreu-se à base de dados censitários de 1991, 2001, 2011 e 2021 e às Estimativas da População⁴ publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE) para o período 1992-2023.

Uma vez caracterizada a população do município, estabeleceram-se hipóteses de evolução para os principais indicadores necessários à elaboração de uma projeção da população, a saber: a distribuição da população por grandes grupos etários, a relação de Masculinidade à Nascimento, a Taxa de Fecundidade por Grupo Etário da Mãe, o Índice Sintético de Fecundidade, a Esperança Média de Vida à Nascimento e o Saldo Migratório.

Para a projeção da população apresentam-se 4 cenários evolutivos:

- Cenário sem migrações – onde se projeta a população sem influência dos movimentos migratórios, sendo, em tudo o resto, semelhante ao cenário moderado;
- Cenário Moderado – em que se adotam hipóteses moderadas de evolução dos indicadores, representando o cenário mais provável;
- Cenário Otimista – em que se adotam hipóteses otimistas de evolução dos indicadores, representando uma extrapolação positiva dos indicadores analisados,
- Cenário Pessimista – em que se adotam hipóteses pessimistas de evolução dos indicadores, representando uma extrapolação negativa dos indicadores analisados.

A margem de erro da projeção aumenta à medida que se avança nos anos projetados, pelo que se optou por uma projeção a 10 anos. Deve ser tida em conta a projeção para 2030 como a mais fiável

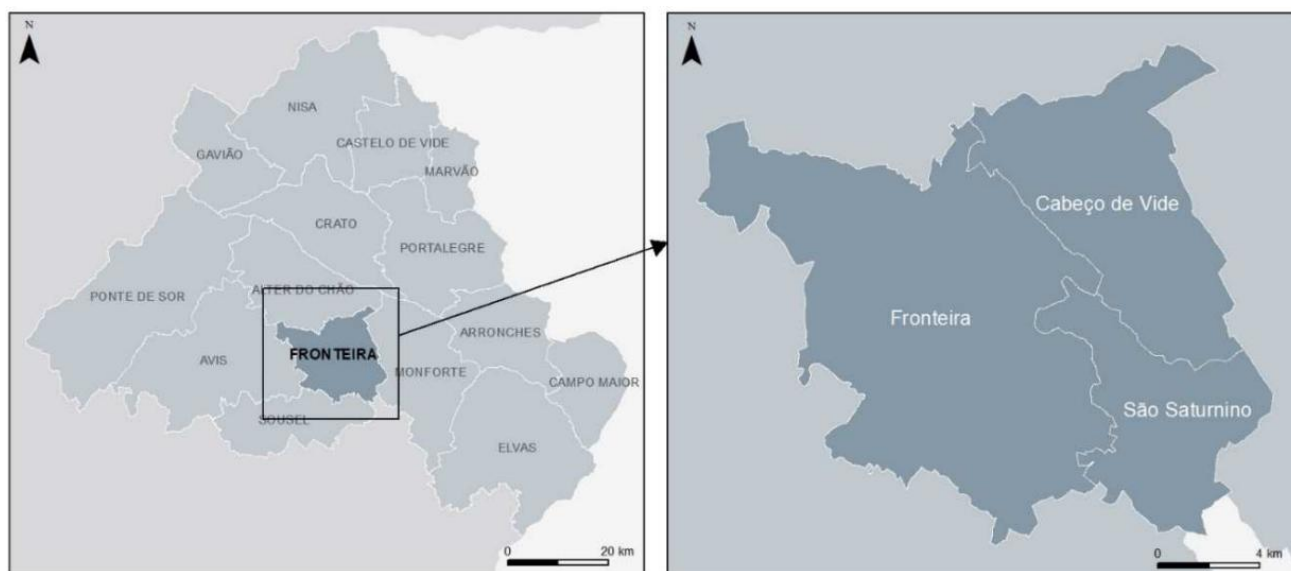
4 Os censos da população são questionários aplicados a nível nacional e de 10 em 10 anos com o objetivo de quantificar a população da forma mais rigorosa possível. As estimativas da população são elaboradas pelo INE com base nos últimos dados censitários disponíveis e que, ponderando a influência de diversos indicadores sociais, económicos, políticos, ambientais, etc., na dinâmica da população, pretendem estimar que população existe em determinado território num dado ano intercensitário.

e a projeção a 2035 como uma extrapolação das tendências de forma a vincar as consequências da manutenção dessas mesmas tendências como até aqui (2021).

Distribuição da população no território

Inserido na Região do Alentejo, o Município de **Fronteira** integra a NUT III Alto Alentejo (Figura 2), o distrito de Portalegre, fazendo parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), que inclui, para além de **Fronteira**, os restantes municípios da NUT III Alto Alentejo: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre e Sousel.

Figura 2. Localização de Fronteira na NUT e subdivisão por freguesias



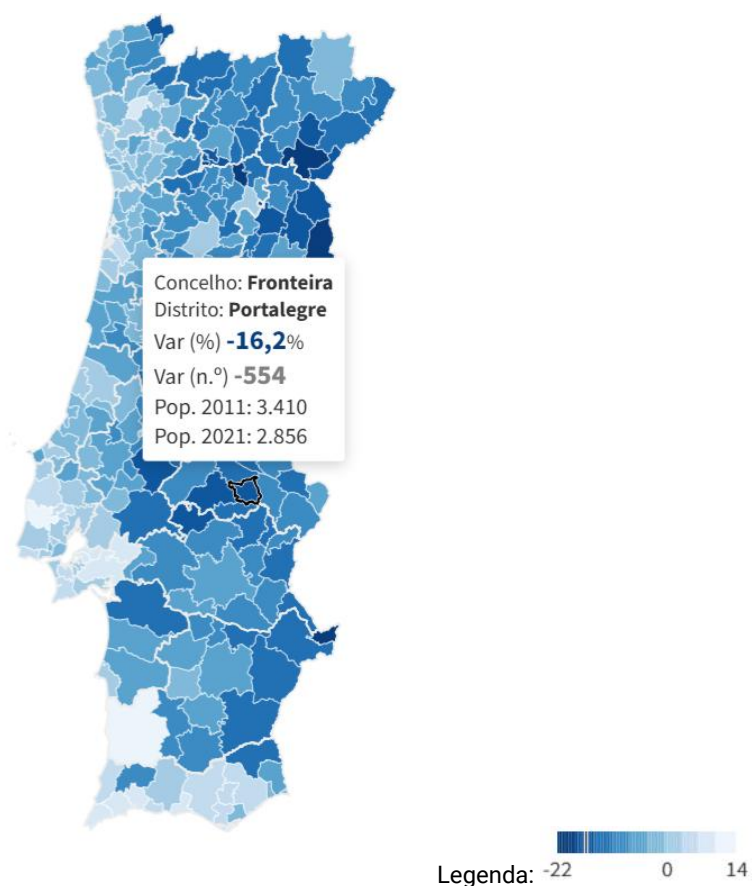
Fonte: Carta Educativa de Fronteira, 2023-2033.

Fronteira estende-se por uma área de 248,6 Km², apresentando um comprimento máximo de 20 Km do extremo Norte ao extremo Sul e 23 Km de Este a Oeste.

Em 2021, o município de **Fronteira** representava 2,7% da população do Alto Alentejo e a sua população decresceu entre 2011 e 2021 em 552 habitantes (em 2011 contava com 3410 habitantes) (Figura 3).

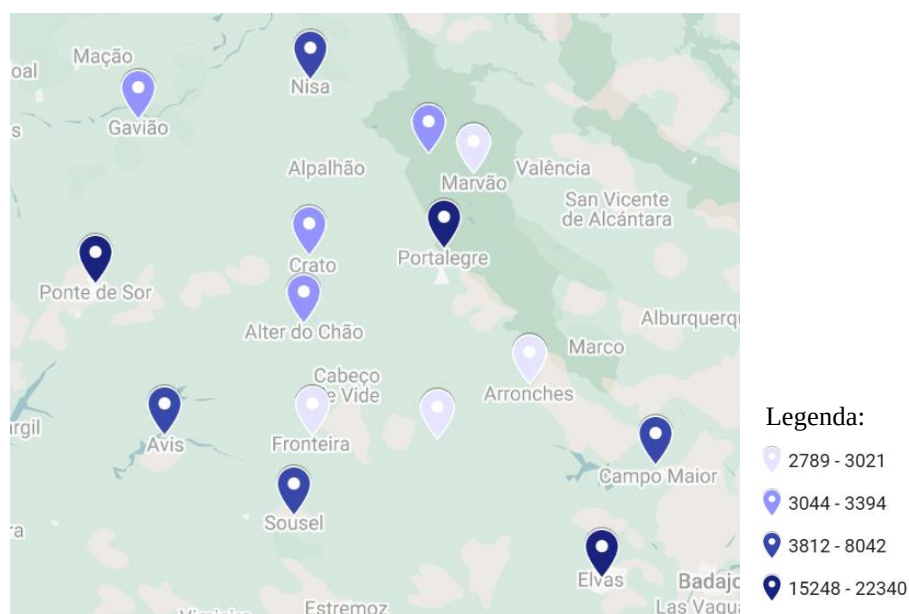
Na região Alto Alentejo, o município com mais população em 2021 era Portalegre, seguido de Elvas e Ponte de Sôr, e o município com menos população era Arronches, seguido de **Fronteira** e Monforte, todos com menos de 3 mil habitantes (Figura 4).

Figura 3. Variação populacional no concelho de Fronteira, 2011, 2021



Fonte: Jornal Expresso, dados definitivos do XV Recenseamentos Gerais da População e dados preliminares do XVI Recenseamentos Gerais da População. Diferença de 2 indivíduos, face aos resultados definitivos em 2021.

Figura 4. População residente nos municípios da NUT III Alto Alentejo, 2021



Fonte de dados: INE, XVI Recenseamentos Gerais da População.

Comparando os municípios do Alto Alentejo, verificamos uma diversidade no que diz respeito à densidade populacional (Figura 5): os municípios com menor densidade populacional à data dos censos 2021 eram Avis, Monforte e Crato; o município com maior densidade populacional era Portalegre, seguido de Elvas.

Com uma população residente de 2858 habitantes e 248,6 Km², **Fronteira** tinha aproximadamente 12 hab/ Km² em 2021.

Figura 5. Densidade populacional (habitantes por Km²) dos municípios da NUT III Alto Alentejo, 2021

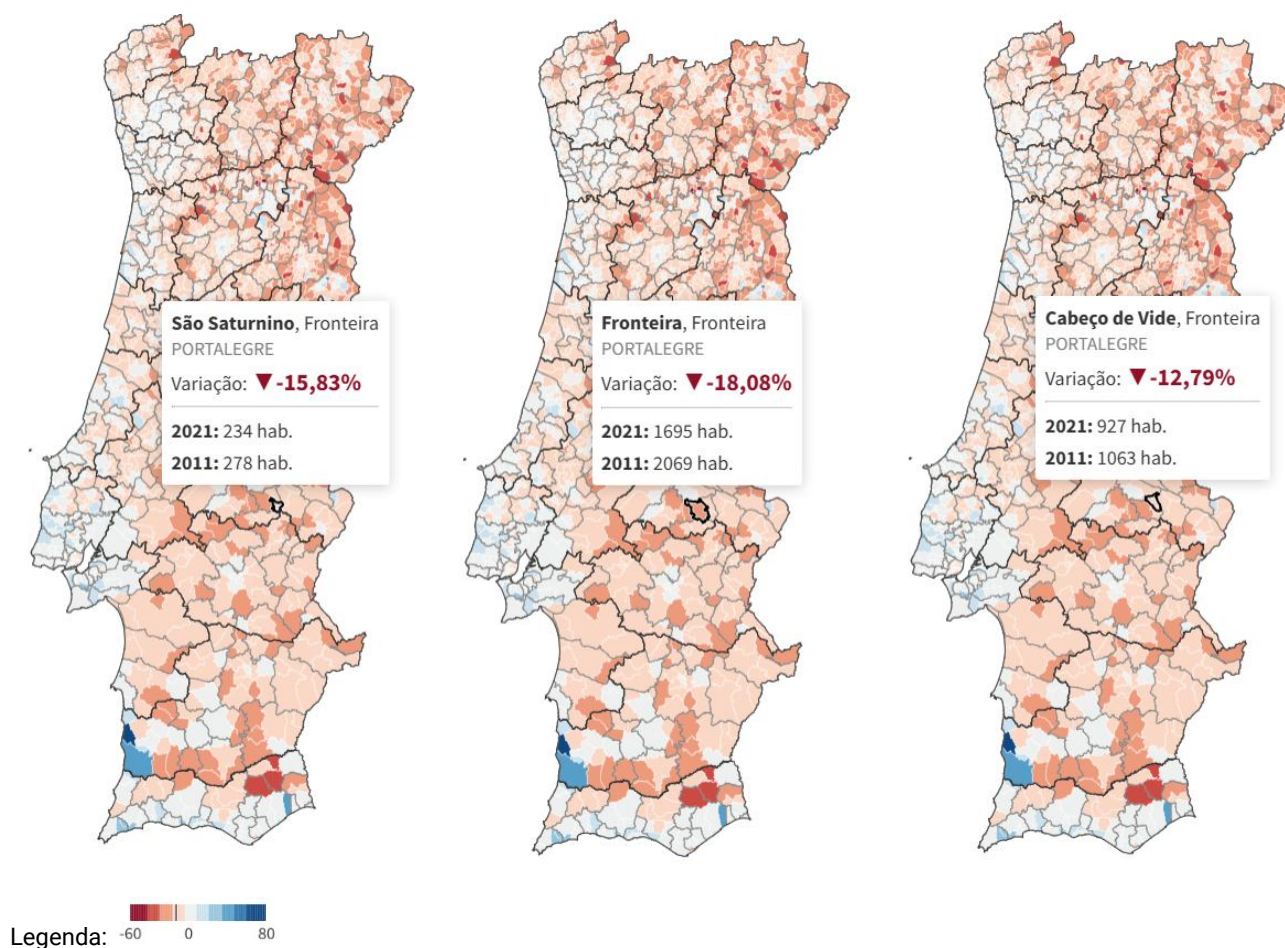


Fonte de dados: INE, XVI Recenseamentos Gerais da População.

Constituída por 3 freguesias – Cabeço de Vide, Fronteira e São Saturnino – verificou-se em Fronteira uma perda relativa de população em todas as freguesias, com uma variação populacional entre 13% e 18% (Figura 6).

Fronteira continuava a ser a freguesia com maior peso populacional no município em 2021 (59,3%), embora com perda de densidade populacional, de 16 para 12 hab/Km² entre 2001 e 2021 (Tabela 8). A freguesia de Cabeço de Vide, pelo contrário, aumentou o seu peso entre 2001 e 2021, para os 32,5%. No entanto, perdeu, também, densidade populacional, contando com 14 hab/Km² em 2021 (menos 3 do que em 2001). A freguesia de São Saturnino mantém-se como a de menor peso no concelho, registando uma redução na densidade populacional de 8 hab/Km² em 2001 para 6 hab/Km² em 2021.

Figura 6. População residente nas freguesias do concelho de Fronteira e variação populacional, 2021-2011



Fonte: Jornal Expresso, dados definitivos do XV Recenseamentos Gerais da População e dados preliminares do XVI Recenseamentos Gerais da População. Diferença de 2 indivíduos, face aos resultados definitivos em 2021.

Tabela 8. Proporção no Município e densidade populacional (habitantes por Km²) das freguesias do município de Fronteira, 2001, 2011 e 2021

	Proporção da freguesia no Município			Densidade Populacional		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Cabeço de Vide	30,4	31,2	32,5	17,3	16,2	14,1
Fronteira	60,6	60,7	59,3	16,1	14,6	12,0
São Saturnino	9,1	8,2	8,2	8,0	6,7	5,7

Fonte de dados: INE, XIV, XV, XVI Recenseamentos Gerais da População.

A Estrutura da população

A estrutura da população de **Fronteira** sofreu alterações consideráveis ao longo dos últimos 30 anos (Figura 7).

Segundo os dados censitários, a população entre os 0 e os 14 anos diminuiu o seu peso no município de 17% (691 residentes) em 1991 para 10% (298 residentes) em 2021. De notar que, entre 2001 e 2011, a proporção de população nesta faixa etária se manteve nos 13% (481 residentes em 2001 e 438 residentes em 2011).

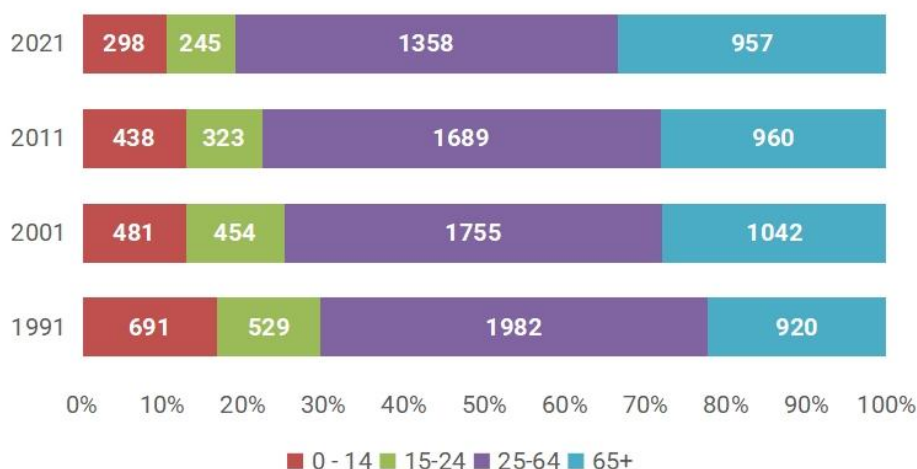
O mesmo se verifica para a população dos 15 aos 24 anos entre 2011 e 2021, a manter a proporção de 9% do total da população de **Fronteira**, embora essa manutenção resulte das alterações noutras faixas etárias, pois o efetivo reduziu de 323 residentes para 245 residentes.

A população adulta dos 25 aos 64 anos voltou em 2021 à mesma proporção de 1991, mas com uma perda de efetivo: se em 1991 **Fronteira** tinha 1982 residentes nesta faixa etária, em 2021 passaram a 1358 residentes.

À semelhança de muitos outros concelhos, **Fronteira** apresenta um aumento, quer em proporção, quer em efetivo, de residentes com 65 ou mais anos: se em 1991 o concelho contava com 22% de residentes nesta faixa etária, em 2021 passou a contar com 33%, com um aumento de 920 para 957 residentes.

De notar que, em 1991, 30% da população de **Fronteira** tinha até 24 anos. Em 2021, não chega aos 20%. Já a população com 65 ou mais anos, ultrapassou esse peso, representando 33% da população de **Fronteira** em 2021.

Figura 7. Distribuição da população de Fronteira por grandes grupos etários, censos 1991, 2001, 2011 e 2021



Fonte: INE, cálculos próprios.

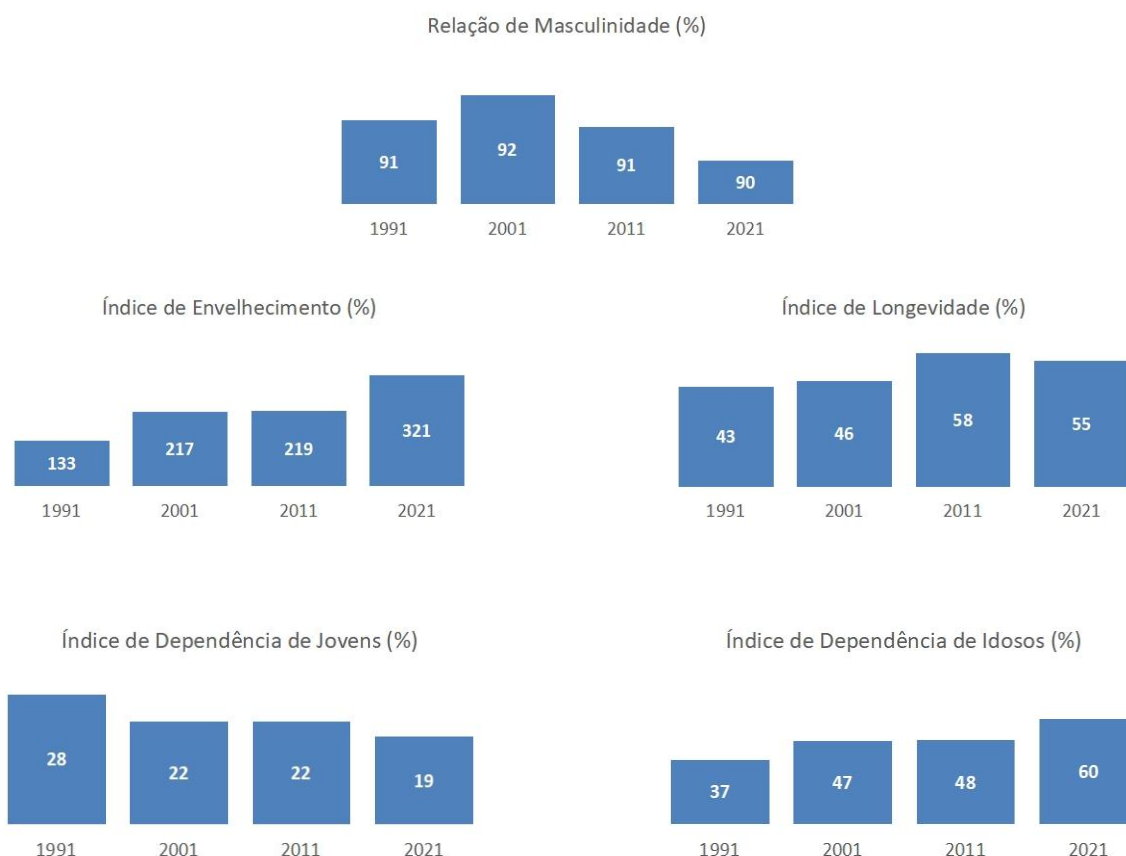
Analisemos a relação de masculinidade e os índices de estrutura (Figura 8).

Em 1991 existiam em **Fronteira** aproximadamente 91 homens por cada 100 mulheres, em 2021 verificou-se uma redução para 90 homens por cada 100 mulheres.

Ao analisarmos os índices de estrutura, deparamo-nos com alterações ainda mais profundas:

- O índice de envelhecimento⁵ é 2,4 vezes superior em 2021 face a 1991;
- O índice de longevidade⁶ aumentou 12%, logo a população é, não só, mais envelhecida como vive mais tempo;
- O índice de dependência⁷ total aumentou em 14%, apesar da redução do índice de dependência de jovens, influenciado pelo aumento do índice de dependência de idosos que quase duplicou;
- Em 2021 existiam menos 105 residentes em idade ativa por cada 100 idosos do que em 1991, agravando o índice de sustentabilidade potencial⁸.

Figura 8. Relação de Masculinidade e Índices de Estrutura em Fronteira, 1991, 2001, 2011 e 2021



⁵ O índice de envelhecimento indica quantos idosos existem por cada 100 jovens.

⁶ O índice de longevidade reflete a proporção de pessoas com 75 ou mais anos sobre o total da população idosa (65 ou mais anos).

⁷ Os índices de dependência medem o peso (dependência) sobre a população em idade ativa da população jovens, idosa ou de ambas (total).

⁸ O índice de sustentabilidade potencial reflete quantas pessoas em idade ativa existem por cada 100 idosos.

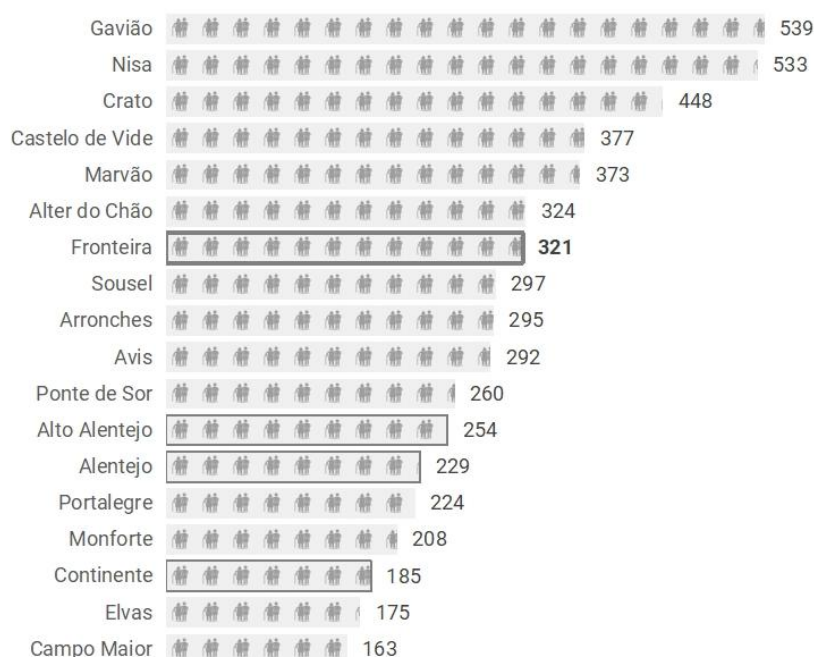


Fonte: INE - XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, cálculos próprios.

No conjunto dos concelhos do Alto Alentejo, **Fronteira** situava-se a meio, não sendo dos mais envelhecidos, nem dos menos envelhecidos da região em 2021 (Figura 9). Ainda assim, conta com quase mais 1/3 de idosos por cada 100 jovens do que o conjunto do Alentejo.

Os concelhos mais envelhecidos do Alto Alentejo em 2021 eram Gavião e Nisa; os menos envelhecidos Campo Maior e Elvas. Estes últimos eram ainda os únicos concelhos do Alto Alentejo cujo índice de envelhecimento se situava abaixo do verificado no Continente.

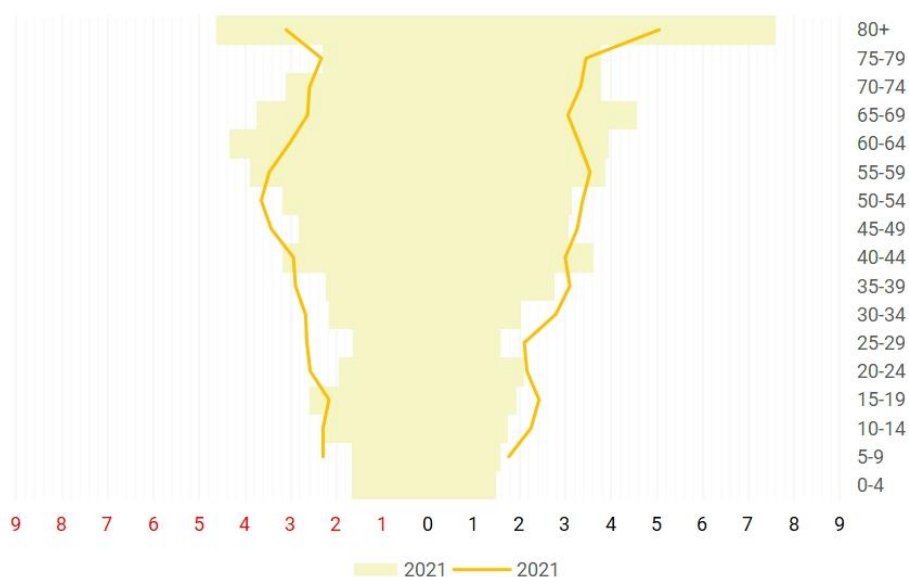
Figura 9. Índice de envelhecimento, Continente, Alentejo, Alto Alentejo e municípios do Alto Alentejo, 2021



Fonte: INE - XVI Recenseamentos Gerais da População.

Pela análise anterior e a partir da observação da pirâmide etária de **Fronteira** (Figura 10), fica patente a tendência de duplo envelhecimento da população, quer pelo envelhecimento na base da estrutura etária (diminuição da população dos 0-14 anos) quer pelo envelhecimento no topo (aumento da população com 65 e mais anos).

Figura 10. Pirâmides etárias, Fronteira, 2011 e 2021



Fonte: INE - XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, cálculos próprios.

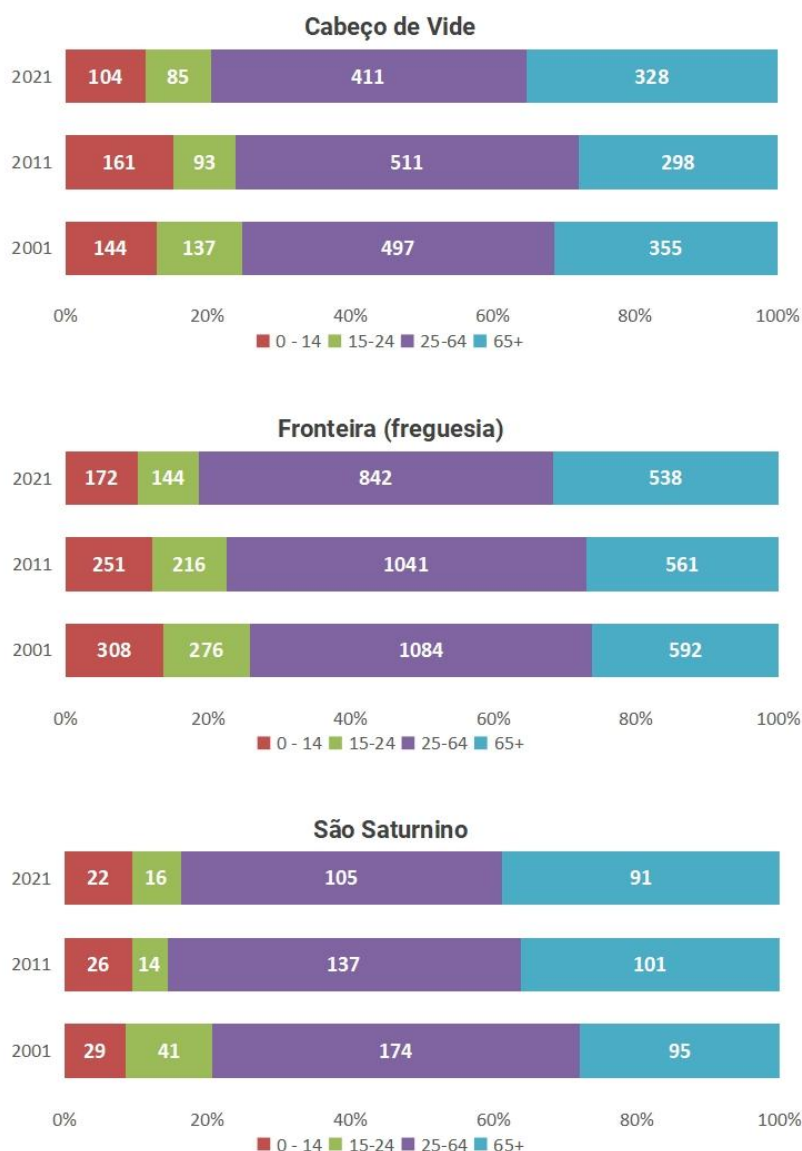
Na distribuição da população das freguesias de **Fronteira** por grandes grupos etários (Figura 11) verifica-se que, entre 2011 e 2021, a população dos 0 aos 14 anos decresceu o seu peso em todas as freguesias, com perda efetiva de residentes nesta faixa etária.

Na população dos 15 aos 24 anos verifica-se um ligeiro acréscimo em São Saturnino (mais 2 residentes) em 2021. Já Cabeço de Vide mantém em 2021 a proporção de população nesta faixa etária face a 2011, com uma ligeira perda de efetivo populacional (de 93 para 85 residentes) e Fronteira perde população, quer em peso (10% para 8%), quer em efetivo (de 216 para 144 residentes).

Em 2021, a população dos 25 aos 64 anos de Cabeço de Vide voltou ao peso relativo que tinha em 2001 (depois de ter aumentado em 2011), mas perdeu mais efetivo populacional: tinha 411 residentes nesta faixa etária em 2021, menos 100 do que em 2011. Em Fronteira, entre 2011 e 2021, manteve-se a proporção de população entre os 25 e os 64 anos, embora essa manutenção resulte das alterações noutras faixas etárias, pois o efetivo reduziu em cerca de 200 residentes (de 1041 em 2011 para 842 em 2021). São Saturnino perdeu população, quer em peso, quer em efetivo, passando de 137 para 105 residentes com idades entre os 25 e os 64 anos.

A população com 65 ou mais anos aumentou em peso relativo e em efetivo em todas as freguesias: em 2021 Cabeço de Vide tinha 328 residentes (35% da população da freguesia), Fronteira tinha 538 residentes (32% da população da freguesia) e São Saturnino tinha 91 residentes (39% da população da freguesia) nesta faixa etária.

Figura 11. Distribuição da população das freguesias de Fronteira por grandes grupos etários, censos 2011, 2021



Fonte: INE - XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, cálculos próprios.

A freguesia de São Saturnino era, até 2011, a única cuja relação de masculinidade (Tabela 9) apontava para um número superior de homens do que de mulheres (104 homens por cada 100 mulheres em 2011). Em 2021, pelo contrário, a freguesia tinha 90 homens por cada 100 mulheres. Cabeço de Vide e Fronteira também tinham, em 2021, menos homens do que mulheres (88 homens e 91 homens por cada 100 mulheres, respetivamente).

Ao analisarmos a evolução do índice de envelhecimento (IE), verificamos um ligeiro decréscimo em Cabeço de Vide em 2011, aumentando novamente em 2021. Fronteira e São Saturnino apresentam um aumento progressivo deste índice nos anos censitários.

Em 2021, a freguesia mais envelhecida do concelho de **Fronteira** era São Saturnino (414 idosos por cada 100 jovens), seguida de Cabeço de Vide e Fronteira (315 e 313 idosos por cada 100 jovens, respetivamente).

Os índices de dependência de jovens diminuíram em Cabeço de Vide e Fronteira, consequência do decréscimo de população jovem; e aumentaram em São Saturnino, devido ao decréscimo de população adulta. Os índices de dependência de idosos aumentaram em todas as freguesias. O peso conjunto da população jovem e idosa sobre a população adulta decresceu ligeiramente em Cabeço de Vide (de 79 para 77 dependentes por cada 100 adultos) e aumentou em Fronteira (de 66 para 72 dependentes por cada 100 adultos) e, particularmente, em São Saturnino (de 58 para 93 dependentes por cada 100 adultos).

Tabela 9. Relação de Masculinidade e Índices de Estrutura nas freguesias de Fronteira, 2011 e 2021

		RM (%)	IE (%)	IDJ (%)	IDI (%)	IDT (%)	ISP (%)
Cabeço de Vide	2001	89,1	246,5	22,7	56,0	78,7	178,6
	2011	86,2	185,1	26,7	49,3	76,0	202,7
	2021	88,2	315,4	11,3	66,1	77,4	151,2
Fronteira	2001	91,7	192,2	22,6	43,5	66,2	229,7
	2011	92,3	223,5	20,0	44,6	64,6	224,1
	2021	91,4	312,8	17,4	54,6	72,0	183,3
São Saturnino	2001	106,7	327,6	13,5	44,2	57,7	226,3
	2011	104,4	388,5	17,2	66,9	84,1	149,5
	2021	90,2	413,6	18,2	75,2	93,4	133,0

Fonte: INE - XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, cálculos de autor.

Legenda: RM – Relação de Masculinidade; IE – Índice de Envelhecimento; IDJ – Índice de Dependência de Jovens; IDI – Índice de Dependência de Idosos; IDT – Índice de Dependência Total; ISP – Índice de Sustentabilidade Potencial.

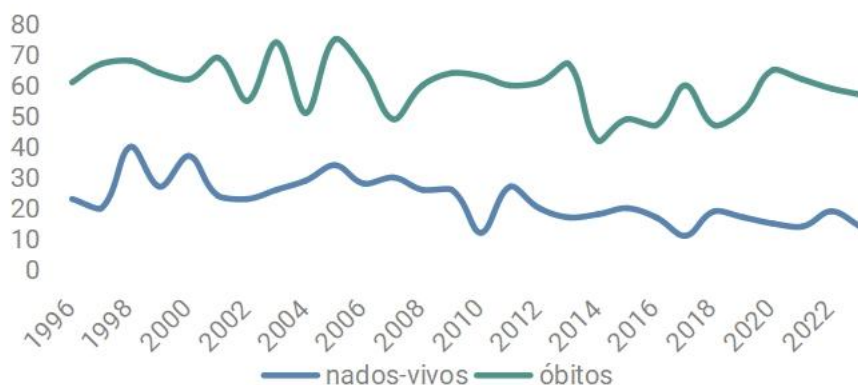
Natalidade, Mortalidade e Migrações

Como parte integrante da análise da população e passo essencial para a projeção da população de **Fronteira**, focamo-nos em três classes de acontecimentos que influenciam o estado da população - os nascimentos, os óbitos e os movimentos da população - que se traduzem nos conceitos principais (ou variáveis microdemográficas) e que fazem a ponte entre o estado atual da população e a sua projeção no futuro: a fecundidade, a mortalidade e as migrações.

O número de nados-vivos em **Fronteira**, de 1996 até 2023 (Figura 12), foi sempre inferior ao número de óbitos. Assim, a taxa de crescimento natural (Figura 13) apresenta-se negativa e a taxa de crescimento efetivo é influenciada de forma determinante pela taxa de crescimento migratório, que

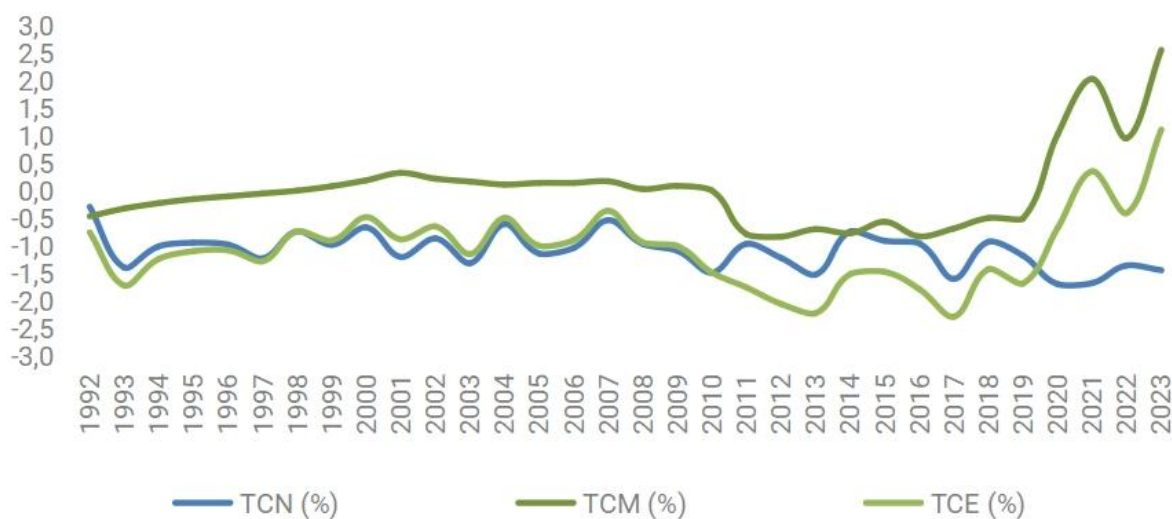
apesar das suas variações anuais, se mantém muito próxima de uma taxa nula ou é mesmo negativa, ao longo da maior parte dos anos. Só a partir de 2020 se vê uma taxa de crescimento migratório positiva.

Figura 12. Nados-vivos e óbitos, Fronteira, censos 1996 e 2023



Fonte: Estatísticas da População residente, INE.

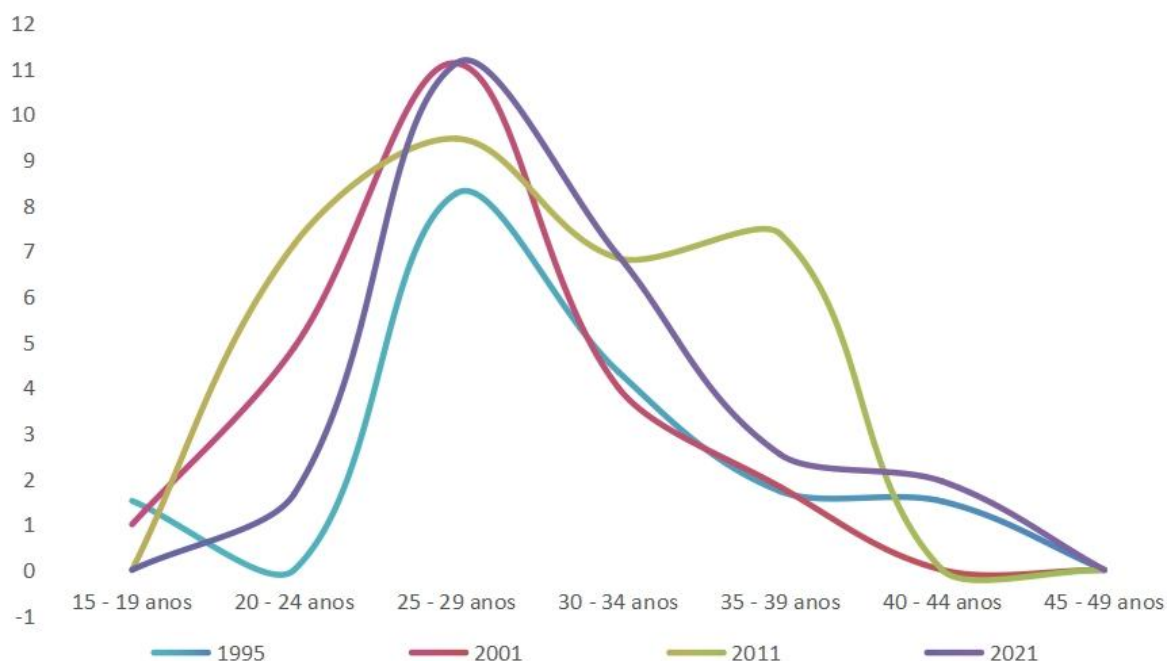
Figura 13. Taxas de Crescimento Natural (TCN), Migratório (TCM) e Efetivo (TCE), Fronteira, 1992-2023



Fonte: Saldo Natural e Saldo Migratório – Estatísticas da População residente INE, cálculos próprios.

A taxa de fecundidade por grupo etário da mãe (TF/GE) permite-nos perceber que, entre 1995 e 2021 se verificou um adiamento da maternidade, i. e., na curva de 2021 verificaram-se menos nascimentos por cada 100 mulheres na faixa etária até aos 24 anos e um aumento nas faixas etárias a partir dos 30 anos e, particularmente, a partir dos 40 anos, quando comparado com a curva de 1995 (Figura 14).

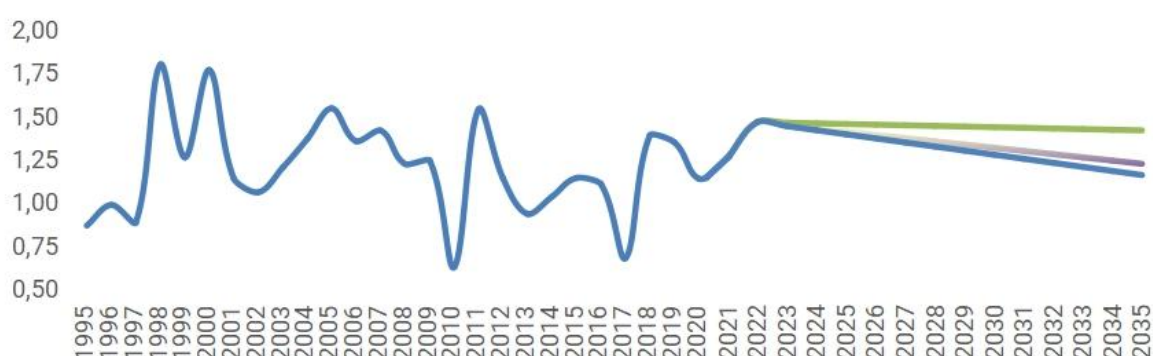
Figura 14. Taxa de Fecundidade por grupo etário da mãe, Fronteira, 1995, 2001, 2011 e 2021



Fonte: Estatísticas da População residente INE, cálculos próprios.

O índice sintético de fecundidade (ISF) indica-nos também que em **Fronteira** uma mulher no final do seu período fértil (49 anos) deixou em média 1,21 filhos em 2021 (Figura 15). Assim, verificamos o adiamento da maternidade e a não renovação de gerações durante este período, já que para que uma população renove a geração anterior, cada mulher deve deixar em média 2,1 filhos.

Figura 15. Índice Sintético de Fecundidade, Fronteira, 1995-2021 e projeção 2022-2035 por cenário



Legenda: — Histórico — Pessimista — sem migrações/moderado — otimista

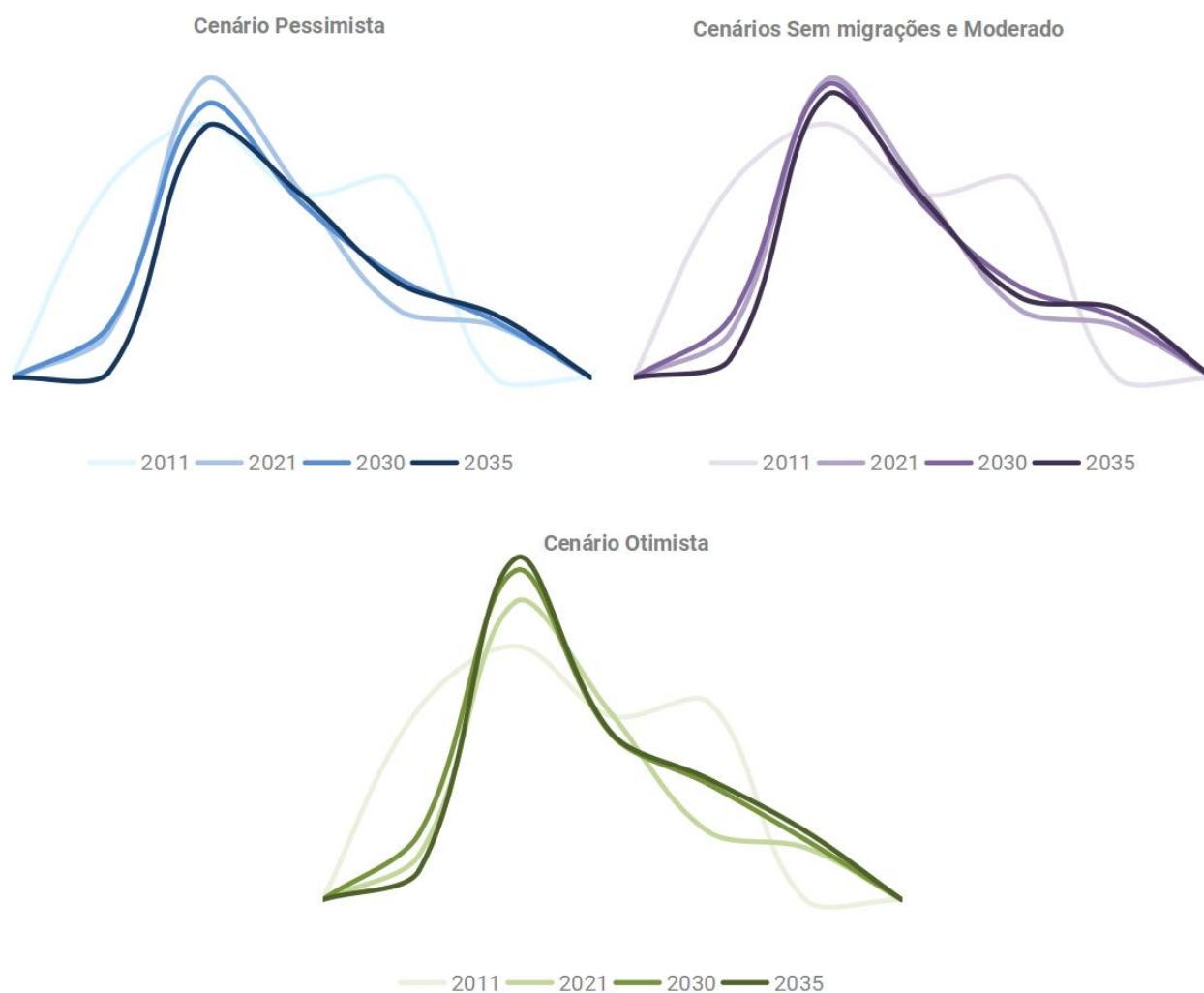
Fonte de dados: Estatísticas do INE; XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, cálculos e projeção próprios.

Tendo em conta esta análise, estabeleceu-se como pressupostos:

- Cenário pessimista: a TF/GE e o ISF decrescerão, refletindo o adiamento da maternidade (decrécimo das TF/GE até aos 29 anos e dos 35 a 39 anos e aumento entre os 30 e os 34 anos e entre os 40 e os 44 anos) e assumindo-se o valor médio de 1,11 filhos por mulher em 2035;
- Cenário sem migrações/moderado: adotou-se um decréscimo menos acentuado até aos 29 anos e dos 35 a 39 anos e aumento ligeiramente maior entre os 40 e os 44 anos, colocando o ISF em 1,17 filhos por mulher em 2035;
- Cenário otimista: assumiu-se um decréscimo menos acentuado entre os 20 e os 24 anos e um aumento a partir dos 25 anos, chegando a um ISF de 1,35 filhos por mulher em 2035.

Assim, para cada um dos cenários, a evolução seria a proposta na Figura 16.

Figura 16. Taxa de Fecundidade por grupo etário da mãe em 2011 e 2021 e projeção 2030 e 2035, por cenário de evolução, Fronteira

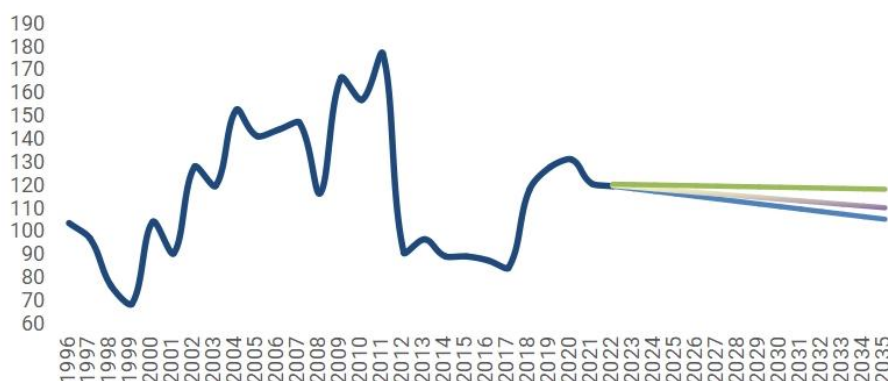


Fonte de dados: Estatísticas do INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, cálculos e projeção próprios.

Para percebermos o impacto da não renovação de gerações nos nascimentos, analisámos a relação de masculinidade à nascença (Figura 17). Do ponto de vista prospetivo, a relação de masculinidade à nascença (RM0) apresenta habitualmente valores superiores a 100, i. e., valores em que nascem mais homens do que mulheres. No entanto, em concelhos com reduzida natalidade, é frequente verificarem-se anos em que tal não acontece. Sabendo disso e ponderando a evolução do ISF e das TF/GE assumiu-se para os vários cenários que:

- uma vez que nos últimos 10 anos a RM0 ficou abaixo dos 100 nados-vivos homens por cada 100 nados-vivos mulheres em três momentos (2013, 2016 e 2018), mas nos restantes anos se apresentou superior, considerou-se o valor de 105 nados-vivos homens por cada 100 mulheres para 2035 no cenário pessimista;
- Entre 2011 e 2021, calculadas as médias móveis⁹ da RM0, verifica-se um valor médio (média das médias móveis) em torno de 110, pelo que foi este o valor adotado para 2035 nos cenários sem migrações e moderado;
- Para a extrapolação do cenário otimista, considerou-se uma relação RM0 de 118 nados-vivos homens por cada 100 nados-vivos mulheres para 2035.

Figura 17. Relação de Masculinidade à nascença em Fronteira, médias móveis 1996-2021 e projeção 2022-2035 por cenário



Legenda: — Histórico — Pessimista — sem migrações/ moderado — otimista

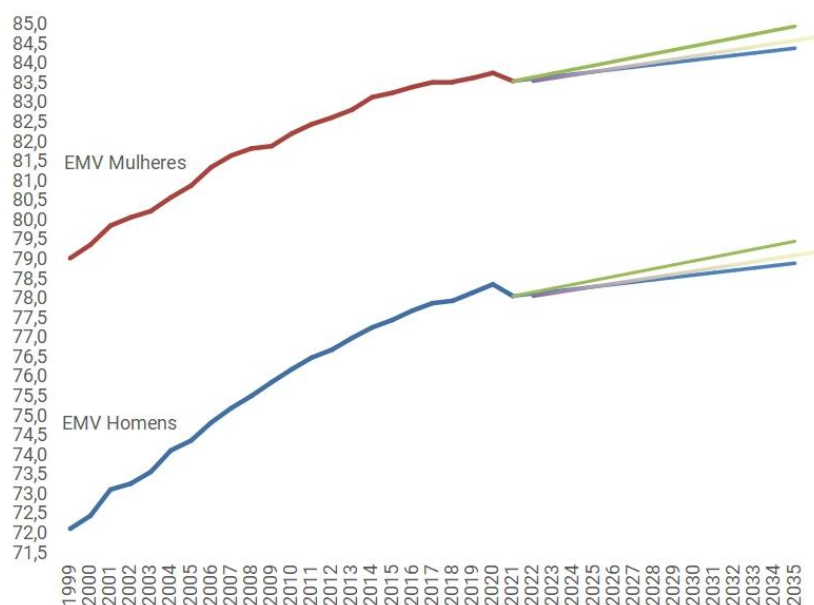
Fonte de dados: Estatísticas do INE; XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, cálculos e projeção próprios.

Devemos também ter em atenção o número de anos que, em média, um indivíduo pode esperar viver quando nasce. O cálculo da esperança média de vida à nascença (EMV), por sexo, para o município de **Fronteira** e/ou para a NUT Alto Alentejo pressupunha o acesso a dados sobre a mortalidade que não se encontram disponíveis. Assim, optou-se por considerar os cálculos da EMV efetuados pelo INE para Portugal.

⁹ As médias móveis permitem suavizar as oscilações anuais de dados, facilitando a identificação de padrões e tendências de evolução.

Para a projeção da EMV foi utilizado o modelo de aumento da esperança de vida durante um período de 5 anos, elaborado pelas Nações Unidas, que assume para um intervalo de idades inicial um valor de aumento por ritmo (rápido, médio ou lento) e por sexo. A partir desta tabela estabeleceu-se que a EMV crescerá a um ritmo lento no cenário pessimista, a um ritmo médio no cenário moderado e a um ritmo rápido no cenário otimista (Figura 18).

Figura 18. Esperança média de vida (EMV) em Fronteira, 1999-2021 e projeção 2022-2035 por cenário



Legenda: — Histórico — Pessimista — sem migrações/moderado — otimista

Fonte de dados: Estatísticas do INE; Esperança média de vida à idade x - ex (Metodologia 2007 - Anos) por Sexo e Idade; Anual, cálculos e projeção próprios.

Migrações

Apesar de não ser possível projetar as migrações por imigrantes e emigrantes no sentido de observar a sua evolução isoladamente, podemos, no entanto, deixar algumas pistas sobre o seu comportamento nos últimos 20 anos.

Entre 2001 e 2021 verificou-se um aumento da percentagem de migrantes provenientes de outro município na população de **Fronteira**, de 2,2% para 7,3%, em linha com o verificado na NUT Alto Alentejo (Tabela 10). A população proveniente de outro país não apresenta oscilações significativas. A população proveniente de **Fronteira** e que escolheu ir residir para outro município também aumentou de 3,8% para 6,5%.

Tabela 10. Migrações no Alto Alentejo e na Fronteira, 2001, 2011 e 2021

	Anos	População total	População que não mudou de município	Migrantes provenientes de outro município		Imigrantes provenientes de outro país		Migrantes para outro município	
				Total	%	Total	%	Total	%
Alto Alentejo	2001	127018	122951	2191	1,7	587	0,5	2506	2,0
	2011	118506	114596	2353	2,0	451	0,4	2706	2,3
	2021	104923	96518	6968	6,6	544	0,5	6299	6,0
Fronteira	2001	3732	3594	81	2,2	15	0,4	142	3,8
	2011	3410	3263	104	3,0	16	0,5	129	3,8
	2021	2858	2605	209	7,3	16	0,6	185	6,5

Fonte: INE, cálculos próprios.

Legenda: n.d. – sem dados.

Quanto à distribuição do saldo migratório por sexo, que serve de base de cálculo para as migrações nos cenários prospetivos), não foi possível recolher dados relativos a **Fronteira**, pelo que se adotou como pressuposto para as projeções, em todos os cenários, que 50% do saldo migratório corresponde a indivíduos do sexo masculino e 50% a indivíduos do sexo feminino.

Para efeitos de projeção da população, após um período de saldo migratório positivo ou nulo (1998-2010), verificou-se um decréscimo para valores negativos a partir de 2011, que se manteve até 2019 (Figura 19). De 2020 a 2023, portanto no período pandémico e pós-pandémico COVID-19, o município beneficiou de um saldo migratório muito positivo, comparado com anos anteriores. O município beneficiou, a este nível, de uma procura de zonas menos populosas para habitar, despoletada pelo isolamento e pela possibilidade mais alargada de trabalhar a partir de casa.

Figura 19. Evolução do Saldo Migratório em Fronteira 1992-2021 e projeções 2022-2035 por cenário



Legenda: — Histórico — Pessimista — sem migrações/moderado — otimista

Fonte de dados: Estatísticas do INE, cálculos e projeção próprios.

Ainda assim, devido às tendências anteriores, projetou-se um saldo negativo no cenário pessimista,

optando-se por um decréscimo progressivo até aos -26 indivíduos em 2035. No cenário moderado pressupõe-se a manutenção do saldo migratório em valores positivos, com um decréscimo menos acentuado, até aos +8 indivíduos em 2035. Já para o cenário otimista pressupõe-se que o saldo migratório se manterá em valores positivos mais fortes, aumentando até 2024 e decrescendo progressivamente até atingir os +32 indivíduos no último ano da projeção.

Projeções da população

Na análise deste exercício prospetivo, importa salientar as diferenças verificadas na população projetada para os vários cenários. Apresentam-se de seguida os resultados obtidos em cada um dos cenários. São apresentados os valores para 2030 e 2035 e as representações gráficas focam o ano de 2035 como extrapolação das tendências assumidas nos pressupostos, como já referido.

Em 2021, **Fronteira** contava com 2.858 habitantes, 53% mulheres e 47% homens. Nos cenários prospetivos, para 2035, a população do município poderá vir a oscilar entre 2.348 habitantes (cenário sem migrações) e 3.186 habitantes (cenário otimista), em ambos os casos com 52% sendo mulheres e 48% sendo homens (Figura 20 a Figura 24). O impacto das migrações nos cenários prospetivos justificam a ligeira alteração nas proporções de população por sexo. Apesar dos pressupostos assumirem um decréscimo do saldo migratório no cenário pessimista para valores negativos em 2035, o impacto destes faz-se notar, com o total populacional a superar o previsto para o cenário sem migrações: 2.468 habitantes em 2035 no cenário pessimista. O inverso acontece no cenário otimista, reforçando também o peso do saldo migratório para a evolução do efetivo populacional no concelho: 3.186 habitantes, com crescimento face ao número de residentes em 2021.

Figura 20. Distribuição da população de Fronteira por sexo, 2021

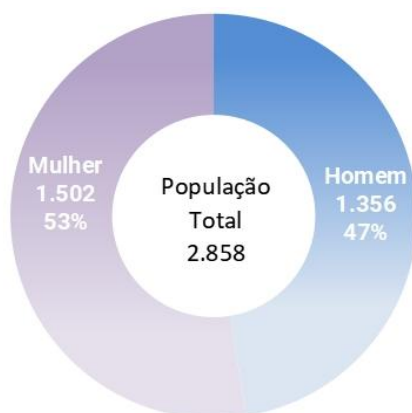


Figura 21. Distribuição da população de Fronteira por sexo, Projeção no cenário sem migrações, 2035

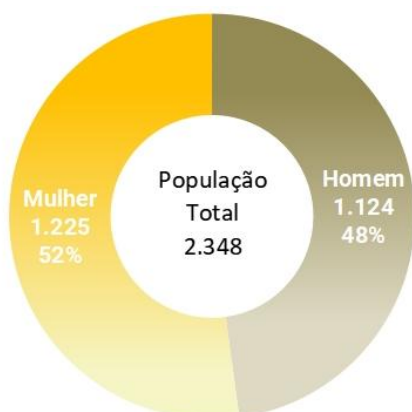


Figura 22. Distribuição da população de Fronteira por sexo, Projeção no cenário moderado, 2035

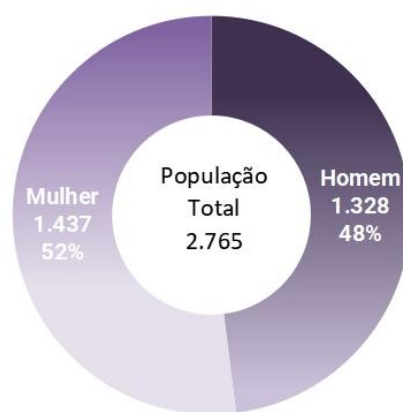


Figura 23. Distribuição da população de Fronteira por sexo, Projeção no cenário otimista, 2035

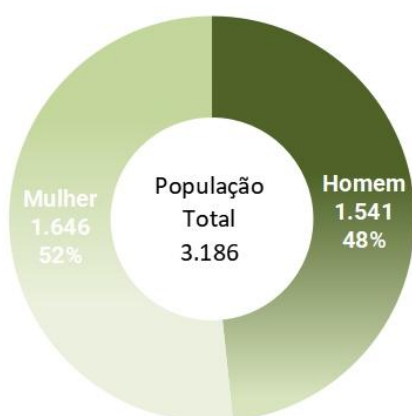
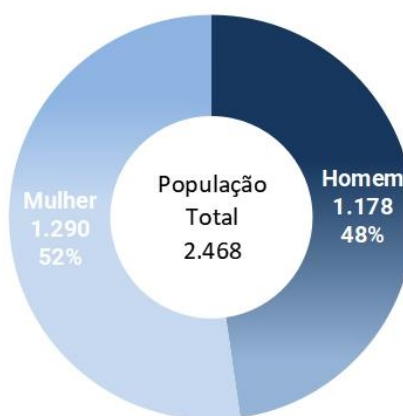


Figura 24. Distribuição da população de Fronteira por sexo, Projeção no cenário pessimista, 2035



Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

Na distribuição da população por grandes grupos etários, o cenário otimista (Figura 25 a Figura 28) é aquele que apresenta menos diferenças no que diz respeito ao peso relativo dos grupos no total da população do município: a população até aos 14 anos mantém o seu peso relativo no total da população, a população dos 15 aos 24 anos e dos 25 aos 64 anos reduz a sua representatividade em cerca de 1% cada, perfazendo o aumento de cerca de 2% verificado na proporção de população com 65 ou mais anos. Os cenários sem migrações e pessimista refletem a mesma tendência nos primeiros dois grandes grupos etários, com perdas na ordem de 1% da representatividade face aos verificado em 2021. Apresentam depois diferenças na população dos 25 aos 64 anos, onde a perda de importância relativa é maior no cenário sem migrações (-2,2%) do que no cenário pessimista (-1,9%); e na população com 65 ou mais anos, com um aumento mais vincado no cenário sem migrações (+4%) do que no cenário pessimista (+3,7%), mais uma vez revelando o impacto que o saldo migratório pode ter para desacelerar a tendência de envelhecimento populacional em **Fronteira**. No cenário moderado (Figura 22) há uma perda de importância relativa nos grupos até aos 64 anos (não chegando a 1% nos grupos até aos 24 anos e de quase 2% nos 25 aos 64 anos) e um aumento do peso da população com 65 ou mais anos em cerca de 3%.

Figura 25. Distribuição da população de Fronteira por grandes grupos etários, 2021, 2025, 2030 e 2035, cenário sem migrações

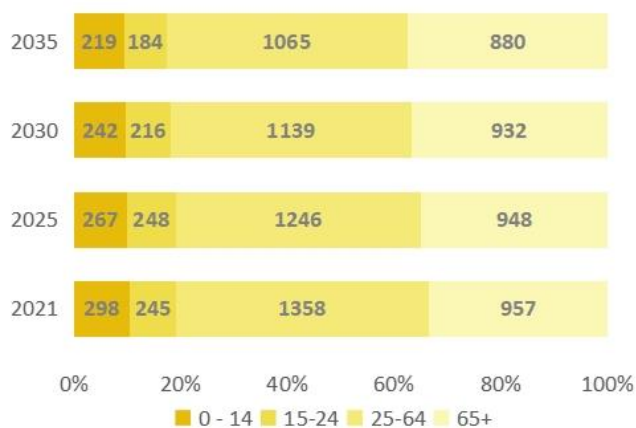


Figura 26. Distribuição da população de Fronteira por grandes grupos etários, 2021, 2025, 2030 e 2035, cenário moderado

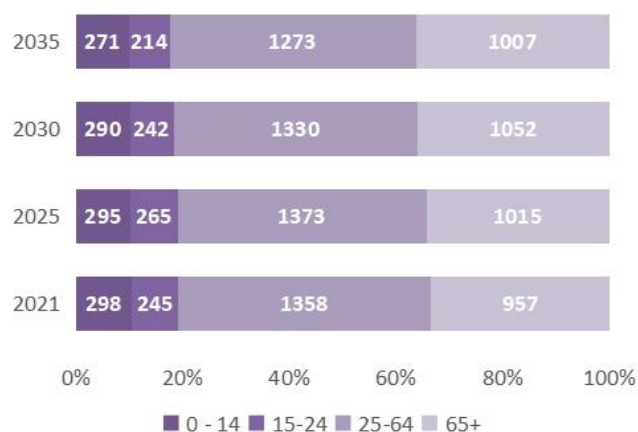


Figura 27. Distribuição da população de Fronteira por grandes grupos etários, 2021, 2025, 2030 e 2035, cenário otimista

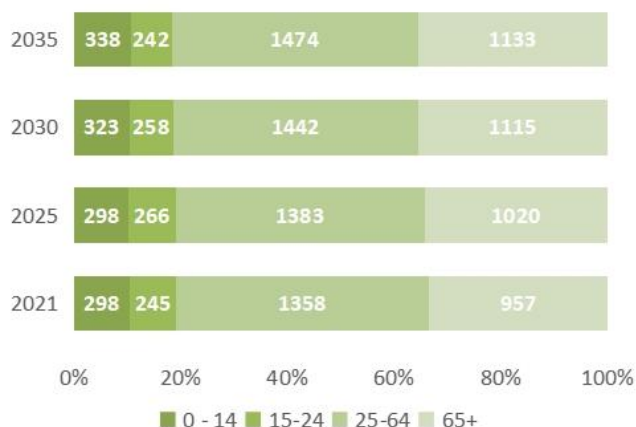
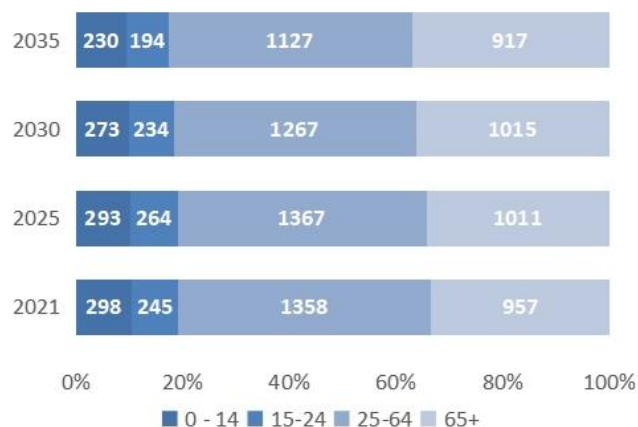


Figura 28. Distribuição da população de Fronteira por grandes grupos etários, 2021, 2025, 2030 e 2035, cenário pessimista



Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

Além das diferenças de representatividade, os cenários sem migrações e pessimista são aqueles em que se prevê uma redução dos residentes com 65 ou mais anos: de 957 em 2021 para 880 no cenário sem migrações e para 917 no cenário pessimista em 2035. Nos cenários moderado e otimista, o número de residentes nesta faixa etária prevê-se que aumente: para 1007 no cenário moderado e para 1033 no cenário otimista. Na população até aos 24 anos, salienta-se a redução mais acentuada dos residentes no cenário sem migrações (-140 residentes), seguido do cenário pessimista (-119) e moderado (-58). Em sentido inverso, no cenário otimista prevê-se um aumento em 37 residentes (+ 40 no grupo até aos 14 anos e uma ligeira redução de 3 residentes dos 15 aos

24 anos). A população adulta entre os 25 e os 64 anos sofre o maior impacto negativo projetado no cenário sem migrações, com uma perda de 293 residentes, seguido do cenário pessimista, com uma perda de 231 residentes, e do cenário moderado, com redução de 85 residentes neste grupo etário. O cenário otimista, mais uma vez, projeta um aumento de 116 residentes, face ao verificado em 2021, nesta faixa etária, muito por conta do saldo migratório.

A representação gráfica da evolução prevista no número de nados-vivos (Figura 29) e óbitos (Figura 30) permite salientar as aproximações e afastamentos ao longo do período nos vários cenários¹⁰: verifica-se uma aproximação entre o cenário pessimista e moderado até 2028/2029 e posterior afastamento, assumindo o cenário moderado valores mais elevados. O cenário sem migrações é aquele em que se prevê um menor número de nados-vivos e óbitos, salientando-se apenas que converge, nos últimos anos de projeção, com o cenário pessimista relativamente ao número de nados-vivos. O cenário otimista destaca-se desde cedo pelos números superiores aos dos restantes cenários, embora esse afastamento positivo comece primeiro nos nados-vivos (2025) do que nos óbitos (2028).

Figura 29. Nados-vivos, por cenário prospetivo, Fronteira, 2021-2035

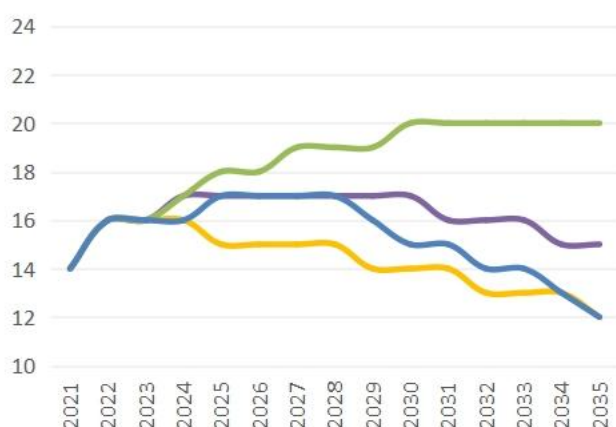
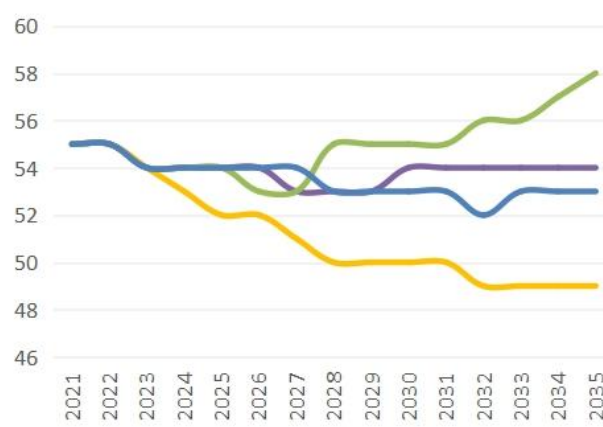


Figura 30. Óbitos, por cenário prospetivo, Fronteira, 2021-2035



Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

O índice de envelhecimento (Figura 31) prevê-se mais elevado no cenário sem migrações ao longo de toda a série, seguindo do cenário pessimista, moderado e otimista, sendo que, neste último, há uma inversão da curva (primeiro aumenta e depois vai decrescendo). Em 2035 estima-se que existam em **Fronteira** 402 idosos por cada 100 jovens se o cenário sem migrações for o mais aproximado da realidade, 399 idosos por cada 100 jovens caso seja o cenário pessimista, 372 idosos por cada 100 jovens vindo a verificar-se o cenário moderado e 335 idosos por cada 100 jovens caso seja o cenário otimista.

¹⁰ Para efeitos da projeção, consideraram-se os valores das estimativas do INE relativas a 2022 e 2023, de forma que há uma sobreposição em todos os cenários.

O índice de longevidade (*Figura 32*), por seu lado, apresenta uma inversão entre o projetado para o cenário sem migrações e o cenário pessimista nos últimos anos de projeção, ou seja, passa a ser o cenário pessimista aquele em que a população de **Fronteira** apresenta a maior longevidade, com 60 residentes com 75 anos ou mais anos por cada 100 com 65 ou mais anos. Segue-se então o cenário sem migrações, com 58 residentes com 75 anos ou mais anos por cada 100 com 65 ou mais anos, o cenário moderado com 58 residentes¹¹ com 75 anos ou mais anos por cada 100 com 65 ou mais anos e o cenário otimista com 56 residentes com 75 anos ou mais anos por cada 100 com 65 ou mais anos.

Figura 31. Índice de Envelhecimento, por cenário prospetivo, Fronteira, 2021-2035

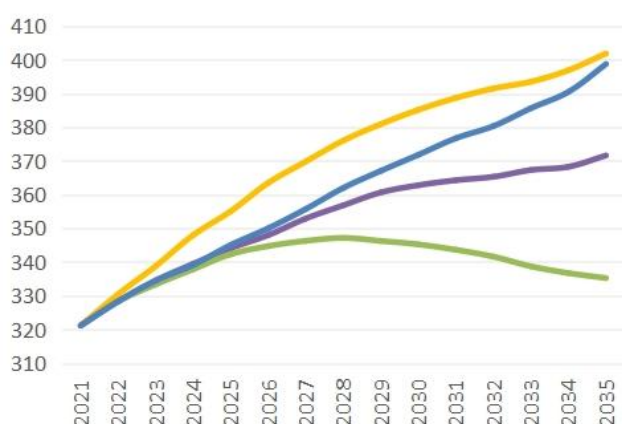
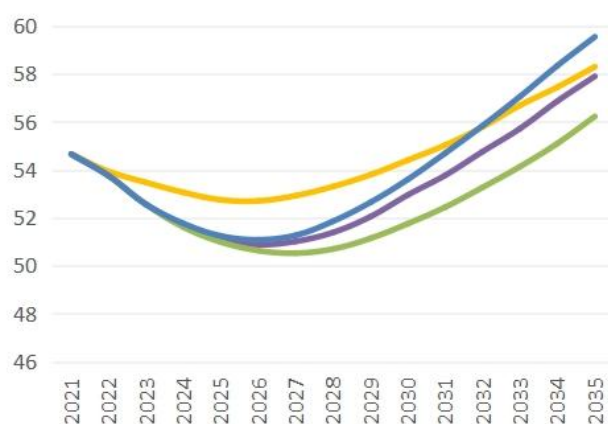


Figura 32. Índice de Longevidade, por cenário prospetivo, Fronteira, 2021-2035

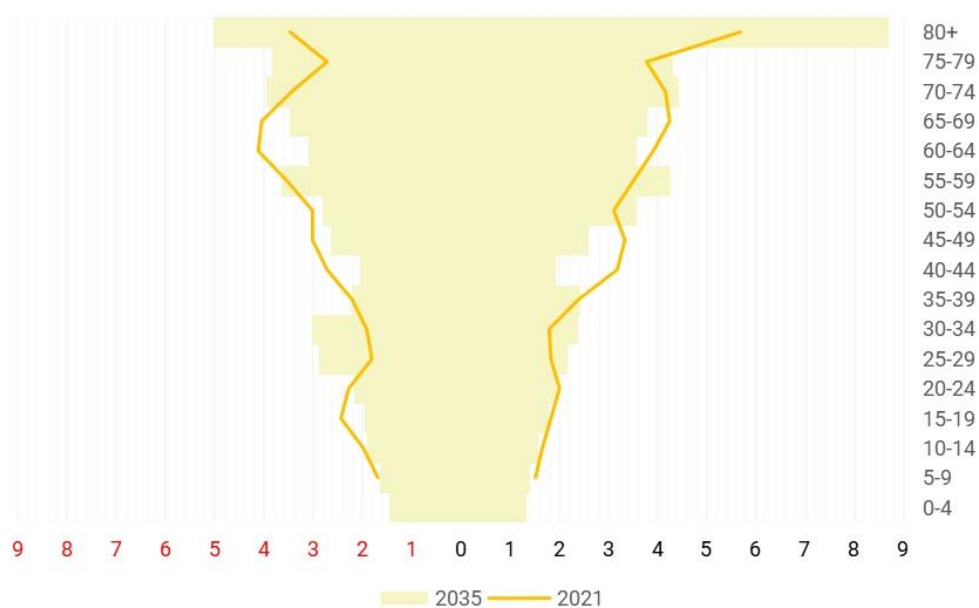


Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

Apresenta-se de seguida a pirâmide etária de **Fronteira** em cada cenário de projeção (*Figura 33 a Figura 36*). A linha de cor mais forte representa a pirâmide etária em 2021 para facilitar a comparação entre a realidade naquele ano e as projeções elaboradas, representadas pelas barras. A pirâmide etária reflete uma evolução mais lenta no estreitamento da base e alargamento do topo no cenário otimista do que nas restantes representações.

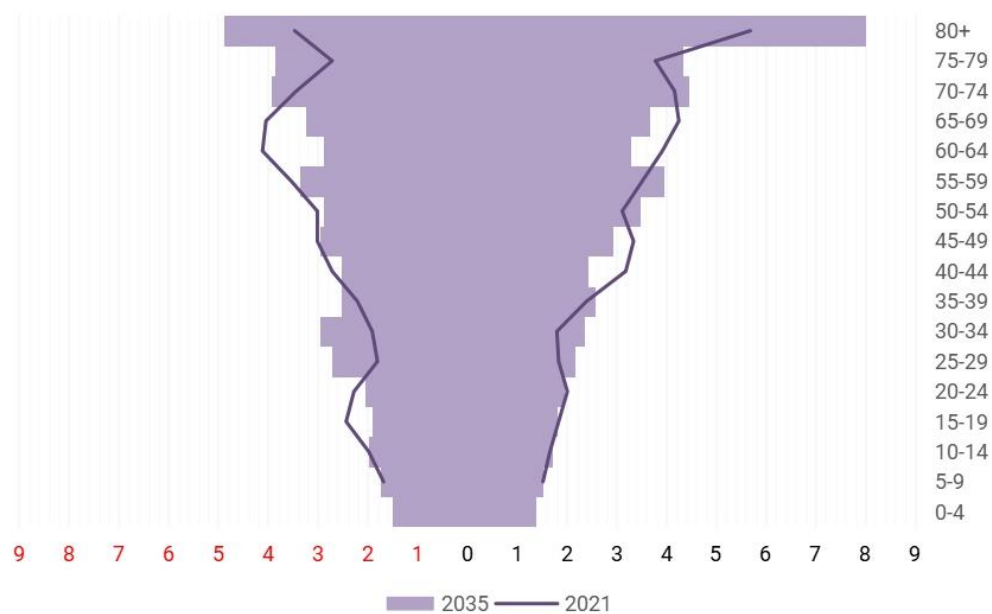
¹¹ Valores arredondados: cenário sem migrações 58,3 residentes e cenário moderado 57,9 residentes.

Figura 33. Pirâmide etária de Fronteira em 2021 e 2035, cenário sem migrações



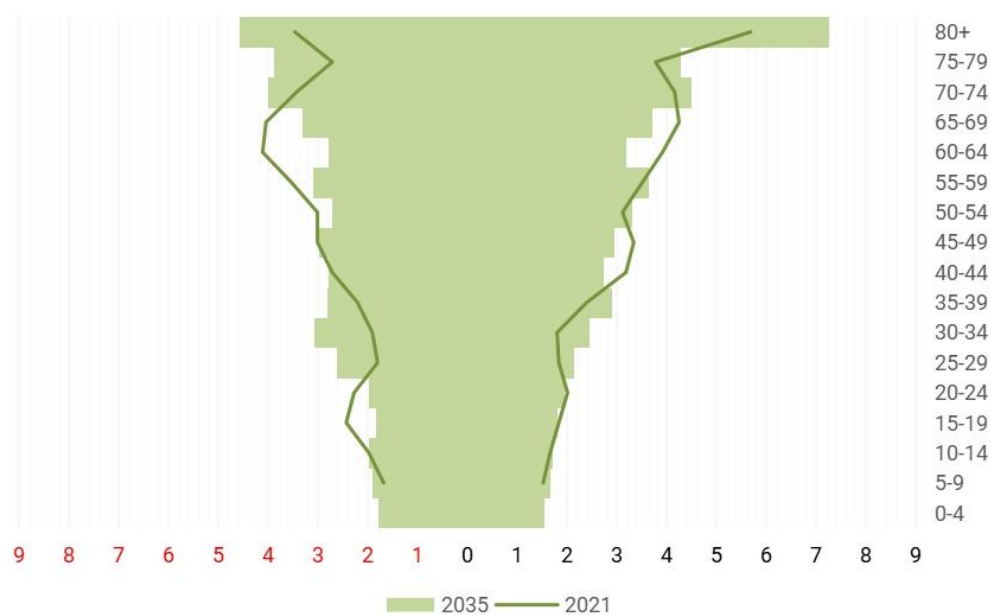
Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

Figura 34. Pirâmide etária de Fronteira em 2021 e 2035, cenário moderado



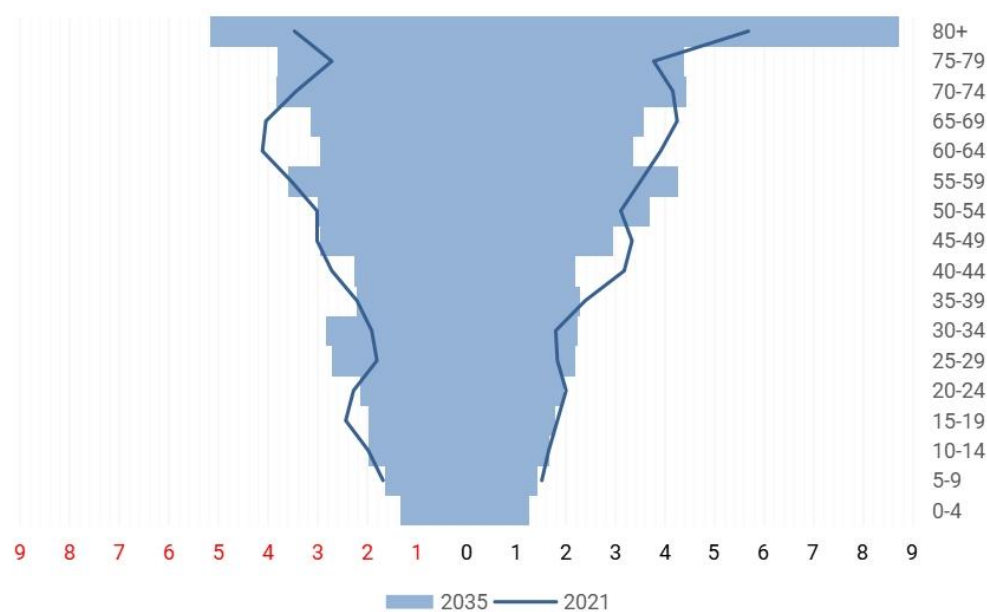
Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

Figura 35. Pirâmide etária de Fronteira em 2021 e 2035, cenário otimista



Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

Figura 36. Pirâmide etária de Fronteira em 2021 e 2035, cenário pessimista



Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

Apresentam-se de seguida tabelas-resumo com os principais resultados da projeção da população, por cenário, para os anos de 2030 e 2035 (Tabela 11 a Tabela 14). De forma a facilitar a comparação, apresentam-se também os valores de partida (2021).

Tabela 11. Tabela-resumo dos principais resultados da Projeção da População no cenário sem migrações, 2030, 2035

Sem migrações	2021	2030	2035
População Total	2.858	2.528	2.348
População Total - Homens	1.356	1.206	1.124
População Total - Mulheres	1.502	1.322	1.225
Pop. 0-14 anos (%)	10,4	9,6	9,3
Pop. 15-64 anos (%)	56,1	53,6	53,2
Pop. 65+ anos (%)	33,5	36,9	37,5
Relação de Masculinidade	90,3	91,2	91,8
Idade Média da População	55	55	56
Índice de Envelhecimento	355,1	385,1	401,8
índice de Dependência Total	80,4	85,5	75,7
Índice de Sustentabilidade Potencial	157,5	145,3	141,9

Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

Tabela 12. Tabela-resumo dos principais resultados da Projeção da População no cenário moderado, 2030, 2035

Moderado	2021	2030	2035
População Total	2.858	2.915	2.765
População Total - Homens	1.356	1.397	1.328
População Total - Mulheres	1.502	1.518	1.437
Pop. 0-14 anos (%)	10,4	10,0	9,8
Pop. 15-64 anos (%)	56,1	54,0	53,8
Pop. 65+ anos (%)	33,5	36,1	36,4
Relação de Masculinidade	90,3	92,0	92,4
Idade Média da População	55	54	55
Índice de Envelhecimento	344,1	364,0	373,0
índice de Dependência Total	80,0	85,3	85,9
Índice de Sustentabilidade Potencial	161,4	149,4	147,7

Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

Tabela 13. Tabela-resumo dos principais resultados da Projeção da População no cenário otimista, 2030, 2035

Otimista	2021	2030	2035
População Total	2.858	3.138	3.186
População Total - Homens	1.356	1.511	1.541
População Total - Mulheres	1.502	1.628	1.646
Pop. 0-14 anos (%)	10,4	10,3	10,6
Pop. 15-64 anos (%)	56,1	54,2	53,8
Pop. 65+ anos (%)	33,5	35,5	35,6
Relação de Masculinidade	90,3	92,8	93,6
Idade Média da População	55	53	54
Índice de Envelhecimento	342,3	345,2	335,2
índice de Dependência Total	79,9	84,6	85,8
Índice de Sustentabilidade Potencial	161,7	152,5	151,4

Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

Tabela 14. Tabela-resumo dos principais resultados da Projeção da População no cenário pessimista, 2030, 2035

Pessimista	2021	2030	2035
População Total	2.858	2.789	2.468
População Total - Homens	1.356	1.333	1.178
População Total - Mulheres	1.502	1.456	1.290
Pop. 0-14 anos (%)	10,4	9,8	9,3
Pop. 15-64 anos (%)	56,1	53,8	53,5
Pop. 65+ anos (%)	33,5	36,4	37,1
Relação de Masculinidade	90,3	91,6	91,3
Idade Média da População	55	54	56
Índice de Envelhecimento	345,1	371,8	398,7
índice de Dependência Total	80,0	85,9	86,8
Índice de Sustentabilidade Potencial	161,2	147,8	144,1

Fonte: Projeções da população residente 2021-2035, cálculos próprios.

Acessibilidades e transportes

Rede Viária

Fronteira não é atravessado por grandes infraestruturas rodoviárias, mas possui acessos a estas através de estradas nacionais em bom estado de conservação. A freguesia de Fronteira é atravessada longitudinalmente pela N245. As freguesias de Fronteira e São Saturnino são

atravessadas transversalmente pela N243. A freguesia de Cabeço de Vide é atravessada pela N369. A Estrada de Cabeço de Vide liga a freguesia de Fronteira a Cabeço de Vide.

Figura 37. Mapa da rede viária que serve o município de Fronteira



Fonte: Google Maps

Transportes coletivos

Existem três operadores de transportes coletivos a considerar: a Transportes do Alto Alentejo e a CP, como parte da rede pública, e a Rede Expressos enquanto entidade privada.

Tal como refere o Portal Regional da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, os municípios do Alto Alentejo, com exceção do município de Portalegre, delegaram as competências relativas ao “Serviço Público de Transporte de Passageiros” (RJSPTP)¹², na Autoridade de Transportes da CIMAA, através de contratos interadministrativos. Para a ação da Autoridade de Transportes da CIMAA foram definidas as seguintes áreas de intervenção:

- Organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, bem como dos equipamentos e infraestruturas a ele dedicados;
- Exploração através de meios próprios e ou da atribuição a operadores de serviço público, por meio da celebração de contratos de serviço público ou mera autorização, do serviço público de transporte de passageiros;

12 Lei n.º 52/2015 de 9 de junho.

- Determinação de obrigações de serviço público;
- Investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros, sem prejuízo do investimento a realizar pelos operadores de serviço público;
- Financiamento do serviço público de transporte de passageiros, bem como das redes, equipamentos e infraestruturas a estes dedicados, e financiamento das obrigações de serviço público e das compensações pela disponibilização de tarifários sociais bonificados determinados pela autoridade de transportes;
- Determinação e aprovação dos regimes tarifários a vigorar no âmbito do serviço público de transporte de passageiros;
- Recebimento de contrapartidas pelo direito de exploração de serviço público de transporte de passageiros;
- Fiscalização e monitorização da exploração do serviço público de transporte de passageiros;
- Realização de inquéritos à mobilidade no âmbito da respetiva área geográfica;
- Promoção da adoção de instrumentos de planeamento de transportes na respetiva área geográfica;
- Divulgação do serviço público de transporte de passageiros.

Em 2023, a CIMAA divulgou a nova página da empresa Transportes do Alto Alentejo, onde é possível consultar informação relativa aos serviços que presta, nomeadamente consultar toda a rede de autocarros municipais e intermunicipais do sistema de transportes, bem como os horários de funcionamento organizados por linha e por paragem, a localização de todos os postos de venda na região, todas as modalidades de títulos e tarifas à disposição dos utilizadores e, futuramente, preveem disponibilizar as alterações temporárias ou sazonais de horário.

No que diz respeito aos títulos e tarifas à disposição dos utilizadores, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 134-C/2024, de 11 de outubro, aprovou o pacote de Mobilidade Verde, o qual, entre outras medidas:

- cria o Circula PT, que substituiu o Passe Social+;
- implementa o Passe Ferroviário Verde, que substituiu o Passe Ferroviário Nacional;
- estende o Passe Gratuito para todos os jovens até aos 23 anos, inclusive.

O Circula PT baseia-se nos princípios de justiça e equidade social e tem por objetivo a disponibilização de um passe, intermodal ou monomodal, de utilização mensal ou de 30 dias consecutivos, válidos para um número ilimitado de viagens, vigentes nos serviços de transporte

público de passageiros das áreas metropolitanas (AM) ou comunidades intermunicipais (CIM), com descontos, face à tarifa de venda ao público, nos seguintes termos:

- É atribuído um desconto de 50 % - Escalão A - aos beneficiários do complemento solidário para idosos e do rendimento social de inserção, e, adicionalmente, aos cidadãos com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %;
- É atribuído um desconto de 25 % - Escalão B - aos reformados e pensionistas cujo valor mensal do total de reformas, pensões e complementos de pensão auferidos seja igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS), aos beneficiários de subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego com montante mensal igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do IAS e, ainda, aos cidadãos que integrem agregados familiares cujo rendimento médio mensal equivalente seja igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do IAS, e, adicionalmente, aos desempregados de longa duração.

O Passe Ferroviário Verde é um novo título de transporte, válido na CP, para residentes em Portugal, que pode ser adquirido em qualquer dia do mês com a validade de 30 dias consecutivos e tem o custo mensal de 20 €. Este passe é carregado no Cartão CP, para o período de validade pretendido. O cartão CP pode ser solicitado nas bilheteiras CP.

A CP dispõe ainda de um desconto, o Cartão Dourado, que pode ser solicitado por Clientes reformados ou pensionistas, independentemente da idade, cujo rendimento mensal do agregado familiar (rendimento total das pessoas que vivem em economia comum) não ultrapasse o salário mínimo nacional, dando acesso a um desconto de 50%.

Os Passes Gratuitos para jovens são uma modalidade tarifária que confere uma isenção do pagamento dos títulos mensais, intermodais ou monomodais, vigentes nos serviços de transporte público coletivo de passageiros existentes nas áreas geográficas de cada área metropolitana (AM) ou das comunidades intermunicipais (CIM), nas modalidades:

- sub 18+TP, todas as crianças e jovens dos 4 aos 18 anos, sendo o passe válido até ao último dia do mês em que completa 19 anos, sem necessidade de renovação anual;
- sub 23+TP, os jovens com mais de 18 anos e até ao último dia do mês em que completem 24 anos, sem necessidade de renovação anual. Os estudantes do ensino superior inscritos em cursos com ciclo de estudos integrado, a que se refere o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto, beneficiam do acesso ao passe gratuito para jovens até ao último dia em que completem 25 anos.

Em paralelo com o Pacote de Mobilidade Verde, existe ainda o Passe do Antigo Combatente, que abrange todos os antigos combatentes, titulares de cartão de antigo combatente, bem como as viúvas e viúvos de antigos combatentes, portadores de cartão comprovativo, oferecendo a isenção de pagamento do título mensal ou de utilização de 30 dias consecutivos, intermodal ou monomodal, vigentes nos serviços de transporte público de passageiros da Comunidade Intermunicipal.

Para solicitar qualquer um destes benefícios, os utentes deverão preencher e entregar o respetivo requerimento, juntamente com a apresentação dos documentos exigidos em cada situação concreta, na operadora de transportes respetiva (Transportes do Alto Alentejo ou CP, Comboios de Portugal, respetivamente). É possível consultar toda a informação sobre os documentos que devem acompanhar o requerimento e todas as regras aplicáveis no site do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (www.imt-ip.pt).

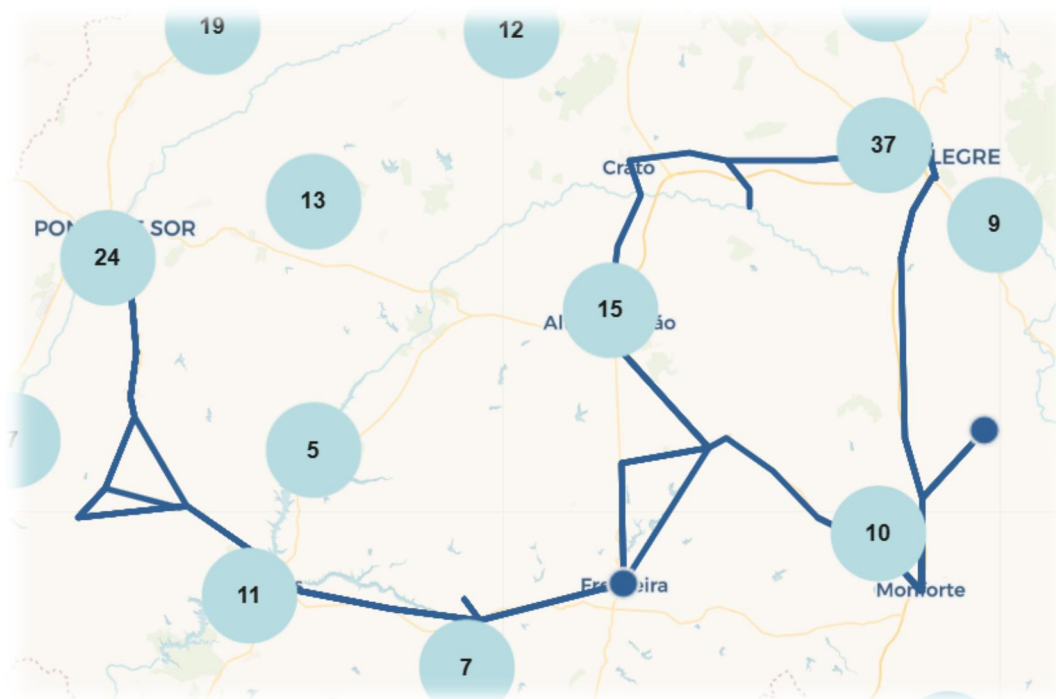
De notar que os cartões de carregamento destes passes e descontos não permitem o carregamento de títulos de outros operadores de transporte, nem de vários tipos de passe em simultâneo e é pessoal e intransmissível.

Existem três postos de venda da Transportes do Alto Alentejo: Portalegre, Elvas e Ponte de Sôr. Não existem ainda alternativas no concelho de **Fronteira** para apoio à população na obtenção destes passes. No caso da CP, as bilheteiras situam-se nas estações, sendo a mais próxima do concelho de **Fronteira**, a de Portalegre.

No que diz respeito ao operador Rede Expressos, trata-se de uma empresa de viagens de autocarros, fundada em 1995, que assegura ligações para todo o país e para o estrangeiro. Tem paragem em **Fronteira** e a compra de bilhetes é usualmente feita online, através da linha telefónica, com pagamento por referência multibanco, ou com o motorista. Quando o bilhete é comprado online ou por telefone, deve depois ser apresentado ao motorista, seja na app/site, seja pela apresentação da sms de confirmação do bilhete, o que exige acesso a um dispositivo móvel.

Quanto à rede, **Fronteira** dispõe de três carreiras diretas efetuadas pela Transportes do Alto Alentejo: FRONTEIRA - PONTE DE SOR (5029), FRONTEIRA - PORTALEGRE (5968) e FRONTEIRA - PORTALEGRE (POR ALTER CHAO) (5971). Através dos nós por onde estas carreiras passam, é possível chegar com relativa facilidade a todos os pontos do Alto Alentejo, a Lisboa e a Setúbal.

Figura 38. Mapa da rede que serve o município de Fronteira, Transportes do Alto Alentejo



Fonte: [Transportes do Alto Alentejo](#)

A estação de comboios de **Fronteira** encontra-se desativada, sendo que a linha mais próxima que serve o concelho é a Linha do Leste, com estações em Chança, Crato e Portalegre. O serviço é assegurado atualmente com duas partidas diárias em cada sentido.

Através das carreiras da Transportes do Alto Alentejo que partem do concelho é possível fazer a ligação a esta linha da CP.

Figura 39. Mapa da rede que serve o município de Fronteira, CP – Comboios de Portugal



Fonte: Mapa de serviços CP

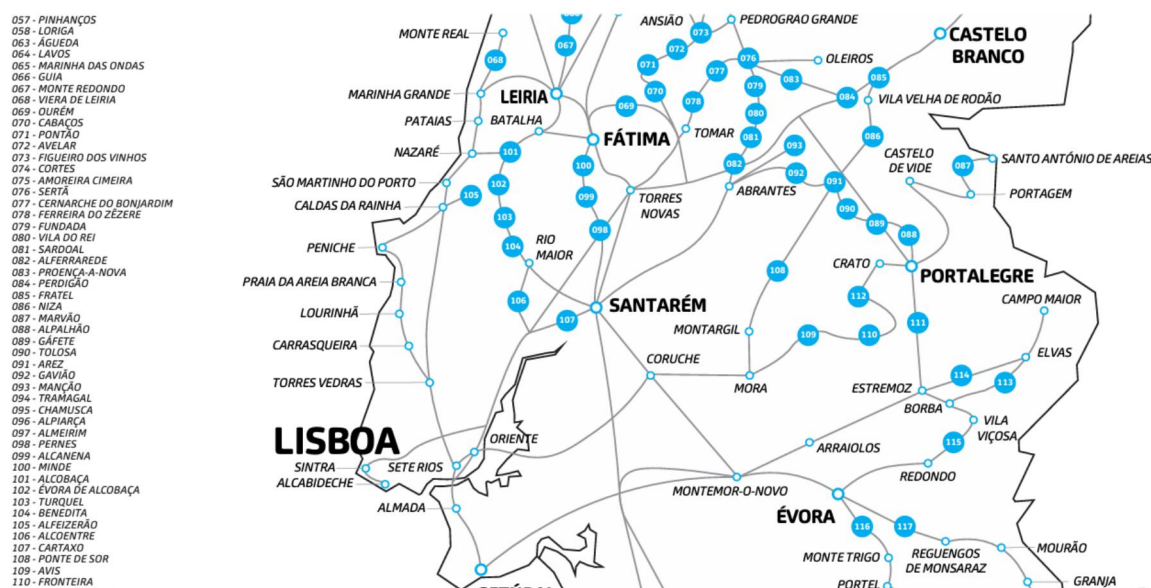
Figura 40. Linha do Leste, que serve o município de Fronteira, CP – Comboios de Portugal



Fonte: [comboios-regionais-linha-leste-badajoz.pdf](https://www.comboios-regionais-linha-leste-badajoz.pdf)

A Rede Expressos tem uma carreira Portalegre - Lisboa (Sete Rios), com paragem no centro de Fronteira e em Cabeço de Vide, e assegura 2 partidas diárias para e uma partida de regresso. Na ida, tem paragens em Avis e Mora e no regresso tem paragens em Alter do Chão e Crato.

Figura 41. Mapa da rede que serve o município de Fronteira, Rede Expressos



Fonte: [mapa_rede_nacional_PT.pdf](#)

Movimentos Pendulares

Como forma de perceber as movimentações da população trabalhadora e estudante de e para **Fronteira**, analisamos de seguida os movimentos pendulares e a sua duração (indicador disponível a partir dos Recenseamentos da População de 2011 e 2021, desenvolvido pelo INE) que dá conta da população trabalhadora e escolar residente por concelho/freguesia e dos respetivos movimentos pendulares entre a residência e o local de trabalho ou estudo. Este indicador permite fazer uma aproximação à atratividade do concelho e também à atratividade dos concelhos vizinhos.

Verifica-se uma perda de atratividade do concelho:

Em 2011, 27% da população empregada e estudante de **Fronteira** trabalhava ou estudava fora do concelho¹³. Em 2021 essa percentagem aumentou para 35,8%. Inversamente, se em 2011, 73% da população empregada e estudante de **Fronteira** trabalhava ou estudava no concelho, em 2021 verificou-se uma redução para os 64,2%.

Fronteira é o quarto concelho do Alto Alentejo onde a proporção de população que trabalha ou estuda o faz no próprio concelho.

Entre 2011 e 2021, o saldo entre as pessoas que entram e saem do concelho para trabalhar ou estudar aumentou negativamente entre 2011 e 2021¹⁴: nos censos anteriores, entravam no concelho 224 indivíduos (o equivalente a 6,6% da população de **Fronteira**) para estudar ou trabalhar

13 Os valores apresentados referem-se à população empregada e estudante que frequenta o sistema de ensino a partir do pré-escolar (inclusive).

14 Os valores apresentados referem-se à população empregada e estudante que frequenta o sistema de ensino a partir do pré-escolar (inclusive). Excluem-se as pessoas que trabalham em casa, as que não têm local de trabalho ou de estudo fixo ou habitual e aquelas que residem no alojamento, mas não vivem nele a maior parte do ano por motivos de saúde, estudo ou trabalho.

e saíam 367 indivíduos (10,8% da população de **Fronteira**), o que correspondia a um saldo de -143 indivíduos; em 2021 entravam no concelho 233 indivíduos (o equivalente a 8,2% da população de **Fronteira**) e saíam 404 indivíduos (14,1% da população de **Fronteira**), resultando num saldo de -171 indivíduos.

Do total de população que entrava no municípios em 2011, 93% correspondia a população que vinha trabalhar e 7% a população que vinha estudar. Em 2021 aumentou a proporção de população que vinha estudar (para 16%) e reduziu a percentagem daqueles que vieram para trabalhar (84%).

A duração média das deslocações para estudar ou trabalhar da população de **Fronteira** manteve-se entre 2011 e 2021 (de 15 minutos em 2011 para 16 minutos em 2021).

Gavião, Nisa e **Fronteira** são os concelhos em que uma maior proporção da população¹⁵ que se deslocava para trabalhar ou estudar em 2021 reportou uma duração superior a 30 minutos no trajeto para o emprego ou escola. Se, em 2011, 9,2% (154 indivíduos) da população de **Fronteira** que se deslocava para trabalhar ou estudar reportou uma duração superior a 30 minutos, em 2021 essa percentagem aumentou para 12,6%.

Transportes Escolares



Relativamente aos transportes, **Fronteira** beneficia do serviço de transportes coletivos públicos do Alto Alentejo para servir também a população estudante. O município disponibiliza ainda o serviço de transporte escolar para os alunos residentes no concelho que frequentem os equipamentos em **Fronteira**, em Estremoz, em Portalegre ou em Alter do Chão. No presente ano letivo, os horários são os apresentados na figura seguinte.

Figura 42. Locais e horários dos transportes escolares, ano letivo 2024/2025

Fonte: Câmara Municipal de Fronteira.

¹⁵ Os valores apresentados referem-se à população empregada e estudante que frequenta o sistema de ensino a partir do pré-escolar (inclusive). Excluem-se as pessoas que trabalham em casa, as que não têm local de trabalho ou de estudo fixo ou habitual e aquelas que residem no alojamento, mas não vivem nele a maior parte do ano por motivos de saúde, estudo ou trabalho.

ANEXO II

AGREGADOS FAMILIARES E HABITAÇÃO

As dinâmicas territoriais e demográficas revelaram a tendência de duplo envelhecimento e despovoamento progressivos do concelho de **Fronteira**, que só serão abrandadas pela implementação de medidas de fixação e atração de população, através da manutenção e potenciação do saldo migratório.

Durante várias décadas, os municípios do interior do país assistiram à migração dos seus jovens em direção às cidades, particularmente do litoral, à procura de melhores oportunidades de emprego e melhores condições de vida.

Verifica-se, mais recentemente, uma alteração do paradigma, assente em diferentes fatores.

Por um lado, o desenvolvimento tecnológico e a crescente digitalização levaram à criação de novos modelos de organização do trabalho, cuja difusão beneficiou em larga escala da necessidade de adaptação aos períodos de isolamento profilático imposto pela pandemia COVID-19. Levantadas as restrições e avaliado o impacto, perceberem as empresas e os trabalhadores que há vantagens na manutenção destes modelos, seja em exclusivo ou nos novos modelos mistos.

Por outro lado, a crescente dificuldade no acesso à habitação e o aumento do custo de vida nas zonas de maior pressão populacional e a valorização ambiental, da vida familiar e comunitária e da qualidade de vida em geral, cada vez mais difícil de encontrar nos grandes centros urbanos, tem motivado um retorno às origens, à simplicidade, a um estilo de vida menos desgastante, que constitui uma oportunidade para as regiões que mantiveram a sua história, autenticidade e sentido de comunidade, como é o caso de **Fronteira**.

Também é importante perceber que o progressivo despovoamento dos concelhos do interior do país trás também consequências para os edifícios e equipamentos culturais, sociais, desportivos e associativos, outrora cheios de vida e movimento, que vão apresentando sinais de degradação, apesar dos esforços das autarquias, juntas de freguesias e cidadãos, na luta pela sua manutenção e adequadas condições. A decrescente capacidade de investir nestas infraestruturas obriga à tomada de decisões e estabelecimento de prioridades no que pode ser feito localmente e a propostas de financiamento (seja ele privado, europeu, ou de outra natureza) que podem ou não ser objeto de aprovação.

Para dar resposta a esta nova procura e potenciar a atratividade de **Fronteira**, mantendo a resposta e apoio à população que já reside no concelho, importa analisar a habitação e os tipos de família e as alterações que ocorreram a este nível, particularmente entre os censos de 2011 e 2021.

Segundo o PROT Alentejo¹⁶ (Programa Regional de Ordenamento do Território), **Fronteira** é um dos Centros Urbanos Complementares (CUC) do Alentejo. Os CUC caracterizam-se por sedes de concelho, fundamentais para a sustentação dos territórios de menores densidades, com um papel de relevo na relação urbano-rural e que devem beneficiar de um conjunto mínimo de serviços, como comércio, saúde, educação e apoio social, indispensáveis ao seu papel de suporte à coesão territorial.

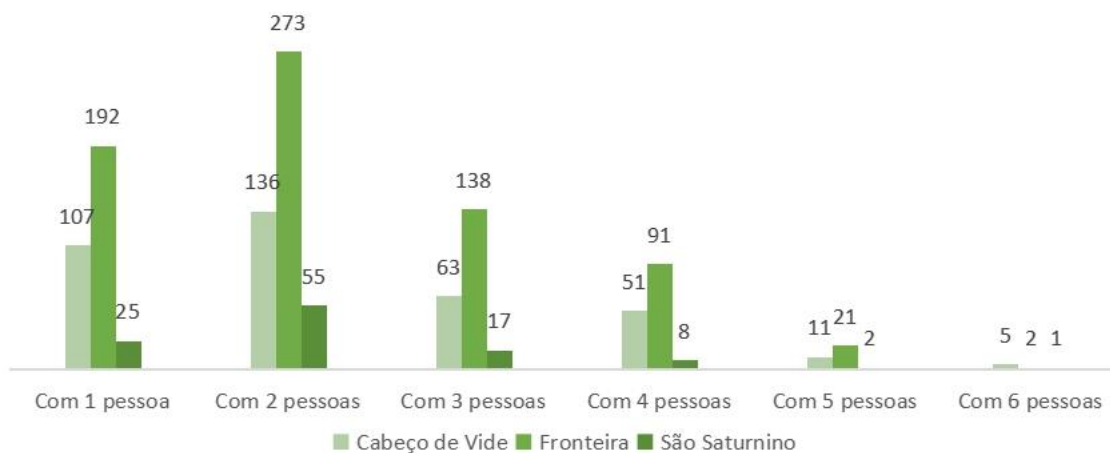
O sistema urbano de **Fronteira** foi constituído de acordo com as suas características morfológicas e tipológicas, encontrando-se classificado em quatro níveis distintos:

¹⁶ O Plano Diretor Municipal (PDM) de Fronteira encontra-se em revisão.

1. Núcleos primitivos de Fronteira e Cabeço de Vide – Caracterizam-se pelas áreas de malha urbana mais antiga, com alguns traços de degradação a recuperar e preservar;
2. Zonas consolidadas de Fronteira e Cabeço de Vide – Caracterizam-se por zonas de edificação mais recente, dotadas de infraestruturas mais adequadas e pela existência de serviços e atividades;
3. Aglomerado urbano de Vale de Maceiras – Caracteriza-se por um aglomerado urbano com algumas carências de infraestruturas, equipamentos e serviços;
4. Aglomerado urbano de Vale de Seda – Caracteriza-se por uma ocupação dispersa, com elevada carência de infraestruturas, equipamentos e serviços.

Os alojamentos¹⁷ em **Fronteira** são ocupados, em média, por cada vez menos pessoas, a par do que se verifica nos restantes concelhos do Alto Alentejo. Em 1981, **Fronteira** era o quarto concelho do Alto Alentejo com maior número médio de residentes por casa (2,9 pessoas), depois de Elvas, Campo Maior e Portalegre (3,2, 3,1 e 3 pessoas por casa, respetivamente) e a par com Ponte de Sôr. Todos abaixo da média do Continente (3,5 pessoas por casa). Em 2021 a realidade era bem diferente, refletindo a tendência a nível nacional para a redução do número médio de pessoas por casa, com **Fronteira** a apenas uma décima da média nacional (2,3 pessoas por casa em **Fronteira**, face a 2,4 no total do Continente).

Figura 43. Agregados domésticos por dimensão, 2021



Fonte: INE - VI Recenseamentos Gerais da Habitação.

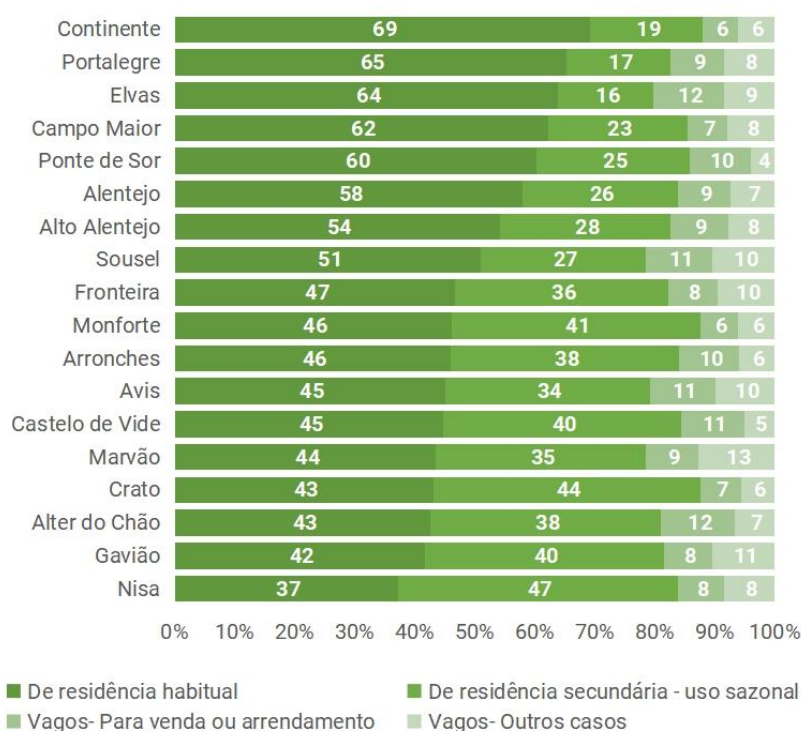
¹⁷ Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam (INE).

Em 2021 existiam menos 152 agregados domésticos¹⁸ em **Fronteira** do que em 2011 (*Figura 43*). Destes, 23% (324 pessoas) eram pessoas a viver sozinhas/isoladas (em 2011 eram 23%, 316 pessoas). os agregados com apenas duas pessoas eram os mais frequentes, representando quase 39% dos agregados de **Fronteira**, seguindo-se os agregados de 3 ou 4 pessoas (cerca de 18% e 13%, respetivamente). Na figura seguinte é possível observar a distribuição pelas freguesias de **Fronteira**.

Desde os censos de 2011 que não foram registados em **Fronteira**, alojamentos não clássicos, isto é, alojamentos que não satisfazem inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, por serem móveis, improvisados e/ou não terem sido construídos com a finalidade de habitação.

O número de alojamentos familiares clássicos¹⁹ em **Fronteira** (*Figura 44*) aumentou em 25,7%, de 2.040 em 1981 para 2.565 em 2021.

Figura 44. Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação, 2021 (% do total)



Fonte: PORDATA.

Fonte de dados: INE - VI Recenseamentos Gerais da Habitação.

Daqueles, 47% são de residência habitual, 36% de uso sazonal, 8% encontram-se vagos para venda ou arrendamento e 10% encontram-se vagos, noutra situação. De notar que, entre 1981 e 2021, se

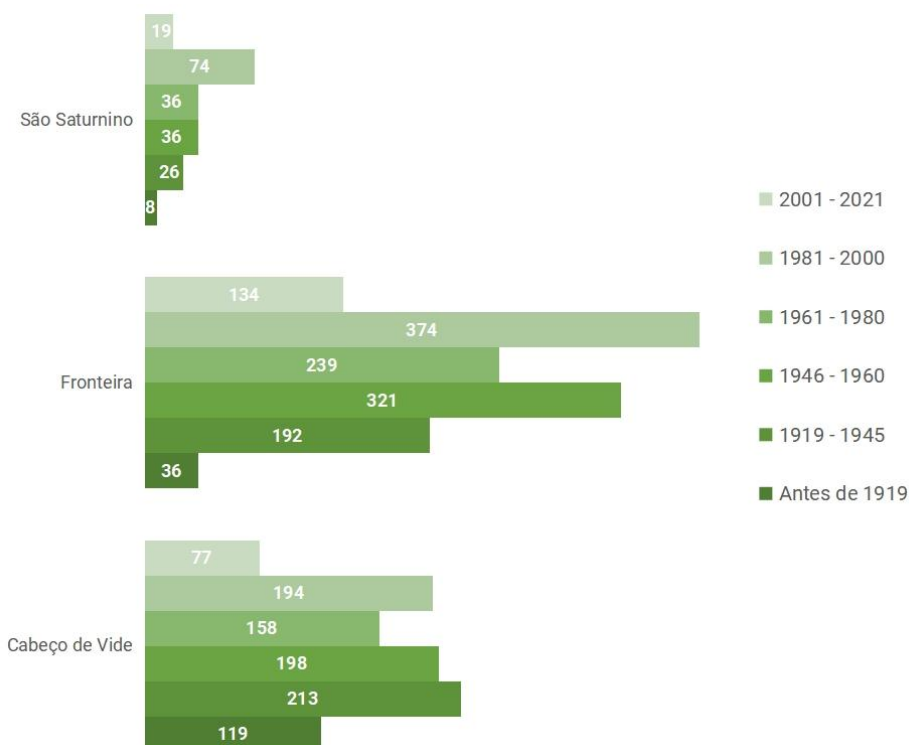
¹⁸ Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior (INE).

¹⁹ Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de caráter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

verificou uma redução de quase 30% na proporção de alojamentos para residência habitual e um aumento nas restantes formas de ocupação, com destaque para os alojamentos de uso sazonal, com um aumento de 19%. Os alojamento vagos, para venda ou arrendamento, aumentaram em 6% e os vagos, noutra situação, aumentaram em 4%. **Fronteira** encontra-se abaixo da média do Alentejo e do Alto Alentejo no que diz respeito aos alojamentos ocupados para residência habitual (58% e 54%, respetivamente).

Existiam 2454 edifícios em Fronteira em 2021, 959 na freguesia de Cabeço de Vide, 1296 na freguesia de Fronteira e 199 na freguesia de São Saturnino. No concelho existem 163 edifícios centenários anteriores a 1919, quase 7% da totalidade do edificado. Apenas cerca de 9% dos edifícios de Fronteira foram construídos nos últimos 20 anos. A distribuição por freguesia é apresentada na *Figura 45*.

Figura 45. Edifícios por época de construção e freguesia



Fonte de dados: INE - VI Recenseamentos Gerais da Habitação.

O estado de conservação dos edifícios em **Fronteira** (*Figura 46*) revelou ser melhor do que a média nacional (*Figura 47*) e do Alto Alentejo (*Figura 48*): cerca de 74% (1828) dos edifícios em **Fronteira** não precisam de reparações, face a 64% e 68% a nível nacional e regional, respetivamente. Ainda assim, quase 10% (215) precisa de médias ou grandes reparações por se encontrarem muito degradados e cerca de 17% (411) precisa de pequenas reparações.

De 2011 a 2023 foram realizadas 34 obras de edificação em **Fronteira**²⁰, das quais 25 foram novas construções, 4 foram obras de ampliação, 3 foram obras de alteração e 2 de reconstrução. Foi demolido 1 edifício. Considerando os edifícios já existentes e o estado de conservação referido acima, verifica-se uma fraca dinâmica na recuperação, ampliação e reconstrução no concelho, que importa reverter.

Figura 46. Edifícios por estado de conservação, 2021, Fronteira

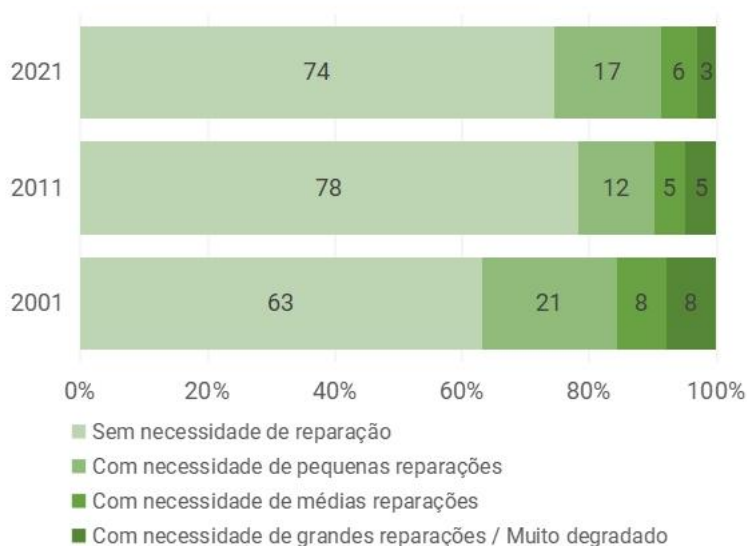


Figura 47. Edifícios por estado de conservação, 2021, Continente

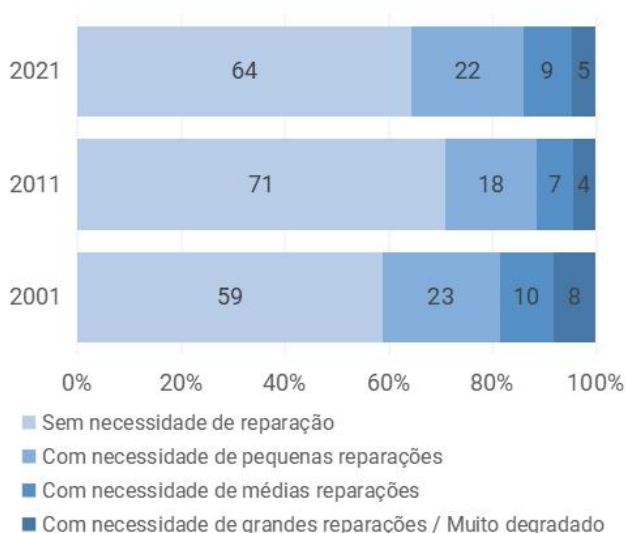


Figura 48. Edifícios por estado de conservação, 2021, Alto Alentejo



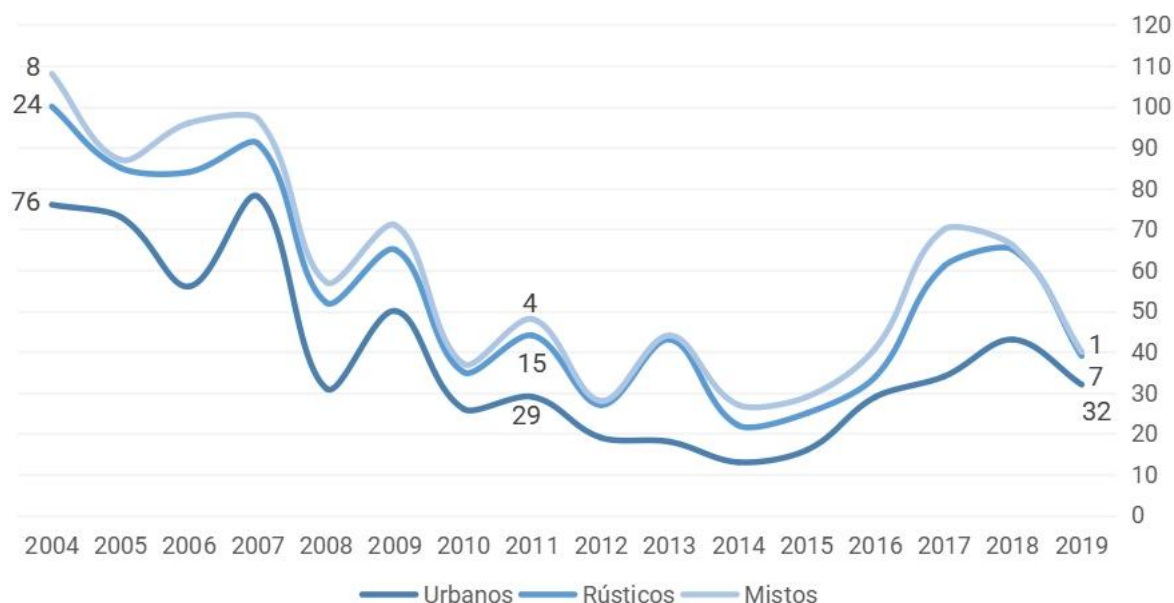
Fonte: PORDATA.

Fonte de dados: INE - VI Recenseamentos Gerais da Habitação.

²⁰ INE, Estatísticas das obras concluídas.

Verificou-se uma redução do número de contratos de compra e venda em **Fronteira** (Figura 49): em 2004 foram transacionadas 76 propriedades urbanas, 24 rústicas e 8 mistas; em 2019 foram transacionadas apenas 32 propriedades urbanas, 7 rústicas e 1 mista. O preço médio por m² das habitações em **Fronteira** era o quarto mais baixo do Alto Alentejo (651 €/m²) em maio de 2024. A taxa de esforço do crédito para habitação permanente era de 7,7% no 1º quartil de 2022 e aumentou para os 17,6% no 3º quartil do mesmo ano.

Figura 49. Contratos de compra e venda de prédios em Fronteira, por tipo de prédio, Anual



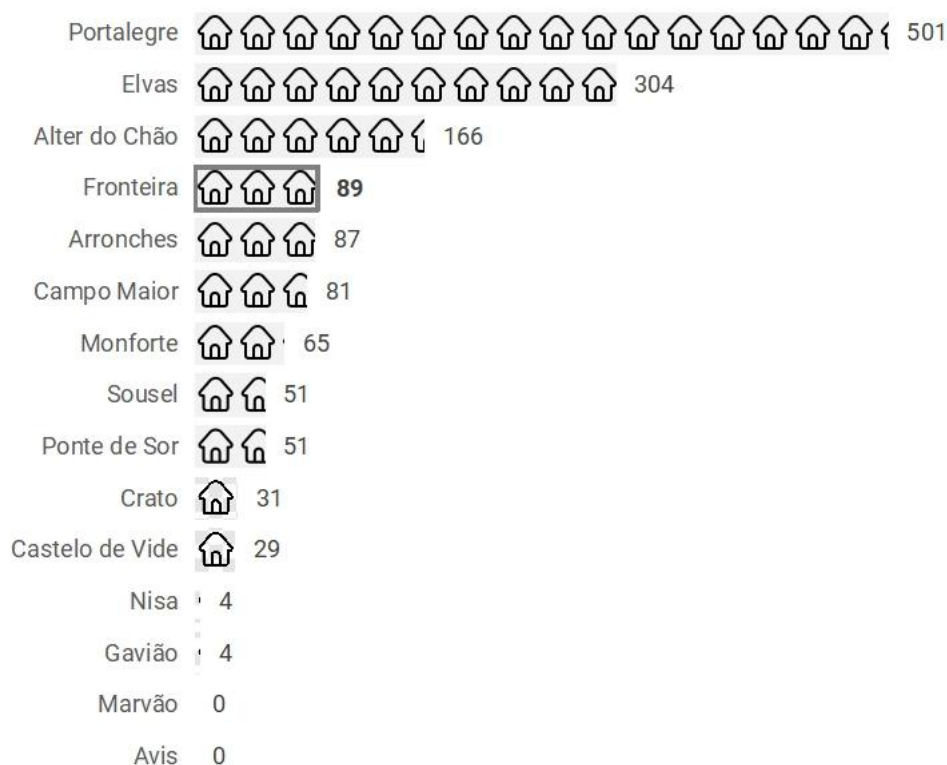
Fonte: INE.

Fonte de dados: DGPJ, Operações sobre imóveis.

A procura para aquisição está mais focada em moradias com um pouco de terreno ou quintas, embora exista também elevada procura para arrendamento, cuja oferta é escassa. Muitas transações são realizadas diretamente pelos proprietários, o que dificulta a obtenção de dados mais próximos da realidade quanto ao mercado de compra, venda e arrendamento em **Fronteira**.

No que diz respeito à habitação social no Concelho, segundo os dados do Inquérito à caracterização da habitação social realizado pela última vez em 2015 pelo INE, existiam em **Fronteira** 89 fogos de habitação social, a maioria de tipologia T2 ou T3 (67), alguns T0 ou T1 (21) e apenas um T4. O concelho de **Fronteira** era o quarto com mais fogos de habitação social da região, ainda assim muito abaixo do concelho vizinho, Alter do Chão (166), e pouco acima de Arronches (87).

Figura 50. Fogos de habitação social nos concelhos do Alto Alentejo, 2015



Fonte: INE, Inquérito à caracterização da habitação social.

Em 2022, **Fronteira** tinha 79 habitações sociais arrendadas, com a seguinte distribuição por tipologia e instituição:

Tabela 15. Habitações sociais arrendadas, por tipologia

Tipologia	Câmara Municipal de Fronteira	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	Santa Casa da Misericórdia de Fronteira	Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide
T1	6			2
T2	22		4	1
T3	18		8	
T4	2			
Total	48	15	12	4²¹

Notas: Não está disponível informação sobre a tipologia das habitações do IGFSS. A distribuição por tipologias das habitações da SCM Cabeço de Vide não está completa, só tendo sido possível identificar para os fogos degradados.

Fonte: *Estratégia Local de Habitação de Fronteira*, Blue Capital Advisors, 2022.

²¹ Existe uma 5ª habitação, que se encontra sem condições de habitabilidade.

Em 2016 foram constituídas duas Áreas de Regeneração Urbana (ARU), uma, com 70,85 hectares, integra o núcleo central do perímetro urbano da sede de concelho de **Fronteira**, desde a entrada sul até à entrada Norte; outra, com 19,3 ha, integra o núcleo central do perímetro urbano de Cabeço de Vide e corresponde ao casco antigo do núcleo histórico e estende-se a duas zonas de reabilitação de espaços urbanos. A fundamentação de constituição destas duas ARU é semelhante para ambas: “o desenho urbano do aglomerado é marcada pela morfologia do local e época de construção apresentando uma malha urbana mais irregular e mais antiga. Possuem ambas um conjunto arquitetónico simples, por vezes descaracterizado por edifícios recentes ou intervenções menos adequadas. O edificado mais antigo apresenta elevada taxa de degradação/desocupação e os espaços públicos apresentam-se em geral em mau estado. A reabilitação pretendida vai para além da vertente imobiliária ou patrimonial procurando soluções coerentes entre os aspetos funcionais, económicos, sociais, culturais e ambientais.”²²

²² [Consulte as ARU - Portal da Habitação.](#)

ANEXO III

ECONOMIA E EMPREGABILIDADE

A presente análise pretende caracterizar o tecido económico/empresarial e a empregabilidade da população de **Fronteira**. Os indicadores apresentados foram escolhidos pelo seu significado no âmbito do contexto económico conjuntural e na importância da realidade que retratam para a dimensão social. Como referido no enquadramento e metodologia, no sentido de retratar a evolução, são apresentados, sempre que possível, dados estatísticos relativos a vários anos quando se trata do concelho de **Fronteira**. Na comparação com os restantes concelhos do Alto Alentejo, privilegiou-se a comparação entre um ano inicial e um ano final, calculando-se uma taxa de variação entre estes. Foi sempre contemplado o último ano disponível nas diferentes fontes de dados utilizadas e uma série temporal de, pelo menos, 6 anos.

Estrutura económica e empresarial

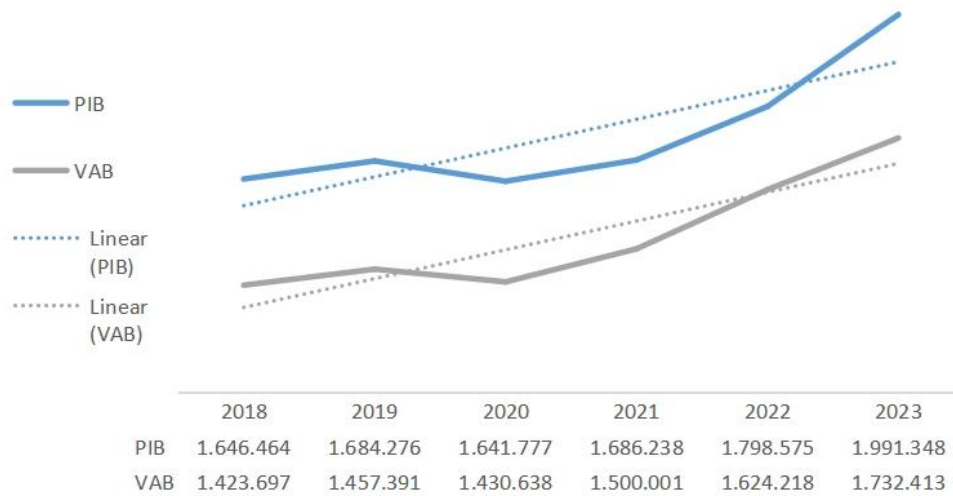
Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Acrescentado Bruto (VAB) Alto Alentejo

Os indicadores económicos, PIB e VAB, a preços correntes, da região do Alto Alentejo (*Figura 51*) assinalam um crescimento positivo entre 2018 e 2023, em 21% e 22%, respetivamente.

No entanto, de acordo com os dados disponíveis, o contributo da região para o PIB nacional decresceu ligeiramente de 0,8% para 0,7% e para o VAB nacional manteve-se em 0,5, refletindo, assim, uma manutenção relativa do contributo da região para o resultado nacional.

Esta evolução dos indicadores económicos da região do Alto Alentejo, revelou uma quebra entre o ano 2019 e 2022 (*Figura 51*), resultado do contexto da pandemia Covid-19, que conduziu ao fecho da maioria das atividades económicas no país, com consequências evidentes no desempenho económico verificado na região do Alto Alentejo, que só veio a recuperar e até acelerar o seu crescimento em 2023.

Figura 51. Evolução do PIB e do VAB no Alto Alentejo, a preços correntes, 2018 a 2023, em €

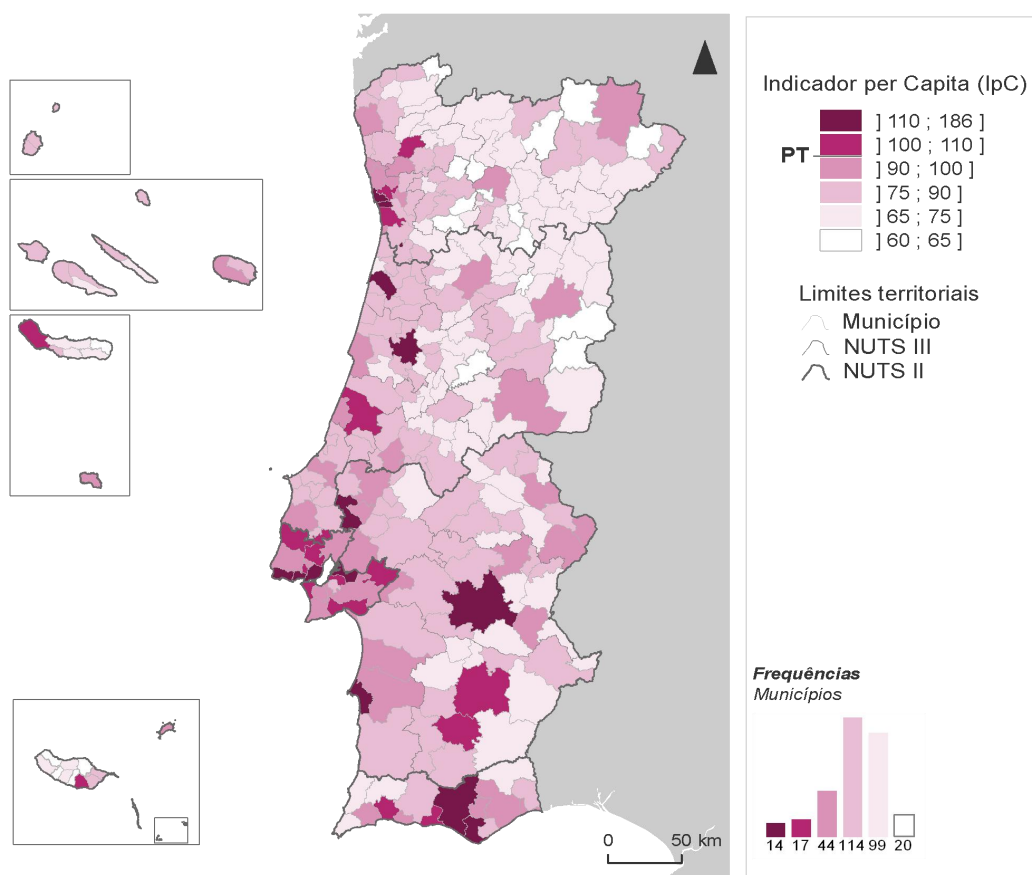


Fonte de dados: Contas económicas regionais, INE 2023 (base 2016 PIB, base 2021 VAB).

Poder de compra *per capita*

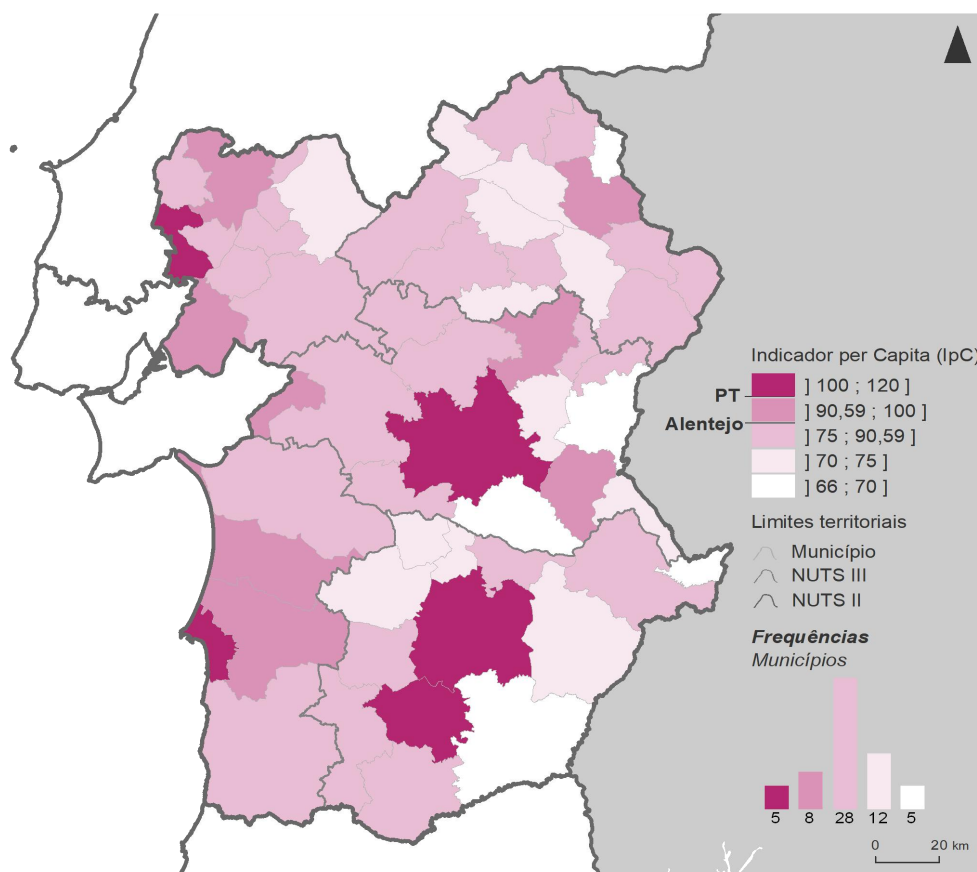
Em **Fronteira**, o indicador *per capita* do poder de compra situava-se em 76 pontos em 2021, equiparando o concelho a outros 113 a nível nacional (*Figura 52*) e, particularmente, a outros 27 no Alentejo com um poder de compra entre 75 a 90 pontos (*Figura 53*).

Figura 52. Indicador poder de compra per Capita por município, 2021



Fonte: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio - 2021.

Figura 53. Indicador poder de compra per Capita por município, na região Alentejo, 2021



Fonte: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio - 2021.

O concelho de **Fronteira** revela um ganho de 4 pontos percentuais no poder de compra *per capita* entre 2011 e 2021 (Figura 54), situando-se, em 2021, 24 pontos percentuais abaixo do poder de compra *per capita* nacional, e 9 pontos percentuais abaixo do poder de compra *per capita* na região do Alto Alentejo.

Figura 54. Evolução do indicador poder de compra per capita no concelho de Fronteira e na região Alto Alentejo, bianual 2011-2021



Fonte: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio.

Balança comercial

A balança comercial da região do Alto Alentejo foi favorável ao longo de todo o período, atingindo o segundo melhor resultado do período em 2019, com cerca de 348 milhões e 700 mil euros em exportações, a superar os cerca de 256 milhões e 86 mil euros em importações na região, resultando numa diferença de quase 93 milhões (*Tabela 16 e Figura 55*). Esta situação, contudo, vê-se prejudicada pelo contexto da pandemia Covid-19, cujas consequências conduziram a uma quebra da atividade comercial, com particular impacto no comércio internacional, com reflexos no saldo da balança comercial. Apesar de se manter favorável, só em 2024 é que a região recuperou a tendência de crescimento, superando inclusive os resultados de 2019. Em 2024, a região registou cerca de 488 milhões e 400 mil euros em exportações, que superaram os cerca de 368 milhões e 92 mil euros em importações na região, resultando numa diferença de mais de 120 milhões e 330 mil euros.

Tabela 16. Evolução das Exportações e Importações nos concelhos do Alto Alentejo (em Milhares €) e taxa de variação 2019-2024

Concelhos	Exportações			Importações		
	2024	2019	Variação 2019-2024 (%)	2024	2019	Variação 2019-2024 (%)
	Milhares €	Milhares €	(%)	Milhares €	Milhares €	(%)
Alter do Chão	29	988	95%	17.418	8.924	-97%
Arronches	2.490	3.706	-6%	1.612	1.710	-33%
Avis	31.849	24.788	-2%	14.462	14734	28%
Campo Maior	82.427	63.785	80%	92.644	51.580	29%
Castelo de Vide	10	156	-99%	4	424	-94%
Elvas	81.795	36.208	91%	52.340	27.366	126%
Fronteira	732	404	48%	1.740	1.175	81%
Gavião	107	7	2719143%	17.458	1	1514%
Marvão	214	0	63%	862	528	n.a.
Monforte	7.040	5.089	56%	8.249	5.288	38%
Nisa	2	993	-8%	1.435	1.553	-100%
Ponte de Sôr	10.331	24.260	-83%	6.736	40.539	-57%
Portalegre	227.586	158.608	66%	146.381	88.057	43%
Sousel	40.362	27.696	-74%	3.198	12.157	46%
Alto Alentejo	488.422	348.713	44%	368.092	256.086	40%
Nacional	79.222.114	59.902.810	34%	107.446.999	79.977.128	32%

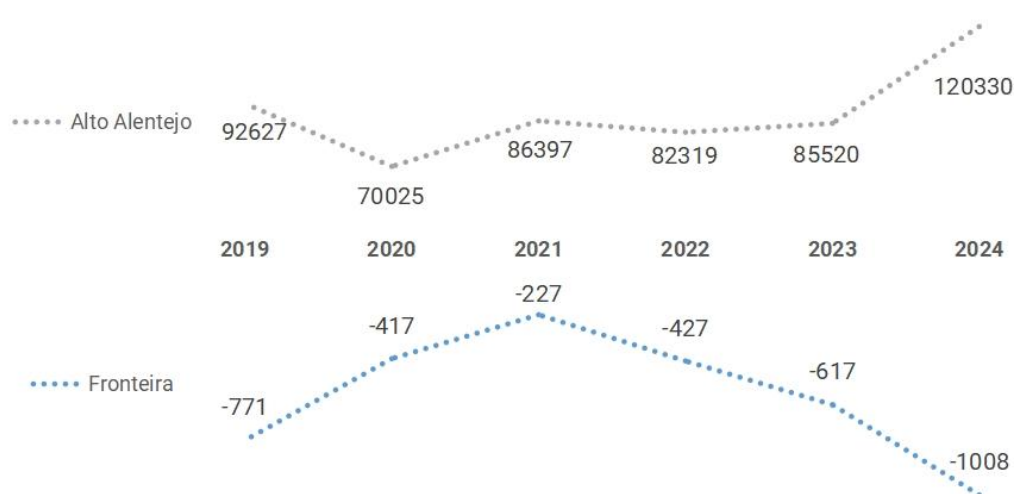
Fonte: INE - Estatísticas do Comércio Internacional de Bens. Cálculos próprios.

Legenda: n.a. = não aplicável.

A nível concelhio, o concelho de **Fronteira**, apresentou sempre uma balança comercial deficitária, com maior volume de importações do que exportações, verificando o mesmo abrandamento na atividade comercial em 2020. O maior impacto foi, contudo, sentido em 2021, ano em que as exportações aumentaram 66% face ao ano anterior, mas as importações aumentaram também, na ordem dos 20%. As exportações no concelho aumentaram também em 2022, mas em 2023

verificou-se uma estagnação (com uma diferença de apenas -3% face às exportações do ano anterior) e em 2024 uma quebra de 47% face ao ano anterior, revelando uma quebra na atividade comercial destinada à exportação. Quanto às importações, o aumento em 2021, continuou em 2022, com mais 54% de crescimento face ao ano anterior. Em 2023 verificou-se um abrandamento também nas importações, com uma diferença de apenas 8% face ao ano anterior. Em 2024, esta tendência inverte-se, com uma quebra de -13% face ao ano anterior. Ainda assim, esta quebra não é suficiente para favorecer a balança comercial do concelho: com cerca de 1 bilião, 740 milhões e 475 mil euros em importações, **Fronteira** continua a importar mais do que exporta (cerca de 732 milhões e 110 mil euros).

Figura 55. Balança comercial no Alto Alentejo e em Fronteira (Exportações - Importações, em Milhares €), 2019-2024



Fonte: INE - Estatísticas do Comércio Internacional de Bens. Cálculos próprios.

VAB das empresas

O VAB das empresas (Tabela 17), na região do Alto Alentejo registou um crescimento inferior ao nacional (43% contra 59%) entre 2017 e 2023. O concelho de **Fronteira** acompanhou a tendência de crescimento da região, embora de forma menos pronunciada - cresceu 27% entre 2017 e 2023.

Os concelhos do Alto Alentejo que mais cresceram neste período foram o Crato, que mais do que duplicou (106%), Gavião e Elvas, que ficaram a 10% de duplicar o VAB das empresas (90% cada).

Fronteira encontra-se a meio dos quinze da região em termos do VAB, em 2023, acima de Castelo de Vide, Arronches, Marvão, Monforte, Alter do Chão, Gavião e Nisa e abaixo dos restantes.

Tabela 17. Evolução do VAB nos concelhos da região do Alto Alentejo (em milhares €) e taxa de variação, 2017-2023

Concelhos	2023 milhares €	2017 milhares €	Variação 2017-2023 (%)
Alter do Chão	12973	7324	77%
Arronches	8074	5121	58%
Avis	32398	24509	32%
Campo Maior	146396	130856	12%
Castelo de Vide	7674	4963	55%
Crato	16882	8194	106%
Elvas	138434	72949	90%
Fronteira	15045	11850	27%
Gavião	13688	7217	90%
Marvão	9038	4794	89%
Monforte	12852	8780	46%
Nisa	14797	13260	12%
Ponte de Sôr	71240	71300	0%
Portalegre	153394	85419	80%
Sousel	26075	17478	49%
Alto Alentejo	678959	474012	43%
Nacional	147020142	92690116	59%

Fonte: INE - Sistema de Contas integradas das Empresas; cálculos próprios.

Em termos de VAB por atividade económica na região do Alto Alentejo (Tabela 18), mesmo considerando as perdas decorrentes do abrandamento da atividade comercial decorrente do Covid-19, verificaram-se ganhos em termos de crescimento do VAB em todas as atividades, com exceção da *eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* (quebra de -18% entre 2017 e 2023). Destaca-se o crescimento nas *atividades administrativas e dos serviços de apoio* e na *construção*, que mais do que duplicaram o VAB (122% e 112%, respetivamente). Destaque, ainda, para a *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e para as *atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, com crescimento de 89% e 87%, respetivamente.

Surgem, ainda, dados de áreas de atividades na região, que eram confidenciais em 2017: *indústrias extrativas* e *indústrias transformadoras*, que seguem a tendência de crescimento verificadas na região no período pós-pandemia.

Quanto a **Fronteira**, as atividades de *transportes e armazenagem* são as mais representadas no concelho em termos de volume de VAB, com, inclusive, um crescimento de 45% entre 2017 e 2023 (Tabela 19). Segue-se a *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, embora com uma perda de cerca de 18% face a 2017. O *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)* é a terceira área de atividade mais preponderante no concelho, tendo crescido 49% desde o início do período considerado. As áreas que menos contribuem para o VAB concelhio são as *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* e a *educação*, revelando um fraco investimento privado no desenvolvimento destas atividades, que promovem o sucesso da escolarização, a formação ao longo da vida, a cultura e o desporto em geral. As atividades que mais cresceram entre 2017 e 2023 foram da área das *indústrias transformadoras* (290%), da *construção* (61%) e das *atividades administrativas e dos serviços de apoio* (50%).

Tabela 18. Evolução do VAB na região do Alto Alentejo, por atividade económica (em milhares €) e taxa de variação 2017-2023

Atividades	2023 milhares €	2017 milhares €	Variação 2017-2023 %
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	86387	45789	89%
Indústrias extrativas	2638	...	n.a.
Indústrias transformadoras	145085	...	n.a.
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4443	5414	-18%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	...	8862	n.a.
Construção	50666	23860	112%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	185763	152772	22%
Transportes e armazenagem	24145	18545	30%
Alojamento, restauração e similares	40636	30218	34%
Atividades de informação e de comunicação	...	1131	n.a.
Atividades imobiliárias	11602	6823	70%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	53166	28412	87%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	27753	12498	122%
Educação	4109	3241	27%
Atividades de saúde humana e apoio social	16350	11250	45%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3604	2605	38%
Outras atividades de serviços	6019	5640	7%

Fonte: INE - Sistema de Contas integradas das Empresas; cálculos próprios.

Legenda: n.a. = não aplicável; ... = dado confidencial.

Tabela 19. Evolução do VAB no concelho de Fronteira, por atividade económica (em milhares €) e taxa de variação 2017-2023

Atividades	2023 milhares €	2017 milhares €	Variação 2017-2023 %
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3505	4265	-18%
Indústrias extrativas	0	0	n.a.
Indústrias transformadoras	1770	453	290%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0	n.a.
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	0	0	n.a.
Construção	1333	829	61%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)	2104	1414	49%
Transportes e armazenagem	3802	2624	45%
Alojamento, restauração e similares	896	769	16%
Atividades de informação e de comunicação	0	0	n.a.
Atividades imobiliárias	0	230	n.a.
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	546	484	13%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	477	318	50%
Educação	44	69	-36%
Atividades de saúde humana e apoio social	226	197	14%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	14	12	21%
Outras atividades de serviços	131	186	-30%

Fonte: INE - Sistema de Contas integradas das Empresas; cálculos próprios.

Legenda: n.a. = não aplicável.

Volume de negócios

À semelhança do que se verifica no desempenho do VAB na região do Alto Alentejo, o volume de negócios nesta região (*Tabela 20*) registou um crescimento positivo (55%) entre 2017 e 2023, mas, ao contrário daquele, acima do crescimento a nível nacional (48%). O concelho de **Fronteira** registou o segundo menor crescimento positivo da região (16%), depois de Avis (5%). Neste período, apenas um concelho registou um crescimento negativo, Ponte de Sôr (-13%). O concelho do Crato teve o maior crescimento, quase triplicando o volume de negócios entre 2017 e 2023 (294%).

Fronteira é o quinto concelho, dos quinze da região, com o menor volume de negócios em 2023, depois de Marvão, Castelo de Vide, Arronches e Gavião.

Tabela 20. Evolução do Volume de negócios nos concelhos da região do Alto Alentejo (em milhares €) e taxa de variação 2017-2023

Concelhos	2023 milhares €	2017 milhares €	Variação 2017-2023 (%)
Alter do Chão	56094	45567	23%
Arronches	31372	19045	65%
Avis	89839	85323	5%
Campo Maior	819492	443789	85%
Castelo de Vide	26279	17933	47%
Crato	154226	39140	294%
Elvas	560198	338623	65%
Fronteira	50819	43825	16%
Gavião	36420	23908	52%
Marvão	26047	15259	71%
Monforte	55756	41618	34%
Nisa	60918	51266	19%
Ponte de Sôr	264515	303779	-13%
Portalegre	817250	502207	63%
Sousel	168749	101712	66%
Alto Alentejo	3217973	2072993	55%
Nacional	550295127	371477802	48%

Fonte: INE - Sistema de Contas integradas das Empresas; cálculos próprios.

As atividades da área de *eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e as *atividades administrativas e dos serviços de apoio* são as que mais cresceram na região do Alto Alentejo, em termos de volume de negócios gerado (*Tabela 21*).

Já as mais representadas em 2023, ou seja, as atividades com maior volume de negócios na região, eram o *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)*, as *indústrias transformadoras* e a *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*. As atividades menos representadas eram na área das *indústrias extrativas*, da *educação* e das *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*.

Tabela 21. Evolução do Volume de negócios no Alto Alentejo, por atividade económica (em milhares €) e taxa de variação 2017-2023

Atividades	2023 milhares €	2017 milhares €	Variação 2017-2023 %
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	345614	208023	66%
Indústrias extrativas	5614	0	n.a.
Indústrias transformadoras	694599	0	n.a.
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	102133	11911	757%
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	0	20098	n.a.
Construção	119442	62478	91%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)	1359997	957193	42%
Transportes e armazenagem	76711	52389	46%
Alojamento, restauração e similares	96748	76049	27%
Atividades de informação e de comunicação	0	2800	n.a.
Atividades imobiliárias	23408	15379	52%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	238854	46215	417%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	47716	18570	157%
Educação	5765	4467	29%
Atividades de saúde humana e apoio social	29154	20072	45%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	11714	8224	42%
Outras atividades de serviços	14100	11309	25%

Fonte: INE - Sistema de Contas integradas das Empresas; cálculos próprios.

Legenda: n.a. = não aplicável.

Quanto ao concelho de **Fronteira**, as atividades mais representadas em termos de volume de negócios (Tabela 22) são as atividades da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, seguidas do *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)* e dos *transportes e armazenagem*. No entanto, as atividades ligadas ao *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)* decresceram em volume de negócios (-12%), enquanto as restantes aumentaram (11% e 63%, respetivamente).

As *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* registaram o maior crescimento no volume de negócios no período em análise, quase triplicando o volume de negócios entre 2017 e 2023 (191%). Pelo contrário, as atividades ligadas à *educação* decresceram em cerca de 38%. Esta perda pode estar ligada ao encerramento durante a pandemia Covid-19, sem que tenha sido depois retomada a atividade ou, ainda, ter sido influenciada pelo encerramento das turmas de Ensino Secundário no concelho, com a procura por serviços de apoio ao estudo fora do concelho, perto da escola de destino. A outra área de atividade que viu diminuir o volume de negócios em **Fronteira** foi a das *atividades de saúde humana e apoio social* (-8%), para além da já referida redução no *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)*.

Salienta-se que o concelho de **Fronteira** mantém o seu perfil de especialização económica baseado nas atividades da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*. No entanto, registam-se alterações, nomeadamente com o crescimento dos *transportes e armazenagem* que, a não serem conjunturais, poderão conduzir a um ajustamento das estratégias de especialização.

Este ajustamento, a par da implementação de estratégias de incentivo das atividades que apresentam perdas, a saber *educação, comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)* e *atividades de saúde humana e apoio social*, pode contribuir para o desenvolvimento económico do concelho, mitigando as dificuldades registadas nos principais indicadores económicos analisados, nomeadamente dando algum impulso ao crescimento do VAB e do volume de negócios das empresas. Apesar de apresentarem um crescimento positivo no concelho (recordando, 27% no VAB e 16% no volume de negócios das empresas), esse crescimento é inferior ao registado em grande parte dos restantes concelhos da região (particularmente no volume de negócios), no total da região (recordando, 43% no VAB e 55% no volume de negócios das empresas) e a nível nacional (recordando, 59% no VAB e 48% no volume de negócios das empresas).

Tabela 22. *Evolução do Volume de negócios no concelho de Fronteira, por atividade económica (em milhares €) e taxa de variação 2017-2023*

Atividades	2023 milhares €	2017 milhares €	Variação 2017-2023 %
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	13850	12479	11%
Indústrias extrativas	0	0	n.a.
Indústrias transformadoras	8161	6011	36%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0	n.a.
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	0	0	n.a.
Construção	3258	2547	28%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)	10525	12015	-12%
Transportes e armazenagem	10727	6582	63%
Alojamento, restauração e similares	1669	1313	27%
Atividades de informação e de comunicação	0	0	n.a.
Atividades imobiliárias	0	757	n.a.
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	835	687	22%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	850	741	15%
Educação	53	85	-38%
Atividades de saúde humana e apoio social	298	324	-8%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	54	19	191%
Outras atividades de serviços	240	267	-10%

Fonte: INE - Sistema de Contas integradas das Empresas; cálculos próprios.

Legenda: n.a. = não aplicável.

Tecido empresarial

A região do Alto Alentejo registava, em 2023, um total de 13 931 empresas (*Tabela 23*), tendo aumentado 644 empresas em relação a 2018 (5%). Verifica-se uma dinâmica importante na região, embora inferior à dinâmica nacional: aumento de 18% no número de empresas, entre 2018 e 2023.

A nível concelhio, todos os concelhos da região aumentaram o número de empresas e apenas um, o Crato, reduziu ligeiramente (-2%). Destacam-se pela positiva os concelhos de Arronches e Monforte, com um crescimento do número de empresas de 17% e 12%, respetivamente. Com os menores crescimentos, sobressaem os concelhos de Nisa e Portalegre, com apenas 1% cada,

embora em Nisa tal corresponda a 6 empresas e em Portalegre a 27 empresas devido à dimensão destes concelhos. O concelho de **Fronteira**, registou um crescimento de 3%, tendo aumentado em 14 o número de empresas sediadas no concelho.

Tabela 23. Evolução do total de empresas nos concelhos da região do Alto Alentejo (unidade) e taxa de variação 2018-2023

Concelhos	2023 N	2018 N	Variação 2018-2023 (%)
Alter do Chão	398	374	6%
Arronches	389	332	17%
Avis	496	481	3%
Campo Maior	822	787	4%
Castelo de Vide	445	419	6%
Crato	446	457	-2%
Elvas	2859	2684	7%
Fronteira	485	471	3%
Gavião	336	316	6%
Marvão	525	490	7%
Monforte	346	309	12%
Nisa	803	796	1%
Ponte de Sôr	1833	1701	8%
Portalegre	3060	3033	1%
Sousel	688	637	8%
Alto Alentejo	13931	13287	5%
Nacional	1571274	1336122	18%

Fonte: INE - Sistema de Contas integradas das Empresas; cálculos próprios.

Quanto à dimensão do tecido empresarial da região do Alto Alentejo em 2023 (*Tabela 24*), este era constituído na sua maioria (97%), por micro empresas com menos de 10 trabalhadores. Esta é uma característica que se encontra em todos os concelhos. Apenas quatro dos concelhos da região, Portalegre (5 empresas), Campo Maior (4), Avis (1) e Elvas (1) têm grandes empresas com mais de 250 trabalhadores no seu tecido empresarial, num total de 11 grandes empresas na região. Das 33 médias empresas da região, destaca-se 13 com sede em Elvas, 6 em Portalegre, 5 em Ponte de Sôr e 2 em Sousel. Quatro concelhos da região têm apenas micro e pequenas empresas: Arronches, Castelo de Vide, Marvão e Nisa.

Fronteira tem apenas 1 média empresa e 4 pequenas empresas. As restantes 463 empresas do concelho são micro empresas.

Tabela 24. Total de empresas por dimensão, nos concelhos da região do Alto Alentejo, 2023

Concelhos	Total N	Micro (menos de 10 trabalhadores)		Pequena (de 10 a menos de 50 trabalhadores)		Média (de 50 a menos de 250 trabalhadores)		Grande (250 ou mais trabalhadores)	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Alter do Chão	376	368	98	7	2	1	0	0	0
Arronches	383	376	98	7	2	0	0	0	0
Avis	466	452	97	12	3	1	0	1	0
Campo Maior	786	762	97	19	2	1	0	4	1
Castelo de Vide	424	419	99	5	1	0	0	0	0
Crato	429	422	98	6	1	1	0	0	0
Elvas	2742	2633	96	95	3	13	0	1	0
Fronteira	468	463	99	4	1	1	0	0	0
Gavião	322	312	97	9	3	1	0	0	0
Marvão	505	500	99	5	1	0	0	0	0
Monforte	330	321	97	8	2	1	0	0	0
Nisa	782	772	99	10	1	0	0	0	0
Ponte de Sôr	1736	1671	96	60	3	5	0	0	0
Portalegre	2916	2827	97	78	3	6	0	5	0
Sousel	663	640	97	21	3	2	0	0	0
Alto Alentejo	13328	12938	97	346	3	33	0	11	0
Nacional	1510274	1450548	96	49794	3	8382	1	1550	0

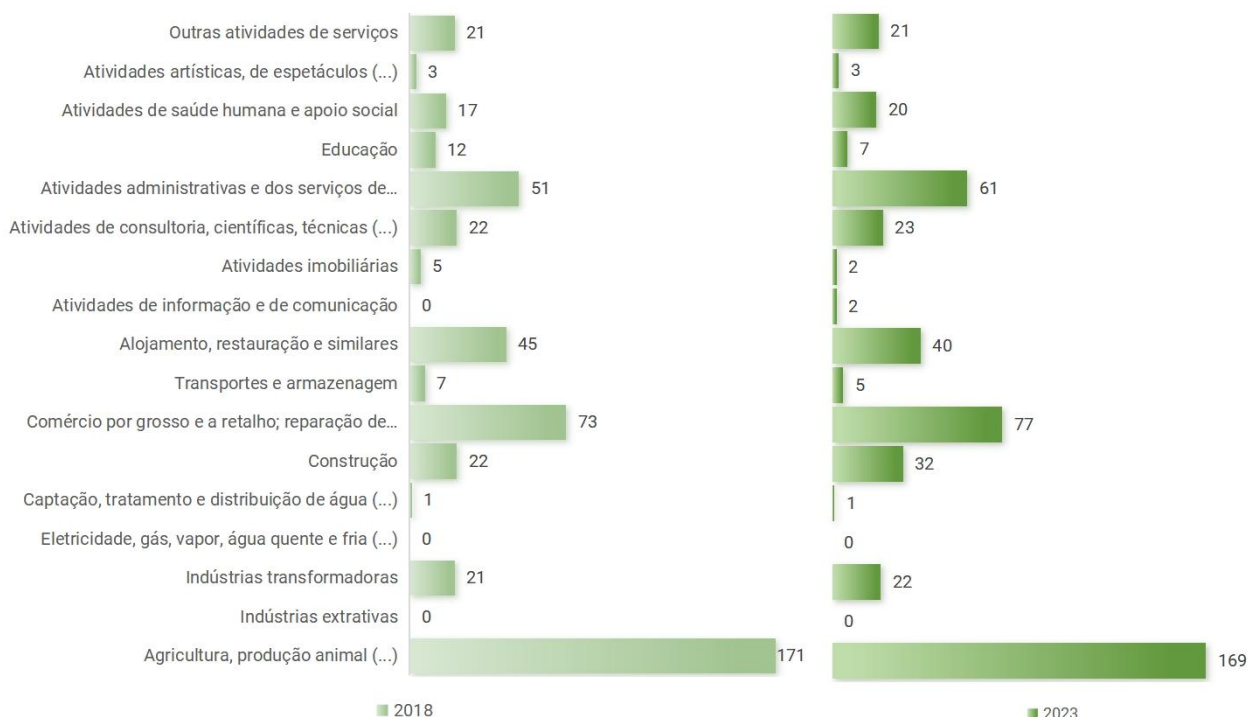
Fonte: INE - Sistema de Contas integradas das Empresas; cálculos próprios.

Em termos do número de empresas por atividade económica no concelho de **Fronteira** em 2023 (Figura 56), destacam-se as atividades da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (169), do *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (77) e as *atividades administrativas e de serviços de apoio* (61).

Face a 2018, destaca-se a redução de 5 empresas na área de *educação* e outras 5 de *alojamento, restauração e similares*, 3 empresas de *atividades imobiliárias*, 2 de *transportes e armazenamento* e outras 2 de atividades ligadas à *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*. No caso destas duas últimas áreas de atividade, é de relembrar que, apesar desta redução no número de empresas, se verificou um crescimento do VAB e do volume de negócios das empresas nestas atividades.

Pelo contrário, em 2023 existiam mais 10 empresas a desempenhar *atividades administrativas e de serviços de apoio* e outras 10 na área da *construção*, 4 na área do *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*, 3 ligadas a *atividades de saúde humana e apoio social*, 2 de *atividades de informação e comunicação*, 1 de *atividades de consultoria, científicas, técnicas (...)* e outra nas *indústrias transformadoras*.

Figura 56. Total de empresas por atividade económica, no concelho de Fronteira, 2023 (unidade)



Fonte: INE - Sistema de Contas integradas das Empresas.

Características da população empregada

Em 2023, a região do Alto Alentejo (Tabela 25) registava um total de 32 044 pessoas ao serviço. As empresas de atividades ligadas ao *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* e à *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* eram as que registavam as maiores percentagens de pessoas ao serviço (20% e 19%, respetivamente), seguidas pelas empresas das *indústrias transformadoras* (13%).

Nas empresas do concelho de **Fronteira**, neste ano, encontravam-se ao serviço 872 pessoas, e a maioria (60%) encontrava-se ao serviço na *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (30%), nos *transportes e armazenagem* (16%) e no *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (14%).

Tabela 25. Pessoal ao serviço nas empresas do concelho de Fronteira e da região do Alto Alentejo, por setor de atividade, 2023

Atividades	Fronteira		Alto Alentejo	
	N	%	N	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	261	30	6138	19
Indústrias extrativas	0	n.a.	0	n.a.
Indústrias transformadoras	66	8	4225	13
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	n.a.	110	0
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	0	n.a.	329	1
Construção	72	8	2595	8
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (...)	123	14	6402	20
Transportes e armazenagem	140	16	893	3
Alojamento, restauração e similares	50	6	2962	9
Atividades de informação e de comunicação	0	n.a.	192	1
Atividades imobiliárias	0	n.a.	452	1
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	36	4	1974	6
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	61	7	2640	8
Educação	7	1	405	1
Atividades de saúde humana e apoio social	23	3	1240	4
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3	0	394	1
Outras atividades de serviços	21	2	804	3
Total pessoas ao serviço	872	100	32044	100

Fonte: INE - Sistema de Contas integradas das Empresas; cálculos próprios.

Legenda: n.a. = não aplicável.

Trabalhadores por conta de outrem por nível de escolaridade

A Tabela 26 apresenta a distribuição dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) por nível de escolaridade nos concelhos da região do Alto Alentejo e no país, no ano 2023. A região registava uma proporção de TCO com apenas o ensino básico superior à nacional (48% face a 39%). Ao nível do ensino secundário e pós-secundário e do ensino superior, no entanto, a região registava menos 9% de TCO com este nível de escolaridade do que a nível nacional (52% face a 61%).

Em termos concelhios, o concelho de **Fronteira** registava a menor proporção de TCO com, pelo menos, o ensino secundário completo da região (28%), sendo que, cerca de 18% detinham o ensino secundário ou pós-secundário e cerca de 11% o ensino superior. Dos cerca de 70% de TCO que detinham apenas o ensino básico, 10% completou o 1º ciclo, 22% o 2º ciclo e 38% o 3º ciclo.

Elvas, Campo Maior e Portalegre são os concelhos da região com maior percentagem de TCO com, pelo menos, o ensino secundário completo. Elvas é o concelho com maior percentagem de TCO com o ensino superior (29%). Seguem-se Monforte, Arronches e Portalegre, todos com cerca de 20% de TCO com o ensino superior.

Tabela 26. Trabalhadores por conta de outrem por nível de escolaridade nos concelhos da região do Alto Alentejo (indivíduo), 2023

Concelhos	Total	< 1º ciclo		1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		E. Secundário e Pós-Secundário		E. Superior	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alter do Chão	449			47	10,5	79	17,6	130	29,0	139	31,0	49	10,9
Arronches	398			40	10,1	68	17,1	109	27,4	98	24,6	78	19,6
Avis	744			77	10,3	97	13,0	223	30,0	266	35,8	76	10,2
Campo Maior	2101			131	6,2	203	9,7	552	26,3	855	40,7	344	16,4
Castelo de Vide	439			36	8,2	58	13,2	156	35,5	130	29,6	53	12,1
Crato	418			43	10,3	74	17,7	129	30,9	126	30,1	41	9,8
Elvas	3771	13	0,3	302	8,0	312	8,3	918	24,3	1078	28,6	1110	29,4
Fronteira	363			35	9,6	79	21,8	139	38,3	65	17,9	38	10,5
Gavião	354			37	10,5	47	13,3	134	37,9	98	27,7	34	9,6
Marvão	426			33	7,7	76	17,8	131	30,8	117	27,5	65	15,3
Monforte	521			68	13,1	61	11,7	136	26,1	139	26,7	106	20,3
Nisa	673			73	10,8	114	16,9	195	29,0	233	34,6	54	8,0
Ponte de Sôr	2377	9	0,4	234	9,8	311	13,1	671	28,2	855	36,0	291	12,2
Portalegre	3794	5	0,1	226	6,0	400	10,5	984	25,9	1423	37,5	739	19,5
Sousel	717			73	10,2	76	10,6	247	34,4	224	31,2	88	12,3
Alto Alentejo	17545	52	0,3	1455	8,3	2055	11,7	4854	27,7	5876	33,5	3179	18,1
Nacional	2570047	6583	0,3	146367	5,7	247028	9,6	601423	23,4	943200	36,7	617223	24,0

Fonte de dados: Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social- MTSSS, quadros de pessoal; Cálculos próprios.

Nota: As percentagens dos concelhos, da região e nacional foram calculadas sobre os respetivos números totais de TCO nacional.

Empregabilidade

Desemprego

O desemprego na região do Alto Alentejo (*Tabela 27*) registou um decréscimo importante entre os anos 2017 e 2023 (-34%), superior até ao decréscimo verificado a nível nacional (26%).

Este decréscimo no desemprego foi prejudicado pelo impacto da pandemia Covid-19, cuja declaração do estado de emergência²³, em março de 2020, conduziu ao fecho da maior parte das atividades económicas contribuindo, assim, a um abrandamento nesta evolução positiva e, até, a um aumento do desemprego no concelho de Gavião entre 2020 e 2022.

O concelho de **Fronteira** apresenta um decréscimo do número de desempregados de 158 para 96, o que representa uma redução de 39% em 6 anos.

Tabela 27. Evolução da população desempregada, nos concelhos da região do Alto Alentejo (unidade) e taxa de variação 2017-2023

Concelhos	2023 N	2017 N	Variação 2017-2023 (%)
Alter do Chão	125	158	-21%
Arronches	57	102	-44%
Avis	142	185	-24%
Campo Maior	362	391	-7%
Castelo de Vide	51	106	-52%
Crato	98	148	-34%
Elvas	963	1701	-43%
Fronteira	96	158	-39%
Gavião	77	138	-44%
Marvão	52	90	-42%
Monforte	161	240	-33%
Nisa	153	236	-35%
Ponte de Sôr	434	586	-26%
Portalegre	522	759	-31%
Sousel	152	187	-19%
Alto Alentejo	3444	5183	-34%
Nacional	301336	407132	-26%

Fonte: PORDATA, base de dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); cálculos próprios.

Nota: Os valores apresentados foram calculados a partir de uma média aritmética simples dos desempregados registados mensalmente nos centros de emprego e formação profissional.

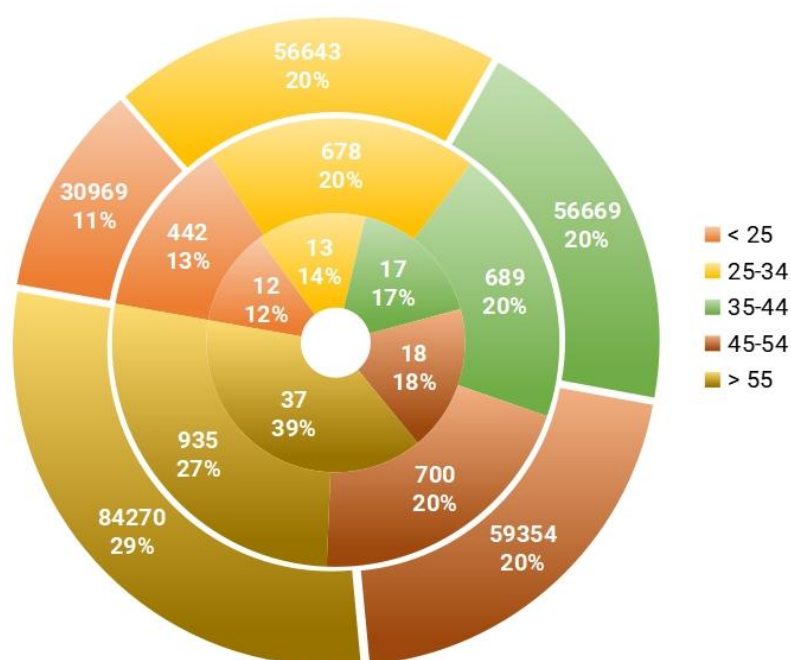
Desemprego por grupo etário

A *Figura 57* apresenta a distribuição do desemprego, em 2023, pelos diferentes grupos etários da população, a nível nacional (anel exterior), na região do Alto Alentejo (anel intermédio) e no concelho de **Fronteira** (anel interior).

²³ Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020.

Até aos 25 anos, a proporção de população desempregada é mais ou menos igual, independentemente do nível geográfico. Já nas faixas etárias dos 25 aos 54 anos, a proporção de desempregados em **Fronteira** é inferior ao verificado a nível regional e nacional, sendo a maior diferença no grupo dos 25 aos 34 anos (14% em **Fronteira**, face a 20% na região e nacional). Destaca-se o desemprego acima dos 55 anos de idade. Se, a nível regional e nacional, já se verifica-se uma elevada proporção de desempregados nesta faixa etária (27% e 29% do total de desempregados, respetivamente), em **Fronteira**, 39% dos desempregados registados nos centros de emprego tem 55 ou mais anos. Assim, é mais difícil encontrar emprego nesta faixa etária em **Fronteira** do que, em geral, na região ou a nível nacional.

Figura 57. Desemprego registado nos centros de emprego por grupo etário, Portugal (anel exterior), Alto Alentejo (anel intermédio) e Fronteira (anel interior), 2023



Fonte: PORDATA, base de dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); cálculos próprios.

Nota: Os valores apresentados foram calculados a partir de uma média aritmética simples dos desempregados registados mensalmente nos centros de emprego e formação profissional.

Rendimentos

O rendimento bruto declarado por habitante entre 2017 e 2022 aumentou 27% a nível regional e nacional (*Tabela 28*). No entanto, enquanto em 2017 a diferença entre o rendimento bruto declarado no Alto Alentejo e a nível nacional era de 990€, em 2022 essa diferença aumentou para os 1246€.

A nível concelhio, **Fronteira** verificou um aumento no rendimento bruto declarado por habitante entre 2017 e 2022, inferior ao regional e nacional (25% face aos 27%, já referidos). Se, em 2017, o

rendimento bruto declarado por habitante era equiparado ao verificado no conjunto da região (7803€ em **Fronteira** e 7 799€ no Alto Alentejo), em 2022 aquele rendimento era superior na região em 152€ face ao contabilizado para o concelho de **Fronteira** (9 769€ em **Fronteira** e 9 921€ no Alto Alentejo). Ainda assim, **Fronteira** era o sexto concelho da região com o maior rendimento bruto declarado por habitante em 2022, depois de Portalegre, Nisa, Castelo de Vide, Campo Maior e Elvas. Os concelhos com menor rendimento bruto declarado por habitante naquele ano eram Monforte, Marvão, Avis e Sousel, todos com rendimentos inferiores a nove mil euros.

De todos os concelhos da região, apenas em Portalegre, Nisa e Castelo de Vide o rendimento bruto declarado por habitante foi superior ao que, teoricamente, correspondia ao ordenado mínimo nacional em 2022²⁴. Embora existam muitos fatores que podem influenciar o rendimento (faltas, troca de emprego, períodos de desemprego, etc.), verifica-se uma diferença significativa entre a realidade regional e nacional, que parece indicar que, na região, os habitantes auferem rendimentos equivalentes ou inferiores ao ordenado mínimo nacional, com impactos ao nível do poder de compra *per capita* (consulte o sub-capítulo sobre [poder de compra](#)).

Tabela 28. Rendimento Bruto declarado por habitante, nos concelhos da região do Alto Alentejo (€) e taxa de variação, 2017-2022

Concelhos	2022 €	2017 €	Variação 2017-2022 (%)
Alter do Chão	9428	7363	28%
Arronches	9515	7159	33%
Avis	8713	7010	24%
Campo Maior	9859	8209	20%
Castelo de Vide	10028	8084	24%
Crato	9330	6890	35%
Elvas	9848	7659	29%
Fronteira	9769	7803	25%
Gavião	9219	6761	36%
Marvão	8678	7007	24%
Monforte	7925	6404	24%
Nisa	10100	7487	35%
Ponte de Sôr	9024	6920	30%
Portalegre	11779	9515	24%
Sousel	8773	6652	32%
Alto Alentejo	9921	7799	27%
Continente	11167	8789	27%

Fonte: INE - Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira; cálculos próprios.

Em **Fronteira**, a distribuição dos sujeitos passivos por escalões de rendimento revela uma proporção tendencialmente superior de habitantes com rendimentos entre os cinco mil e os dez mil euros, em linha com o rendimento expectável para o ordenado mínimo. No entanto, destacam-

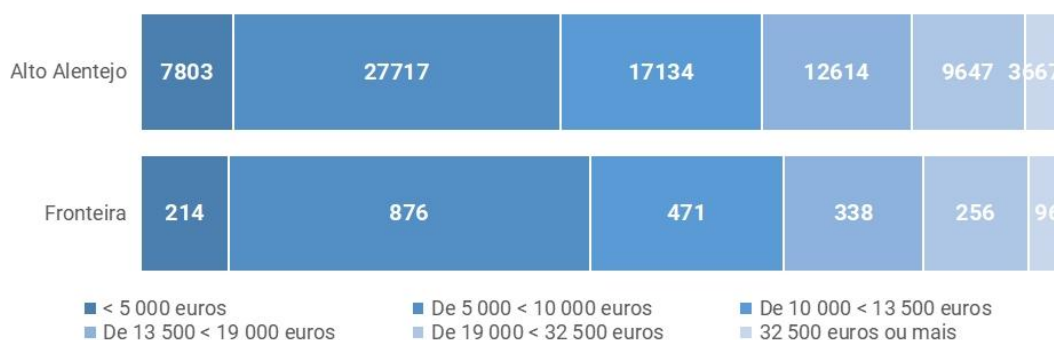
²⁴ 705€ x 14 meses = 9870€.

se os habitantes com rendimentos inferiores a cinco mil euros (214 habitantes, 10% do total de sujeitos passivos de IRS), portanto em situação de vulnerabilidade financeira.

Por outro lado, 21% dos sujeitos passivos de IRS em **Fronteira** auferem entre dez mil e treze mil e quinhentos euros por ano, 15% auferem entre treze mil e quinhentos euros e dezanove mil euros por ano e 16% mais de dezanove mil euros, totalizando 52% do total de sujeitos passivos. No Alto Alentejo, esta proporção é maior: 55% dos sujeitos passivos auferem mais de dez mil euros, dos quais 22% auferem entre dez mil e treze mil e quinhentos euros por ano, 16% auferem entre treze mil e quinhentos euros e dezanove mil euros por ano e 17% mais de dezanove mil euros.

Quer no concelho, quer no total da região, verifica-se uma proporção reduzida de sujeitos passivos de IRS com rendimentos superiores a trinta e dois mil e quinhentos euros: dos 16% de sujeitos em **Fronteira** que auferem mais de dezanove mil euros, apenas 4% reúnem aquela condição e, dos 17% no Alto Alentejo, apenas 5% se encontram naquele escalão mais elevado.

Figura 58. Sujeitos Passivos de IRS, por escalões de rendimento bruto declarado, Alto Alentejo e Fronteira, 2022



Fonte: INE - Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira; cálculos próprios.

Ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem

Em 2023, os ganhos médios dos TCO na região do Alto Alentejo eram mais elevados nos setores da *indústria, construção, energia e água* (Tabela 29). Os ganhos médios mais baixos quer na região, quer a nível nacional, registaram-se no setor da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.

No conjunto dos concelhos da região, em **Fronteira** os ganhos médios dos TCO registaram os ganhos mais elevados no setor da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, embora pouco acima do verificado nos restantes setores, colocando os ganhos médios totais nos 1 111€. Comparativamente, os ganhos médios superiores no setor da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* em **Fronteira**, são os terceiros mais elevados da região, apenas inferiores aos ganhos médios em Campo Maior e no Gavião. O concelho de **Fronteira** é ainda o quinto concelho onde se ganha menos no setor da *indústria, construção, energia e água* e situa-se a meio da tabela de ganhos no que diz respeito ao setor dos *serviços*.

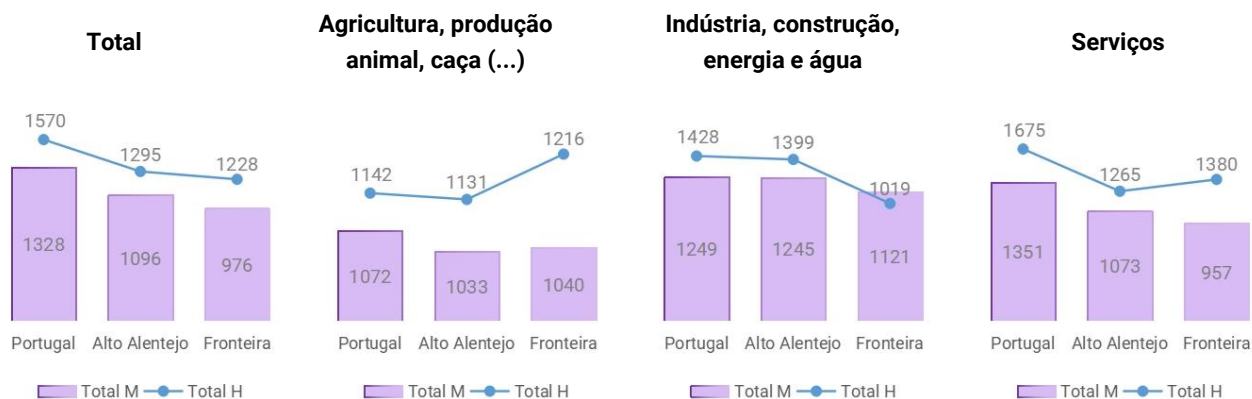
Tabela 29. Ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem, total e por setor de atividade económica nos concelhos da região do Alto Alentejo (unidade € - média), 2023

Concelhos	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústria, construção, energia e água	Serviços
Alter do Chão	1103	1041	1357	1066
Arronches	1102	1085	993	1121
Avis	1194	1171	1287	1090
Campo Maior	1496	1184	1473	1562
Castelo de Vide	1103	1000	1253	1074
Crato	1056	1040	952	1082
Elvas	1098	1120	1152	1084
Fronteira	1111	1173	1033	1100
Gavião	1253	1256	1882	1028
Marvão	972	1006	1025	959
Monforte	1201	1100	1340	1219
Nisa	1037	937	1026	1048
Ponte de Sôr	1180	1111	1317	1113
Portalegre	1262	997	1509	1154
Sousel	1128	1111	1144	1126
Alto Alentejo	1198	1109	1357	1146
Nacional (média)	1461	1123	1374	1507

Fonte: Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social - MTSSS, Quadros de Pessoal.

Quando comparados os ganhos médios dos TOC por sexo e setor de atividade económica (Figura 59), verificam-se ganhos médios tendencialmente superiores para os homens, sendo a maior discrepância no setor da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e, particularmente, no concelho de **Fronteira**. Pelo contrário, no setor da *indústria, construção, energia e água* são as mulheres a receber ligeiramente mais do que os homens. Por outro lado, tanto no total, quanto em cada um dos setores, verificam-se ganhos médios inferiores na região e no concelho de **Fronteira** do que a nível nacional, com exceção apenas dos ganhos médios dos homens TCO que trabalham no setor da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* em **Fronteira**, que se revelam superiores ao verificado nas médias da região e nacional.

Figura 59. Diferença nos ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, total e por setor de atividade económica nos concelhos da região do Alto Alentejo (unidade € - média), 2023



Fonte: Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social - MTSSS, Quadros de Pessoal.

ANEXO IV

VULNERABILIDADES E PROTEÇÃO SOCIAL

Vulnerabilidades

Vulnerabilidades e proteção social são conceitos interligados que se referem à necessidade de assegurar o bem-estar e a segurança das pessoas, especialmente aquelas que estão mais expostas a riscos e desigualdades. A proteção social, por sua vez, engloba políticas e programas que visam reduzir a pobreza, a exclusão e as desigualdades, promovendo a igualdade de oportunidades e o acesso a direitos básicos.

Foram recolhidos indicadores que permitem uma aproximação à caracterização das vulnerabilidades, embora estes digam respeito ao quadro nacional e regional. O projeto Radar Social vem, portanto, colmatar esta dificuldade de caracterização das vulnerabilidades no concelho.

Quanto à proteção social, são apresentados indicadores relativos aos apoios concedidos pela Segurança Social, contemplando o último ano disponível e uma série temporal de, pelo menos, 6 anos, no sentido de retratar a evolução, mas também permitindo a comparação com os restantes concelhos do Alto Alentejo.

Incapacidades

Os Censos 2021 recolheram dados sobre a existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções definidas no modelo recomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) para utilização em recenseamentos da população: ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sem ajuda, compreender os outros ou fazer-se compreender²⁵.

De acordo com o que foi possível apurar, 10,9% da população residente em Portugal com 5 ou mais anos tem pelo menos uma incapacidade, condição que afeta principalmente as mulheres (164 mulheres com incapacidade por cada 100 homens). A prevalência da incapacidade aumenta com o avanço da idade, de forma progressiva, sobretudo a partir dos 70-74 anos.

A incapacidade em andar ou subir degraus é a mais prevalente e afeta 6,1% da população com 5 ou mais anos em Portugal e 7,8% da população no Alto Alentejo, a quinta zona do país com maior prevalência.

²⁵ Este modelo corresponde ao “Washington Group Short Set on Functioning”, adiante designado WG-SS, proposto pelo “Washington Group on Disability Statistics”. Este grupo foi criado pela Organização das Nações Unidas principalmente para desenvolver metodologias de recolha e análise de dados sobre incapacidades, com vista à caracterização das limitações das pessoas através da observação do grau de dificuldade que estas sentem na realização de determinadas atividades, ou seja, numa abordagem que considera a funcionalidade e a incapacidade como resultado da interação entre a pessoa e os fatores contextuais, e não o resultado de uma avaliação baseada em diagnósticos médicos de deficiência. Para mais informações sobre a metodologia adotada, consultar: *O que nos dizem os Censos sobre a as dificuldades sentidas pela população com incapacidades*, Monografia INE, 2023.

Quanto aos sentidos, 3,5% dos residentes em Portugal são afetados pela incapacidade em ver e 2,8% em ouvir. No Alto Alentejo, 4,5% dos residentes são afetados pela incapacidade em ver e 3,8% em ouvir.

Nas capacidades de comunicação e cognitivas, 3,4% dos residentes em Portugal são afetados pela incapacidade de cognição/memória e 1,5% em compreender os outros ou fazer-se compreender. No Alto Alentejo, 4,3% são afetados pela incapacidade de cognição/memória.

Na capacidade física, 3,0% dos residentes em Portugal têm dificuldade em tomar banho ou vestir-se sem apoio.

Em Portugal, a probabilidade de estar ativo e a probabilidade de estar empregado são inferiores quando existe pelo menos uma incapacidade. A incapacidade em ver é a que afeta relativamente menos o emprego das pessoas com incapacidade (20,0% estavam ativas e 17,5% estavam empregadas à data dos Censos 2021), enquanto a incapacidade de mobilidade é a mais penalizadora (apenas 7,9% das pessoas com incapacidade estavam ativas e 7,1% empregadas).

8,0% da população residente em Portugal com 5 ou mais anos e incapacidade vive em alojamentos coletivos, uma proporção bastante superior à observada para a população em geral com 5 ou mais anos (1,5%). Do conjunto de pessoas com incapacidade que residem em alojamentos coletivos, os alojamentos no âmbito do apoio social são o tipo de alojamento mais frequente (89,0%), uma proporção também mais elevada do que a referida pela população em geral (77,2%).

68,1% da população residente em Portugal em alojamentos familiares clássicos, com 5 ou mais anos e incapacidade de mobilidade viviam em alojamentos sem acessibilidade para pessoas que utilizam cadeira de rodas de forma autónoma (sem apoio de outra pessoa).

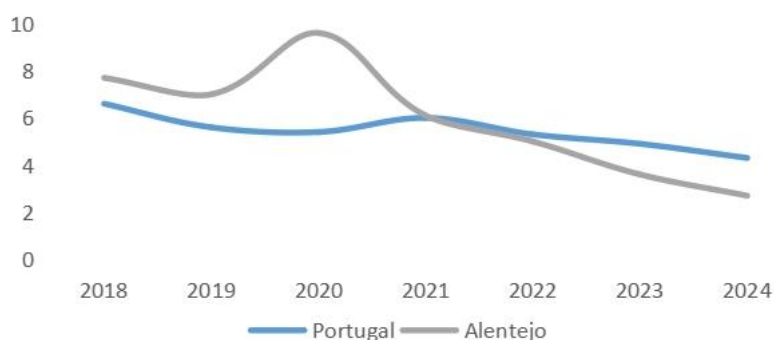
A população com 15 ou mais anos com incapacidade que se desloca para trabalhar ou estudar em Portugal representa apenas 3,2% do total da população que o faz, pelo que se destaca a importância das respostas locais.

Privações

A taxa de privação material e social severa reflete o número de agregados domésticos privados que apresentam condições de privação no total da população residente. A privação material e social severa refere-se à condição da população que vive em situação de carência por dificuldades económicas de, pelo menos, sete de treze itens de privação material e social²⁶.

²⁶ Sete dos treze itens são recolhidos ao nível do agregado: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto); g) possibilidade de substituir o mobiliário usado. Os restantes seis itens são recolhidos ao nível dos indivíduos com 16 ou mais anos: h) possibilidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova (excluindo a roupa em segunda mão); i) possibilidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas);

Figura 60. Taxa de privação material e social severa (%), Portugal e Alentejo, 2018 - 2024



Fonte: Inquérito às condições de vida e rendimento, INE.

Em Portugal e no Alentejo, a taxa de privação material e social severa apresenta um decréscimo entre 2018 e 2024, com uma ligeira subida no Alentejo, em 2020 (*Figura 60*). Esta pode estar relacionada com as consequências da Pandemia Covid-19. Em 2024, 4,3% da população residente em Portugal estava em condição de privação material e social severa. No Alentejo, a taxa era de 2,8%, sendo esta a região, depois do Algarve, com a menor taxa a nível nacional.

Quanto a cada item de privação material e social, 4,1% da população do Alentejo em 2023 não tinha capacidade económica para pagar atempadamente rendas ou prestações de crédito, despesas correntes ou créditos, 2,3% não tinha capacidade económica para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias e 13,6% não tinha capacidade económica para manter a casa adequadamente aquecida. Ainda, 28,6% não tinha capacidade económica para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza sem recorrer a empréstimo, 2,8% não tinha capacidade económica para ter automóvel para uso pessoal e 2,3% não tinha capacidade económica para ter acesso à Internet para uso pessoal em casa. Ao nível do lazer e cuidado pessoal, 35% não tinha capacidade económica para pagar uma semana de férias por ano, fora de casa, 8,3% não tinha capacidade económica para gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio, 7,9% não tinha capacidade económica para participar regularmente numa atividade de lazer, 5,5% não tinha capacidade económica para se encontrar com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês e 5,2% não tinha capacidade económica para substituir roupa usada por alguma roupa nova (excluindo a roupa em segunda mão). Por fim, 36,3% não tinha capacidade económica para substituir o mobiliário usado.

j) possibilidade de gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio; k) possibilidade de participar regularmente numa atividade de lazer; l) possibilidade de estar com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês; m) possibilidade de ter acesso à internet para uso pessoal em casa. Este indicador foi calculado pelo INE até ao nível de desagregação NUT II.

Proteção Social

Os sistemas de proteção social, dos quais a segurança social é o exemplo mais conhecido, baseiam-se em políticas e programas concebidos para reduzir e prevenir a pobreza e a vulnerabilidade ao longo do ciclo de vida. A proteção social é fundamental para o exercício de outros direitos e para a redução da pobreza e desigualdade. A Segurança Social é um sistema público que visa garantir o bem-estar e a segurança económica dos cidadãos em diferentes fases da vida. Nesse sentido, a segurança social promove o acesso a cuidados de saúde, apoio financeiro e prestações sociais relacionadas com a parentalidade, desemprego, doença, velhice, invalidez e sobrevivência. A análise dos apoios concedidos pela segurança social é uma forma de quantificar a população em situações de vulnerabilidade, que são apoiadas por este sistema de proteção social.

Parentalidade

Os apoios concedidos no âmbito da parentalidade dividem-se essencialmente em dois: as licenças parentais e o abono de família para crianças e jovens.

A licença parental inicial trata-se de um apoio concedido à mãe e ao pai trabalhadores para se ausentarem ao trabalho por um período até 120 ou 150 dias consecutivos, consoante a opção dos progenitores, e cujo gozo pode ser partilhado após o parto.

Os beneficiários de licença parental inicial entre 2017 e 2023 diminuíram em 18% em **Fronteira** e em 9% no conjunto do Alto Alentejo, mas aumentaram em 6% a nível nacional (Tabela 30).

Tabela 30. Beneficiárias/os de licença parental inicial, da segurança social, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023

Concelhos	2023 N	2017 N	Variação 2017-2023 (%)
Alter do Chão	52	44	18%
Arronches	47	49	-4%
Avis	57	55	4%
Campo Maior	143	142	1%
Castelo de Vide	33	41	-20%
Crato	41	40	3%
Elvas	343	390	-12%
Fronteira	28	34	-18%
Gavião	28	33	-15%
Marvão	37	45	-18%
Monforte	45	58	-22%
Nisa	62	73	-15%
Ponte de Sôr	232	203	14%
Portalegre	314	386	-19%
Sousel	57	80	-29%
Alto Alentejo	1519	1673	-9%
Nacional ²⁷	175171	165824	6%

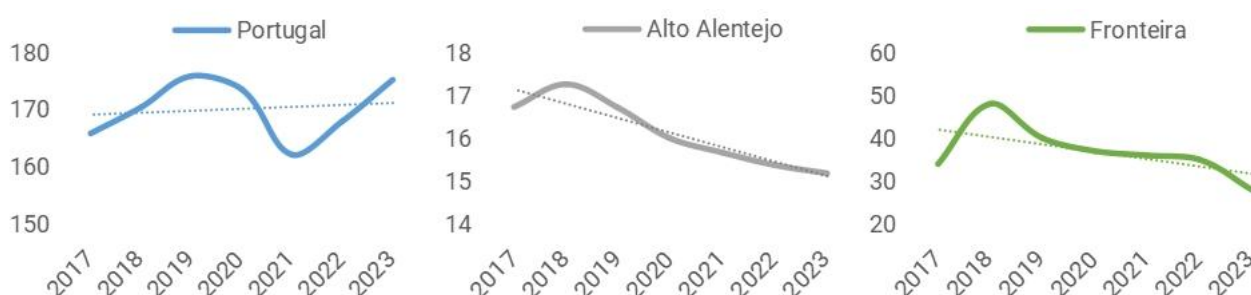
Fonte: Instituto de Informática, INE.

²⁷ O total de Portugal inclui beneficiárias/os com residência não determinada.

Enquanto, em 2017, foram concedidas 34 licenças parentais iniciais em **Fronteira**, em 2023 foram 28. Dos concelhos do Alto Alentejo, apenas Alter do Chão e Ponte de Sôr apresentam uma variação positiva significativa no número de licenças concedidas (18% e 14%, respetivamente). Sousel, Monforte, Castelo de Vide e Portalegre, pelo contrário, apresentam as maiores variações negativas, com -29%, -22%, -20% e -19%, respetivamente.

A evolução anual das licenças concedidas foi marcada no plano nacional pela quebra em 2021, logo retomada no ano seguinte (*Figura 61*). A nível regional e do concelho de **Fronteira**, a quebra manteve-se, mesmo após o fim do confinamento e a progressiva retoma da normalidade.

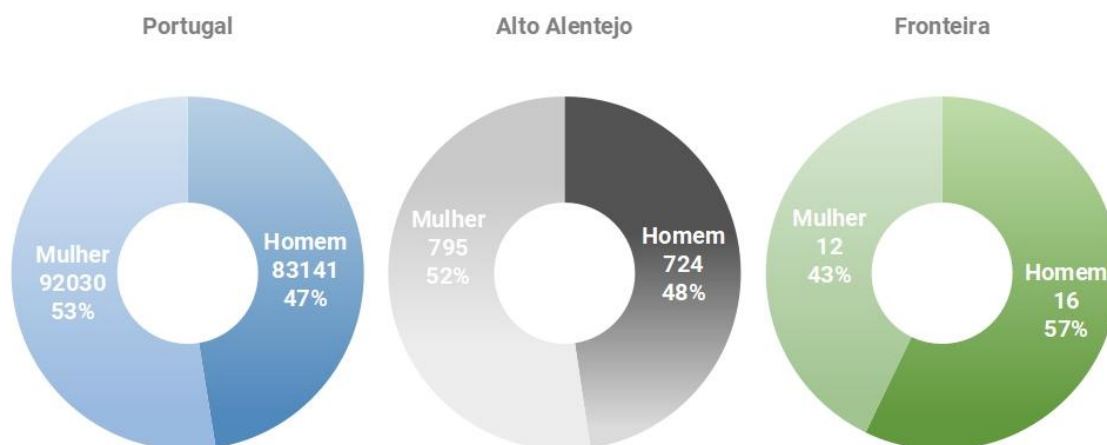
Figura 61. Beneficiárias/os de licença parental inicial, da segurança social, Portugal²⁷ (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017-2023



Fonte: Instituto de Informática, INE.

Em 2023, quando o número de beneficiários em **Fronteira** foi o mais baixo da região (28), a licença parental inicial foi concedida a 16 pais (57%) e 12 mães (43%), contrariamente ao que se verificou para o total da região e nacional (*Figura 62*), em que foram maioritariamente as mães a gozar a licença parental inicial (52% e 53%, respetivamente). Dado o número reduzido de licenças, não é possível afirmar se esta realidade local, em 2023, corresponde a uma tendência, ou é apenas um resultado isolado.

Figura 62. Beneficiárias/os de licença parental inicial, por sexo, Portugal²⁷, Alto Alentejo e Fronteira, 2023



Fonte: Instituto de Informática, INE.

O abono de família para crianças e jovens corresponde a uma prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respetivo titular, visando compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Os beneficiários do abono de família entre 2017 e 2023 aumentaram em 10% em **Fronteira**, em 3% no conjunto do Alto Alentejo e em 4% a nível nacional (*Tabela 31*). Enquanto, em 2017, existiam 213 beneficiários de abono de família em **Fronteira**, em 2023 passaram a ser 234. Dos concelhos do Alto Alentejo, Arronches, Alter do Chão e Portalegre são os que apresentam uma variação positiva mais significativa no número de beneficiários (22%, 18% e 15%, respetivamente). Pelo contrário, Castelo de Vide e Nisa apresentam as maiores variações negativas, com -9% (21 beneficiários) e -8% (30 beneficiários), respetivamente.

Tabela 31. Beneficiárias/os do abono de família para crianças e jovens da segurança social, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023

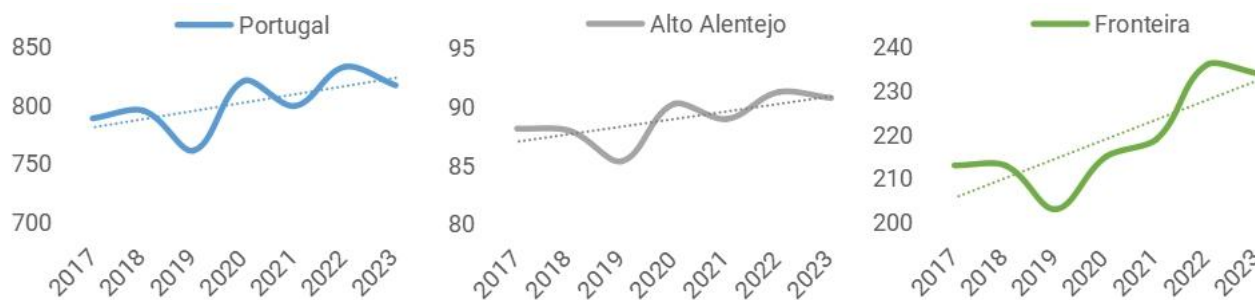
Concelhos	2023 N	2017 N	Variação 2017-2023 (%)
Alter do Chão	278	236	18%
Arronches	202	166	22%
Avis	309	318	-3%
Campo Maior	840	791	6%
Castelo de Vide	202	223	-9%
Crato	243	225	8%
Elvas	2110	2158	-2%
Fronteira	234	213	10%
Gavião	219	212	3%
Marvão	193	206	-6%
Monforte	269	270	0%
Nisa	351	381	-8%
Ponte de Sôr	1356	1377	-2%
Portalegre	1927	1682	15%
Sousel	347	360	-4%
Alto Alentejo	9080	8818	3%
Nacional ²⁸	817200	788967	4%

Fonte: Instituto de Informática, INE.

A evolução do número de beneficiários foi marcada, independentemente do nível demográfico, pela quebra em 2019, com nova subida logo em 2020 e pelo crescimento tendencialmente positivo ao longo dos anos (retas de tendência, a tracejado na *Figura 63*).

²⁸ O total de Portugal inclui beneficiárias/os com residência não determinada.

Figura 63. Beneficiárias/os do abono de família para crianças e jovens da segurança social, Portugal²⁸ (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017-2023



Fonte: Instituto de Informática, INE.

Desemprego

O subsídio de desemprego é uma prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Os beneficiários deste subsídio entre 2017 e 2023 (*Tabela 32*) diminuíram em 35% em **Fronteira**, em 24% no conjunto do Alto Alentejo e em 15% a nível nacional. Em 2017 existiam 157 desempregados a receber este subsídio em **Fronteira**, em 2023 passaram a ser 102.

Dos concelhos do Alto Alentejo, os concelhos do Crato, Castelo de Vide, Marvão e Monforte são os que apresentam a redução mais significativa no número de beneficiários (-59%, -43%, -43% e -41%, respetivamente). Pelo contrário, Campo Maior é o único concelho da região que apresenta um aumento no número de beneficiários do subsídio de desemprego (3%, 10 beneficiários).

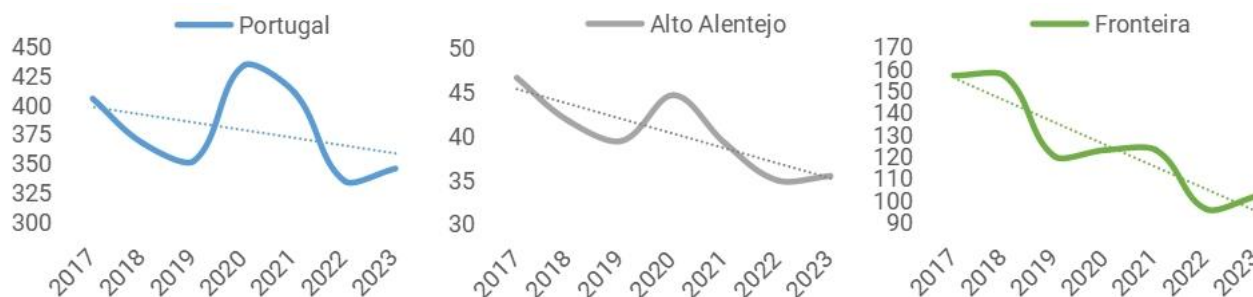
A evolução do número de beneficiários ao longo dos anos foi marcada, independentemente do nível demográfico, pelo aumento em 2020 e 2021, muito influenciado pelos encerramentos decorrentes da pandemia Covid-19 (*Figura 64*), embora esse impacto pareça ter sido maior no conjunto da região e a nível nacional do que no concelho de **Fronteira**. Manteve-se, no entanto, a evolução tendencialmente negativa ao longo dos anos (retas de tendência, a tracejado na figura).

Tabela 32. Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social²⁹, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023

Concelhos	2023 N	2017 N	Variação 2017-2023 (%)
Alter do Chão	101	141	-28%
Arronches	53	62	-15%
Avis	125	179	-30%
Campo Maior	335	325	3%
Castelo de Vide	56	98	-43%
Crato	66	162	-59%
Elvas	843	1093	-23%
Fronteira	102	157	-35%
Gavião	70	113	-38%
Marvão	51	89	-43%
Monforte	78	133	-41%
Nisa	135	181	-25%
Ponte de Sôr	667	860	-22%
Portalegre	674	849	-21%
Sousel	195	228	-14%
Alto Alentejo	3551	4670	-24%
Nacional	346058	405795	-15%

Fonte: Instituto de Informática, INE.

Figura 64. Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social, Portugal²⁹ (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017-2023

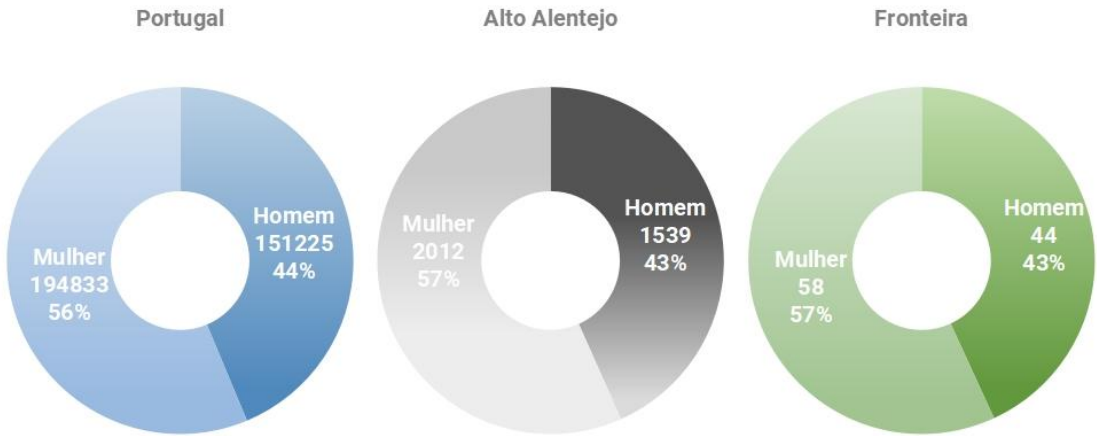


Fonte: Instituto de Informática, INE.

Em 2023, no que diz respeito à distribuição por sexo dos beneficiários de subsídio de desemprego, verifica-se um acompanhamento da tendência nacional: tanto em **Fronteira** como no conjunto do Alto Alentejo, 57% dos beneficiários desta prestação eram homens e 43% eram mulheres; a nível nacional, 56% eram homens e 44% mulheres (Figura 65).

²⁹ Inclui beneficiárias/os de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial e subsequente, prolongamento de subsídio social de desemprego e medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração. O total de Portugal inclui beneficiárias/os com residência não determinada. Os beneficiárias/os são contados tantas vezes quantas os subsídios que recebem.

Figura 65. Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social²⁹, por sexo, Portugal, Alto Alentejo e Fronteira, 2023



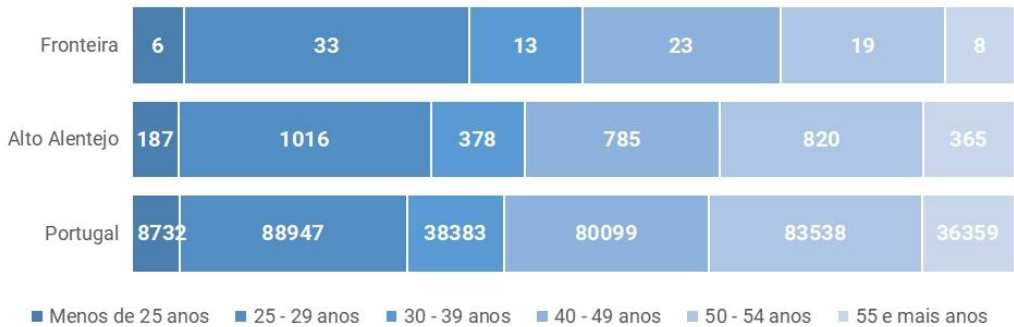
Fonte: Instituto de Informática, INE.

A faixa etária com maior proporção de beneficiários (Figura 66) é a dos 25 aos 29 anos, quer em **Fronteira** (32%, 33 beneficiários), quer no conjunto da região (29%, 1016 beneficiários) e a nível nacional (26%, 88 947 beneficiários).

Destaque de seguida para o proporção de beneficiários a partir dos 50 anos. Apesar de **Fronteira** apresentar uma proporção inferior à do total da região e nacional, 26% dos beneficiários do subsídio de desemprego tinham 50 ou mais anos (19% entre os 50 e os 54 anos e 8% com 55 ou mais anos). Na região, um quinto dos beneficiários do subsídio de desemprego tinha pelo menos 50 anos (23% entre os 50 e os 54 anos e 10% com 55 ou mais anos) e a nível nacional 35% dos beneficiários estava nesta faixa etária (24% entre os 50 e os 54 anos e 11% com 55 ou mais anos).

Assim, o desemprego com direito a subsídio parece incidir sobre jovens que ficam desempregados após as primeiras experiências no mercado trabalho e sobre as idades cerca de década e meia antes do fim desejável da carreira contributiva para atingir a idade de reforma.

Figura 66. Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social²⁹, por grupo etário, Portugal, Alto Alentejo e Fronteira, 2023

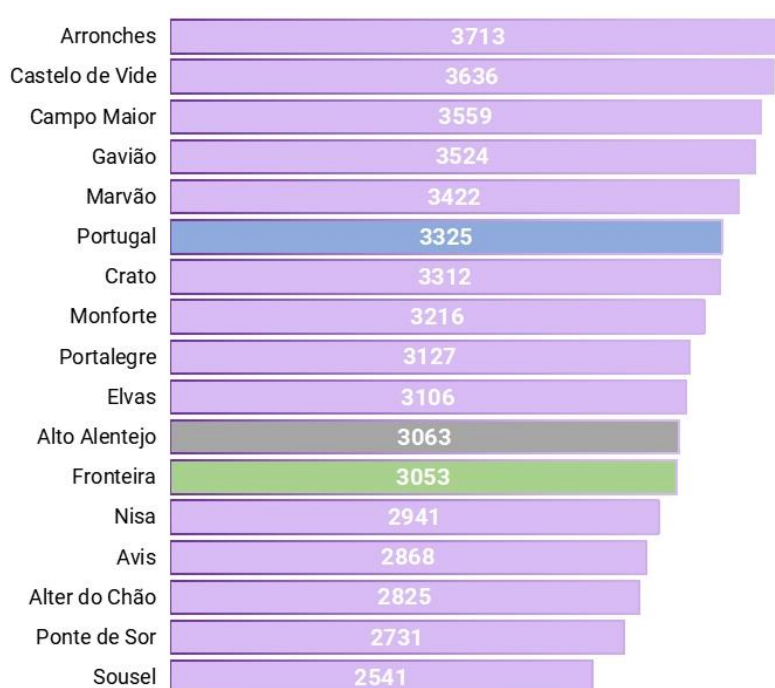


Fonte: Instituto de Informática, INE.

O valor médio do subsídio de desemprego (*Figura 67*) também era mais baixo em **Fronteira** (3 053€), quando comparado com a maioria dos concelhos da região, com a média da região (3 063€) e com a média nacional (3 325€). Esta diferença pode justificar-se, em parte, pela proporção de beneficiários nas faixas etárias mais jovens, ou seja, com rendimentos tendencialmente inferiores por estarem em início de carreira.

Os concelhos da região onde o valor médio do subsídio de desemprego era maior em 2023 eram Arronches, Castelo de Vide e Campo Maior. Já os concelhos onde era menor eram Sousel, Ponte de Sôr e Alter do Chão.

Figura 67. Valor médio do subsídio de desemprego da segurança social²⁹, nos concelhos da região do Alto Alentejo (€), 2023



Fonte: Instituto de Informática, INE.

Doença

O subsídio de doença é uma prestação pecuniária concedida aos trabalhadores em caso de doença³⁰, destinada a compensar a perda de remuneração resultante do impedimento temporário para o trabalho.

Os beneficiários deste subsídio entre 2017 e 2023 (*Tabela 33*) aumentaram, tanto no concelho de **Fronteira** (25%), como no conjunto do Alto Alentejo (47%) e a nível nacional (30%). Enquanto, em 2017, foi concedido subsídio a 143 residentes em **Fronteira**, em 2023 passaram a 179. Dos

³⁰ Considera-se doença, toda a situação mórbida, evolutiva, não decorrente de causa profissional ou de ato da responsabilidade de terceiro pelo qual seja devida indemnização, que determine incapacidade para o trabalho.

concelhos do Alto Alentejo, Elvas e Alter do Chão apresentam uma variação positiva de cerca de 3/4 face a 2017 (75% e 73%, respetivamente). O concelho com menor variação, foi Monforte, com apenas mais 7% de beneficiários (10).

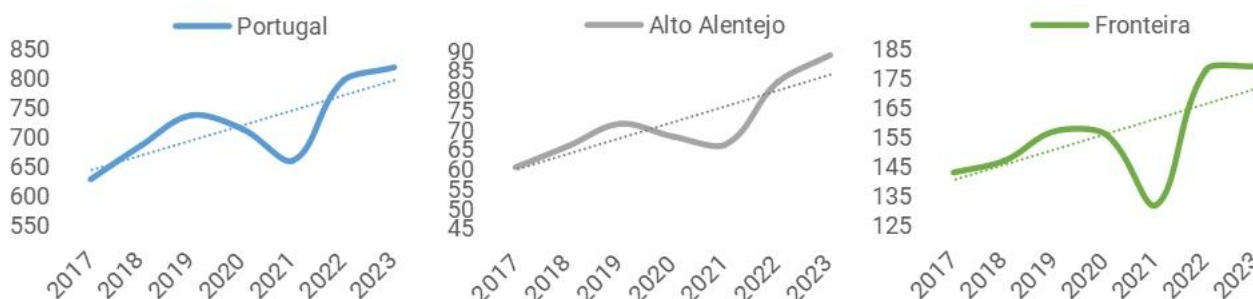
A evolução anual do número de beneficiários foi marcada pela quebra em 2021, logo retomada no ano seguinte (*Figura 68*). Destaca-se ainda o aumento progressivo ao longo do período. Tendo em conta que este subsídio é atribuído usualmente a partir do 4º dia de incapacidade para o trabalho (período de espera de 3 dias) se for trabalhador por conta de outrem, esta evolução pode indicar períodos de doença mais prolongada nos trabalhadores.

Tabela 33. Beneficiárias/os de subsídios de doença da segurança social³¹, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023

Concelhos	2023 N	2017 N	Variação 2017-2023 (%)
Alter do Chão	222	128	73%
Arronches	279	189	48%
Avis	294	261	13%
Campo Maior	995	803	24%
Castelo de Vide	246	143	72%
Crato	234	147	59%
Elvas	1991	1136	75%
Frenteira	179	143	25%
Gavião	225	193	17%
Marvão	206	155	33%
Monforte	160	150	7%
Nisa	450	294	53%
Ponte de Sôr	1072	722	48%
Portalegre	2018	1368	48%
Sousel	333	226	47%
Alto Alentejo	8904	6058	47%
Nacional	817806	628719	30%

Fonte: Instituto de Informática, INE.

Figura 68. Beneficiárias/os de subsídios de doença da segurança social³¹, Portugal (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017-2023

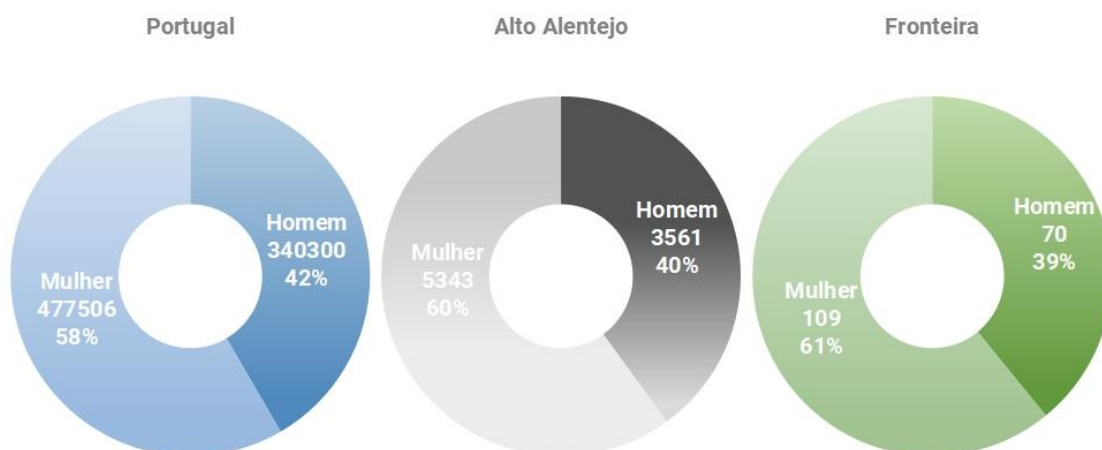


Fonte: Instituto de Informática, INE.

³¹ Inclui beneficiárias/os de subsídio de doença, concessão provisória de subsídio de doença, subsídio de tuberculose e doença profissional. O total de Portugal inclui beneficiárias/os com residência não determinada.

Em 2023, quando o número de beneficiários em **Fronteira** foi o mais elevado do período, o subsídio de doença foi concedido a 109 mulheres (61%) e a 70 homens (39%). Esta distribuição é semelhante ao verificado a nível regional e nacional (*Figura 62*).

Figura 69. Beneficiárias/os de subsídios de doença da segurança social³¹, por sexo, Portugal, Alto Alentejo e Fronteira, 2023



Fonte: Instituto de Informática, INE.

Pensionistas

Pensionistas são todos aqueles titulares de uma prestação pecuniária por invalidez³², velhice³³, doença profissional ou sobrevivência³⁴, destinada a compensar a perda de remuneração resultante destas situações.

Os pensionistas entre 2017 e 2023 (*Tabela 34*) reduziram em 8% em **Fronteira**, redução inferior ao verificado a nível regional (-10%). A nível nacional, verificou-se um ligeiro aumento do número de pensionistas (1%). Enquanto, em 2017, foram concedidas pensões a 1 379 residentes em **Fronteira**, em 2023 passaram a 1 272.

Dos concelhos do Alto Alentejo, Marvão e Arronches apresentam a maior redução face a 2017 (-19% e -18%, respetivamente). O concelho com menor variação, foi Campo Maior, com apenas menos 4% de beneficiários.

A evolução anual do número de beneficiários foi marcada pela quebra em 2021, mas apenas na região e no concelho de **Fronteira**, logo retomada no ano seguinte, mantendo a tendência de aumento (*Figura 70*). Também a nível nacional, desde 2019, se verifica um aumento progressivo do número de pensionista, chegando quase aos três milhões e 48 mil beneficiários em 2023.

³² Considera-se invalidez toda a situação incapacitante, de causa não profissional, que determine incapacidade permanente para o trabalho.

³³ A Pensão de Velhice é um valor pago mensalmente, destinado a proteger os beneficiários do regime geral de Segurança Social, na situação de velhice, substituindo as remunerações de trabalho.

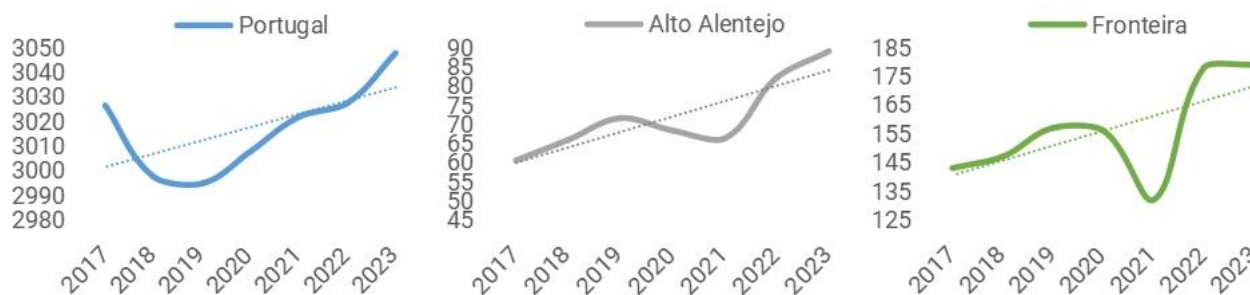
³⁴ A Pensão de Sobrevivência é um valor pago mensalmente, destinado a compensar os familiares do beneficiário da perda de rendimentos de trabalho resultante da morte deste.

Tabela 34. Pensionistas da segurança social³⁵, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023

Concelhos	2023 N	2017 N	Variação 2017-2023 (%)
Alter do Chão	1323	1554	-15%
Arronches	1105	1341	-18%
Avis	1609	1842	-13%
Campo Maior	2504	2616	-4%
Castelo de Vide	1233	1388	-11%
Crato	1597	1763	-9%
Elvas	6262	6806	-8%
Fronteira	1272	1379	-8%
Gavião	1816	2081	-13%
Marvão	1236	1521	-19%
Monforte	1129	1334	-15%
Nisa	2814	3247	-13%
Ponte de Sôr	6315	6681	-5%
Portalegre	8041	8875	-9%
Sousel	1950	2174	-10%
Alto Alentejo	40206	44602	-10%
Nacional	3047637	3026397	1%

Fonte: Instituto de Informática, INE.

Figura 70. Pensionistas da segurança social³⁵, Portugal (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017-2023

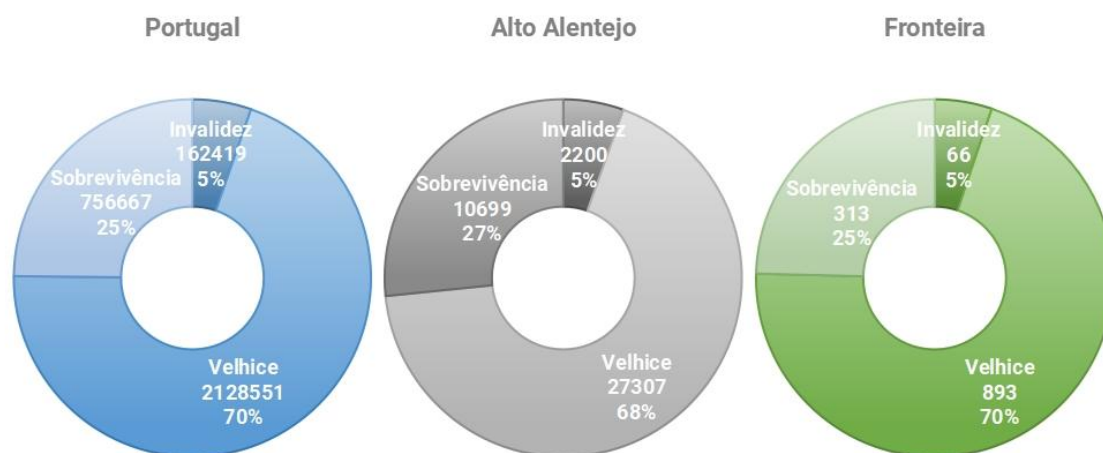


Fonte: Instituto de Informática, INE.

Em 2023, quando o número de beneficiários em **Fronteira** foi o mais elevado do período, existiam 893 beneficiários de pensão por velhice (70%), 313 beneficiários de pensão de sobrevivência (25%) e 66 beneficiários de pensão por invalidez (5%). Esta distribuição por tipo de pensão (Figura 71) segue, em linhas gerais, o verificado para o conjunto da região e para o total nacional.

³⁵ Inclui pensionistas ativos em 31 de dezembro, assim como pensionistas suspensos ao longo do ano. Os pensionistas são contados tantas vezes quantas as pensões que recebem.

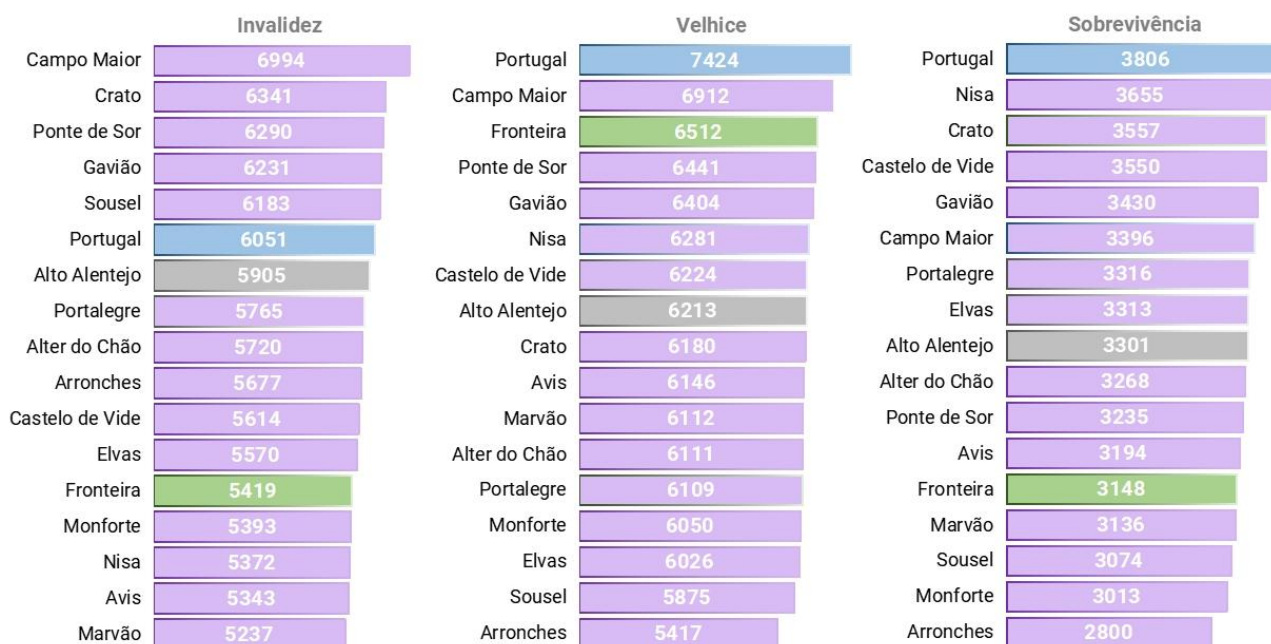
Figura 71. Pensionistas da segurança social³⁵, por tipo de pensão, Portugal, Alto Alentejo e Fronteira, 2023



Fonte: Instituto de Informática, INE.

O valor médio das pensões (Figura 67) varia significativamente consoante o tipo de pensão.

Figura 72. Valor médio das pensões da segurança social, por tipo de pensão, nos concelhos da região do Alto Alentejo (€), 2023



Fonte: Instituto de Informática, INE.

As pensões por invalidez em **Fronteira** são as quintas mais baixas da região, situando-se, em média, nos 5 419€. Com valores ainda menores do que em **Fronteira**, encontram-se as pensões

em Marvão, Avis, Nisa e Monforte. Os concelhos da região onde o valor médio da pensão de invalidez era maior em 2023 eram Campo Maior, Crato e Ponte de Sôr.

As pensões de velhice em **Fronteira** eram, pelo contrário, das mais altas da região, situando-se, em média, nos 6 512€. Com valor médio do que em **Fronteira**, encontra-se apenas Campo Maior e o total nacional. Os concelhos da região onde o valor médio da pensão de velhice era menor em 2023 eram Arronches, Sousel e Elvas.

As pensões de sobrevivência em **Fronteira** são também as quintas mais baixas da região, situando-se, em média, nos 3 148€. Com valores ainda menores do que em **Fronteira**, encontram-se as pensões em Arronches, Monforte, Sousel e Marvão. Os concelhos da região onde o valor médio da pensão de sobrevivência era maior em 2023 eram Nisa, Crato e Castelo de Vide.

Em **Fronteira** existiam ainda, desde 2019, 4 beneficiárias/os do subsídio por assistência de terceira pessoa da segurança social, todos descendentes ou equiparados. A segurança social processou aproximadamente seis mil euros para este apoio em 2023.

Inclusão

O rendimento social de inserção (RSI) é um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e um programa de inserção que integra um contrato (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros).

Os beneficiários deste apoio entre 2017 e 2023 (*Tabela 35*) diminuíram para quase metade (49%) em **Fronteira**, em 21% no conjunto do Alto Alentejo e em 16% a nível nacional. Se, em 2017, existiam 70 beneficiários de RSI em **Fronteira**, em 2023 passaram a ser 36.

Dos concelhos do Alto Alentejo, depois de **Fronteira**, os concelhos que apresentam a redução mais significativa no número de beneficiários foram Gavião e Arronches (-48% e -46%, respetivamente). Pelo contrário, Alter do Chão e Campo Maior foram os únicos concelhos da região que apresentaram um aumento no número de beneficiários (5% e 4%, respetivamente).

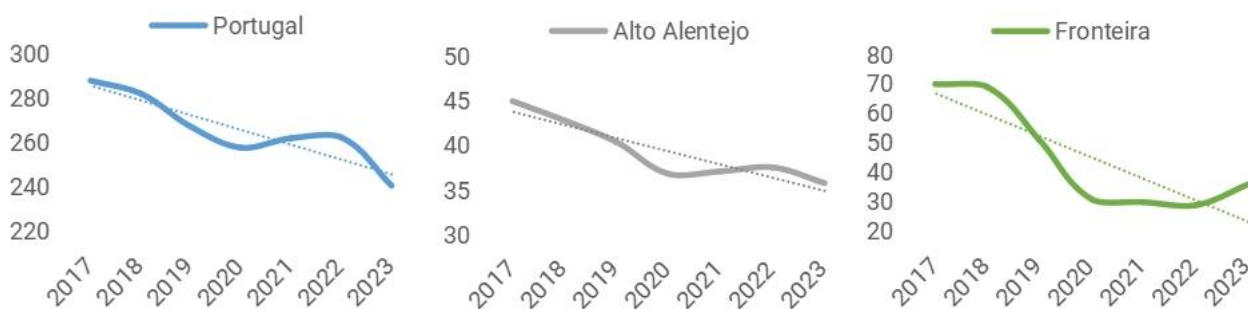
A evolução do número de beneficiários ao longo dos anos (*Figura 73*) foi tendencialmente de redução, quer a nível nacional, quer no conjunto da região e mesmo a nível do concelho de **Fronteira**. No entanto, no concelho, verificou-se um ligeiro aumento de 2022 para 2023 que, a manter-se, pode inverter esta tendência (retas de tendência, a tracejado na figura).

Tabela 35. Beneficiárias/os do rendimento social de inserção da segurança social, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2017-2023

Concelhos	2023 N	2017 N	Variação 2017-2023 (%)
Alter do Chão	145	138	5%
Arronches	32	59	-46%
Avis	212	230	-8%
Campo Maior	394	379	4%
Castelo de Vide	44	55	-20%
Crato	120	129	-7%
Elvas	1187	1688	-30%
Fronteira	36	70	-49%
Gavião	65	124	-48%
Marvão	57	59	-3%
Monforte	335	355	-6%
Nisa	132	196	-33%
Ponte de Sôr	317	414	-23%
Portalegre	364	399	-9%
Sousel	140	209	-33%
Alto Alentejo	3580	4504	-21%
Nacional ³⁶	240841	288194	-16%

Fonte: Instituto de Informática, INE.

Figura 73. Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social, Portugal³⁶ (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2017-2023



Fonte: Instituto de Informática, INE.

A prestação social para a inclusão trata-se de uma prestação pecuniária mensal que visa melhorar a proteção social de pessoas com deficiência/incapacidade, tendo em vista promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família. Os residentes no país com idades compreendidas entre os 18 anos e a idade legal de reforma em vigor, e com um grau de incapacidade, devidamente certificada, igual ou superior a 60%, têm acesso à prestação. O montante mensal da prestação é variável e depende do valor de referência anual fixado em portaria do governo, do grau de incapacidade e do nível de rendimentos do beneficiário ou do seu agregado familiar.

³⁶ O total de Portugal inclui beneficiárias/os com residência não determinada.

Os beneficiários desta prestação em **Fronteira** mais do que duplicaram entre 2019 e 2023 (54%), passando de 26 em 2019 para 40 em 2023 (*Tabela 36*). Este aumento está em linha com o verificado para o conjunto da região e para o total nacional (aumento de 47% e 46%, respetivamente).

Dos concelhos do Alto Alentejo, apenas Monforte e Marvão apresentam uma variação positiva inferior a 30% (3% e 5%, respetivamente). Alter do Chão quase duplicou o número de beneficiários deste apoio, seguido de Ponte de Sôr (68%) e Crato (66%).

Tabela 36. Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social, nos concelhos da região do Alto Alentejo (N.º) e taxa de variação 2019-2023

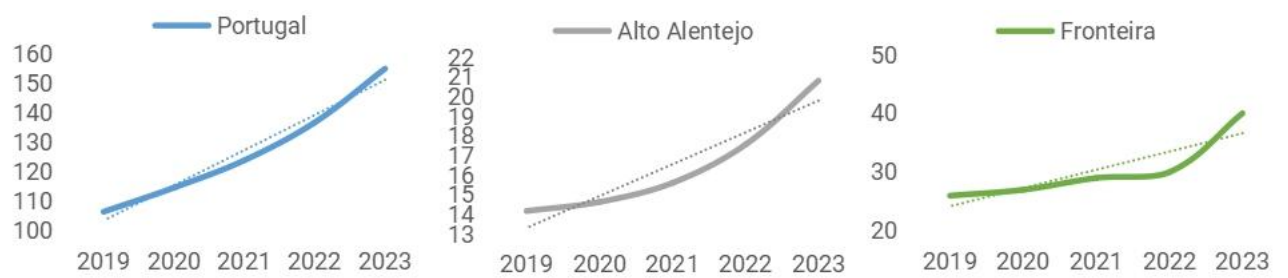
Concelhos	2023 N	2019 N	Variação 2019-2023 (%)
Alter do Chão	60	32	88%
Arronches	66	46	43%
Avis	57	44	30%
Campo Maior	133	87	53%
Castelo de Vide	48	34	41%
Crato	48	29	66%
Elvas	441	298	48%
Fronteira	40	26	54%
Gavião	50	36	39%
Marvão	65	62	5%
Monforte	125	121	3%
Nisa	111	80	39%
Ponte de Sôr	322	192	68%
Portalegre	443	283	57%
Sousel	71	47	51%
Alto Alentejo	2080	1417	47%
Nacional ³⁷	155122	106567	46%

Fonte: Instituto de Informática, INE.

A evolução do número de beneficiários ao longo dos anos (*Figura 74*) foi tendencialmente de aumento, quer a nível nacional, quer no conjunto da região e mesmo a nível do concelho de **Fronteira**. No entanto, no concelho, verificou-se um ligeiro abrandamento entre 2021 e 2022 (retas de tendência, a tracejado na figura).

³⁷ O total de Portugal inclui beneficiárias/os com residência não determinada.

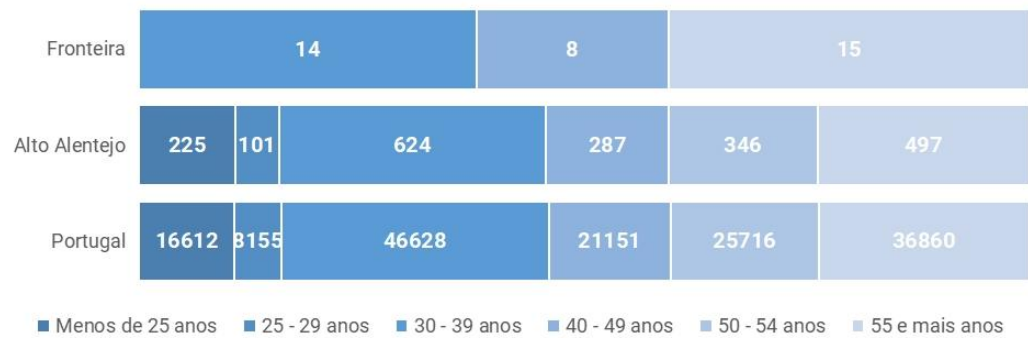
Figura 74. Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social, Portugal³⁷ (milhares), Alto Alentejo (centenas) e Fronteira (unidades), 2019-2023



Fonte: Instituto de Informática, INE.

Em **Fronteira**, não existiam beneficiários da prestação social para a inclusão com até 29 anos ou com 50 a 54 anos. Os beneficiários tinham entre 30 e 49 anos (22 indivíduos) e 55 ou mais anos (15 indivíduos). Apesar deste apoio financeiro de proteção social representar um aspeto importante para promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, é preciso considerar a capacidade de resposta a esta população em situações familiares complexas e/ou de isolamento, em que apenas a resposta monetária pode não ser suficiente para mitigar as vulnerabilidades.

Figura 75. Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social, por grupo etário, Portugal³⁷, Alto Alentejo e Fronteira, 2023



Fonte: Instituto de Informática, INE.

ANEXO V

EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

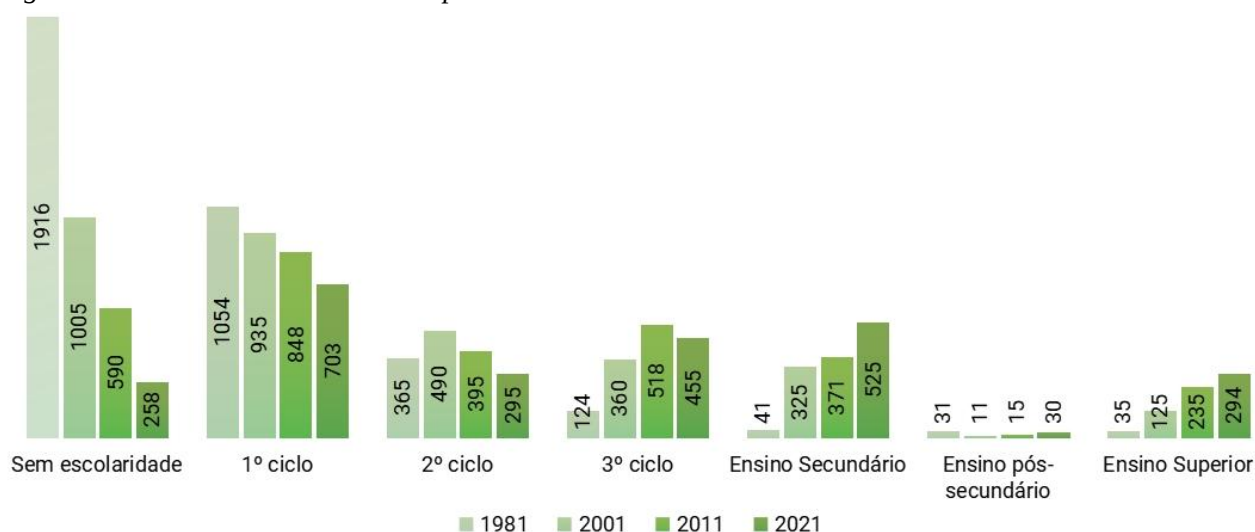
Escolaridade da População residente

Os aspetos relacionados com a educação revelam ser de primordial importância na caracterização social de um território ou de uma região. A análise da escolaridade dos indivíduos que residem nos diferentes concelhos da região do Alto Alentejo, do número de alunos matriculados em instituições educativas (considerando diferentes níveis de escolaridade), bem como dos estabelecimentos de ensino atualmente em funcionamento, permite efetuar um retrato da qualificação dos indivíduos, aspeto que poderá ter um impacto significativo na qualidade de vida dos mesmos e, conseqüentemente, em muitos outros indicadores de natureza social.

De registar que, na população residente no concelho de **Fronteira**³⁸ em 2021, predominavam os indivíduos que tinham o 1º ciclo do ensino básico completo (703 indivíduos), o que poderá corresponder à faixa etária mais idosa da população residente no concelho (*Figura 76*). Por outro lado, a população estava também representada por um maior número de indivíduos que tinham o ensino secundário completo (525 indivíduos) e por indivíduos com o 3º ciclo do ensino básico completo (455 indivíduos). Os dados revelam que existia um pequeno número de indivíduos detentores de cursos de ensino pós-secundário (30 indivíduos, cursos que se situam entre o ensino secundário e o ensino superior). No concelho, o número de indivíduos com o ensino superior completo supera o número de indivíduos sem escolaridade e está muito próximo do número de indivíduos que têm o 2º ciclo do ensino básico (294, 258 e 295 indivíduos, respetivamente).

Segundo os dados censitários, verifica-se uma evolução das qualificações académicas da população residente no concelho de **Fronteira** desde o ano 1981 até ao ano 2021. Salienta-se, nesta evolução, uma diminuição acentuada do número de indivíduos sem qualquer nível de escolaridade ao longo deste período.

Figura 76. Nível de escolaridade completa dos residentes no concelho de Fronteira



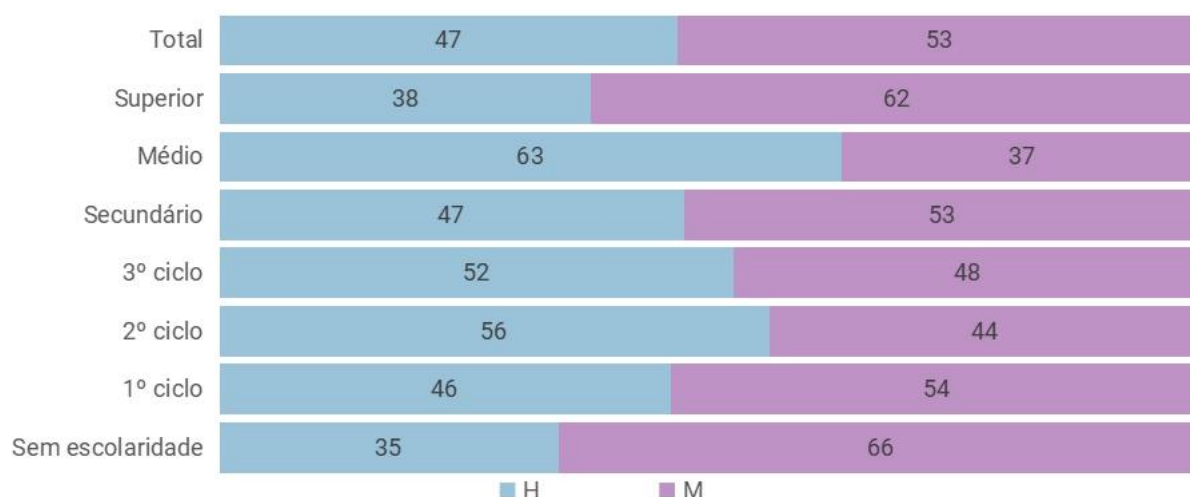
Fontes: INE, PORDATA.

38 Informação obtida a partir dos Censos (1981-2021), no site do PORDATA (cuja fonte é o INE).

O número de indivíduos com o 1º ciclo do ensino básico e com o 2º ciclo do ensino básico sofreu ligeiras alterações, diminuindo em 2021 quando comparado com valores do ano 2011. Em 2021, o valor do número de indivíduos residentes no concelho que têm o 3º ciclo do ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior completo aumentou bastante quando comparado com valores referentes ao ano 1981. Por outro lado, o número de residentes com o ensino secundário e o ensino superior tem vindo a aumentar, sistematicamente, ao longo do período 1981-2021.

Quando se considera o número de indivíduos da população residente no concelho de **Frenteira** de acordo com o nível de escolaridade mais elevado completo, distinguindo homens (H) e mulheres (M), verifica-se que existe um maior número de mulheres do que homens com o 1º ciclo e com o ensino secundário e superior completo. A maior diferença regista-se nos indivíduos que não têm qualquer nível de escolaridade, sendo 65,5% mulheres e apenas 34,5% homens.

Figura 77. Nível de escolaridade da população residente em Frenteira, por sexo, censos 2021 (%)



Fontes: INE, PORDATA.

A proporção de população residente no concelho de **Frenteira** que tinha, pelo menos, o ensino secundário como nível de escolaridade completo aumentou de 2011 para 2021 para 21%, à semelhança do que aconteceu com a população da região do Alto Alentejo e com a população de Portugal, revelando uma melhoria em termos de qualificação académica da população residente. Ainda assim, os resultados dos Censos 2021 indicam que, no concelho de **Frenteira**, a proporção de indivíduos com, pelo menos, o ensino secundário completo era inferior quando comparada com a proporção de indivíduos da região do Alto Alentejo (22%), acentuando-se essa diferença quando comparada com a proporção de indivíduos residentes em Portugal (24%).

Tabela 37. Nível de escolaridade da população residente no concelho de Fronteira, toda a região do Alto Alentejo e Portugal, censos 2011 e 2021

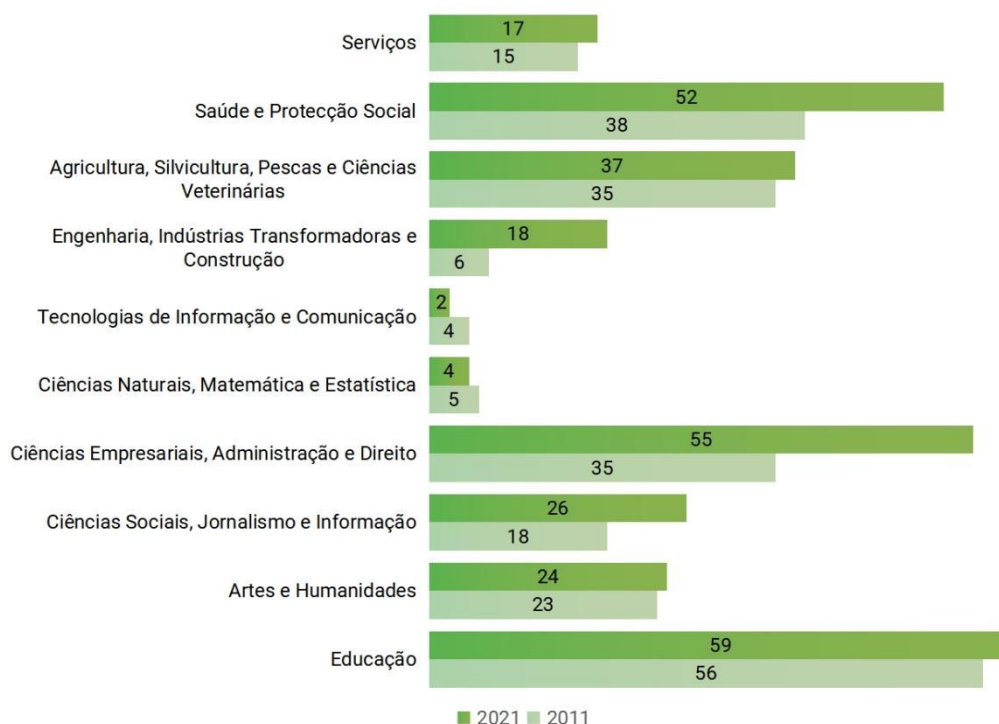
	Sem nível de escolaridade		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Médio		Superior	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alter do Chão	640	304	1043	820	359	297	496	462	398	516	10	27	232	282
Arronches	644	314	891	705	321	245	441	431	331	499	12	16	193	281
Avis	847	427	1305	943	493	373	646	582	473	700	29	27	259	332
Campo Maior	1154	580	1926	1675	850	666	1408	1294	1125	1712	64	62	613	871
Castelo de Vide	578	253	910	746	294	271	586	521	394	579	14	17	287	434
Crato	703	328	1214	1022	377	302	540	469	312	498	18	22	193	296
Elvas	2652	1373	5155	3918	2472	1865	3978	3282	3175	4678	183	162	1892	2560
Fronteira	590	258	848	703	395	295	518	455	371	525	15	30	235	294
Gavião	814	300	1448	1181	438	318	607	560	303	524	19	13	145	233
Marvão	667	301	1019	796	404	327	512	492	336	461	12	11	229	345
Monforte	678	352	899	735	310	295	424	463	327	467	23	8	179	258
Nisa	1419	609	2356	1832	668	495	1057	919	729	983	50	36	466	623
Ponte de Sôr	2696	1350	4520	3809	1873	1437	2386	2357	1964	2909	81	89	1089	1579
Portalegre	2767	1332	5454	4263	2287	1588	4164	3695	3304	4452	148	147	3556	4130
Sousel	895	436	1381	1091	502	347	809	783	515	761	25	42	305	414
Alto Alentejo	17744	8517	30369	24239	12043	9121	18572	16765	14057	20264	703	709	9873	12932
Portugal	934129	528088	2444206	2008075	1152362	864512	1714586	1604653	1411801	2119842	88023	103820	1244742	1782888

Fontes: INE, PORDATA.

A proporção de população com o ensino superior completo apresentava valores inferiores à proporção de população com, pelo menos, o ensino secundário completo quando se considera o país na sua globalidade, a região do Alentejo, a região do Alto Alentejo e o concelho de **Fronteira**. Embora os valores referentes à proporção desta população tenham aumentado de 2011 para 2021, o concelho de **Fronteira** revelou, em 2021, uma proporção de população residente que tinha o ensino superior completo inferior ao valor da região Alto Alentejo, acentuando-se a diferença quando comparada com o valor registado a nível nacional (**Fronteira** tinha 12% de população com o ensino superior, face a 14% e 20% na região e a nível nacional, respetivamente).

Na distribuição da população residente no concelho de **Fronteira** com o ensino superior completo por áreas de estudo (*Figura 78*) destacam-se, em 2021, a área da Educação, a área de Ciências Empresariais, Administração e Direito e a área da Saúde e Proteção Social como áreas preferenciais no que diz respeito à realização de um curso de ensino superior. As áreas de estudos menos procuradas pela população residente no concelho dizem respeito à área de Tecnologias de Informação e Comunicação e à área de Ciências Naturais, Matemática e Estatística, tendo-se adicionalmente registado uma diminuição de 2011 para 2021 do número de indivíduos com um curso de ensino superior nestas áreas.

Figura 78. População residente com o ensino superior completo, por áreas de estudo no concelho de Fronteira, 2011 e 2021 (Nº)



Fontes: Carta Social Municipal de Fronteira 2023-2033.

No que diz respeito à taxa de analfabetismo verificada no concelho de **Fronteira**, os dados dos Censos 2011 e 2021 revelam um decréscimo no valor referente à população residente no

concelho, embora o valor registado em 2021 tenha sido, ainda, superior ao valor registado na região do Alto Alentejo, no mesmo ano. Quando se considera a taxa de analfabetismo referente ao país em termos globais, em 2021, verificou-se que a diferença era ainda mais acentuada quando comparada com a taxa verificada no concelho de **Fronteira**, sendo o valor desta última cerca de duas vezes superior ao valor da taxa referente a toda a população portuguesa. Outro aspeto a salientar diz respeito ao facto de serem as mulheres o grupo que apresentava valores superiores de taxa de analfabetismo em todos os concelhos do distrito, na região do Alto Alentejo, na região do Alentejo e no país em geral, embora essa taxa tenha reduzido entre 2011 e 2021. Esta redução foi, no entanto, proporcionalmente inferior à verificada para os homens, para os quais a taxa foi cortada quase pela metade. Em 2021, no concelho de **Fronteira**, o valor da taxa de analfabetismo nas mulheres era ainda superior em 3,3% ao valor da taxa verificada no grupo dos homens.

Tabela 38. Taxa de analfabetismo da população residente no concelho de Fronteira, região do Alto Alentejo e Portugal, Censos 2011 e 2021

	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Alter do Chão	12,4	9,6	15,0	8,3	5,3	10,8
Arronches	16,5	12,4	20,4	9,2	5,9	12,4
Avis	13,3	10,0	16,3	8,1	5,5	10,4
Campo Maior	9,7	7,7	11,6	5,3	4,0	6,5
Castelo de Vide	13,1	10,1	15,8	7,0	5,2	8,6
Crato	13,3	9,2	16,8	7,7	5,0	10,0
Elvas	8,2	6,0	10,3	4,8	3,8	5,8
Fronteira	12,7	10,3	14,9	7,0	5,2	8,6
Gavião	15,3	10,0	20,0	5,9	3,5	7,9
Marvão	13,2	10,9	15,4	7,6	6,6	8,4
Monforte	17,3	14,6	19,5	11,8	7,8	15,3
Nisa	12,8	9,3	16,0	7,2	5,0	9,2
Ponte de Sor	12,2	8,4	15,7	7,1	4,7	9,4
Portalegre	7,7	6,1	9,1	4,5	3,6	5,4
Sousel	14,0	11,5	16,1	8,6	6,1	10,7
Alto Alentejo	11,0	8,2	13,4	6,3	4,5	7,9
Alentejo	9,6	7,1	11,8	5,4	3,9	6,8
Portugal	5,2	3,5	6,8	3,1	2,1	4,0

Fontes: INE, PORDATA.

Caracterização da população escolar

A caracterização da população escolar centra-se no concelho de **Fronteira**. Apostou-se numa lógica comparada de apresentação de informação, pelo que, para além dos dados relativos a **Fronteira**, apresentaram-se, quando relevantes, os valores dos restantes concelhos do Alto

Alentejo e/ou o valor desta região, bem como os valores nacionais. Recorreu-se, em primeiro lugar, a informação obtida através do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Plataforma Infoescolas.

População discente da Rede Pública

A dinâmica dos concelhos em termos sociais pode, também, ser analisada sob o ponto de vista do número de crianças e jovens que frequentam instituições educativas. De acordo com o Recenseamento Escolar (DGEEC/ME-MCTES), a evolução do número de alunos do concelho de **Fronteira** matriculados nos diferentes níveis de ensino, para os últimos 20 anos (2001, 2011 e 2021), torna evidente uma tendência para a diminuição do número de alunos a frequentar os diferentes níveis de escolaridade, situação que merece particular atenção no contexto social de um território.

Figura 79. Alunos matriculados por ciclo de ensino no concelho de Fronteira, 2001, 2011 e 2021 (N.º)



Fonte: DGEEC/MECI - Recenseamento Escolar Anual; PORDATA.

Olhando para os anos letivos mais recentes, a população discente no concelho de **Fronteira**, entre 2017 e 2023 (*Tabela 39*), teve uma diminuição, de 306 para 264 alunos. O número de discentes do Ensino Pré-Escolar teve uma ligeira variação entre 2017 e 2023, contudo, nos 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico é onde as variações são maiores ao longo destes anos. A grande diferença está no Ensino Secundário, pois, a partir de 2020 este nível de ensino deixou de ser promovido pelo Agrupamento de Escolas de Fronteira.

Comparativamente aos restantes concelhos do Alto Alentejo, **Fronteira** era, em 2022/2023 (*Tabela 40*), o segundo município com menos população discente, depois de Monforte. É um dos quatro concelhos (juntamente com Castelo de Vide, Marvão e Monforte) sem Ensino Secundário no concelho, neste caso, desde 2020, o que leva a que o número de alunos seja mais baixo no concelho. É no 3º ciclo que o concelho tem uma maior percentagem de alunos (29,2%, logo após Gavião com 29,6%).

Tabela 39. Fronteira – Evolução do número de alunos, por ciclo de ensino

	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
Pré-escolar	55	60	58	56	56	62
Ensino Básico	228	228	211	214	215	202
1º ciclo	95	83	72	76	75	80
2º ciclo	53	59	58	47	51	45
3º ciclo	80	86	81	91	89	77
Ensino Secundário	23	29	14	-	-	-
Total	306	317	283	270	271	264

Fonte: INE; PORDATA.

Tabela 40. População discente por ciclo de ensino, no Agrupamento de Escolas de Fronteira, nos concelhos do Alto Alentejo e em Portugal, ano letivo 2022/2023

	Total	Pré-escolar		1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		Secundário	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alter do Chão	495	66	13,3	106	21,4	51	10,3	82	16,6	190	38,4
Arronches	292	70	24	95	32,5	43	14,7	77	26,4	7	2,4
Avis	393	85	21,6	131	33,3	71	18,1	94	23,9	12	3,1
Campo Maior	1442	221	15,3	356	24,7	205	14,2	314	21,8	346	24
Castelo de Vide	272	74	27,2	89	32,7	47	17,3	62	22,8	0	0
Crato	357	82	23	94	26,3	53	14,8	75	21	53	14,8
Elvas	3526	588	16,7	852	24,2	525	14,9	733	20,8	828	23,5
Fronteira	264	62	23,5	80	30,3	45	17	77	29,2	-	-
Gavião	304	56	18,4	74	24,3	49	16,1	90	29,6	35	11,5
Marvão	183	53	29	61	33,3	39	21,3	30	16,4	0	0
Monforte	326	71	21,8	100	30,7	75	23	80	24,5	0	0
Nisa	485	84	17,3	133	27,4	64	13,2	110	22,7	94	19,4
Ponte de Sôr	2089	363	17,4	496	23,7	288	13,8	430	20,6	512	24,5
Portalegre	3928	591	15	817	20,8	403	10,3	721	18,4	1279	32,6
Sousel	597	112	18,8	126	21,1	78	13,1	152	25,5	129	21,6
Alto Alentejo	14853	2578	17,4	3610	24,3	2036	13,7	3127	21,1	3485	23,5
Portugal	1532256	253198	16,5	369321	24,1	200113	13,1	329499	21,5	376263	24,6

Fonte: DGEEC.

O Ensino não Regular (que inclui cursos de educação e formação de jovens, vocacionais dos 2º e 3º ciclos, cursos profissionais de nível Secundário, cursos de educação e formação de adultos e formações modulares de acesso ao Ensino Secundário) não teve relevância no ano letivo 2022/2023 no concelho de **Fronteira**.

No Ensino Regular, destaca-se o 1º ciclo do Ensino Básico, onde a percentagem de alunos era superior (18,7%) à dos restantes ciclos, sendo imediatamente seguida pelo 3º ciclo (18,0%). Onde se verificava a menor percentagem de alunos era no segundo ciclo (10,5%) e no ensino secundário, por não existir este nível de ensino no concelho. As percentagens do Ensino Básico são superiores às registadas ao nível da região do Alto Alentejo e nacional.

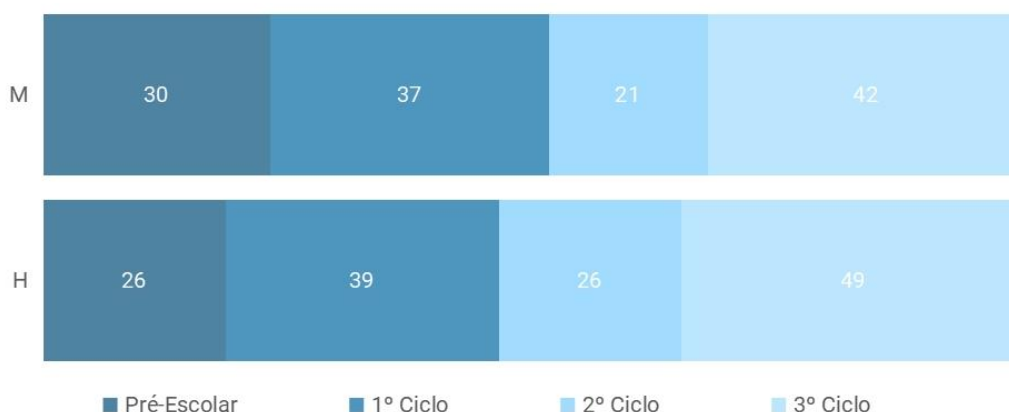
Tabela 41. Alunos no Ensino Básico e Secundário, por subsistema de ensino e ciclo de ensino, no agrupamento de escolas de Fronteira, nos concelhos do Alto Alentejo e a nível nacional, ano letivo 2022/2023

Unidade Orgânica	Total	Ensino Regular						Ensino não Regular					
		1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		Secundário	1º, 2º e 3º ciclo		Secundário		
		N	%	N	%	N	%		%	N	%	N	%
Alter do Chão	843	106	12,6	51	6	82	9,7	190	22,5	4	0,5	128	15,2
Arronches	444	95	21,4	43	9,7	77	17,3	7	1,6	4	0,9	7	1,6
Avis	638	131	20,5	71	11,1	94	14,7	12	1,9	33	5,2	12	1,9
Campo Maior	2424	356	14,7	205	8,5	314	13	346	14,3	49	2	224	9,2
Castelo de Vide	416	89	21,4	47	11,3	62	14,9	0	0	0	0	0	0
Crato	614	94	15,3	53	8,6	75	12,2	53	8,6	0	0	53	8,6
Elvas	5901	852	14,4	525	8,9	733	12,4	828	14	118	2	372	6,3
Fronteira	427	80	18,7	45	10,5	77	18	0	0	0	0	0	0
Gavião	474	74	15,6	49	10,3	90	19	35	7,4	0	0	35	7,4
Marvão	260	61	23,5	39	15	30	11,5	0	0	0	0	0	0
Monforte	510	100	19,6	75	14,7	80	15,7	0	0	12	2,4	0	0
Nisa	819	133	16,2	64	7,8	110	13,4	94	11,5	0	0	38	4,6
Ponte de Sôr	3527	496	14,1	288	8,2	430	12,2	512	14,5	31	0,9	209	5,9
Portalegre	6767	817	12,1	403	6	721	10,7	1279	18,9	78	1,2	490	7,2
Sousel	939	126	13,4	78	8,3	152	16,2	129	13,7	31	3,3	16	1,7
Alto Alentejo	25003	3610	14,4	2036	8,1	3127	12,5	3485	13,9	360	1,4	1697	6,8
Portugal	2554499	369321	14,5	200113	7,8	329499	12,9	376263	14,7	32048	1,3	176278	6,9

Fonte: INE; DGEEC- Regiões por números.

Quando se considera a distribuição do número de alunos do concelho de **Fronteira** segundo o sexo, verifica-se que o número de alunos do sexo masculino (H) supera o número de alunos do sexo feminino (M) em todos os níveis de escolaridade, exceto na educação pré-escolar. O 3º ciclo do ensino básico é o nível de escolaridade que apresenta maior diferença entre o número de rapazes e o número de raparigas que o frequentam.

Figura 80. Alunos matriculados (por sexo) nos ensinos pré-escolar, básico e secundário, no concelho de Fronteira, 2021 (%)

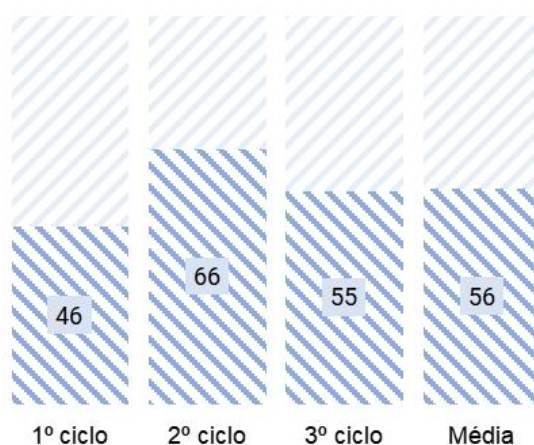


Fontes: DGEEC/MECI - Recenseamento Escolar Anual; PORDATA.

Seguidamente, iremos analisar o número de beneficiários da Ação Social Escolar (ASE), considerando, apenas, os escalões A e B, por serem os escalões que melhor caracterizam a situação socioeconómica dos agregados familiares dos alunos deste concelho.

No gráfico que se segue, apresentam-se as percentagens dos alunos que beneficiam da ASE, por ciclo de escolaridade³⁹.

Figura 81. Alunos beneficiários de ASE, por ciclo de escolaridade, ano letivo 2021/2022 (%)



Fonte: Carta Educativa 2023-2033.

³⁹ Percentagens calculadas sobre o total de alunos a frequentar cada ciclo.

No ano letivo 2021/2022, existiam, em média, 55,7% de alunos a beneficiar da ASE (N = 116, dos 248 alunos), o que significa que mais de metade dos alunos beneficiavam de ASE. Era no 2º ciclo que os alunos mais beneficiavam de ASE (66%; N = 33, no total de 50 alunos), seguido pelo 3º ciclo (55,1%; N = 49, dos 89 alunos) e, por fim, pelo 1º ciclo (45,9%; N = 34, dos 74 alunos). Ao nível do pré-escolar, não havia alunos beneficiários de ASE.

Segundo a análise feita na Carta Educativa 2023-2033 para o concelho de **Fronteira** no que diz respeito à escolaridade média dos encarregados de educação⁴⁰, foi possível concluir que as novas gerações de encarregados de educação parece mais escolarizada, uma vez que apresenta níveis de escolarização mais elevada entre as crianças matriculadas no Berçário, Creche e Pré-escolar, do que nas crianças matriculadas nos 3 ciclos do ensino básico (11,4 anos no 1º ciclo; 11,2 anos no 2º ciclo; 10,2 anos no 3º ciclo).

Figura 82. Escolaridade média (n.º de anos completos) dos encarregados de educação do concelho de Fronteira, ano letivo 2021/2022



Fonte: Carta Educativa 2023-2033.

Através da análise da *Tabela 42*, podemos verificar que onde existe maior concentração de alunos no Agrupamento de Escolas de Fronteira é no 1º ciclo (T = 84 alunos), seguido do 3º ciclo (T = 72 alunos).

Na Escola Básica de Cabeço de Vide, devido ao baixo número de crianças na freguesia, houve a necessidade de fazer turmas mistas do 1º ciclo, juntando os 1º e 2º anos, e os 3º e 4º anos.

⁴⁰ Para este cálculo, tomaram-se por referência os seguintes anos de escolaridade percorridos por cada ciclo/nível de ensino: Sem escolaridade = 0; 1º ciclo = 4; 2º ciclo = 6; 3º ciclo = 9; Ensino Secundário = 12; Pós-Secundário = 13; Licenciatura = 15; Mestrado = 17; Doutoramento = 18 (Carta Educativa 2023-2033).

Tabela 42. Número de alunos e turmas no Ensino Básico, por subsistema de ensino, no Agrupamento de Escolas de Fronteira

Nível de escolaridade	Ano e turma	N	Total
Pré-escolar	Fronteira		41
	Turma 1	16	
	Turma 2	13	
	Cabeço de Vide		
	Turma 3	12	
1º Ciclo	Fronteira		84
	1º A	13	
	2º B	12	
	3º C	14	
	4º D	19	
	Cabeço de Vide		
	1º e 2º E	16	
	3º e 4º F	10	
2º Ciclo	Fronteira		40
	5º A	12	
	5º B	12	
	6º A	16	
3º Ciclo	Fronteira		72
	7º A	17	
	8º A	13	
	8º B	14	
	9º A	14	
	9º B	14	

Fonte: Relatório de Avaliação Interna, Agrupamento de Escolas de Fronteira.

População docente

No ano letivo 2021/2022 havia, no concelho de **Fronteira**, um total de 39 docentes: 36 na rede pública e 3 na rede privada. Dos 36 docentes da rede pública, 3 eram educadores de infância, 9 eram professores do 1º ciclo, 9 eram professores do 2º ciclo e 15 eram professores do 3º ciclo do Ensino Básico. Dos 3 docentes da rede privada, 2 eram educadores de infância no Centro Infantil Nossa Senhora da Vila Velha (em **Fronteira**) e 1 na Creche Nossa Senhora Anjos (em Cabeço de Vide). No ano letivo mencionado, existia, ainda, um outro docente sem funções letivas, que foi incluído (na Carta Educativa 2023-2033) nas distribuições por sexo, grupo etário e vínculo contratual.

Tabela 43. Número de docentes por ciclo/nível de ensino nas redes públicas e provadas do concelho de Fronteira, no ano letivo 2021/2022

Unidade Orgânica	Berçário/Creche	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total
AE de Fronteira	-	3	9	9	15	36
CI Nª Sª Vila Velha	1	1	-	-	-	2
Creche Nª Sª Anjos	1	-	-	-	-	1
Total	2	4	9	9	15	39

Fonte: Carta Educativa 2023-2033.

Relativamente à distribuição dos docentes por sexo, observou-se que na rede privada, a totalidade dos docentes eram mulheres. No Agrupamento de Escolas de Fronteira, o corpo docente é composto, na sua maioria, por mulheres (apenas 27% dos docentes eram homens - 10).

No que respeita à idade do corpo docente do concelho, no ano letivo 2021/2022 havia apenas uma docente com 29 ou menos anos de idade. Uma das educadoras do CI Nª Sª Vila Velha e 10,8% do corpo docente do AE de Fronteira estava no grupo etário dos 30 aos 40 anos (N = 4 docentes). A educadora da Creche Nª Sª Anjos e cerca de um quinto dos docentes do AE de Fronteira tinham entre 41 e 50 anos. No AE de Fronteira, mais de metade do corpo docente tinha entre os 51 e os 60 anos (N = 15) ou 61 ou mais anos (N = 8). Estes resultados demonstraram que o corpo docente no concelho de **Fronteira** se encontrava francamente envelhecido.

No AE de Fronteira, 62,2% dos docentes tinha um vínculo contratual estável (N = 23), pertencendo ao quadro do Agrupamento. 37,8% dos docentes tinha vínculos contratuais instáveis: 10,8% (N = 4) pertencia ao quadro de zona pedagógica (QZP), e 27% (N = 10) eram contratados.

Este quadro de instabilidade para mais de 1/3 do corpo docente do Agrupamento torna-se preocupante, se tivermos presente que a maioria do corpo docente deste agrupamento é envelhecido.

Na rede privada, havia duas educadoras de infância do quadro de escola, uma em cada um dos estabelecimentos, e 1 educadora contratada no CI Nª Sª Vila Velha.

Desempenho escolar

Para a análise do desempenho escolar no Agrupamento de Escolas de Fronteira, teremos em conta os dados recolhidos para a elaboração da Carta Educativa 2023/2033 que têm como base os resultados obtidos até ao ano letivo 2019/2020. Neste sentido, é necessário ter em conta o contexto pandémico e respetivos confinamentos desta altura, que afetaram diretamente a área da avaliação dos alunos, nomeadamente, com a eliminação das provas nacionais do 9º ano do Ensino Básico.

1º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

As médias das classificações internas do 1º ciclo no Agrupamento de Escolas de Fronteira, foram sempre superiores em comparação com as médias regionais nos três anos letivos anteriores.

Tabela 44. Média das classificações internas do 1º ciclo, no concelho de Fronteira e na região do Alto Alentejo⁴¹

Concelho/região	2018/2019	2019/2020	2020/2021
AE de Fronteira	4	4	4
Alto Alentejo	3,67	3,62	3,68

Fonte: Carta Educativa 2023-2033.

Percursos Diretos de Sucesso

O indicador Percursos Diretos de Sucesso (PDS), acompanha os alunos em cada ciclo de ensino⁴².

A percentagem de PDS no 1º ciclo foi, sempre, inferior no Agrupamento de Escolas de Fronteira (AE Fronteira), em comparação com a respetiva média nacional até 2018/2019, situação que reverteu em 2019/2020, quando atingiu os 100%, mas que voltou a verificar-se em 2020/2021. Já em 2021/2022, apesar de não atingir os 100%, o AE Fronteira voltou a apresentar uma taxa ligeiramente superior à média nacional.

⁴¹ A média das classificações internas do Alto Alentejo não inclui o AE de Nisa no caso dos dois primeiros anos letivos em análise; nem o Colégio Luso-Britânico de Elvas nos três anos (segundo Carta Educativa 2023-2033).

⁴² Nos 1º e 2º ciclos os PDS referem-se à percentagem de alunos da região que concluíram o ciclo do ensino básico dentro do tempo esperado, ou seja, até quatro ou dois anos depois de terem ingressado naquele ciclo, respetivamente. Estes podem ser considerados percursos diretos com sucesso na região. No 3º ciclo, o indicador mede a percentagem de alunos da região que obteve positiva nas duas provas finais do 9.º ano (Português e Matemática), após um percurso sem retenções nos 7.º e 8.º anos de escolaridade. Estes podem ser considerados percursos diretos de sucesso no 3.º ciclo na região. Depois, para cada ciclo, é ainda apresentada a percentagem de alunos do país com um perfil semelhante aos da região que concluíram o ciclo no número de anos previsto (4 anos no 1º ciclo, 2 anos no 2º ciclo e 3 anos no 3º ciclo) (média nacional comparável), ou seja, o indicador mostra também a percentagem nacional de conclusões do ciclo no número de anos previsto, para comparação com os resultados na região. Esta média nacional é calculada com os alunos do país que, ao entrarem no ciclo em causa, tinham um perfil semelhante ao dos alunos da região, em termos de apoios da Ação Social Escolar, habilitação da mãe e natureza pública ou privada da escola. O objetivo é enquadrar os resultados na região com uma média nacional apropriada, dentro do possível, para o contexto socioeconómico dos alunos locais. Tendo os dois grupos de alunos o mesmo nível de partida à entrada do ciclo, o objetivo é perceber se o trabalho desenvolvido ao longo do ciclo de ensino conduziu a resultados também iguais, ou se, pelo contrário, os alunos da região tiveram desempenhos superiores / inferiores aos dos seus colegas nacionais. Por essa razão, a última parte do indicador mede a diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso na região e a média nacional para alunos com um nível anterior semelhante. Este indicador leva em conta o nível académico dos alunos que a região recebe, não premeia a retenção e combina as avaliações interna e externa, pelo que é bastante robusto. O indicador relativo a 2021/22 mostra a situação, no final deste ano letivo, dos alunos que entraram para o 7.º ano de escolaridade em 2019/20. Não foram apresentados os dados relativos a 2022/2023 para os 1º e 2º ciclos, uma vez que não foi possível calcular o indicador, por a amostra ser inferior a 15 alunos.

Tabela 45. Taxas de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, com comparação à média nacional

Unidade Orgânica	2019/2020	2020/2021	2021/2022
AE de Fronteira	100	84	94
Média Nacional Comparável no AE	90	91	93
<i>Resultado da região face à média nacional⁴³</i>	<i>10</i>	<i>-7</i>	<i>1</i>
Alto Alentejo	88	91	92
Média Nacional Comparável na região	88	90	90
<i>Resultado da região face à média nacional⁴³</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

Os alunos que frequentavam o 1º ciclo no ano letivo 2021/2022 do Agrupamento Escolar de Fronteira apresentavam, em média, um contexto socioeconómico ligeiramente favorecido, quando comparado com o da região do Alto Alentejo: 45,9% dos alunos no AE de Fronteira e 48,3% dos alunos na região eram beneficiários da ASE.

Relativamente aos anos de escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE) era de 11,4 anos no AE de Fronteira e de 10,7 da região do Alto Alentejo, o que significa que os EE do Agrupamento têm uma escolaridade média superior, comparativamente com os da região.

Tabela 46. Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

Concelho/região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos encarregados de educação (EE)
AE de Fronteira	45,9	11,4
Alto Alentejo	48,3	10,7

Fonte: Carta Educativa 2023-2033.

2º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

No ano letivo 2018/2019, a média das classificações internas do 2º ciclo do Agrupamento Escolar de Fronteira foi similar à da região do Alto Alentejo, tendo mantido médias similares nos anos letivos seguintes, ligeiramente inferior no em 2019/2020 e um pouco acima em 2021/2022.

⁴³ Diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso na região e a média nacional, em pontos percentuais.

Tabela 47. Média das classificações internas do 2º ciclo, no concelho de Fronteira e na região do Alto Alentejo

Concelho/região	2018/2019	2019/2020	2021/2022
AE de Fronteira	3,78	3,77	3,88
Alto Alentejo	3,78	3,82	3,79

Fonte: Carta Educativa 2023-2033.

Percursos Diretos de Sucesso

No 2º ciclo, a proporção de percursos diretos de sucesso em **Fronteira** foi superior ao verificado para o total do Alto Alentejo, revelando melhores resultados no concelho. Face à média nacional, o concelho esteve muito próximo e até ligeiramente a cima em 2019/2020 e 2020/2021, ficando depois ligeiramente abaixo em 2021/2022.

Tabela 48. Taxas de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, com comparação à média nacional

Unidade Orgânica	2019/2020	2020/2021	2021/2022
AE de Fronteira	97	96	95
Média Nacional Comparável no AE	95	95	96
<i>Resultado da região face à média nacional^{M3}</i>	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>-1</i>
Alto Alentejo	93	95	94
Média Nacional Comparável na região	94	94	94
<i>Resultado da região face à média nacional^{M3}</i>	<i>-1</i>	<i>1</i>	<i>0</i>

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

No 2º ciclo, o Agrupamento Escolar de Fronteira apresentava indicadores socioeconómicos que revelavam um contexto socioeconómico desfavorecido, quando comparados os valores médios da região: 66% de alunos do AE com ASE e 45,8% na região.

A escolaridade média dos EE era de 11,2 anos no AE e de 13,1 anos no Alto Alentejo, o que significa que, neste ciclo do Ensino Básico, os EE têm menos anos de escolaridade, quando comparado com os EE da região.

Tabela 49. Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

Concelho/região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos encarregados de educação (EE)
AE de Fronteira	66,0	11,2
Alto Alentejo	45,8	13,1

Fonte: Carta Educativa 2023-2033.

3º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

As médias de classificações internas no Agrupamento Escolar de Fronteira, no 3º ciclo, foram similares às médias da região, tendo sido ligeiramente superiores em 2019/2020 e ligeiramente inferiores em 2020/2021.

Tabela 50. Média das classificações internas do 2º ciclo, no concelho de Fronteira e na região do Alto Alentejo

Concelho/região	2018/2019	2019/2020	2021/2022
AE de Fronteira	3,71	3,63	3,69
Alto Alentejo	3,68	3,71	3,69

Fonte: Carta Educativa 2023-2033.

Percursos Diretos de Sucesso

Os percursos diretos de sucesso no 3º ciclo, ou seja, a percentagem de alunos que obteve positiva nas provas nacionais do 9.º ano após um percurso sem retenções nos 7.º e 8.º anos, foi inferior no AE Fronteira face ao verificado na região do Alto Alentejo e face média nacional dos alunos com condições sócio-económicas equiparadas no início do ciclo no primeiro ano letivo (2020/2021), revertendo depois o resultado nos anos letivos mais recentes (2021/2022 e 2022/2023).

Tabela 51. Taxas de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, com comparação à média nacional

Unidade Orgânica	2020/2021	2021/2022	2022/2023
AE de Fronteira	79	93	87
Média Nacional Comparável no AE	87	87	86
<i>Resultado da região face à média nacional^{M3}</i>	-8	6	1
Alto Alentejo	86	88	82
Média Nacional Comparável na região	89	89	85
<i>Resultado da região face à média nacional^{M3}</i>	-3	-1	-3

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

No 3º ciclo, os indicadores socioeconómicos do Agrupamento Escolar de Fronteira mantêm o mesmo cenário desfavorecido (juntamente com o 2º ciclo), em comparação com a região do Alto Alentejo: 55,1% no AE e 40,1% na região.

A escolaridade média dos EE era de 10,2 anos no AE e de 10,4 anos no Alto Alentejo, não existindo uma diferença significativa, neste caso.

Tabela 52. Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

Concelho/região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos encarregados de educação (EE)
AE de Fronteira	55,1	10,2
Alto Alentejo	40,1	10,4

Fonte: Carta Educativa 2023-2033.

Taxa de retenção no Ensino Básico

Um aspeto merecedor de análise diz respeito à taxa de retenção e desistência verificada na população estudantil do concelho de **Fronteira**.

Tabela 53. Taxa de retenção e desistência no ensino básico e secundário, por ciclo de estudos, 2011, 2021

	1º ciclo EB		2º ciclo EB		3º ciclo EB		Ensino Secundário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alter do Chão	8,8	6,9	12,2	6,1	9,0	13,9	19,2	7,3
Arronches	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	N/A	0,0
Avis	9,4	10,6	9,6	24,0	25,9	14,9	10,1	N/A
Campo Maior	3,9	9,6	6,9	12,6	17,8	15,5	30,6	2,4
Castelo de Vide	1,0	2,5	1,6	0,0	3,1	0,0	N/A	N/A
Crato	8,3	2,4	8,3	2,5	9,5	7,9	9,4	13,7
Elvas	4,0	5,2	6,7	7,8	11,8	7,8	23,7	7,4
Fronteira	0,8	1,3	11,5	2,1	37,5	8,8	12,9	N/A
Gavião	5,9	0,0	0,0	3,3	9,8	0,0	36,0	8,8
Marvão	1,0	2,9	7,5	0,0	17,9	1,6	N/A	N/A
Monforte	2,6	4,5	4,5	12,3	18,2	5,1	N/A	N/A
Nisa	5,6	4,1	11,0	3,0	16,9	3,0	22,8	3,9
Ponte de Sôr	2,3	0,9	10,1	1,5	15,7	8,4	16,4	5,0
Portalegre	2,5	1,3	8,8	1,5	16,7	3,7	18,5	7,4
Sousel	1,6	0,0	7,5	4,5	10,0	11,5	N/A	9,2
Alto Alentejo	3,5	3,8	7,8	5,2	14,8	7,3	20,2	6,7
Alentejo	x	3,6	x	4,5	x	5,8	x	8,3
Portugal	3,3	2,1	7,4	3,3	13,3	4,3	20,8	8,3

Fonte: PORDATA (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar).

É no 3º ciclo do ensino básico que mais jovens ficam retidos e/ou desistem de continuar o seu percurso académico (8,8%). O valor da taxa registado neste nível de ensino, no concelho de **Fronteira**, é superior ao valor da taxa referente à população da região do Alto Alentejo (7,3%), da região do Alentejo (5,8%) e cerca do dobro do valor da taxa referente a Portugal (4,3%). Os valores da taxa de retenção e desistência que dizem respeito ao 1º e 2º ciclo do ensino básico (1,3% e 2,1%, respetivamente), no concelho de **Fronteira**, são inferiores aos valores das taxas registadas no Alto Alentejo, no Alentejo e em Portugal.

De uma forma geral, no concelho de **Fronteira**, verifica-se uma melhoria da taxa de retenção e desistência dos alunos matriculados nos três ciclos do ensino básico, traduzida por um decréscimo dos valores de 2011 para 2021. Esta melhoria foi muito acentuada no 3º ciclo e no 2º ciclo do ensino básico. No entanto, destaca-se um aumento, de 2011 para 2021, do valor da taxa de retenção e desistência verificado no 1º ciclo do ensino básico. Apesar deste aumento no 1º ciclo do ensino básico, o valor indicado em 2021, é inferior ao da taxa registada a nível nacional.

Análise das dinâmicas educativas do Concelho e do Agrupamento

A análise das dinâmicas educativas do concelho (e do único agrupamento escolar presente no concelho) recai sobre um conjunto de informações, organizadas pelas seguintes dimensões: 1) instalações, equipamentos e infraestruturas de apoio; 2) oferta educativa e formativa; 3) oferta educativa não formal: cultura, desporto e ambiente; 4) estratégias organizacionais e pedagógicas.

Estas informações têm como fonte o Projeto Educativo 2021-2025, bem como a Carta Educativa de Fronteira 2023-2033, o Relatório de Avaliação Interna, o Plano Anual de Atividades e o Projeto Educativo Anual do Agrupamento de Escolas de Fronteira.

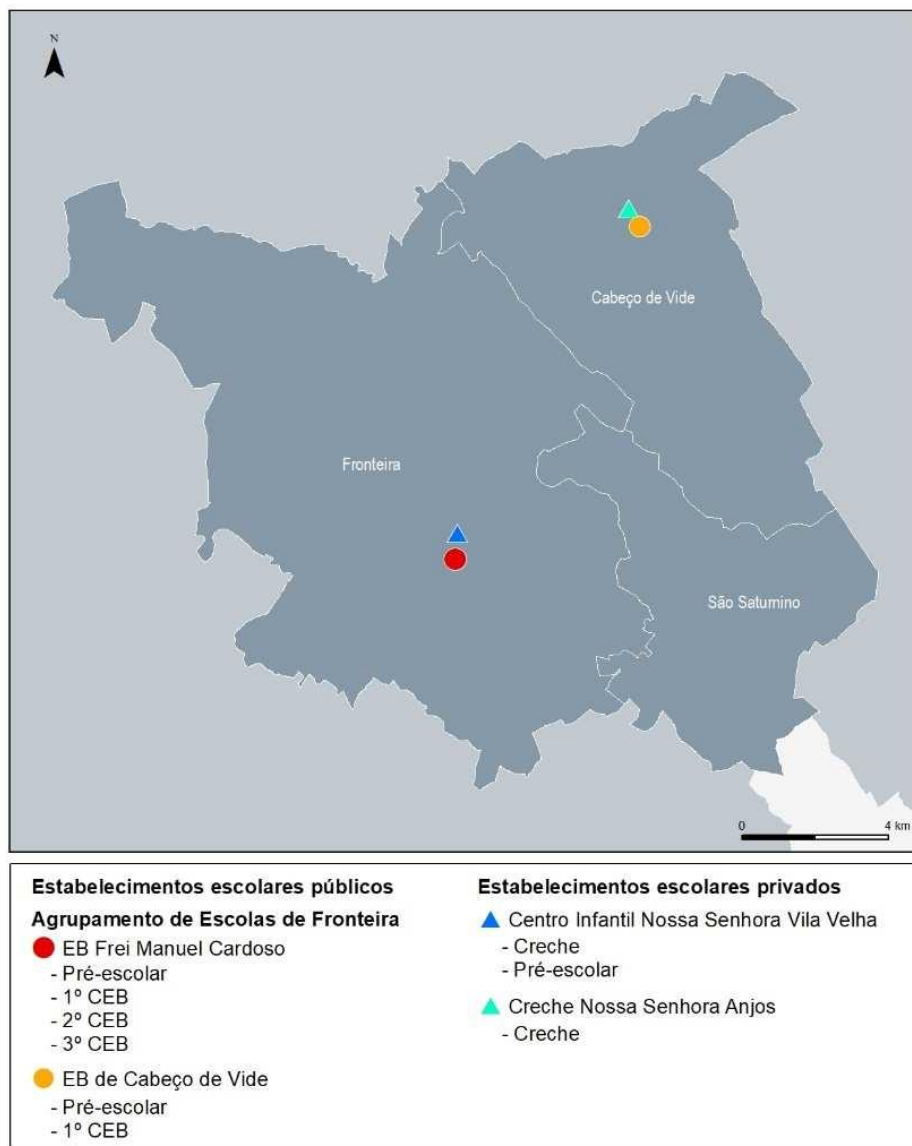
Instalações, equipamentos e Infraestruturas de apoio

Fronteira manteve o mesmo número de estabelecimentos de ensino sediados no concelho entre 2011 e 2021, exceto no ensino secundário. As crianças do concelho tinham à sua disposição, em 2021, três estabelecimentos de educação pré-escolar, dois estabelecimentos de ensino onde podiam frequentar o 1º ciclo e um estabelecimento de ensino onde podiam frequentar o 2º ciclo e o 3º ciclo do ensino básico.

No que diz respeito a instituições de ensino superior destaca-se a existência, no distrito de Portalegre, do Instituto Politécnico de Portalegre, que contempla quatro escolas superiores sediadas na cidade de Portalegre (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Saúde), da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, da GNR – Centro de Formação de Portalegre, e de uma escola superior sediada na cidade de Elvas (Escola Superior Agrária de Elvas).

A localização das 3 Unidades Orgânicas de educação em **Fronteira** encontra-se assinalada na *Figura 83*.

Figura 83. Georreferenciação dos estabelecimentos escolares do concelho de Fronteira (redes pública e privada)



Fonte: Carta Educativa 2023-2033.

Na rede pública, o concelho de **Fronteira** conta com o Agrupamento de Escolas de Fronteira, constituído por 2 estabelecimentos escolares: a Escola Básica JI Frei Manuel Cardoso (localizada em **Fronteira** e sede do agrupamento escolar), com oferta de Pré-escolar e de Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclo), e a Escola Básica JI de Cabeço de Vide, com oferta de Pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico.

Na rede privada, existem 2 unidades orgânicas, pertencentes às Santas Casas da Misericórdia de Fronteira e de Cabeço de Vide: o Centro Infantil Nossa Senhora da Vila Velha (localizada em **Fronteira**), com as valências de Berçário, Creche e Pré-escolar, e a Creche Nossa Senhora dos Anjo, com a valência de Creche (localizada em Cabeço de Vide).

No concelho de **Fronteira**, no final do ano letivo 2019/2020, deixou de existir o ensino secundário, por não haver número de alunos suficiente para formar turmas nesse nível de ensino. Os alunos passaram a ter que deslocar-se para Estremoz, Portalegre, Sousel ou Alter do Chão para concluírem o ensino obrigatório, para os quais o município providencia transporte para deslocação dos alunos.

Oferta educativa e formativa

No que diz respeito à oferta educativa e formativa, o concelho de **Fronteira** tem:

- Berçário e Creche (privado) - dos 3 meses aos 3 anos;
- Pré-escolar (público e privado) - dos 3 anos aos 5/6 anos de idade, até à entrada no ensino obrigatório;
- Ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos, público) - dos 6 anos aos 14 anos de idade.

Como referido, desde o final do ano letivo 2019/2020, não existe oferta pública para o ensino secundário. No entanto, a Câmara Municipal de Fronteira e o AE de Fronteira consideram importante reabrir este nível de ensino em **Fronteira**, sobretudo com ofertas ao nível do ensino profissional (segundo a Carta Educativa 2023-2033).

Em Estremoz, na Escola Secundária Rainha Santa Isabel⁴⁴, é possível frequentar, ao nível do ensino regular, cursos Científico-Humanísticos: Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades, Artes Visuais e Ciências Sócio-económicas. Ao nível de cursos de ensino profissional, é possível frequentar: o curso de Técnico/a de Informação e Animação Turística, e o de Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural.

Em Portalegre, na Escola Secundária de São Lourenço⁴⁵, tal como em Estremoz, existe à disposição dos alunos cursos de ensino regular e cursos de ensino profissional. Dos cursos de ensino regular, existem três opções dos Científico-Humanísticos: Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades e Artes Visuais. Dos cursos de ensino profissional, é possível frequentar: Técnico/a Vitivinícola, Técnico/a Auxiliar de Saúde, Técnico/a de Eletrotecnia e Técnico/a Instalador/a de Sistemas Solares Fotovoltaicos.

Em Sousel, Na Escola Básica e Secundária Padre Joaquim Maria Fernandes⁴⁶, apenas existe oferta formativa do ensino profissional. A oferta de cursos profissionais é a seguinte: Desporto, Turismo Ambiental e Rural, Técnico de Indústrias Alimentares e Técnico Auxiliar de Saúde.

⁴⁴ Mais informações, consultar: [Oferta Formativa - ESRSI](#)

⁴⁵ Mais informações, consultar: [Oferta Formativa Ens. Regular e Ens. Profissional - ESSL](#)

⁴⁶ Mais informações, consultar: [Oferta-formativa-centro-escola-de-sousel](#)

Em Alter do Chão, na Escola Básica e Secundária Padre José Agostinho Rodrigues, existe oferta formativa de ensino regular e de ensino profissional. Do ensino regular, é possível frequentar os cursos Científico-Humanísticos, tais como: Ciências e Tecnologia, Línguas e Humanidades⁴⁷.

Existe, ainda, em Alter do Chão a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão (EPDRAC)⁴⁸, cuja oferta formativa ao nível do ensino secundário, tal como se prevê, é de cursos de ensino profissional, tendo como cursos: Técnico de Gestão Equina, Técnico de Produção Agropecuária, Técnico de Acompanhante de Turismo Equestre e Técnico de Turismo Ambiental e Rural.

No concelho de **Fronteira**, existe ainda a oferta de vários cursos de Português, Língua não materna, promovidos para a comunidade imigrante que se fixam no concelho, como, por exemplo, a comunidade romena (Carta Educativa 2023-2033).

Cursos para certificação e capacitação de adultos abrem sempre que se verifica alguma necessidade por parte dos municípios.

Oferta educativa não formal: cultura, desporto e ambiente

O município de Fronteira promove as AEC (atividades de enriquecimento curricular) do 1º ciclo, integrando, estas, o Plano Anual de Atividades do Agrupamento. As atividades promovidas são as seguintes: Expressão Plástica, Expressão Físico-motora, English Workshop, Dance Games, Cultura e Património.

As atividades de enriquecimento curricular do 2º e 3º ciclos são promovidas pelo agrupamento escolar, e incluídas no Projeto Educativo 2021-2025⁴⁹. Das medidas incluídas no Plano de Ação Estratégica / Projeto de Autonomia Curricular, encontram-se: *Aprendemos juntos*, no domínio da autonomia curricular; *Consolidar a mudança...Aprender Matemática*, também no domínio da autonomia curricular; e o *Ciencializa-te: Ciências Experimentais – 1º Ciclo do Ensino Básico*. Ao nível do Projeto Desporto Escolar, encontramos: Desporto Escolar sobre Rodas; Atletismo; Tiro com Arco. Ao nível da Coordenação das Atividades de Complemento Curricular, encontramos: Clube das Artes; Teatro Escolar – grupo infanto-juvenil e grupo sénior; Plano Nacional de Cinema. Promovem, ainda, o Programa Eco-Escolas, o Parlamento dos Jovens, o Programa de Apoio à Promoção da Saúde em Meio Escolar e a Biblioteca Escolar.

A Biblioteca Escolar da Escola Básica Frei Manuel Cardoso (em **Fronteira**), está integrada na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), desde 2005, e tem como missão a disponibilização de “serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação”⁵⁰. Tendo por base a IASL (International Association of School

⁴⁷ Mais informações, consultar: [Escola Básica e Secundária Padre José Agostinho Rodrigues - Consulte o Horário, telefone, contacto, morada, onde fica, localização e Oferta Formativa da Nossa Escola Ensino Secundário de Qualidade | By Agrupamento de Escolas de Alter do Chão | Facebook](#)

⁴⁸ Mais informações, consultar: [EPDRAC - Cursos](#)

⁴⁹ Mais informações sobre o Projeto Educativo 2021-2025 do Agrupamento em: [R0002_PE.v2.09 \(2\).pdf](#)

⁵⁰ Retirado do manual *Política de Desenvolvimento da Coleção* da Biblioteca Escolar de Fronteira, em: [PDC da BE do Agrupamento de Escolas de Fronteira.pdf](#)

Librarianship, a Biblioteca Escolar de Fronteira tem quatro funções essenciais: informativa, educativa, cultural e recreativa. Desenvolve inúmeras iniciativas dentro da comunidade escolar, no sentido de fomentar o hábito e o gosto pela leitura entre os jovens, desde a mais tenra idade.

Estratégias pedagógicas

Um dos grandes objetivos do Agrupamento tem sido a adequação das referidas estratégias aos processos de aprendizagem dos(as) alunos(as), quer na lecionação regular das disciplinas, quer nas aulas de apoio que são atualmente adequadas às necessidades específicas de cada aluno(a) (Projeto Educativo 2021-2025).

No Programa *Uma Escola para todos*, o agrupamento pretende criar uma cultura de escola onde todos encontrem oportunidades para aprender, respondendo às necessidades de cada aluno, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória. Este programa destina-se a crianças do pré-escolar e ensino básico.

No Programa *Aprendemos Juntos*, pretende-se desenvolver os seguintes pontos: promoção de situações frequentes de ensino colaborativo; Incentivo ao trabalho de pares entre alunos; Planeamento conjunto das aulas pelos docentes envolvidos; Reforço do trabalho colaborativo entre professores. Este programa destina-se aos alunos do 7º ano do ensino básico.

No Programa *Consolidar a Mudança... Aprender Matemática*, pretende-se desenvolver os seguintes pontos: Formação de grupos reduzidos e heterogéneos; Promoção de situações frequentes de ensino individualizado; Incentivo ao trabalho de pares entre alunos; Planeamento conjunto das aulas pelos docentes envolvidos (coadjuvação – equipa restrita); Reforço do trabalho colaborativo entre professores (coadjuvação – equipa alargada). Este programa destina-se aos alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico.

No Programa *Ciencializa-te*, pretende-se desenvolver os seguintes pontos: Motivação dos alunos para as atividades experimentais no Ensino das Ciências; Aplicação correta das etapas do método científico.

No Programa *A Escola, o meio envolvente e a cidadania*, pretende-se desenvolver os seguintes pontos: Promoção de situações frequentes de ensino colaborativo; Incentivo ao trabalho de pares entre alunos; Envolvimento parental no percurso escolar do aluno; Relação entre os agentes da comunidade escolar; Resolução de problemáticas comportamentais desviantes através de ações de sensibilização / fóruns...

Ao nível da educação inclusiva, é promovida a diferenciação pedagógica, o enriquecimento curricular, adaptações curriculares e o desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens, bem como das competências sociais e académicas. Está prevista a construção de um Plano Individual de Transição (PIT), que vem como complemento ao Programa Educativo Individual (PEI), tendo como foco metodologias e estratégias de ensino, e o desenvolvimento de autonomia pessoal e social.

No concelho, existe um protocolo entre o Agrupamento de Escolas e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fronteira, que pretende integrar jovens do 3º ciclo de ensino básico, que se encontrem em situação de abandono escolar por faltas, maus resultados escolares ou em possíveis situações de delinquência ou fragilidades sociais/familiares, para que aprendam a profissão de Bombeiro e ganhem motivação para o estudo e conclusão do ciclo de ensino que frequentam.

ANEXO VI

EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS SOCIAIS E ASSOCIATIVAS

A rede de equipamentos de apoio social no Alto Alentejo abrange todos os concelhos, existindo 217 equipamentos com valências focadas na infância/juventude e na população adulta com deficiência e idosa, sendo que diversos equipamentos/instituições prestam apoio a vários grupos. Os concelhos de Portalegre e Elvas concentram o maior número de equipamentos. Para além destes concelhos, apenas em Arronches, Marvão e Ponte de Sôr existem equipamentos que prestam apoio à população adulta com deficiência.

Tabela 54. Número de Equipamentos Sociais e de Respostas Sociais no concelho de Fronteira e na região do Alto Alentejo, em 2023

	Equipamentos Sociais				Nº de respostas sociais			
	Total	Solidárias	Privada-lucrativa	Pública	Crianças e Jovens	Família e Comunidade	Pessoas idosas e/ou situações de dependência	Pessoas com deficiência ou incapacidade
Alter do Chão	15	9	-	6	3	2	13	-
Arronches	14	11	-	3	4	2	11	3
Avis	16	9	1	6	6	2	16	-
Campo Maior	11	7	-	4	7	5	7	1
Castelo de Vide	12	7	-	5	5	3	11	-
Crato	13	10	-	3	4	2	16	-
Elvas	41	25	1	15	31	4	32	5
Fronteira	12	8	-	4	6	2	10	-
Gavião	10	6	-	4	3	2	12	1
Marvão	11	6	-	5	3	2	12	2
Monforte	12	6	-	6	5	1	11	-
Nisa	18	11	1	6	5	2	25	-
Ponte de Sor	29	20	1	8	18	5	31	3
Portalegre	52	36	3	13	29	6	31	8
Sousel	18	12	-	6	10	1	17	1
Alto Alentejo	284	183	7	94	139	41	255	24

Fonte: Dashboard da Carta Social (2023)

Equipamentos e Infraestruturas Sociais

Câmara Municipal de Fronteira

Ação Social

A ação social tem como objetivos a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócioeconómica, de dependência, disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas, famílias e grupos, e o desenvolvimento das suas capacidades.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro de transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiaridade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

O Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, ao abrigo dos artigos 12º e 32º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

A Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3º e do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS) de pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as Câmaras Municipais.

Neste contexto, o exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da ação social é uma realidade e um dos fatores decisivos de intervenção em situações de vulnerabilidade social, permitindo, ao mesmo tempo, a conjugação de uma resposta de proximidade mais adequada e mais célere, com o desenvolvimento de uma ação social integrada.

No âmbito da Intervenção Social, o SAAS, consiste num atendimento de primeira linha que responde eficazmente às situações de crise e/ou de emergência social, bem como num acompanhamento social destinado a assegurar o apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais.(art. 6º da portaria 137/2015, de 19 de maio).

Neste sentido, o SAAS reveste-se de grande importância, contribuindo para a proteção especial aos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos adequados a cada situação, tendo em vista a promoção da melhoria das condições de vida e bem estar das populações, condições, essas, facilitadoras da inclusão social.

São princípios orientadores do SAAS:

- Promoção da inserção social e comunitária;
- Contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes;
- Personalização, seletividade e flexibilidade dos apoios sociais;
- Intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos;
- Valorização das parcerias para uma atuação integrada;
- Intervenção mínima, imediata e oportuna.

São objetivos do SAAS:

- Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequados a cada situação;
- Apoiar em situações de vulnerabilidade social;

- Prevenir situações de pobreza e exclusão social;
- Contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;
- Assegurar o acompanhamento social no percurso de inserção social;
- Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

São atividades do SAAS:

- Atendimento, informação e orientação da pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação e respetivo encaminhamento;
- Acompanhamento e apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e participação social;
- Atribuição de prestações de carácter eventual com o objetivo de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- Planeamento e organização da intervenção social;
- Contratualização no âmbito da intervenção social;
- Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

São destinatários do SAAS pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo beneficiários de RSI, bem como em situação de emergência social.

Equipa Técnica:

- 1 Coordenadora
- 2 Técnicas de SAAS

Rendimento Social de Inserção – RSI

O Rendimento Social de Inserção consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas, e aos seus agregados familiares, apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

Visa garantir mínimos sociais, protegendo os grupos de maior fragilidade e vulnerabilidade, em situação de pobreza extrema, distinguindo-se de outros apoios e prestações sociais por incluir uma componente de integração e inclusão (Lei 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual).

A transferência de competências da Administração direta e indireta do Estado para o poder local democrático, operada pela lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, veio atribuir aos órgãos municipais a competência para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, bem como os recursos necessários ao seu exercício, nomeadamente considerando os inerentes custos de funcionamento, valorizando a subsidiaridade fundamental no exercício da ação social (Portaria 65/2021, de 17 de março).

Kit Bebé

O envelhecimento populacional e a baixa taxa de natalidade constituem preocupações sociais e políticas da maior importância para o Município de Fronteira. Como agente fundamental de desenvolvimento e aplicação de políticas sociais, o Município tem vindo a desenvolver diversas iniciativas no sentido de criar condições que favoreçam o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

No âmbito das suas competências, o Município de Fronteira tem um papel a desempenhar que passa por estruturar mecanismos de incentivo à natalidade e apoio à infância, criando incentivos de apoio à fixação das pessoas no território, que permitam diminuir os fatores associados à reduzida taxa de natalidade e os custos associados à parentalidade, promovendo a melhoria das condições de vida das famílias residentes no território.

Consideram-se beneficiários as crianças que se encontrem registadas como naturais de qualquer uma das freguesias do concelho de **Fronteira**, cujos responsáveis parentais sejam residentes no concelho de **Fronteira**, nos termos definidos no presente Regulamento, até perfazerem três anos de idade, beneficiando, neste momento, 24 crianças.

O Kit Bebé, integra uma mala de maternidade e o cartão “Kit Bebé do Município de Fronteira”, que dá, aos beneficiários, uma participação na aquisição de produtos de saúde, alimentação e bem-estar, medicamentos de uso pediátrico e vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, nas Farmácias do concelho de **Fronteira**. Integra, ainda, o benefício da Creche gratuita, correspondendo ao reembolso, pelo Município de Fronteira, da mensalidade paga pelos pais ou pelos titulares das responsabilidades parentais, e beneficiando, neste momento, 11 crianças.

ATL – Atividades de Tempos Livres

O ATL surge como uma outra resposta de apoio às famílias, no tempo de interrupção letiva no final do ano escolar. As atividades do ATL estão sob a responsabilidade do Município de Fronteira e têm como única preocupação o bem-estar das crianças e o seu desenvolvimento saudável e harmonioso em tempo não letivo. O ATL procura ter em atenção que as crianças cresçam e se desenvolvam nas melhores condições possíveis, para que se tornem adultos, felizes e saudáveis. São planeadas atividades de modo a estimular o desenvolvimento das competências emocionais,

sociais, cognitivas e físicas das crianças, com idades compreendidas entre os seis e doze anos de idade., nomeadamente:

- Fomentar o desenvolvimento integral de cada criança, respeitando as suas características individuais, através de processos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas, num ambiente respeitador da sua origem cultural/social;
- Proporcionar a cada criança condições de afeto, bem-estar e segurança, garantindo a promoção da saúde individual e coletiva, permitindo a sua participação na vida em grupo e a oportunidade da sua inserção na sociedade;
- Desenvolver várias atividades/projetos de forma a promover a interdisciplinaridade e a sociabilidade;
- Favorecer a relação com as famílias e com a escola, tendo em vista a valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos disponibilizados pelo meio envolvente, sendo suporte para as famílias nos tempos de interrupções letivas;
- Estimular o desenvolvimento da criança ao nível das expressões;
- Desenvolver em tempo não letivo, atividades de grupo que contribuam para o pleno desenvolvimento intelectual, físico, emocional e social da criança.

Programa de Apoio à Aquisição de Cadernos de Atividades Escolares

O Governo Português fornece gratuitamente os manuais escolares aos alunos do 1º, 2º, 3º ciclos, no entanto, não disponibiliza os respetivos cadernos de atividades. Considerando a descentralização de competências para o Município de Fronteira na área da educação, ocorrida em 1 de Abril de 2022, a Câmara Municipal começou a apoiar financeiramente a aquisição dos cadernos de atividades, beneficiando desse apoio os alunos do 1º, 2º, e 3º ciclos que frequentem o Agrupamento de Escolas de Fronteira. Neste momento, conta com 140 alunos apoiados por este programa.

Programa de Incentivo ao Ensino Superior

O programa prevê a atribuição, por parte da Câmara Municipal de Fronteira, de incentivos aos estudantes com residência habitual no concelho de **Fronteira**, que ingressem ou frequentem estabelecimentos do ensino superior.

Este incentivo, que consiste na atribuição de prestações pecuniárias de valores fixos definidos, anualmente, pela Câmara Municipal, tem como finalidades: estimular o prosseguimento dos estudos pelos jovens do concelho de **Fronteira**, contribuindo desta forma para a formação de quadros técnicos superiores na área geográfica do concelho, e para o aumento do nível da qualificação da população; premiar a dedicação e esforço dos jovens que estão empenhados na conclusão do respetivo ciclo de estudos no período temporal curricularmente previsto.

A intenção deste incentivo é motivar e reforçar a importância de prosseguir os estudos para além do ensino obrigatório, e apoia, neste momento, 60 alunos.

Programa Transporte Gratuito para Estudantes do Ensino Secundário

O programa prevê o transporte escolar gratuito para os alunos do ensino secundário, nos meios de transportes coletivos disponíveis pela Câmara Municipal de Fronteira (Consultar a *Figura 42*).

Programa de Ocupação Municipal para Desempregados - POMD

O POMD tem como objetivos:

- Contribuir para a integração dos desempregados, residentes no concelho de **Fronteira**, no mercado de trabalho;
- Possibilitar, através da participação em projetos de formação prática, uma oportunidade de experimentação em contexto real de trabalho;
- Facilitar o desenvolvimento de competências essenciais à vida ativa, nomeadamente aos níveis do saber-fazer e saber-estar, através da realização de projetos em determinadas áreas de atuação, de forma a complementar as qualificações e experiências anteriormente adquiridas;
- Facilitar a posterior integração no mercado de trabalho, nomeadamente, através do enriquecimento curricular;
- Promover atitudes ativas face à construção do seu futuro pessoal e profissional, nomeadamente através do auto-emprego.

Este Programa tem como destinatários cidadãos residentes no concelho de **Fronteira**, em situação de desemprego, com inscrição ativa no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Cartão Municipal do Idoso

O cartão do idoso completa, em 2024, dez anos de vigência e trata-se de um importante apoio social para uma população especialmente vulnerável e sensível. A sua vocação especialmente assistencialista na área da saúde, levou o Município a progressivamente ir avaliando a execução dos benefícios associados ao mesmo. Dessa forma, foi decidido estender os seus benefícios aos munícipes que, embora com idade inferior aos 65 anos, se encontrassem já numa situação de reforma por invalidez e a alargar a concessão de benefícios àqueles cujos rendimentos "per capita" fossem iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional. O Cartão do Idoso conta, neste momento, com 662 beneficiários.

Na sequência da celebração de Protocolo entre o Município de Fronteira, a Associação Nacional das Farmácias (ANF) e a Dignidade - Instituição Particular de Solidariedade Social, passou a facultar-se ao beneficiário a possibilidade de aquisição de medicamentos

sem o adiantamento do pagamento e eliminou-se a carga administrativa inerente à entrega de faturas, cálculo do reembolso e processamento da despesa municipal. Com esta medida, o Cartão do Idoso atingiu definitivamente a maturidade enquanto apoio social na área da saúde.

Considerando ainda que a idade legal da reforma passou a ser calculada em função de um fator de sustentabilidade e que à data da aprovação do Regulamento do Cartão do Idoso a mesma coincidia com os 65 anos, facto que entretanto deixou de ocorrer, retirou-se a obrigação que o idoso seja reformado ou pensionista para ser beneficiário.

Face ao agravamento de condições de vida provocada pelo contexto inflacionista em que vivíamos em 2022, e considerando que a aquisição de medicamentos sujeitos a receita médica era um dos principais encargos mensais no contexto do público alvo da presente medida social, alterou-se a comparticipação máxima anual em 33 %, para o montante de 200,00 (duzentos) euros por beneficiário. Em 2024, face à continuação do agravamento das condições de vida, altera-se a comparticipação máxima anual para 250,00 (duzentos e cinquenta euros) por beneficiário, um novo aumento de cerca de 20 % face ao ano anterior.

Podem beneficiar do Cartão Social do Idoso do Município de Fronteira todos os cidadãos residentes no concelho de **Fronteira** que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Ter idade igual ou superior a 65 anos ou ser portador de incapacidade permanente para o trabalho;
- Residir no concelho de **Fronteira** há pelo menos dois anos;
- O Rendimento, do agregado familiar, per capita ser igual ou inferior a 600,00 euros, podendo este valor ser alterado por deliberação da Câmara Municipal.

O Cartão do Idoso atribui aos seus titulares os seguintes benefícios:

- Aplicação do tarifário social da água;
- Acesso gratuito a eventos culturais, sociais, recreativos e desportivos promovidos pela Câmara Municipal;
- Redução de 50 % no acesso às Piscinas Municipais;
- Redução de 50 % nos bilhetes de acesso ao Cinema, Museus e outros equipamentos culturais, desde que sejam propriedade do Município de Fronteira;
- Comparticipação de 100 %, na parte que cabe ao utente, na aquisição, mediante receita médica, de medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde;
- Concessão do benefício inerente ao programa Transporte Saúde Mais;
- Concessão do benefício inerente ao programa Reparar Mais.

- A comparticipação de medicamentos prevista na alínea e) do número anterior não poderá exceder, anualmente, por utente, o montante de 250 (duzentos e cinquenta) Euros.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

As CPCJ são instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir, ou pôr termo, a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação ou desenvolvimento integral. As comissões regem-se pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei 147/99, de 1 de Setembro.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fronteira não é exceção. Foi instalada pela portaria n.º 363/2012, em 2 de Novembro de 2012. São duas as modalidades de funcionamento da Comissão: Modalidade Alargada e Modalidade Restrita.

Modalidade Alargada tem como competências a articulação e ativação da rede de parcerias, a intervenção a nível da prevenção primária e o trabalho sobre as situações de risco. Esta modalidade é composta por:

- Um representante da Câmara Municipal;
- Um representante da Segurança Social;
- Um representante do Ministério da Educação;
- Um representante do Centro de Saúde;
- Um representante das IPSS's locais;
- Um representante do Atlético Clube Fronteirense;
- Um representante da Guarda Nacional Republicana;
- Um representante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fronteira;
- Quatro elementos designados pela Assembleia Municipal.

A Modalidade Restrita tem como competências a intervenção nas situações identificadas como de perigo para a criança ou jovem até aos 18 anos de idade ou até aos 21 anos, caso este solicite. Esta modalidade procede à abertura de processos, ao diagnóstico das situações, à aplicação de medidas de promoção e proteção, à sua revisão e ao acompanhamento das referidas situações. É composta por representantes de cinco entidades, nomeadamente:

- Um representante da Segurança Social;
- Um representante da Saúde;
- Um representante do Ministério da Educação;
- Um representante do Município;
- Um representante das IPSS's locais.

A intervenção da CPCJ rege-se pelo princípio da subsidiaridade, pelo que esta só atua quando as situações de risco não forem trabalhadas pelas entidades de primeira linha (Família, Escola, Saúde, Segurança Social, IPSS's, etc.). Quando a CPCJ, por si só, não tem competência ou não consegue solucionar a situação de perigo em que a criança/jovem se encontra (devido a várias situações expressas na lei), remete o processo para o Ministério Público, o qual aplica uma Medida de Promoção e Proteção da criança ou jovem. Se a situação de perigo não se verifica ou, após o acompanhamento, já não subsiste, os processos são arquivados em sede de Comissão, por ausência de perigo.

São várias as situações de perigo consideradas no Artigo 3º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro). Quando uma criança:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre de maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos, ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

As principais problemáticas no ano anterior na CPCJ de Fronteira incidiram em situações de violência doméstica, seguidas de situações de negligência parental, absentismo escolar, problemas de saúde associados a famílias disfuncionais, de regulação das responsabilidades parentais. Foram celebrados Acordos de Promoção e Proteção cujas principais medidas aplicadas foram o Apoio Junto dos Pais.

De salientar que as freguesias de Fronteira e Cabeço de Vide foram aquelas onde se verificaram maior número de situações, registando-se apenas um processo de promoção e proteção referente a crianças ou jovens na freguesia de São Saturnino.

Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) surge na sequência dos princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança e no âmbito do Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2006-2009). O SNIPI procura garantir a Intervenção Precoce na Infância através de um conjunto de medidas de apoio centradas na criança e na família ao abrigo do Decreto de Lei n.º 281/2009. Estas medidas de natureza preventiva e reabilitativa, cruzam várias áreas (educação, saúde, ação social) e

funcionam através da atuação, coordenada, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação e da Saúde, envolvendo também as famílias e a comunidade.

O SNIPi destina-se à intervenção precoce junto de crianças até aos 6 anos de idade, que apresentem alterações nas funções ou estruturas do corpo que possam limitar a sua participação em atividades típicas da sua idade e no seu contexto social, ou risco grave de atraso de desenvolvimento (situações de isolamento, privação da participação social e exclusão social, a que muitas crianças estão sujeitas). É importantíssimo identificar as situações a tempo, agir para encontrar soluções e, acima de tudo, proporcionar a qualidade de vida e bem-estar que qualquer criança merece. O envolvimento da comunidade é, também, um objetivo importante, pois, na vida social, as famílias podem identificar, sinalizar, intervir e corrigir muitas das limitações.

Neste sentido, as Equipas Locais de Intervenção (ELI) são responsáveis pela definição de um Plano Individual de Intervenção Precoce (PIIP) como instrumento organizador para as famílias e profissionais envolvidos. Este instrumento deve ser também um elemento de diagnóstico adequado a cada situação que identifique as necessidades das famílias, as alterações no meio ambiente e o potencial de desenvolvimento da criança. Este processo só é possível através da integração da comunidade, dos serviços de saúde, creches, jardins-de-infância e escolas.

As ELI são constituídas por equipas pluridisciplinares, compostas por vários profissionais: Docentes, Enfermeiros, Médicos da família/Pediatra, Assistentes Sociais, Psicólogos, Terapeutas, entre outros.

No site do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância poderemos observar que as Equipas Locais de Intervenção estão distribuídas pelo território Nacional com as seguintes funções:

- Identificar as crianças e famílias imediatamente elegíveis para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância;
- Assegurar a vigilância e acompanhar as crianças e famílias que requeiram avaliação periódica devido a fatores de risco ou evolução de outras situações;
- Encaminhar crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social;
- Elaborar e executar o PIIP;
- Identificar necessidades e recursos das comunidades da sua área de intervenção;
- Articular com outras instituições como a CPCJ, núcleos de saúde de crianças e jovens em risco ou outras entidades relacionadas com a proteção infantil;
- Assegurar a cada criança uma transição adequada para outros programas, serviços ou contextos educativos;
- Articular com os docentes das creches e jardins-de-infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em IPI.

Equipa Local de Intervenção de Sousel, Alter do Chão e Fronteira – Pólo de Fronteira

O Concelho de **Fronteira** conta com a intervenção de uma Equipa de Intervenção Local, composta por 6 elementos, alguns a tempo parcial, que realizam a sua atividade também nos Concelhos de Sousel e Alter do Chão. A Equipa é composta pelos seguintes elementos:

- Uma Coordenadora/Terapeuta da Fala;
- Uma Educadora de Infância;
- Uma Enfermeira;
- Um Psicólogo;
- Uma Técnica Superior de Serviço Social;
- Uma Técnica de Reabilitação Psicomotora.

Os processos de identificação, atuação e acompanhamento dos diferentes casos cruzam várias dimensões (família, saúde e educação) e requerem uma atenção e análise cuidada das Equipas Locais de Intervenção, sendo de realçar os esforços diários e dedicação dos seus elementos.

Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide

A Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide, fundada em 1498, é uma Irmandade da Misericórdia, que tem como públicos-alvo Crianças e Jovens (valências de Creche e Centro de Atividades de Tempos Livres), Pessoas Idosas (valências de Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Idosos - ERPI) e a Família e Comunidade (valências de Refeitório/Cantina Social, Ajuda Alimentar). A Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide conta, à data da realização do presente documento, com 50 colaboradores.

Santa Casa da Misericórdia de Fronteira

A Santa Casa da Misericórdia de Fronteira, fundada em 1583, é uma Irmandade da Misericórdia. Tem como públicos-alvo Crianças e Jovens, Pessoas Idosas, Pessoas Adultas com Deficiência, Pessoas em Situação de Dependência, e Família e Comunidade em geral. Atualmente, as suas valências são: Creche, Educação Pré-Escolar, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Convívio, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Idosos e Refeitório/Cantina Social e Ajuda Alimentar. A IPSS tem protocolo de colaboração no âmbito do Programa Pessoas 2030 – Privação Material, com apoio de bens alimentares.

A instituição conta, à data da realização do presente documento, com 61 colaboradores.

Associação de Desenvolvimento Integrado Terras do Condestável (ADI-TC)

A Terras do Condestável desenvolve a sua atividade desde 10 de Outubro de 1996, data da sua constituição, sob a forma de associação de direito privado sem fins lucrativos. Após alteração dos seus estatutos, a 3 de Junho de 2014, a ADI-TC alargou a sua área de intervenção, continuando a sua atividade a manter especial incidência na área geográfica do Nordeste Alentejano.

Esta Associação tem como objetivo geral promover e apoiar o desenvolvimento sustentável da sua área de atuação, o qual prossegue através das seguintes formas:

- Dinamização das atividades socioeconómicas e de investigação geradoras de capital e promotoras do desenvolvimento humano, incentivando a valorização do mundo rural e a dinamização dos seus centros urbanos;
- Promoção da qualidade de vida das pessoas que vivem e trabalham nas suas áreas de atuação através da dinamização dos recursos endógenos e identidades locais;
- Promoção da igualdade entre homens e mulheres, da conciliação da vida familiar, pessoal e laboral, fomentando a igualdade de oportunidades;
- Promoção da saúde e prevenção da doença;
- Incentivo à sustentabilidade ambiental, estabelecendo uma relação profícua entre as populações e o meio;
- Dinamização da congregação de esforços, privilegiando a ação mediadora supra-concelhia.

A Associação, como missão, pretende:

- Atingir e manter uma maior dinâmica nas localidades onde atua;
- Proporcionar, aos seus habitantes e às empresas, soluções e investimento pessoal para que possam potenciar a sua valorização e o seu crescimento;
- Promover a Formação e a Cultura para conseguir uma população esclarecida, informada e munida das ferramentas essenciais para poderem, no futuro, dar o seu contributo ao desenvolvimento das respetivas comunidades em que se inserem;
- Promover o emprego e reintegração profissional de modo a que se fomente a criação de empresas, de postos de trabalho e se possa desta forma dinamizar a economia destas áreas combatendo a desertificação e o retrocesso económico e social.

A atividade desenvolvida pela Associação Terras do Condestável traduz-se numa atividade orientada por valores que norteiam e definem as suas áreas de atuação e as iniciativas que promove. Destaca-se, desde logo, a justiça social, ao proporcionar desenvolvimento económico e criação de emprego, acesso a formação e cultura, procura atenuar desigualdades, levando a que uma percentagem superior da população possa ter acesso aos meios e aos conhecimentos essenciais para progredir a nível profissional.

Consequentemente surge o valor da igualdade, sendo que a ADI-TC procura proporcionar a todos as mesmas oportunidades, tentando estar presente de igual forma junto das populações das várias localidades a que se estende a sua atividade.

O empreendedorismo é outro dos valores que rege a atividade da ADI-TC, procurando, constantemente, novos caminhos, novos projetos, novas soluções para si, enquanto entidade, e para as empresas e pessoas para as quais a sua atividade se dirige.

Cooperação é também um valor fundamental que rege a atuação desta Associação, através das parcerias que estabelece. Valoriza os recursos de que dispõe e permite que as entidades com que se alia possam potenciar os seus próprios recursos, com resultados conjuntos bastante mais profícuos.

Por fim, o valor da transparência, pela proximidade com as pessoas e empresas com que trabalha, tentando sempre fazer chegar, com toda a clareza, a informação e os esclarecimentos que pretende ver transmitidos.

Em suma, podemos evidenciar como principais domínios de intervenção da ADIT-TC os seguintes:

- Desenvolvimento económico;
- Formação;
- Emprego;
- Cultura;
- Informação;
- Reintegração socioprofissional.

Em breve, terá início o programa *CLDS 5G*, que tem como missão:

- Aumentar os níveis de coesão social do Concelho de **Fronteira**, dinamizando a alteração da sua situação sócio-territorial;
- Concentrar a intervenção nos grupos populacionais que em cada território evidenciam fragilidades mais significativas, promovendo a mudança na situação das pessoas, tendo em conta os seus fatores de vulnerabilidade;
- Potenciar a congregação de esforços entre o setor público e o privado na promoção e execução dos projetos, através da mobilização de atores locais com diferentes proveniências;
- Fortalecer a ligação entre as intervenções a desenvolver e os diferentes instrumentos de planeamento existentes de dimensão municipal.

Academia Sénior

A Academia Sénior é promovida pela Junta de Freguesia de Fronteira.

Assinou, em tempos, um protocolo com a Universidade de Évora, para partilha de atividades culturais.

As atividades que tem, neste momento, à disposição da população são: artes plásticas, desenho e pintura, cantares, medicina preventiva, cidadania, informática (também ao nível do uso de internet ao nível dos telemóveis); iniciativa “há fado na academia”, visitas de estudo, passeios culturais, caminhadas sénior temáticas, e sessões informativas da DECO, com quem a Junta de Freguesia tem um protocolo para esclarecimento gratuito ao serviço da população fronteirense.

As aulas de artes plásticas, os cantares e a iniciativa “há fado na academia” são atividades regulares na Academia de Fronteira. As restantes atividades e iniciativas são pontuais, de acordo com a disponibilidade dos formadores voluntários.

As Academias e Universidades Seniores caracterizam-se como “respostas socioeducativas que visam criar e dinamizar, com frequência, atividades nas áreas sociais, culturais, do conhecimento, do saber e convívio, para pessoas a partir dos 50 anos de idade, prosseguidas por entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos”, *in* RCM 76/29. As Universidades Sénior são, hoje, o programa de educação de adultos com mais sucesso no mundo inteiro, segundo o site da RUTIS.

As Universidades Seniores funcionam durante a semana, em horário laboral, e acompanham o calendário escolar, começando a atividade letiva entre Setembro/Outubro e terminando entre Junho/Julho. Encerram, tal como as escolas, no Natal, Carnaval e Páscoa.

As disciplinas e atividades englobam as artes, a informática, o desporto, as ciências sociais e humanas, a cidadania, entre outras, e variam de Universidade para Universidade, sendo as mais populares a informática, a saúde, a história, o inglês e a cidadania.

A idade mínima para frequentar é de 50 anos de idade e o valor médio nacional das mensalidades são de 12€.

Inscrita na RUTIS - Associação Rede de Universidades da Terceira Idade, desenvolve uma série de atividades dedicadas à população sénior.

A RUTIS é uma IPSS, criada em 2005, em Almeirim (Instituição Particular de Solidariedade Social) com Utilidade Pública de apoio à comunidade e aos seniores, de âmbito nacional e internacional.

Tem, atualmente, 410 UTIs (Universidades de Terceira Idade) como membros, 65 000 alunos seniores e 7 500 professores voluntários nas universidades seniores.

A RUTIS é uma associação de elevado valor social, já reconhecido oficialmente pela Resolução de Conselho de Ministros n.º76/2016 de 29 de Novembro de 2016.

Equipamentos e Infraestruturas Associativas e Desportivas

Associação da Juventude de Vale de Seda

A Associação da Juventude de Vale de Seda (A.J.V.S.) é uma associação sem fins lucrativos e dotada de personalidade jurídica, regulando-se pelos seus Estatutos e demais legislação aplicável.

A A.J.V.S. tem sede na localidade de Vale de Seda, freguesia do concelho de **Fronteira**, e tem como morada o apartado número 273 nesta localidade.

A A.J.V.S. tem como propósito desenvolver eventos e realizar atividades desportivas, culturais e recreativas na localidade, promover a solidariedade e cooperação social, podendo colaborar com outras associações congéneres, promover o sentido social dos jovens, bem como a integração dos mesmos, tendo por base a problemática da juventude.

Associação da Juventude Vidense

Fundada a 29 de junho de 2010 e sediada na Freguesia de Cabeço de Vide, a Associação da Juventude Vidense (AJV) é uma entidade sem fins lucrativos que assenta os seus pilares no associativismo jovem. Tem como missão a realização de atividades de cariz social, cultural, desportivo e recreativo, assumindo-se assim como um elemento de grande importância na dinamização da Freguesia de Cabeço de Vide. A AJV visa promover o desenvolvimento cultural da comunidade, bem como contribuir para uma atitude participativa, motivada e coesa da população jovem através de uma política de proximidade e promoção de atividades de interesse; revivendo tradições; potenciando a prática do desporto; e facilitando o contacto com experiências enriquecedoras. Sempre que se permitam sinergias e ganhos significativos para a comunidade, a AJV estabelece parcerias institucionais de forma a garantir o sucesso das iniciativas desenvolvidas.

Grupo Desportivo e Comunitário de Vale de Maceiras

O Grupo Desportivo e Comunitário de Vale de Maceiras, é uma coletividade sem fins lucrativos, em que no número 1 dos seus estatutos refere que o Grupo tem por fim a promoção cultural, recreativa e desportiva, e tem a sua sede no lugar de Vale de Maceiras, freguesia de São Saturnino, concelho de **Fronteira**.

Neste momento o GDCVM tem, na sua sede, um espaço aberto para os seus sócios, bem como a toda a população. Este espaço permite que as pessoas convivam e desenvolvam laços interpessoais entre elas. Prima, também, pela dinamização e modernização da comunidade.

Atlético Clube Fronteirense

O Atlético Clube Fronteirense, fundado a 15 de Novembro de 1942, tem registado (nos seus estatutos) como objetivo “o desenvolvimento e prática de todos os desportos em geral e do futebol em especial”.

A sede do Clube é em **Fronteira** e as cores representativas, nos diversos ramos do desporto, têm por base o preto e o branco, com o emblema do Clube.

Ao momento, a prática desportiva do Clube assenta em três grandes modalidades: Futebol, Ciclismo e Atletismo.

Na prática de futebol, o Clube faz-se representar nos escalões de Traquinas, Petizes, Benjamins, Infantis, Iniciados, Juvenis e Veteranos. A modalidade envolve, em média, cerca de 180 atletas, que participam em campeonatos distritais e nacionais.

Na prática do Ciclismo, o Clube conta com cerca de 30 atletas inscritos, que participam em provas de BTT e ciclismo de estrada.

Na modalidade de Atletismo, o Clube regista cerca de 25 atletas a treinar e a competir em campeonatos regionais e nacionais.

Assim, o Atlético Clube Fronteirense mobilizou (em média), nesta época desportiva, cerca de 200 atletas, sendo assim o principal motor do desporto do concelho.

Complexo Desportivo Cândido de Oliveira

FonteirActiva

O Município de Fronteira promove um conjunto de modalidades desportivas, disponibilizadas a toda a população do concelho e adequadas a cada faixa etária, às quais dá o nome de **FonteirActiva**.

As modalidades da **FonteirActiva** são disponibilizadas nas localidades de **Fronteira**, Cabeço de Vide, Vale de Maceiras e Vale de Seda e são as seguintes:

- Zumba;
- Pilates;
- Fitness;
- Hidroginástica;

- **Natação.**

Estas atividades decorrem em várias infraestruturas do Município, tais como: Casa da Cultura de Fronteira, Pavilhão Municipal de Fronteira e Piscinas Municipais de Fronteira (cobertas e descobertas – no verão), no Albergue de Cabeço de Vide, no salão Polivalente da Junta de Freguesia de Vale de Maceiras e no Centro de Convívio de Vale de Seda.

Fronteira tem 2 piscinas municipais, uma coberta e outra descoberta.

As piscinas cobertas são utilizadas para natação livre, aulas de natação para bebés e crianças e aulas de hidroginástica e hidro-power, abertas a toda a população de **Fronteira**. Geralmente, é utilizada para estes fins fora da época balnear.

As piscinas municipais descobertas abrem durante a época balnear e são de utilização livre por todos os que as procurem, mas também é o local onde as aulas de hidroginástica e hidro-power têm lugar nos meses de verão. Também, neste período, são utilizadas, todas as manhãs, pelas crianças da Escola Frei Manuel Cardoso, do pré-escolar ao 4º ano do 1º ciclo e pelas crianças do pré-escolar do Infantário da Santa Casa da Misericórdia de Fronteira.

O transporte para as piscinas municipais descobertas, quer para as crianças como para os idosos, é assegurado pela Câmara Municipal de Fronteira, ida e volta.

Tal como referido mais acima, o Cartão Municipal do Idoso dá uma comparticipação de 50% no acesso às Piscinas Municipais de **Fronteira**.

Pavilhão desportivo

No pavilhão desportivo de **Fronteira**, o município oferece à população aulas de Zumba, Pilates e Fitness (integradas no FronteirActiva).

O Torneio de Futsal, que se realiza entre 31 de Maio e 21 de Julho, em **Fronteira**, decorre neste espaço.

Sempre que necessário (devido às condições atmosféricas da época), o desfile de Carnaval (com a participação do Agrupamento de Escolas de Fronteira e a Santa Casa da Misericórdia de Fronteira - creche e lar) acontecem neste pavilhão.

Também, neste espaço, são recebidas seleções nacionais de Andebol em estágio, ficando hospedadas no Centro de Estágios da Vila.

Centro de Estágios

O Centro de Estágio tem 47 camas para alojamento de seleções desportivas em estágio, com estadia gratuita. Ainda dispõe de campo de ténis, aberto à população de forma gratuita.

Estádio Municipal Cândido de Oliveira

No estádio municipal decorrem treinos e jogos/provas de futebol e atletismo. Tem bancadas para a assistência e um campo sintético com boas conduções de preservação.

Campo polidesportivo

Um campo cedido para treino de jogadores dos 5 aos 8 anos de idade, do Atlético Clube Fronteirense, de forma gratuita. Estes treinos acontecem 2x por semana, às segundas e quartas-feiras, ao final do dia.

Campo de Padel

Com utilização e disponibilização de material gratuitas à população. Carece de marcação prévia com os serviços da Câmara Municipal de Fronteira, e é aberto e fechado por um funcionário sempre que necessário.

Pavilhão Multiusos

É um espaço de carácter social e cultural, habitualmente requisitado para eventos diversos, tais como festas, batizados, casamentos, eventos de dança, almoços e jantares de convívio. Carece de aluguer prévio para a sua utilização.

Parques infantis

Neste momento, o concelho conta com 7 parques infantis, abertos à população: 1 em Vale de Seda, 2 em Cabeço de Vide, 2 em Vale de Maceiras e 2 em Fronteira.

Parques Geriátricos

Atualmente, existem 5 parques geriátricos, com equipamentos disponíveis para utilização livre por parte da população. Existe 1 parque Vale de Seda, 1 em Cabeço de Vide, 1 em Vale de Maceiras e 2 em Fronteira.

Equipamentos e Infraestruturas de Saúde

1 - Associação Humanitária dos Bombeiros de Fronteira

Desde 24 de Fevereiro de 1995 que o concelho de **Fronteira** conta com corpo de Bombeiros Voluntários, sempre alerta e prontos para atuar e prestar serviços à população do concelho. Atualmente, com cerca de 60 voluntários, esta instituição intervém em situações de natureza diversificada, sendo possível destacar:

- Acidentes;
- Intoxicações;
- Doença Súbita;
- Trauma;
- Trabalho de parto;
- Queimados;
- Transporte de doentes (urgentes e não urgentes);
- Evacuações;
- Conflitos legais.

O número de utentes dos Bombeiros Voluntários de Fronteira varia de acordo com o tipo de serviços prestados. O transporte de doentes não urgente foi o serviço mais prestado em 2023 por esta instituição, seguindo-se o serviço de transporte de urgência pré-hospitalar.

Os utentes que mais recorreram aos Bombeiros Voluntários de Fronteira são maioritariamente pessoas com idades a partir dos 34 anos e grande parte dos utentes do sexo feminino.

Os serviços prestados devido a doença súbita incidiram mais em utentes do sexo feminino do que no sexo masculino, acentuando-se a ênfase na faixa etária a partir dos 55 anos. De entre os outros serviços prestados, as situações como “acidentes”, “intoxicações” e “conflitos legais” apresentaram um número reduzido de casos.

2 – Centro de Saúde de Fronteira

O Centro de Saúde de Fronteira, sediado em **Fronteira**, conta com diversas unidades de cuidados de saúde locais, distribuídas por 4 freguesias do concelho:

- USCP / UCC / ULS Fronteira – Sede;
- USCP Fronteira – Pólo Cabeço de Vide;
- USCP Fronteira – Pólo Vale de Maceiras;
- USCP Fronteira – Pólo Vale de Seda.

O Centro de Saúde de Fronteira possui as seguintes valências disponíveis:

- Consulta de Clínica Geral / Medicina Familiar – prestação de cuidados de saúde ao utente e família, ao longo da vida;
- Consultas e Apoio Domiciliário – prestação de cuidados domiciliários, como consultas médicas ou cuidados de enfermagem, nos casos em que os utentes não conseguem deslocar-se ao Centro de Saúde, por situação súbita de doença, incapacidade crónica ou velhice;

- Serviço de Enfermagem – administração de injeções e vacinas, tratamento de feridas e pensos, reabilitações, acompanhamento de utentes (grávidas, diabéticos, hipertensos, colostomizados, entre outros), algaliação, avaliação de parâmetros básicos como a tensão arterial, glicémia, pulso, saturação de oxigénio, apoio domiciliário, aconselhamento preventivo e/ou curativo sobre assuntos relacionados com saúde, entre muitas outras.;
- Serviço de Saúde Pública – Delegado de Saúde – para pedidos de inspeções médicas para fins legais ou outros, como inspeções especiais para a carta de condução, atestados de robustez para a função pública, atribuição de graus de incapacidade em casos de deficiência ou doença crónica;
- Vacinas.

3 – Hospitais do Distrito de Portalegre (Hospital de Santa Luzia de Elvas e Hospital Doutor José Maria Grande, Portalegre)

Hospital de Santa Luzia de Elvas

Construído no início dos anos 90 e inaugurado a 15 de Março de 1994, o Hospital de Elvas conta com serviços de urgência, ambulatório e internamento para as especialidades básicas, entre elas: Medicina Interna, Cardiologia, Ortopedia e Cirurgia Geral), com capacidade para 140 doentes. Atualmente, o Hospital Santa Luzia de Elvas dispõe de 88 camas.

Hospital Doutor José Maria Grande, Portalegre

O Hospital Distrital de Portalegre, atualmente designado por Hospital Doutor José Maria Grande, foi inaugurado a 1 de Janeiro de 1975. É um hospital público, do Serviço Nacional de Saúde, situado em Portalegre, fazendo parte da Unidade Local de Saúde (ULS) do Alto Alentejo.

Este hospital dispõe dos serviços de Urgência, Medicina Interna, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Cardiologia, Pneumologia, Ortopedia, Anestesiologia, Imagiologia, Urologia.

Tem capacidade para 225 camas hospitalares.

Para completar o presente capítulo dedicado à caracterização socioeconómica do concelho importa conhecer, além dos aspetos já apresentados, um conjunto de outros indicadores que permitirão efetuar um retrato da região relativamente a questões relacionadas com a saúde nomeadamente no que diz respeito aos recursos humanos e aos serviços de saúde que a população tem à sua disposição. A qualidade dos serviços de saúde oferecidos a uma população constitui um pilar fundamental para a promoção e manutenção do bem-estar dos indivíduos garantindo o direito fundamental de todos os cidadãos à proteção da saúde, independentemente da condição social, da situação económica, ou da localização geográfica de cada um.

A informação referente aos recursos humanos que estão afetos aos diferentes serviços de saúde disponíveis a toda a população do concelho, permite aferir sobre a suficiência deste tipo de

recursos para assegurar condições mínimas de saúde exigidas por uma parte significativa da população cuja faixa etária requer diversos tipos de cuidados especializados.

Os concelhos com maior densidade populacional no distrito, Portalegre, Elvas, Ponte de Sôr e Campo Maior, aqueles que em 2021, tinham também um maior número de médicos e enfermeiros. Portalegre, Elvas e Ponte de Sôr continuam a destacar-se, em 2021, dos restantes concelhos no que diz respeito ao número de dentistas e de farmacêuticos. Quando se considera a realidade nacional, regional e sub-regional verifica-se, no período 2011-2021, um aumento do número de médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos excetuando este último tipo de profissionais na sub-região do Alto Alentejo cujo número sofreu um ligeiro decréscimo de 2011 para 2021 (diminuiu de 116 para 110 farmacêuticos).

No período 2011-2021, o concelho de **Fronteira** aumentou o número de médicos em uma unidade, manteve o número de um dentista e aumentou o número de enfermeiros segundo o valor provisório apresentado no ano 2021. Salienta-se que o concelho de **Fronteira**, tal como Arronches, Avis e Marvão, são os concelhos do distrito de Portalegre com menor número de farmacêuticos.

Considerando as duas únicas unidades hospitalares (tuteladas administrativamente pelo Estado) do distrito de Portalegre, uma situada no concelho de Elvas, o Hospital de Santa Luzia de Elvas e outra localizada na capital do distrito de Portalegre, o Hospital Doutor José Maria Grande, verifica-se nesta última unidade, um aumento significativo do número de médicos, enfermeiros, pessoal de enfermagem e técnicos de diagnóstico e terapêutica de 2001 para 2021 (considerando os dados provisórios apresentados pelo INE no ano 2021). Esta tendência revela um investimento na quantidade de profissionais afetos à unidade hospitalar do concelho de Portalegre denotando uma preocupação em satisfazer as exigências que a população necessita em termos de saúde.

A distribuição dos médicos por áreas de especialidade no concelho de **Fronteira**, mostra que, no período de 2011 a 2021, o concelho manteve o número de três médicos com especialidade em medicina geral e familiar e apresentou um médico especialista em 2021 situação que em 2011 não se verificava.

Quando se analisa a informação referente ao número médio de habitantes por médico nas três dimensões geográficas, nacional, regional e sub-regional, observa-se que a nível nacional, o registo global da informação, indica que este número médio tem vindo a diminuir.

Esta tendência de decréscimo verifica-se também na região do Alentejo e na sub-região do Alto Alentejo, o que sugere que na região do Alentejo, cada médico tem a seu cargo, em média, um maior número de habitantes.

No concelho de **Fronteira**, apesar do decréscimo do número de habitantes por médico, verificado de 2001 para 2021, ainda assim, o valor registado neste último ano é cerca de três vezes superior ao valor registado a nível nacional e é cerca do dobro do valor verificado na sub-região do Alto Alentejo.

Quando se consideram as três dimensões geográficas, nacional, regional e sub-regional bem como a informação referente ao concelho de **Fronteira** na comparação de valores de 2001 para valores de 2021, verifica-se que a realidade relativamente ao número médio de habitantes por

farmacêutico apresenta algumas semelhanças em relação à tendência verificada no número médio de habitantes por médico nomeadamente na redução do número médio de farmacêuticos de 2001 para 2021. A média de habitantes por farmacêutico registada no concelho em 2021 apresenta um valor superior aos valores registados a nível sub-regional e regional, acentuando-se ainda mais a diferença quando se compara com a média correspondente à realidade nacional. O fator associado ao decréscimo populacional verificado nas últimas décadas poderá justificar, em parte, a tendência de decréscimo quer do número médio de habitantes por médico quer do número médio de habitantes por farmacêutico nas primeiras duas décadas do atual século.

Para complementar a informação correspondente aos recursos humanos associados a diversos tipos de serviços de saúde apresentam-se, de seguida, alguns indicadores estatísticos que permitirão caracterizar a região relativamente a este tipo de serviços.

Os indicadores apresentados referem-se às duas únicas unidades hospitalares localizadas no distrito de Portalegre (o Hospital de Santa Luzia em Elvas e o Hospital Doutor José Maria Grande em Portalegre). Estes dois hospitais, surgem registados como unidades hospitalares de natureza oficial, ou seja, como unidades tuteladas administrativamente pelo Estado, não existindo até 2021, no distrito de Portalegre, qualquer unidade hospitalar de natureza privada.

Apesar dos dados referentes à capacidade em termos de número de camas e de número de salas de operação existentes nas unidades hospitalares do distrito de Portalegre serem, no ano 2021, valores provisórios, verifica-se no hospital localizado em Portalegre um aumento do número de camas de 2011 para 2021 ficando o valor deste último ano abaixo do valor registado em 2001. Relativamente ao número de salas de operação, o hospital de Portalegre revela um aumento gradual deste tipo de recurso existindo em 2021 mais do dobro da capacidade que existia em 2001.

As estatísticas oficiais que dizem respeito ao hospital de Elvas apresentam, em 2021, o valor provisório zero não se apresentando, por este motivo, uma análise da informação que diz respeito aos indicadores descritos.

O número de consultas externas efetuadas nas duas unidades hospitalares do distrito de Portalegre. O hospital de Portalegre, apresenta um aumento do número de consultas na maioria das especialidades, exceto na especialidade de pediatria, que apresenta um valor inferior a metade das consultas efetuadas em 2001, situação que poderá estar associada ao decréscimo do número de crianças verificado na região. As especialidades de medicina interna, de oftalmologia e de ortopedia foram as que registaram, em 2021, um maior aumento relativamente aos valores de 2011 destacando-se a ortopedia que apresenta um aumento quatro vezes superior a 2011 e a medicina interna e oftalmologia como especialidades que apresentaram um aumento cerca de três vezes superior ao valor de 2011. No hospital de Portalegre, em 2021, a população recorreu mais a especialidades como cirurgia geral, ortopedia e oftalmologia tendo sido a pediatria e a otorrinolaringologia as que registaram um menor número de consultas.

Na informação referente ao hospital de Portalegre, nos censos de 2021, Destaca-se, o serviço de urgências, como o tipo de serviço que sofreu um maior aumento em termos de procura, quase o dobro relativamente aos valores registados em 2001 e em 2011. Os internamentos aumentaram,

ligeiramente, em 2021, quando comparados com os valores de 2001 e de 2011. O número de partos realizados no hospital, o número médio de cirurgias realizadas por dia bem como a taxa de ocupação são indicadores que apresentam, em 2021, valores ligeiramente inferiores aos registados em 2011.

Equipamentos e Infraestruturas de Segurança

GNR – Fronteira e Cabeço de Vide

A Guarda Nacional Republicana é uma força militar de segurança, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial.

Tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.

No Concelho de **Fronteira** existem dois Postos Territoriais, o de Fronteira e o de Cabeço de Vide, onde o número total de elementos que asseguram essas funções é de 21 elementos, ao momento.

Em março de 2025 foi inaugurado, em Cabeço de Vide, o Gabinete de Proximidade e Atendimento Comunitário de Cabeço de Vide (GPAC), que veio ampliar a capacidade de atendimento aos cidadãos mais vulneráveis e com mais limitações de deslocação. Numa parceria entre o Município de Fronteira, a Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide, a GNR e a Junta de Freguesia de Cabeço de Vide, o GPAC entrou em funcionamento em instalações da Santa Casa da Misericórdia, cedidas mediante assinatura de Protocolo para o efeito.

Equipamentos e Infraestruturas Culturais

1 - Rede de Bibliotecas de Fronteira

A Rede de Bibliotecas de Fronteira (RBF) engloba a a Biblioteca Escolar (sediada na Escola Básica JI Frei Manuel Cardoso, em **Fronteira**) e a Biblioteca Municipal de Fronteira, envolvendo o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal de Fronteira.

A RBF define-se como uma estrutura de cooperação aberta à livre participação da Biblioteca Escolar e da Biblioteca Municipal, visando o desenvolvimento da ligação entre as escolas do concelho, otimizando atividades e recursos através de uma parceria efetiva que se concretiza na partilha de experiências, no âmbito da gestão e dinamização de bibliotecas, numa política

coordenada de aquisições e na dinamização do empréstimo interbibliotecas, assente na observância de princípios técnicos e biblioteconómicos uniformizados⁵¹.

São objetivos da RBF:

- Criar e dar continuidade à organização e gestão de projetos de intervenção e colaboração na área das Bibliotecas;
- Promover e estreitar a ligação entre parceiros;
- Promover a troca de experiências no âmbito da organização, gestão e dinamização das Bibliotecas da rede Concelhia;
- Produzir materiais com vista à melhoria do funcionamento das bibliotecas escolar e municipal, ao desenvolvimento da literacia da informação e à promoção da leitura e da escrita criativa;
- Constituir e manter online o Catálogo Coletivo da Bibliotecas Escolar e Municipal;
- Fomentar o empréstimo interbibliotecas e políticas de aquisições concertadas;
- Servir de suporte à investigação, à formação e à difusão cultural, mediante a criação de um Portal que efetive o acesso à informação e estimule a difusão das ações desenvolvidas;
- Dinamizar atividades que promovam as bibliotecas Escolar e Municipal, traduzidas por encontros, seminários, publicações, formação, etc.

Biblioteca Municipal de Fronteira

A Biblioteca Municipal de Fronteira, sediada na Rua de Avis, integra a Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alto Alentejo (RIBAA). a RIBAA é composta pelas bibliotecas municipais dos concelhos do Alto Alentejo, nomeadamente: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, **Fronteira**, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre e Sousel. Entre os vários objetivos, a RIBAA tem como missão⁵²:

- Criar e dar continuidade à organização e gestão de projetos de intervenção e cooperação entre as várias bibliotecas públicas municipais do Alto Alentejo;
- Contribuir para o desenvolvimento dos diferentes tipos de literacia, incluindo a digital;
- Promover a inclusão social e o incremento do conhecimento geral;
- Divulgar a Rede Intermunicipal de Bibliotecas junto da comunidade;
- Promover recursos e serviços comuns que conduzam à promoção da identidade regional;
- Garantir a prestação de serviços de proximidade à população.

A Biblioteca Municipal de Fronteira é de acesso público, tendo um espaço de leitura, áreas de acesso à Internet, uma sala polivalente com 42 lugares sentados, um vasto acervo documental e promove inúmeras iniciativas culturais junto da comunidade local.

⁵¹ Retirado do site da *Rede de Bibliotecas de Fronteira*, em: [REDE de BIBLIOTECAS de FRONTEIRA](#)

⁵² Mais informações em: [Celebração do Acordo para a constituição da Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alto Alentejo | DGLAB](#)

Biblioteca Escolar - Escola Básica JI Frei Manuel Cardoso

As informações acerca da Biblioteca Escolar foram exploradas no Anexo 3, o anexo destinado à Educação e Escolarização da População.

2 - Associação SETESPINHAS

A SETESPINHAS é uma associação sem fins lucrativos, sediada em **Fronteira**, dedicada às artes e ao desenvolvimento social, orientada pelos princípios da liberdade de expressão artística e do aperfeiçoamento intelectual.

Esta associação é composta por pessoas de diversas áreas, entre as quais: Cinema; Fotografia; Design; Representação; Pintura; Escultura; Escrita criativa; Música; Dança; Artesanato; Ilustração; Moda; Comunicação; Animação sociocultural; Vendas; Comércio; Agricultura; Pecuária; Arquitetura; Construção civil; Informática; Eletrónica; Mecânica; Educação; Filosofia; Direito.

Promove diversas formações, exposições, cinema ao ar livre.

3 - Grémio Artístico Fronteirense

Coletividade criada em 1898, inicialmente restrita aos seus sócios, servia como espaço de convívio, para jogos de cartas, bilhar, e como sala de leitura e, mais tarde, como sala de televisão (quando a televisão ainda não era acessível a todos).

Atualmente, e com nova direção desde 2023, é um espaço dedicado a eventos recreativos, aberto a toda a comunidade, que tem como premissa “O Grémio é de **Fronteira** e para os fronteirenses”. Neste espaço (e, também, fora de portas), desenvolvem-se atividades, como:

- Festas temáticas - Carnaval, Halloween, Santos Populares
- O Baile da Pinha
- Torneios de bilhar e de Fifa (Playstation)
- Festas de Verão
- Noites de Karaoke
- Torneio 24H de Padel (no campo de Padel do Município)
- Exposições de pintura
- Festa dos Capotes (dinamizada após o Jantar anual do *Encontro dos Capotes*)
- Apoio de bar em eventos do Centro Hípico de Fronteira
- Sala reservada para eventos externos (necessidade de requisitar o espaço)

Tem como parceiros a Paróquia de Fronteira, o Centro Hípico de Fronteira e a Academia Sénior.

A Academia Sénior realiza, neste espaço, algumas das suas atividades, tais como:

- Noites de fados
- Preparação das marchas
- Recitais de poesia
- Elaboração de flores decorativas para datas comemorativas
- Celebração do aniversário da Amália Rodrigues

Esta associação tem como missão abrir as suas portas a todos os fronteirenses, dinamizando atividades que vão ao encontro das necessidades recreativas que a direção identifica na comunidade, e fazer a manutenção dos espaços da artística e o reaproveitamento de espaços “esquecidos” na vila, identificando, sempre, o Grémio como promotor dos eventos realizados no exterior.

4 - Casa da Cultura

A Casa da Cultura é um edifício do Município, destinado a atividades recreativas, disponível a toda a comunidade, de utilização gratuita. Carece de pedido de reserva, feito à Câmara Municipal de Fronteira.

Neste espaço, decorrem aulas de dança para crianças e jovens, de forma gratuita (oferta do Município), espetáculos de dança e das escolas do concelho, festas diversas, como o Baile da Pinha, do Grémio Artístico Fronteirense, festas de aniversário, entre outras.

ANEXO VII

AUSCULTAÇÃO AOS PARCEIROS DA REDE SOCIAL

A auscultação aos parceiros da **Rede Social** de **Fronteira** é um procedimento essencial para a elaboração dos documentos estratégicos em todas as fases, desde o diagnóstico, passando pela discussão dos resultados obtidos e definição de eixos, prioridades e ações a implementar, culminando na apresentação do documento final. As recolhas das perceções dos vários parceiros sociais do concelho de **Fronteira**, que se apresentam neste documento, foram realizadas com o objetivo de ouvir e incluir os contributos dos vários parceiros com ação na área social, focando a recolha de informação nas respostas sociais que têm no terreno, nas melhorias necessárias e de possíveis soluções para esta área no concelho e nas ações que pretendem implementar nos próximos 12 meses.

A auscultação foi feita com base na sessão de *Estudo para a Inovação Social e Empreendedorismo de Impacto no Alto Alentejo*, da CISAA, realizada a 28 de Março no Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros, e em entrevistas individuais, realizadas entre 30 de Abril e 8 de Maio. Apresentamos, de seguida, os resultados.

Apresentação dos resultados

Análise das notas da reunião com a CISAA

Da reunião, foi possível verificar que:

- A Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide está a desenvolver um projeto na área das demências, e promove uma ação de voluntariado, em parceria com o Centro Paroquial de Cabeço de Vide, de apoio aos idosos isolados;
- A Junta de Freguesia de Fronteira demonstrou preocupação sobre a atual diminuição de empresas no concelho, considerando importante promover a atratividade e fixação de pessoas e empresas no concelho;
- Os Bombeiros Voluntários de Fronteira mencionou o protocolo (*Plano Individual de Transição*) estabelecido com o Agrupamento de Escolas de Fronteira, para integração de alunos do 3º ciclo com dificuldades de aprendizagem ou desinteresse escolar e ensinar-lhes a profissão de bombeiro.

Análise das atas das entrevistas

Santa Casa da Misericórdia de Fronteira

A Santa Casa de Fronteira desenvolve a sua atividade junto de duas populações-alvo: crianças e idosos.

Dirigida à população idosa, esta instituição recebe idosos do concelho de **Fronteira** (e não só) na sua valência de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), situada em Fronteira, e nos Centros de Dia/Convívio de Fronteira e Vale de Maceiras.

A ERPI, com cerca de 30 anos, tem a capacidade máxima de 70 utentes, sendo que, neste momento, está completa. Destes 70 utentes, 54 têm apoio da Segurança Social, e 16 estão em camas/casas privadas, com 6 camas reservadas para situações urgentes. No Centro de Dia de Fronteira há 16 utentes e no de Vale de Maceiras há 11 utentes. No Centro de Convívio de

Fronteira há 34 utentes e no Centro de Convívio de Vale de Maceiras há 19 utentes. Existem vagas nas valências de Centro de Dia e de Convívio em ambas as freguesias. Têm, ainda, apoio domiciliário para a população, valências de Refeitório/Cantina Social, Ajuda Alimentar.

Costumam ter animação sócio-cultural, que se divide entre a ERPI e os Centros de Dia de Fronteira e de Vale de Maceiras. No entanto, neste momento, a animadora contratada encontra-se em licença sem vencimento, e a ERPI e Centros de Dia encontram-se sem técnico, podendo voltar a partir de Julho ou haver a necessidade de contratar outro profissional nesta área.

Na área dos idosos, possui cerca de 60 funcionários, alguns com formação de *Auxiliar de Ação Médica*, outros sem área de formação específica. Estes aprendem a desenvolver as suas funções em contexto de trabalho. Têm parceria com o Agrupamento de Escolas de Sousel, onde são formados ao nível profissionalizante, profissionais na área da Ação Médica, onde conseguem ir buscar novos funcionários para a realização de estágios curriculares e profissionais.

Dirigida à população mais jovem, a instituição proporciona respostas para bebés e crianças, na sua valência de berçário, creche e pré-escolar.

A Creche tem a capacidade máxima para 75 bebés e crianças, sendo 50 na valência de creche e berçário e 25 na valência de pré-escolar. Neste momento, têm 21 bebés/crianças na valência berçário e creche, 14 crianças no pré-escolar. No próximo ano letivo sairão 10 crianças, não estando prevista a entrada de novas crianças.

Desenvolvem atividades em parceria com o Município de Fronteira, as Juntas de Freguesia do concelho, Agrupamento de Escolas de Fronteira, Agrupamento de Escolas de Sousel e a Segurança Social.

Promovem diversas atividades:

- Culturais e desportivas (adaptado à condição física e cognitiva de cada utente), nas quais se inclui a música e os jogos tradicionais;
- Religiosas;
- Intercâmbios com a escola;
- Participação nas feiras sénior do distrito de Portalegre;
- Celebração de dias comemorativos, como o Dia do Idoso, Dia da Criança, Carnaval, São Martinho, Santos Populares, entre outros;
- Dinamização da loja social, onde recebem roupa, calçado, mobiliário e eletrodomésticos (estes dois últimos fluxos são imediatamente canalizados por falta de espaço de armazenamento);
- e o Programa *Pessoas 2030*, que conta com 45 beneficiários, pelos quais distribuem géneros alimentares e um sistema de cartões a utilizar pelos beneficiários para compras de artigos de primeira necessidade e essenciais em superfícies comerciais parceiras (em parceria com o SAAS).

Como desafios, destacam:

- A necessidade de obras essenciais e de melhoria de eficiência energética na ERPI, no Centro de Dia de Fronteira e na Creche. Foi apresentada uma candidatura ao PRR e aguardam o financiamento para dar início às obras;

- A dificuldade em contratar mais funcionário para a ERPI, e funcionários com qualificação para o cargo e, essencialmente, com vontade de trabalhar nesta área, que é pesada e desgastante a vários níveis;
- Rotatividade de pessoal, também pelos motivos do ponto anterior, acrescentando que é difícil manter o quadro de pessoal, uma vez que os salários são baixos, o trabalho é feito por turnos, e as pessoas não estão vocacionadas para o esforço que envolve a função;
- O aumento de casos de demência não diagnosticada. Para que sejam diagnosticadas, é necessário a avaliação por parte de um neurologista. No distrito apenas há 1, com lista de espera para consulta de 1 ano a 1 ano e meio, o que faz com que muitos utentes já não consigam ser observados. Para que a Segurança Social dê um maior apoio nestes casos, é obrigatória a apresentação de um certificado de reconhecimento da situação de demência emitido pelo neurologista;
- Não haver psicólogo na instituição, por não estar ainda previsto na lei;
- Os estados avançados de dependência com que os idosos chegam à instituição, pois estão a ser mantidos em casa, sem condições, pelo contexto socioeconómico atual;
- O desenvolvimento frequente de estados de demência, rapidamente e de forma galopante, após os utentes chegarem à instituição ainda capazes. Referem que é uma questão preocupante e que cria grandes dificuldades na instituição;
- O desenvolvimento frequente de estados de demência deve ser avaliado. É necessário implementar estratégias de integração na instituição, de manutenção de rotinas de socialização e independência e desenvolver atividades de estímulo cognitivo para contornar ou desacelerar o desenvolvimento desta condição tão incapacitante. Para isso, pode revelar-se necessário contratar ou dar formação ao pessoal nesta área, explorando potenciais parcerias para a formação (existentes a a formalizar).

Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide

A Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide desenvolve também a sua atividade junto de duas populações-alvo: crianças e idosos.

Dirigida à população idosa, esta instituição recebe idosos da freguesia de Cabeço de Vide (e não só), na sua valência de ERPI.

A ERPI, com cerca de 10 anos, tem a capacidade máxima praticamente atingida, apoiando atualmente 113 utentes: 47 com apoio da Segurança Social e 66 na modalidade privada.

Neste momento, estão a tentar reabrir a valência de Centro de Dia/Convívio, que encerrou pela altura da pandemia de Covid-19). No entanto, ainda não têm utentes suficientes para a reabertura. À data da visita à instituição, conseguiam garantir vaga (privada) em 3/4 dias.

Dirigida à população mais jovem, a instituição proporciona respostas para bebés e crianças, na sua valência de berçário e creche. Disponibiliza, ainda, as valências de Refeitório/Cantina Social, e Ajuda Alimentar.

A Creche tem capacidade total para 25 crianças, tendo, neste momento, apenas 14.

Entre a ERPI e a Creche têm, atualmente, 50 funcionárias (4, neste momento, de baixa). Conseguem manter o quadro de pessoal, havendo, apenas, necessidade de substituir pessoal quando há reformas ou baixas (substituídas temporariamente, no último caso).

É raro conseguirem funcionários com formação específicas ao nível da assistência a pessoas idosas. O quadro recebe formação em contexto de trabalho, no imediato, com acompanhamento direto de uma funcionária e uma enfermeira durante o primeiro mês de trabalho. Recebem, ainda, a formação anual obrigatória, em parceria com o IEFP, que facilita o curso de geriatria. O diretor da instituição, João Martins, dá formação em Alzheimer às suas funcionárias. Nesta instituição, as funcionárias têm que articular com a direção para a tomada de decisões sobre a intervenção junto dos utentes.

Ao nível das atividades desenvolvidas⁵³, tem:

- Animadora sócio-cultura, com presença diária na instituição;
- Uma sala de Snoezelen, usada por crianças autistas ou com défices cognitivos, por crianças com Necessidades Educativas Especiais e, pontualmente, por idosos em situação de perda de capacidades cognitivas;
- Convívios nas Termas da Sulfúrea;
- Apoio domiciliário a utentes;
- Horta pedagógica, em parceria com a Escola Básica de Cabeço de Vide;
- Pretendem implementar o projeto *Adotar um Avô*, desenvolvido em parceria com a Escola Básica de Cabeço de Vide, em que as crianças da escola são convidadas a “adotar” um idoso da instituição;
- Estão, ainda, em negociação com a Junta de Freguesia de Cabeço de Vide para poderem levar utentes de forma gratuita a fazer tratamentos nas Termas da Sulfúrea. Esta parceria já existe com funcionárias da instituição, que usufruem de tratamentos gratuitos nas Termas.

Junta de Freguesia de Fronteira

A Junta de Freguesia de Fronteira tem um grande enfoque no apoio à comunidade e promove um contacto de proximidade junto dos seus fregueses.

Desenvolve as seguintes atividades junto da comunidade:

- Academia Sénior, em parceria com a RUTIS e a Universidade Túlio Espanca, de Évora;
- Loja social, sediada no Cano, e participação na loja solidária da Santa Casa da Misericórdia de Fronteira;
- Protocolo com a DECO, com a disponibilização de uma técnica desta entidade para esclarecimento de dúvidas, inicialmente para os alunos da Academia Sénior e posteriormente para toda a comunidade da freguesia;
- Celebração de datas comemorativas (Natal, Páscoa, Dia da Mulher, entre outras), com a atribuição de uma oferta a diversas instituições do Município;
- A iniciativa *Fronteira Referência*, com a distinção de pessoas e instituições do concelho;

⁵³ A instituição tem um plano de atividades anual, que ficou de enviar por e-mail.

- Cantares e outros eventos no Grémio Artístico Fronteirense.

A Academia Sénior está integrada na RUTIS - Rede de Universidades Séniores e funciona em parceria com a Universidade Túlio Espanca, de Évora, e conta com 45 alunos, neste momento.

Como atividades frequentes, dinamizam:

- Fado na academia e cantares;
- Passeios;
- Informática;
- Saúde preventiva;
- Ações por parte da DECO;
- Trabalham, ainda em parceria com o IEFP de Évora, para o qual é assegurado o transporte para o instituto.

Como atividades que pretendem dinamizar, referiram:

- Ação de esclarecimento sobre a interpretação de uma fatura;
- Curso de primeiros socorros.

Ao nível dos apoios concedidos pela Junta de Freguesia, destacaram:

- Oferta de descontos de 15% na aquisição de óculos no Oculista das Portas de Santo António;
- Doação de 2.500€ à casa mortuária da SCM de Fronteira para obras de requalificação;
- Apoio mensal de 650€ aos Bombeiros Voluntários de Fronteira;
- Contribuição pontual de 3000€ para a aquisição de um desfibrilhador para uma ambulância dos Bombeiros;
- Oferta de um desfibrilhador no valor de 3000€ para a localidade de Vale de Seda, na Associação da Juventude, com oferta de formação de 6 pessoas, para uso adequado do aparelho;
- Atribuição de apoio à natalidade e ao estudante, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Fronteira;
- Oferta de livros à Biblioteca Escolar.

Junta de Freguesia de São Saturnino

São Saturnino, é uma pequena freguesia do concelho de **Fronteira**, com uma população bastante envelhecida. Por esse motivo, o foco da Junta de Freguesia é o apoio à população e a dinamização da freguesia.

Uma das preocupações referidas foi a ausência de resposta de ERPI, com extensão da atual resposta de Centro de Dia e de Convívio para a população idosa, na localidade de Vale de Maceiras, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Fronteira.

Há a intenção de dar início a uma candidatura para abertura de um lar na freguesia (em extensão como o Centro de Dia e em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Fronteira), uma vez que

há grande necessidade desta resposta junto da população idosa, que não quer sair da freguesia para integrar a ERPI de Fronteira.

O animador sócio-cultural desta instituição é, como já referido, o mesmo das restantes valências.

Como atividades, a Junta de Freguesia destacou:

- Apoio à população ao nível do transporte gratuito;
- Um passeio anual para a população da freguesia;
- Comemoração anual do 25 de Abril, com manhã desportiva com jogos tradicionais, almoço-convívio e competição de Sueca e Malha, onde são selecionadas as equipas a levar aos Jogos do Alto Alentejo;
- Comemoração do Dia da Mulher e Dia da Criança, sempre em parceria com o clube desportivo local;
- Comemoração do Dia do Bolo Branco (entre o Carnaval e a Páscoa), onde é ligado o forno comunitário da terra e se coze o bolo branco;
- Festa de Verão anual.

Como principal desafio referem o envelhecimento da população local, que coloca algumas pessoas em situação de isolamento e solidão, sem que haja respostas na freguesia para acolher estas pessoas em ERPI. Não raras vezes, identificam que os idosos ficam nas suas casas particulares até perderem grande parte da autonomia, antes de recorrem às respostas sociais. O elevado custo mensal da ERPI de Fronteira dificulta esta situação, além do facto de existir resistência por parte dos idosos em abandonar as suas casas e a sua freguesia. Por essa razão, consideram importante a abertura de uma unidade de lar na freguesia.

Junta de Freguesia de Cabeço de Vide

A Junta de Freguesia de Cabeço de Vide trabalha, essencialmente, com contacto direto e de proximidade com a população da freguesia. As necessidades identificadas junto da comunidade não estão registadas, mas procuram dar sempre a melhor resposta às situações com que se deparam, dentro da sua disponibilidade e realidade da freguesia.

A grande área de atividade desta Junta são as Termas da Sulfúrea, que são o grande impulsionador da economia da freguesia. No entanto, tem sido detetada uma diminuição na procura destes serviços, que entendem dever-se à situação económica que se vive no país e, consequentemente, no concelho.

O apoio dado à população idosa é feito ao nível da saúde e dos transportes para deslocações dentro e fora do concelho. Não há registo dos apoios, pois privilegiam uma relação de proximidade com a população.

A Junta não desenvolve atividades isoladamente, mas apoia e participa naquelas que são desenvolvidas por outras instituições e coletividades da freguesia. No âmbito dessas parcerias, estão previstas as seguintes atividades:

Festa de Verão de Cabeço de Vide, em parceria com a Associação de Jovens de Cabeço de Vide (Julho);

Ante-estreia do filme *Lugar dos Sonhos*, que foi rodado em Cabeço de Vide, com a participação e encenação de Diogo Morgado e figuração de alguns elementos da comunidade local;
Revitalização da atividade *Remember Cabeço de Vide*, que consiste numa festa com música dos anos 80 e 90, onde se celebram pessoas e atividades do passado, relacionadas com a freguesia.

Como desafios, entendem que:

- A normalização das contas das Termas deve ser a prioridade, para poderem dinamizar, posteriormente, a freguesia e as Termas;
- A falta de registo das situações de vulnerabilidade social identificadas na freguesia e o que já foi feito por elas poderá dificultar a continuidade do trabalho que tem sido desenvolvido (nomeadamente com a troca de executivo, após as eleições).

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fronteira

Os Bombeiros têm uma ação direta na comunidade, agindo sobre situações de saúde e salvamento.

Sempre que identificam uma situação de vulnerabilidade junto da comunidade, sinalizam-na ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) para que seja dado o devido seguimento.

As instalações sofreram obras de requalificação em 2019 e encontram-se em bom estado, respondendo às necessidades da associação.

Neste momento, contam com 18 bombeiros profissionais e 15 bombeiros voluntários, em regime misto de funcionamento, totalizando 33 bombeiros na associação. Os bombeiros profissionais trabalham em turnos de 12h e têm formações anuais com a Escola Nacional de Bombeiros, ao nível do socorrismo pré-hospitalar e incêndios rurais e urbanos. Também recebem formação de INEM, que é privada. Está prevista a formação de 6 bombeiros, que terá o custo de 650€ por colaborador, e que obriga à aquisição de mais um veículo para o INEM.

Não dinamizam atividades próprias por falta de recursos e de tempo, mas apoiam e participam nas atividades que efetuadas pelas diversas instituições do concelho, entre outras:

- São parceiros do Cartão do Idoso, onde promovem o transporte gratuito para consultas e exames complementares de diagnóstico em Elvas, Portalegre, Évora e Estremoz;
- Representação dos Bombeiros no 6 de Abril;
- Apoio às atividades do Dia da Criança;
- Apoio em jogos de futebol;
- Apoio nas peregrinações;
- Apoio nas provas de ciclismo;
- Apoio no TT 24h Todo o Terreno;
- Apoio no festival de balonismo do distrito;
- Participação em comemorações religiosas, como, por exemplo, a Semana Santa.

Têm parceria com:

- Apoio do Município no combustível usado pela associação para deslocações;
- As Juntas de Freguesia do concelho, respondendo diretamente às necessidades da população. Da Junta de Freguesia de Fronteira receberam recentemente um desfibrilhador para ser colocado numa ambulância;
- A Escola, com a qual desenvolveram um protocolo para a educação inclusiva, o programa *Plano Individual de Transição*⁵⁴.

No âmbito deste protocolo, os bombeiros recebem jovens com Necessidades Educativas Especiais ou com fraco aproveitamento escolar e desinteresse pela vida escolar. Estes jovens, do 3º ciclo de ensino, são encaminhados pelo Agrupamento de Escolas de Fronteira, habitualmente, no 2º período do ano letivo corrente, sendo integrados na associação três vezes por semana e recebendo formação em tarefas simples. Por uma questão de segurança dos próprios jovens, não podem ser integrados em operações dos bombeiros, ficando apenas no quartel para execução de tarefas de preparação e organização.

Como desafios, referem:

A dificuldade na aquisição de novos veículos, por terem um elevado custo;

A falta de recursos humanos, uma vez que, em permanência, têm apenas 18 bombeiros profissionais;

Ao nível dos idosos, as situações de solidão e isolamento, que levam algumas pessoas nesta situação a contactá-los apenas para receberem um pouco de atenção.

GNR - Guarda Nacional Republicana

A GNR de **Fronteira** trabalha em parceria com o Núcleo de Programas Especiais de Portalegre (através do programa *Escola Segura*), ao nível das respostas que dá aos idosos do nosso concelho.

Este Núcleo detém o *Programa Apoio 65 - Idoso em Segurança*, uma iniciativa do Ministério da Administração Interna, que tem como objetivo o apoio aos idosos desfavorecidos/vulneráveis, essencialmente os que se encontram afastados ou isolados dos grandes centros populacionais, como resposta de apoio social da GNR.

Nesse sentido, a GNR direccionou o patrulhamento a esta população, com o intuito de aumentar o grau de confiança e conhecimento sobre a mesma, executando um levantamento minucioso e exaustivo dos idosos em situação de isolamento, referenciando pequenas comunidades, e listando instituições públicas e privadas diretamente ligadas ao apoio que deve ser prestado a estas pessoas.

Assim, este programa tem como principais objetivos⁵⁵:

⁵⁴ Para mais informações, consultar o site: [Educação Inclusiva – Plano Individual de Transição – ATE](#)

⁵⁵ Possível consultar em: [GNR](#)

- Garantir as condições de segurança das pessoas idosas;
- Promover o conhecimento do trabalho da GNR junto desta população;
- Ajudar a prevenir situações de risco e vulnerabilidade;
- Reforço do policiamento dos locais públicos mais frequentados por idosos;
- Elaboração de uma rede de contactos diretos, em caso de necessidade, entre os idosos e a GNR;
- Colaboração direta com entidades que prestam apoio aos idosos.

Através da Escola Segura da GNR (que integra o Núcleo de Programas Especiais de Portalegre), foi realizada uma parceria entre a GNR e o Pingo Doce, para a atribuição de cabazes alimentares, na altura do Natal, a idosos, mas também a pessoas/famílias mais carenciadas.

O Posto Territorial da GNR em **Fronteira** trabalha, ainda, em parceria com a Câmara Municipal de Fronteira, o Agrupamento de Escolas de Fronteira, a CPCJ, a APAV e o Núcleo de Programas especiais de Portalegre, na busca por respostas conjuntas para situações emergentes.

Como atividades da GNR de **Fronteira**, desenvolvem:

- Ações diretas de sensibilização aos idosos na área da prevenção de burlas e, na altura do Verão, sobre os cuidados a ter durante as vagas de calor e prevenção de incêndios;
- Junto das crianças, ações de apresentação do trabalho desenvolvido pela Guarda e as suas diversas valências, com a atividade *Plastron das Unidades da GNR*, que consiste numa apresentação feita para as crianças das diversas valências da GNR, onde podem interagir com os guardas e equipamentos que estão em exposição nos diversos stands da atividade;
- Visitas às pessoas identificadas;
- Participação em ações da CPCJ, como a iniciativa do *Laço Azul - prevenção dos maus-tratos infantis*;
- Participação em datas comemorativas, como é exemplo o Dia da Criança.

Como desafios no concelho, são apontados:

- O aumento da imigração, que se reflete no aumento da criminalidade e sentimento de insegurança, no aumento do insucesso escolar e no aumento dos problemas sociais, por muito imigrantes residirem juntos numa só habitação e sem trabalho;
- A falta de respostas sociais ao nível dos idosos e situações de violência doméstica;
- O aumento dos problemas mentais sentido no concelho, que não encontra respostas nas instituições públicas.

Cabeço de Vide é a freguesia onde sentem mais os desafios apresentados acima.

Agrupamento de Escolas de Fronteira

Este Agrupamento é constituído pela Escola Básica Frei Manuel Cardoso, em Fronteira e a Escola Básica de Cabeço de Vide.

A Taxa de Ocupação, neste momento, é de 63%.

A Escola Básica de Fronteira sofreu remodelações recentes e encontra-se enquadrada nas necessidades de toda a comunidade escolar.

O Agrupamento tem parceira com:

- A Câmara Municipal de Fronteira;
- As Juntas de Freguesia do concelho;
- Os Bombeiros Voluntários de Fronteira;
- A GNR de Fronteira;
- A CPCJ;
- A ADI-TC (com o projeto CLDS 4G);
- As Santas Casas da Misericórdia de Fronteira e Cabeço de Vide;
- O Atlético Clube Fronteirense;
- O Plano Nacional das Artes;
- O EMAEI (Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva).

Todo o trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas é feito em parceria com os diversos parceiros do concelho, mas o grande impulsionador das atividades extra-curriculares desenvolvidas na escola é a Biblioteca Escolar.

Desenvolve as seguintes atividades:

- Clube de Teatro Escolar *Sem Fronteiras*;
- Clubes de leitura;
- Plano Nacional das Artes, onde se integra o clube das artes, workshops e oficinas, a participação na EXPO 2025 em Osaka com o projeto *O que somos e o que fomos - literacia do vivenciado*; candidatura para *Artista residente*, ao nível da dança contemporânea;
- A *Semana Cultural*, em parceria com a Biblioteca Escolar e a Biblioteca Municipal, entre outras.

Pretendem implementar uma série de atividades num futuro próximo, tais como:

- O *Artista Residente*;
- A revitalização do clube de teatro e da escola de música, que se foi perdendo com a saída do antigo professor de música, para atrair mais alunos;
- O projeto *Educar para Pensar*, que apenas teve a duração de 1 ano, mas cuja importância é enorme e que se pretende trazer novamente, pelo menos, ao ensino pré-escolar.

Com o fim da feira medieval, perdeu-se a participação da escola com stands promovidos por professores e funcionários, pelo que consideram que seria uma ação a retomar.

Perdeu-se, também a atividade de *Tiro ao Arco*, logo que o professor que dinamizava a atividade se reformou.

O Ensino Secundário funcionou durante 3 anos letivos, mas, por falta de alunos, fechou no final do ano letivo 2021/2022. É sentido que os alunos têm preferência por estudar em escolas fora do concelho e há a dificuldade de ser exigido a matrícula de 18 alunos para manter este nível de ensino ativo na escola. Sendo que esta é uma escola básica, também não há facilidade em reabrir o ensino secundário.

Como principal desafio, salientam o envelhecimento do corpo docente e não docente, com elevado nível de cansaço e desgaste. É atribuída, atualmente, aos docentes, uma elevada carga burocrática, além das funções letivas.

Atlético Clube Fronteirense

A associação é focada na camada mais jovem da população, tendo participantes mais velhos apenas no ciclismo e no futebol.

Trabalham em parceria com diversas instituições, tais como:

- A Câmara Municipal de Fronteira;
- As Juntas de Freguesia do concelho;
- A CPCJ;
- Os Bombeiros Voluntários de Fronteira;
- A ADI-TC (com o projeto CLDS 4G);
- e as equipas com quem promovem jogos de futebol da equipa de Veteranos, fazendo intercâmbios entre si.

Divulgam as suas atividades essencialmente nas redes sociais de cada modalidade, e têm como atividades:

- 2ª edição dos trilhos (mais alargada do que a do ano passado - mas cancelada por falta de participantes no número que seria necessário para a sua realização - 30 de Abril)
- Torneio de Futsal de 31 de Maio a 21 de Julho;
- Peregrinações a Fátima em ciclismo;
- Dia da Criança.

CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens)

Desenvolvem atividades⁵⁶ relacionadas com as temáticas da prevenção dos maus-tratos da infância e da juventude, em parceria com:

- A Câmara Municipal de Fronteira;

⁵⁶ A Comissão tem um plano de atividades, que ficou de enviar por e-mail.

- O Agrupamento de Escolas de Fronteira;
- A Segurança Social;
- As Juntas de Freguesia do concelho;
- Os Bombeiros Voluntários de Fronteira;
- A GNR;
- A APAV.

Como grande desafio, aponta o que pode ser feito ao nível da proteção das crianças.

Projeto Radar Social

Morada: Largo Heróis da Pátria, Apartado n.º 7
7460-108 Fronteira

E-mail: radar.social@cm-fronteira.pt

Telefone: 245 604 307

Câmara Municipal de Fronteira

Morada: Praça do Município

7460-110 Fronteira

E-mail: municipio@cm-fronteira.pt

Telefone: 245 600 070